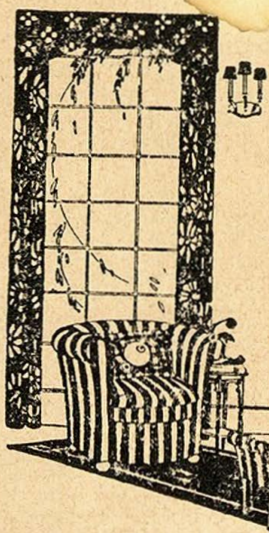


**BOLETIM
DA
SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DO
RIO
DE
JANEIRO**



**NÚMERO ESPECIAL
COMEMORATIVO DA PRIMEIRA
EXPOSIÇÃO COLONIAL
PORTUGUESA REALIZADA NO
PORTO — 1934**

DECORAÇÕES MODERNAS



Guarnições de Madras

Guarnições de Brim

Cortinas de Renda

Cortinas de filó

Stores

Bandeaux

Sanefas

Reposteiros

Panneaux

Docels, etc.

Peça o nosso orçamento, sem compromisso



65 — RUA DA CARIOCA, 67 — RIO

ARTIGOS DE PAPELARIA o o o o o o o o

OBJECTOS DE ESCRITÓRIO o o o o

PAPEIS EM GERAL o o o o o o

Importadores e Exportadores
Cóval & Co

RUA S. PEDRO, 136

Telef.: 3-0450 3-1449

CODIGOS: RIBEIRO e MASCOTTE

o RIO DE JANEIRO o



"As ideias não se vendem, dão-se" — TEÓFILO BRAGA

Distribuído gratuitamente

N.º 9
Segunda Série

COMISSÃO DIRECTORA
António de Sousa Amorim (Redactor)—Francisco das Dôres Gonçalves
Alamiro Andrade e Marcel Kasprzykowski

Abril a Julho
1934

O NOSSO PREITO



"Diz Cristo, que safu o Prêgador Evangélico a semear a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas também caso do safr: *Exiit*; porque no dia da mèsse hão-nos de medir a semeadura, e hão-nos de contar os passos. O mundo, aos que lavrais com êle, nem vos satisfaz o que dispendeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o safr é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saém a semear, há outros que semeiam sem safr. Os que saém a semear, são os que vão prêgar à India, à China, ao Japão: os que semeiam sem safr, são os que se contentam com prêgar na pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. Aos que têm a seára em casa, pagar-lhes-ão a semeadura: aos que vão buscar a seára tão longe, hão-lhes de medir a semeadura, e hão-lhes de contar os passos. Ah dia de Juízo! Ah Prêgadores! os de cá, achar-vos-eis com mais Paço: os de lá, com mais passos: *Exiit seminare*" — PADRE ANTÓNIO VIEIRA.



DEPOIS dos triunfos alcançados por Portugal nos certames internacionais de Antuérpia, Sevilha e Paris — certames que se podem considerar como três lições mestras de administração ultramarina e outros tantos testemunhos irretorquíveis dos direitos não só incontestáveis como incontestados que outorgam a Portugal a posse e o seu domínio sobre os territórios de África, Ásia e Oceânia, nacionalmente conhecidos por províncias de Angola, Moçambique, São Tomé, Cabo Verde, Príncipe, Guiné, India, Macau e Timor — o Governo da República assumira o compromisso moral de proporcionar também à Nação uma lição ainda mais ampla e possivelmente mais prática e objectiva, dos esforços, das canseiras, dos sacrifícios, das vigílias e das apreensões de Portugal, desde o amanhecer

radiante da sua vitoriosa expansão ultramarina até aos dias incertos da hora que passa, para descobrir, ocupar, desbravar, valorizar e civilizar apostòlicamente, pela persuasão, pelo exemplo e pela brandura, ao serviço da Nação e a bem do Mundo, os territórios de que se compõe o Império Português.

Para ser perfeita e completa, a lição a que aludimos, ou melhor, a 1.ª Exposição Colonial do Pôrto, vai oferecer aos portugueses e aos estrangeiros que tiverem a ventura de visitar o recinto encantador e os formosos jardins do Palácio de Cristal uma visão de conjunto dos nossos valores, — um panorama grandioso e deslumbrante da largueza territorial, da extensão e profundidade dos tesouros, das possibilidades e da missão política e social do Império e, sobretudo, da obra que se faz mistér realizar com rapidez, poder intensivo, tenacidade heróica e ânimo varonil

nessas terras portentosas, umas próximas, outras distantes, que são os prolongamentos gloriosos da nacionalidade ao longo das estradas líquidas dos oceanos: o património intangível de uma epopeia imperecível e a expressão vigorosa da Lusitaneidade noutros continentes, noutros climas, noutras latitudes...

*

No ambiente incerto e conturbado em que respiram todos os povos, — dealbar nebuloso de uma nova Idade desconhecida —, é mistér, mais do que nunca, porque é uma necessidade imperiosa, que nos unâmos fortemente para a mobilização geral de todos os recursos e de tôdas as energias nacionais, tendo sempre presentes estas palavras eloqüentes do Sr. General João de Almeida, pronunciadas em 25 de Novembro de 1931, na conferência que realizou na Sociedade de Geografia de Paris, sob a presidência dos Srs. Marechal Lyautey e Ministro das Colónias de Portugal:

“No Império Português não há colónias — há apenas províncias de um país unitário, que o mar junta, províncias portuguesas pela organização, pela mentalidade, pela nacionalização dos nativos, pela acção portuguesa que desde sempre nelas temos exercido! Este fenómeno, que é a própria essência da nossa existência imperial, tem uma realidade que como tantas outras que se desenvolvem na trajectória histórica de Portugal, é de todos os tempos da nossa acção colonial. A unidade imperial de Portugal — resultante final de uma influência de colonizadores de raça — tem aspectos originais e únicos como os seguintes:

“O Marquês de Pombal — um grande estadista português do século XVIII — pensou em transferir para o Ceará, no Brasil, a Capital do Império, e o facto apre-

sentava-se naturalmente porque na realidade essa terra distante era bem portuguesa e era nosso — nosso por tantos títulos: — o mar que a separava.

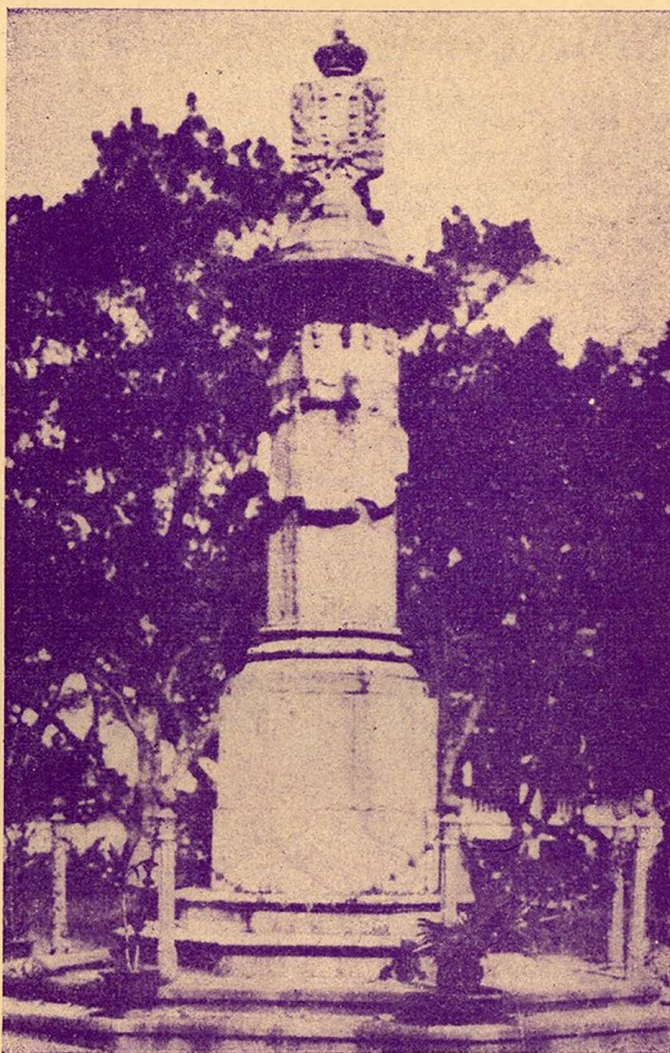
“Mais tarde o Rei D. João VI, quando as tropas do exército napoleónico comandadas por Junot entraram em Portugal, não estando em condições de resistir limitou-se a transferir para o Rio de Janeiro a Capital do País tão naturalmente como durante a Grande Guerra a França transferiu a sua Capital para Bordeus e a Bélgica e a Sérvia elegeram capitais fóra do seu território.

“Não havia pois — como não há hoje — efectivamente, uma metrópole e colónias. Havia e há de facto um Império único e indivisível cujas províncias estão na Europa e em mais três partes do mundo”.

* * *

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, aproveita o ensejo da realização da primeira Exposição Colonial Portuguesa, que se realiza no Pôrto, a sempre leal e invicta cidade, — acontecimento notabilíssimo de largas e profundas consequências para a grande política do Império, que é preciso desenvolver-se, quer entre as *élites*, quer entre o povo anónimo e bom, — para dedicar este número especial do seu BOLETIM aos portugueses de além-mar, esforçados, dignos, valentes e heróicos,

que fazem da sua tenda de trabalho uma trincheira, não para derrubar, mas para cavarem os alicerces de uma obra imperecível e gigantesca que nem o tempo delirá, e para quem o desejo de servir é a chama mais rútila e mais alta que perenemente arde em seus peitos de patriotas indefectíveis.



MACAU — MONUMENTO DA VICTÓRIA CONTRA OS HOLANDESES EM 1622

Francisco das Dôres Gonçalves



ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA INDÍGENA DE ANGOLA

PELO CORONEL ANTÓNIO VICENTE FERREIRA

ANTIGO ALTO COMISSÁRIO DA REPÚBLICA EM ANGOLA
ANTIGO MINISTRO DAS FINANÇAS
ANTIGO DEPUTADO DA NAÇÃO
MEMBRO DO INSTITUTO COLONIAL INTERNACIONAL
MEMBRO DO INSTITUTO REAL COLONIAL BELGA
PROFESSOR DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO DE LISBOA

(ESPECIAL)



OR natural tendência, a que não é estranho o nosso egoísmo de conquistadores, os publicistas que em Portugal se ocupam de questões coloniais são levados a considerar estas, sobretudo, do ponto de vista dos interesses imediatos da metrópole. E assim vemos, que êsses escritores quasi exclusivamente se ocupam em relevar o alto ou baixo valor do comércio ultramarino, em especial do comércio de exportação, raras vezes aplicando os seus estudos às terras e às populações coloniais.

E, todavia, a prosperidade do comércio colonial depende, com a maior estreiteza, do aproveitamento daquelas terras e do desenvolvimento e grau de civilização das populações, que nelas habitam.

A questão do povoamento devia, pois, como nos parece legítimo, figurar entre os problemas cuja imediata solução mais deve reclamar a sagacidade dos políticos, porque a estes cabem as responsabilidades da administração e fomento das Colónias e da preparação do seu futuro, e a atenção dos publicistas coloniais, porque a estes de certo modo incumbe a tarefa de criar a opinião pública favorável às actuações, não só do político e do administrador, mas também dos agentes de acção económica: agricultores, industriais, comerciantes e capitalistas.

Ora, se é de clara evidência que só o trabalho do homem pode converter em valor real ou activo, as riquezas jacentes ou potenciais do solo, não é menos evidente que o povoamento de um território exige, como primária condição, a existência nêle de recursos naturais que, directa ou indirectamente, pela agricultura ou pela indústria e comércio, assegurem a continuidade da vida e o bem estar dos imigrantes ou colonos que hão de povoá-lo.

A ordem lógica da actuação racional do político deve, pois, ser esta: reconhecimento ou estudo do solo e das suas riquezas actuais ou potenciais; plano de exploração das mesmas riquezas; cômputo

"Como logo me fôsem dirigidas muitas pretenções para a concessão do auxílio dos chamados serventes, tive de tomar um expediente, ainda que provisoriamente. Resolvi não fazer tais concessões, e, respeitando os actos de meus antecessores, ordenei contudo aos chefes dos conselhos, que todo o preto que tivesse cultura, ou qualquer indústria própria em que se empregasse, não seria em caso algum distraído para o serviço de particulares, para o qual só poderiam aplicar os vadios e ociosos; e, quando mesmo se tratasse de serviço de estado, esses pretos laboriosos, se os há, só seriam chamados por escala, não havendo da-queles."

(Do Relatório do Governador Geral de Angola, GENERAL SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENEZES, referido ao ano de 1861).



BARTHOLOMEU DIAS

dos recursos demográficos indígenas e das condições de instalação e aclimação de colonos imigrantes, oriundos de outras partes da mesma colônia, ou da metrópole, ou de países estranhos.

Começar pelo fomento do comércio ultramarino, como se tem feito, sem primeiro curar da produção de objectos de comércio que assegurem as exportações coloniais, e do desenvolvimento das populações que possam consumir os produtos da exportação metropolitana, é que nos parece espantoso contra-senso. E todavia, este erro de lógica que tão evidente se afigura, ou escapa à atenção dos políticos e publicistas, ou não penetra a nuvem espessa dos interesses particulares que se entrepõem entre aquela realidade e o seu espírito de observação e crítica.

Assim vemos, por exemplo, os vicultores portugueses reclamarem mais facilidades para a exportação de vinhos comuns para as colônias, quando todos os colonialistas sabem que não é por falta de "facilidades" ou de protecções aduaneiras que as populações africanas (as da Ásia e da Oceânia pouco interessam) não absorvem mais vinho; mas porque os seus meios de compra e o seu grau de civilização, se porventura não retrogradam, só lentamente progridem, por carência de medidas de fomento adequadas. O mesmo se pode dizer dos industriais de algodoaria que desejam, por força, que os indígenas africanos lhes comprem tecidos, cada vez mais caros e em maior quantidade, quando o padrão de vida dos indígenas, — digamos o "quantum" de sua riqueza disponível —, é cada vez menor, decrescendo à medida que a actividade económica geral diminue e, com ela, a circulação de capitais.

E o mais curioso ainda, é que os mesmos reclamantes, se ouvem falar em despesas com o fomento colonial, levantam algarada, clamando que até as próprias camisas oferecemos aos pretos, ficando nós, — entenda-se, os clamantes —, de *tanga*.

Pois nós diremos que, ou se promove o povoamento das colônias africanas e o conseqüente fomento das riquezas destas, ou o comércio ultramarino só tão lentamente progredirá, que em breve nos há de parecer morto.

E' da lógica iniludível dos factos!

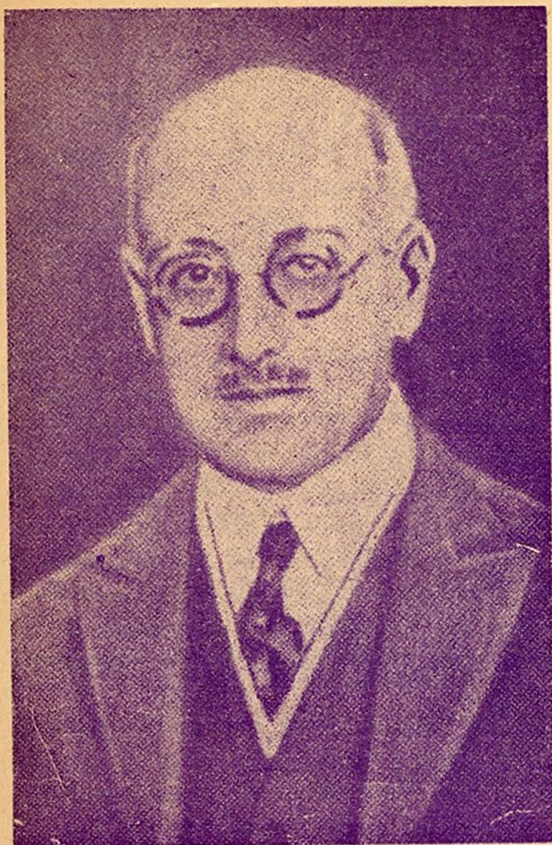
*
* *

Consideremos especialmente o caso de Angola.

O reconhecimento das suas possibilidades económicas, embora incompleto, está esboçado. Nós mesmo fizemos, em 1927, um inventário provisório dessas possibilidades que mostra, irrefutavelmente que o território de Angola pode alimentar não só uma numerosa população indígena, muito superior à existente, mas também uma avultada população europeia, fixa, de verdadeiros colonos.

Dez a doze milhões de pretos e seis a oito milhões de brancos, coexistindo, não esgotariam a capacidade de absorpção demográfica das melhores terras de Angola.

A coexistência das duas raças no mesmo território determina, porém, o aparecimento de novos problemas, incluindo dois de ordem social, notoriamente graves: o problema da mestiçagem, que pode interessar ao futuro da raça branca, e o da concorrência da mão-de-obra indígena à mão-de-obra europeia.



CORONEL ANTÓNIO VICENTE FERREIRA

Acima dos meus desgostos e das minhas delusões tenho mantido sempre a certeza de um próximo e grande ressurgimento colonial português e tenho sempre procurado transmitir esta convicção a nacionais e a estrangeiros, e nenhuma consideração de ordem pessoal ou política me poderia obrigar a ocultar factos que veem corroborar o meu sentir. O que desejo é que todos saibam ver que as críticas que por vezes faço tem o mesmo alto intuito que as boas novas que por vezes dou: uma e outra coisa tende apenas a mostrar a grandeza do meu país; o resto pouco me importa e cada vez menos nesta serenidade de um fim de vida...

NÓRTON DE MATOS

As repercussões económicas do problema da mestiçagem são pouco sensíveis e não vale a pena analisá-las. A questão da concorrência da mão-de-obra, embora de efeitos mais profundos, não é, todavia, de solução tão difícil como se afigura aos que pretendem generalizar às colónias africanas, certos fenómenos observados na América do Norte e porventura, também no Brasil e na África do Sul. O que adiante se demonstrará.

E' evidente que o valor económico do povoamento europeu é consideravelmente superior ao do povoamento com elementos demográficos indígenas. Questão de mentalidades, em primeiro lugar: a dos colonos brancos é idêntica à dos homens da mesma raça, da Metrópole, o que torna os interesses económicos de uns e de outros, se não idênticos, facilmente ajustáveis; pelo contrário, as mentalidades do europeu e do indígena da África tropical são de tal modo divergentes, que se podem considerar polos opostos do espírito humano, apenas ligados pelo fio ténue da Razão. São mutuamente impenetráveis; as tentativas feitas durante séculos, neste sentido, ou ficaram infrutíferas ou actuaram como fermentos dissociadores das sociedades indígenas.

Os chamados "indígenas civilizados", como todos os sociólogos colonialistas têm reconhecido, não passam, em regra, de arremedos grotescos de homens brancos. Salvo raras excepções, em que a

mestiçagem, embora não aparente, produziu um certo desvio de aptidões, o "indígena civilizado" conserva a mentalidade do primitivo, mal encoberta pelo fraseado, gestos e indumentária copiados do europeu.

Creio que todos os que têm lidado de perto com os indígenas da África tropical, incluindo os mais zelosos missionários católicos, não consêrvam a menor dúvida a êste respeito. Os missionários protestantes, êsses, desde há muito desistiram de tentar a transformação, contentando-se, — digámo-lo sem menosprezo dos nossos irmãos negros —, com domesticá-los e amestrá-los para executarem certos trabalhos proveitosos para o seu bem-estar, e evitarem aquelas práticas sociais que, no conceito europeu, são deprimentes da dignidade humana, embora sejam muito dignas e honrosas no conceito indígena. A evolução, aliás muito lenta, que se tem observado em algumas sociedades da raça negra, estabelecidas em contacto prolongado com os europeus, por exemplo na América, pode atribuir-se, talvez, à pequeníssima percentagem de sangue europeu introduzido pela mestiçagem no agrupamento.

O problema é demasiado complexo e parece mal esclarecido pelos estudos feitos até hoje.

Mas, quer se trate de sociedades primitivas ou já evoluídas, a ecônomia indígena, mesmo solicitada pela acção dos europeus, com dificuldade ultrapassa certas formas elementares, aliás valiosas pela extensão considerável que podem atingir, por exemplo: a cultura do algodão, do café, ou das oleaginosas, a colheita de frutos espontâneos e a criação de gados e pouco mais.



NATURAIS DE BIJAGOZ

Segundo uma correspondência publicada no *South China Morning Post*, de Hongkong, em 22 de Dezembro do ano findo, as cidades de Macau e Lisboa vão ficar ligadas diretamente por uma carreira regular de vapores, graças aos bons esforços do Sr. A. Drouth e á boa vontade dos Srs. Governador de Macau e Capitão dos portos da Colónia.

A viagem de experiência já foi realizada pelo vapor *Sagres*, conduzindo tropas e passageiros, de regresso a Lisboa, além de carga.

Os esforços e o espírito empreendedor do Sr. A. Drouth mereceu a simpatia e o louvor de todos os portugueses, pois são muitos e valiosos os serviços prestados por este armador e fundador da "Macau-Timor Line" ás províncias portuguesas, cujos vapores escalam com regularidade naquelas duas remotas parcelas do Império, assim como no Estado da Índia na África Oriental Portuguesa.

Já passou à categoria de aforismo corriqueiro, o asserto de que "a maior riqueza de Angola é o preto", mas, nem o verdadeiro sentido do conceito é compreendido, nem a sua repetição insistente modificou a atitude mental da gente metropolitana, perante os problemas da política indígena. Quanto às chamadas "esferas oficiais", de tal modo as envolve o tumulto dos interesses da Metrópole, que mal as atinge a melopéia triste dos batuques, a lembrar-lhes a existência de alguns milhões de homens negros, ou o conselho prudente e desinteressado dos que vêem nos pretos de Angola, alguma coisa mais, ainda que que só economicamente avaliados, do que um reservatório de mão-de-obra barata e de pagantes de impostos.

O problema do povoamento de Angola deve, portanto, ser considerado, nos dois aspectos referidos: o da colonização branca, por fixação de imigrantes europeus, e o da colonização negra, pela protecção dos núcleos demográficos existentes e, em certos casos, pela transplantação dos elementos indígenas, dos seus refúgios actuais para lugares mais adequados ao seu desenvolvimento.

Temos de fazer, em ambos os casos, sementeira e cultura de homens. Em ambos os casos, também, devemos proceder segundo critérios e métodos verdadeiramente científicos, ou seja estudando previamente a melhor solução de cada problema particular, e organizando racionalmente a sua aplicação.

O problema da colonização branca está fóra do âmbito d'este modesto trabalho; mas diremos alguma coisa do povoamento indígena.

A população indígena de Angola foi computada, nas últimas avaliações, entre 2.500:000 e 4.000:000 de habitantes. Esta última avaliação é, sem dúvida, exagerada.

O número de europeus é insignificante, uns 35.000 a 40.000 indivíduos.

Sendo de 1.255:755 km.2, aproximadamente, a superfície total de Angola, corresponde-lhe uma densidade média de população de 1,9 a 3,2 habitantes por km.2. A menor densidade observada em Portugal, a do concelho de Alcácer, no Alentejo, é de 8,8 habitantes por km.2.

Angola é, portanto, uma colónia quasi deserta.

Deve considerar-se, porém, que nem toda a superfície de Angola é habitável, nem o será de futuro senão mediante trabalhos formidáveis, que nada aconselha, nem aconselhará durante séculos, que se empreendam; tal é o caso, por exemplo, do deserto de Mossâmedes, das regiões cobertas pela grande floresta tropical nos distritos do Norte e das regiões ou pantanosas ou áridas que se encontram no litoral e também nos planaltos. Mesmo com estas correcções, a densidade de povoamento das terras habitáveis é extremamente baixa, não excedendo com certeza 4 a 5 habitantes por km.2.

Os autores estrangeiros, ainda os mais bem dispostos a nosso respeito, atribuem o desaparecimento gradual da população, à escravatura que se praticou em larga escala, até ao primeiro quartel do século XIX. As pessoas que melhor conhecem a história de Angola sabem, muito bem, que a velha atoarda já não tem razão de ser e que fôram as guerras indígenas, antes da ocupação efectiva, e, sobretudo, a varíola, a molestia do sono e certas práticas sociais gentílicas, como a circuncisão, o feiticismo médico-jurídico e os ordálios, as causas mais activas do decrescimento rápido das populações, outrora numerosas, de Angola e Congo.

A estas causas de ordem indígena, digamos assim, devemos juntar as importadas ou que resultam do contacto de raças: deslocação dos indígenas dos seus territórios habituais para outros de clima diferente, aonde os leva a atracção ou a repulsão do branco, porque ambos os fenómenos se produzem, havendo atracção para os centros industriais e urbanos, que reclamam mão-de-obra e oferecem seduções estranhas à severa disciplina tribal, e repulsão para as terras vagas, onde o branco, cuja presença aborrecem, ainda não se estabeleceu. E' também, um facto conhecido, embora mal explicado, que a simples presença do branco produz fenómenos de desagregação social e depauperamento fisiológico, que se traduzem, finalmente, por um decrescimento rápido da população num círculo por vezes de raio considerável.

A estas causas de despovoamento, a acção esclarecida da Metrópole deve opôr tôdas as medidas que a ciência da colonização, o saber dos médicos e a sociologia comparada, aconselham como mais eficazes para as eliminar.

Esta política requêre, não só vontade esclarecida, mas também recursos materiais importantes. Estamos, porém, entalados neste dilema: ou desejamos tirar das colónias todo o proveito material que delas nos pode advir, e temos de suportar os sacrifícios correspondentes; ou poupamos os sacrifícios, mas desistindo dos proveitos.

Parece-nos, em vista do que ficou dito, que o interêsse da Metrópole, — mesmo reduzido à fórmula brutal da conservação das populações indígenas, pelo seu valor económico —, basta para justificar os sacrifícios requeridos. Mas o interêsse da Metrópole não consiste apenas na defesa dêsse valor económico; há importantes interêsses morais ligados à política do povoamento, porque não é indiferente à Nação Portuguesa exercer ou abandonar a acção tutelar, humanitária e civilizadora, que há tantos séculos iniciou na África tropical.

A conclusão lógica do que précede é, portanto, que os sacrifícios são inevitáveis. Mas acrescentaremos para os egoístas, que são remuneradores, e para os timoratos e cautelosos, que êles cabem nas faculdades da Metrópole, sem haver necessidade de reduzir a indumentária do contribuinte, à leveza da parra bíblica ou do langotim gentilico.

A Metrópole, graças à administração severa dos últimos anos, dispõe, segundo nos afirmam, de recursos suficientes para essa obra.

E seja-nos permitido lembrar que foi essa a base da política indígena que aplicamos em Angola e que temos aconselhado, como publicista e conferencista, quando o ensejo para tal se nos apresenta.

*
* *

A ocupação e pacificação dos territórios da Colónia pôs termo, desde há muito, às guerras indígenas e às mortandades a que davam lugar. Eliminou-se assim uma causa intensiva de despovoamento.

A vigilância das autoridades européas, disseminadas por toda a Colónia e a acção, infelizmente pouco extensa, dos missionários, suprimiram por completo, ou quási, as práticas homicidas de certos ritos sociais primitivos. Todavia outros costumes igualmente mortíferos ainda subsistem, que não podem ser eliminados, desde já, só pela acção repressiva das autoridades; os ordálios, a medicina feiticeira, a circuncisão e as práticas tradicionais de carácter religioso, da obstetrícia e da estirpicultura indígenas, só podem ser eliminadas



MÃE NEGRA

E' necessário, diz Pouchet, que cada um abafe em si as tendências negativas: a preguiça, a tristeza, o ciúme, a inveja, a cólera, a dúvida, a angustia, o medo; é preciso arrancar do terreno essas hervas más para que nele só o bom grão se semeie. A virtude do optimismo é trabalhar constantemente por essa realização positiva. Elle traz consigo a fé, a confiança, a esperança, isto é a mocidade, a alegria, o *élan*, o entusiasmo. A fé incita-nos a apaixonarmo-nos pelo que é belo, justo e grande, desperta em nós as sans energias e faz-nos aparecer um mundo de luz que não suspeitavamos.

Fé, esperança, confiança, de que tanto necessita o mundo na generalidade e Portugal em particular! Homens novos de Portugal que sois velhos readquiri a mocidade. Homens velhos que sois xêxês, endireitai-vos, levantai os olhos para o céo, dando aos novos as lições da vida, o exemplo da coragem.

O mundo não se acaba. Ao contrário, está no princípio, ainda, da obra gloriosa que tem a dessempear.

HOMEM CRISTO

“Da essência ideal que imortalizou as nossas descobertas, e fez, por um instante, na história do globo, de um punhado de marinheiros e de navegadores a maior pátria do mundo, a eleita do Eterno, a encarnação heróica do Divino, três monumentos de beleza augusta nos ficaram: um retábulo, um templo, uma epopeia. Três Lusíadas: os de Nuno Gonçalves, os de Camões, os de Santa Maria de Belém. Criámos Ésquilo e Prometeu, o redentor e o cantor, o herói ovante, que liberta, e o génio irmão, que o traduz em música. A música da luz, a do mármore, a da palavra. — E ao mesmo tempo que gerávamos as duas epopeias equivalentes, uma na acção, outra no cântico, reproduzíamos a Pátria maravilhosa que lhes deu a alma, criando um novo Portugal, o do futuro, debaixo do novo céu, no mundo novo. O Brasil é a eucarestia sagrada dos Lusíadas. — Fizémo-lo à nossa imagem e semelhança, com torrentes de vida, — o nosso sangue, com um hino de aurora, — a nossa fé, com estrélas de dôr, — as nossas lágrimas. — Fizémo-lo com beijos e canções, lavrando, batilhando e rezando, de armas na mão e de mãos postas. Viver é conviver. Viver é amar. O grau de amor é o grau de vida, e a vida infinita chama-se Deus, — infinito amor.”

Guerra Junqueiro



ou eficazmente combatidas, pela acção educadora, por natureza lenta, dos médicos e dos missionários.

Estas causas de deperecimento das populações africanas são porém secundárias; as mais graves, no parecer das autoridades competentes, são as grandes doenças sociais, próprias do meio ou nêlê introduzidas pelo branco: varíola, moléstia do sono, paludismo, tuberculose, sífilis e alcoolismo.

E não devemos esquecer, para completar a lista, aquelas outras causas já apontadas, de origem mais estritamente social, que resultam do contacto das raças: desagregação tribal, emigração de trabalhadores e a mal definida acção de presença.

Inventariados assim os factores principais do depauperamento demográfico, é fácil estudar os meios de os remover ou reduzir; êles são intuitivos, mas de organização difícil, por complexa e dispêndiosa.

Pois que as epidemias e endemias são as causas mais virulentas da mortandade dos indígenas, pertence ao corpo médico do ultramar o lugar de honra na defesa das populações indígenas.

A acção do médico de assistência aos indígenas, — que não seja apenas um vulgar clínico, mais ou menos especializado em doenças tropicais —, tem sido muitas vezes assemelhada, e com justiça, à do missionário de religião. Caracteriza-os a ambos, o mesmo desinteresse, o mesmo espírito de sacrifício e idêntico amor do próximo. A missão do cientista é completada pela do religioso, e a missão de ambos é eminentemente civilizadora e, portanto, no mais nobre sentido, missão social.

Como o seu confrade religioso, o missionário médico tem de vencer pela persuasão, paciência e bondade, as resistências que opõem ao seu humanitarismo, os preconceitos para nós incompreensíveis, que jazem no fundo da mentalidade dos primitivos. Só quem ouvir os nossos missionários, ou ler as obras tão documentadas de Lévy-Bruhl, poderá talvez fazer uma idéa da profundidade de intuição psicológica, que deve possuir um médico da assistência indígena, para não abandonar descoroçoado a sua obra humanitária, aos primeiros contactos com os seus pacientes negros.

Infelizmente, se há poucas vocações missionárias religiosas no nosso tempo, ainda são mais raras as verdadeiras vocações para médicos de assistência aos indígenas. O seu recrutamento foi a maior dificuldade que teve de vencer a Comissão de Assistência aos Indígenas, por nós instituída em Angola, em 1926.

A nosso ver, como deixamos expresso nos diplomas que organizaram em Angola a Comissão de Assistência e as Brigadas de Combate à Doença do Sono, a protecção e assistência aos indígenas não pode limitar-se ao combate das epidemias e endemias, a começar pela terrível endemia hipnósica. Ao próprio médico incumbem outras missões sociais, tais como a assistência médica e tratamento das doenças vulgares, o combate contra as práticas do feiticismo e da obstetrícia indígena, a propaganda das regras de profilaxia e de higiene individual e social e até a educação moral das populações.

Mas a política de povoamento, no seu aspecto de defesa e conservação das populações actuais, exige outras organizações mais vastas, em que têm de colaborar, sob a orientação superior da Comissão de Assistência, além dos médicos, das autoridades civis e das missões religiosas, outras instituições de iniciativa particular, tais como: Sociedades protectoras das crianças indígenas, Sociedade de protecção

e auxílio às mãs, Sociedades auxiliares das missões religiosas portuguesas, Sociedades tutelares dos trabalhadores indígenas, Sociedades pró-vestuário dos indígenas, Sociedades de auxílio às escolas indígenas e de educação extra-escolar, etc.

As mulheres portuguesas não estão, em regra, preparadas para a prestação do “serviço social” que por natureza lhes incumbe; as mais ousadas limitam-se, quando muito, a representar com duvidosa abnegação o papel de “anjos da caridade”. Quando a educação da mulher portuguesa fôr melhor orientada, a elas pertencerá a iniciativa e direcção daquelas instituições auxiliares. Entretanto caberá a outras entidades, designadamente às autoridades civis e religiosas e aos organismos de acção económica das colónias, o encargo de promover a criação e de orientar o funcionamento das obras sociais de protecção aos indígenas.

E’ evidente, que uma política bem orientada de povoamento não pode contentar-se com esta simples actividade conservativa dos núcleos demográficos existentes; como dissemos, essa política comporta a sementeira e transplantação de individuos e grupos humanos. Os núcleos existentes representam apenas, nesta modalidade activa de povoamento, o papel de viveiros humanos.

Como semente demográfica de povoamento, podemos contar com duas classes de indígenas, que hoje constituem de certo modo, um produto mal aproveitado, melhor diremos um desperdício da acção civilizadora dos brancos; queremos referir-nos aos inadaptados dos dois grupos sociais: os mestiços e os indígenas “civilizados” ou simplesmente estranhos às sociedades gentílicas de que provêm; por exemplo, trabalhadores classificados, antigos serviçais, educandos das missões mais ou menos cristianizados, e outros. Estes elementos, cuja mentalidade se modificou, nem sempre no melhor sentido, pelo contacto com o branco, constituem hoje um elemento perturbador em tôdas as colónias, mas sobretudo naquelas onde, a par das antigas populações indígenas, se fixaram colonos europeus.

O Estado tem o dever e terá a necessidade de, por coacção ou persuasão, acantonar estes elementos erráticos em locais devidamente escolhidos e preparados, com administração de tipo particular, nem inteiramente indígena, nem inteiramente europeia, para nêles formarem núcleos de povoamento.

O problema apresenta aspectos sociais e políticos do maior interesse, que não podemos desenvolver neste breve estudo. Consideramos esta modalidade de povoamento como um meio efficacíssimo de resolver um problema social urgente, assegurando ao mesmo tempo a persistência do domínio e influência portugueses em Angola.

A transplantação como modalidade, de colonização indígena, não é menos interessante nos resultados previstos, embora seja de mais delicada execução que a procedente. Referimo-nos ao deslocamento sistemático de certos núcleos de população indígena, dos territórios que hoje ocupam para outros mais favoráveis ao seu desenvolvimento, ou que pelas suas características climatéricas, sendo impróprios para a colonização branca, ofereçam excelentes condições de vida e de trabalho para as raças indígenas. Esta modalidade corresponde no aspecto, embora divérja nos objectivos à política de “segregação” tão apaixonadamente discutida na União Sul-Africana.

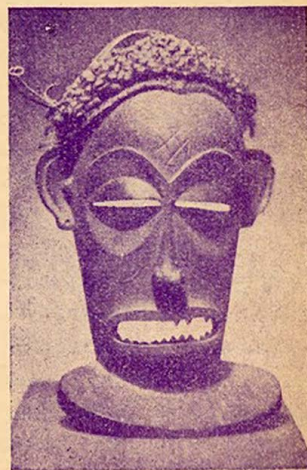
Como dissemos, a “segregação”, ou seja a separação dos elementos africanos dos elementos europeus, já se pratica em Angola,

“Idéa acariciada pelo primeiro ministro desde a sua juventude e que, enfim, se instalou com êle no poder, era a Idéa do Império, isto é, de que se não poderia mais considerar a Inglaterra insuladamente, sem as suas colónias. Vin-te anos antes êle propusera a Derby concederem-se representantes a estas e criar-se o Parlamento Imperial, quarenta anos havia, êle decantara o Governo Federal como a genial medida do futuro.

“Tôdas as vezes que no Parlamento um utilitarista demonstrava que as Colónias, e a India, principalmente, eram pedras muito custosas da Corôa e que seria desejável renunciar-se às mesmas, êle se levantára para lembrar que a Inglaterra nada seria, se deixasse de ser a metrópole de um imenso império colonial e que os anticoloniais, limitando-se a ver os resultados pecuniários, abstraiem das considerações políticas que, só elas, criam a grandeza das nações.”

IN-“A VIDA DE DISRAELI”

por André Maurois



MÁSCARA DE BAILARINO
DA LUNDA

por efeito da repugnância sentida por certas tribus indígenas pela vizinhança dos brancos. Podemos chamar-lhe “segregação espontânea”, para a distinguir da outra que preconizamos, a “segregação regulada”.

Como é sabido, existem em Angola extensas regiões próprias para a colonização branca, e existem outras de clima caracteristicamente tropical, onde o europeu não se pôde fixar senão por tempo limitado. Como é do nosso interesse de colonizadores, que as duas raças coexistam em Angola, e que ambas adquiram o maior desenvolvimento possível, um racínio elementar demonstra que cada uma delas deve ocupar a zona mais própria para a sua existência: indígenas nas terras de clima quente e húmido; europeus nas terras altas de clima temperado.

E’ evidente que segundo a tradição portuguesa, nem os brancos serão excluídos das terras colonizadas pelos indígenas; nem estes serão proibidos de viverem nas terras habitadas pelos brancos. A segregação, mesmo na África do Sul, não é absoluta. O regimen de propriedade e as condições de trabalho determinarão a forma mais equilibrada do contacto dos dois grupos; simplesmente o domínio próprio dos brancos será nos climas temperados dos planaltos; o dos indígenas nos climas tropicais do litoral e das zonas de altitude média, as mais próprias, aliás, para as culturas ricas do algodão, do café e das oleaginosas. Os homens brancos poderão, como se fôsem estrangeiros, possuir e explorar fazendas nas terras quentes e húmidas; os homens da raça preta, mais ou menos civilizados, poderão subsistir como classe proletária ou de pequenos cultivadores, nas terras dos brancos, mas sujeitos às mesmas leis, não se podendo governar pelos costumes gentílicos.

Súrgem, neste lugar, as graves questões, já apontadas, da mão-de-obra indígena e da possível concorrência que os trabalhadores pretos farão aos trabalhadores brancos.

A primeira questão está naturalmente resolvida para as empresas europeas estabelecidas nas zonas de clima tropical; nelas só o nativo pode executar, de forma regular e sem perigo de vida, tanto os trabalhos grosseiros da cultura das terras, como os que demandam uma aprendizagem rudimentar. A mão-de-obra branca, altamente especializada, será recrutada, como no presente, por meio de contratos de duração limitada, interrompidos por períodos de repouso na Metrópole ou nos climas salubres da Colónia. O problema da concorrência não pode existir em tais climas, domínio exclusivo do trabalhador indígena.

Só nas terras altas, domínio futuro da raça branca, o problema da concorrência poderá surgir. O perigo, como dissemos, é muito menor do que se imagina. Com efeito, a experiência prova que essa concorrência só é possível entre trabalhadores não qualificados das duas raças; quere dizer, a concorrência só é possível naqueles trabalhos em que o braço do homem substitue a máquina, e nas occupaões inferiores, como serviços domésticos e semelhantes. O branco, só por miséria ou inaptidão física ou mental, procura êsses empregos. Assim o constatou o economista e sociólogo sul-africano John King na sua obra *The Economic aspects of native segregation in South-Africa*. O mesmo facto se observa actualmente em Angola.

Lisboa, 12-V-1934.



“Não posso compreender que se seja chefe do Governo da Nação Brasileira, sem ser grande amigo de Portugal.

Hoje não nos prende a Portugal nenhum vínculo de subordinação política ou intelectual, e que o povo brasileiro sofre neste instante o caldeamento de várias raças que nos afasta pouco a pouco das nossas origens. Mas, apesar disso, Portugal e o Brasil continuam ligados, não só por vínculos espirituais e pelas manifestações de progresso como ainda pela língua, essa admirável língua portuguesa, de maravilhosa força de expressão, em que Camões cantou os heróis da velha Lusitania. Podemos nós, com a nossa capacidade criadora, dar-lhe tonalidades novas, enriquecer-lhe o vocabulário, modificar-lhe o léxico, a prosódia a sintaxe, — mas apesar disso ela guardará sempre a força íntima que a gerou e será imortal como os heróis e descobridores que o génio de Camões glorificou, dando vida além da morte a esses que por “obras valerosas se vão da lei da morte libertando”.

(Palavras do Sr. Dr. Getúlio Vargas na sessão inaugural do “Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura”).



À MÁRGEM SOBRE A DESCOBERTA DO BRASIL

PELO GENERAL JOÃO DE ALMEIDA

DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL DE OFICIAES
ANTIGO MINISTRO DAS COLÓNIAS
ANTIGO GOVERNADOR DA HEILA
ESCRITOR E COLONIALISTA

(ESPECIAL)



descoberta do Brasil não póde continuar a ser interpretada como filha do Acaso que levou Álvares Cabral a navegar para oeste nem mesmo como uma criação original deste navegador. A crítica do acontecimento

aceitou a razão mais simples onde era necessário ir procurar a mais profunda.

Se não nos limitamos à teoria do Acaso, simples e cómoda em demasia, e consideramos a série de factos que precederam a descoberta da América como fases sucessivas dum plano que se desenvolve até à descoberta do mundo, encontramos não só o rumo de idéas que se opõe à tésse do Acaso mas também os próprios acontecimentos que refazem a História na sua pureza e na sua *verdade*.

Do sentimento antigo àcêrca da existência de terras no Atlântico — essas ilhas misteriosas e as cidades submersas de que sempre falaram lendas portuguezas — resultou a hipótese da sua real existência logo que o espírito de expansão da Raça procura alongar para mais longe as suas explorações através do mar.

E a descoberta de Pôrto Santo em 1418, a da Madeira no ano immediato, assim como o comêço da descoberta dos Açores em 1432 resultam de instruções precisas dadas aos navegadores para explorarem os mares de Oeste.

O sentimento àcêrca da existência de terras no Atlântico — sentimento que se filia em éras remotíssimas que se reportam à submersão da Atlântida — procura uma confirmação nos mares de Oeste para onde os navega-



GENERAL JOÃO DE ALMEIDA

dores portuguezes são conscientemente dirigidos.

Qual o limite dessas explorações? Limitaram-se a galgar as centenas de milhas que nos separam dos Açores numa época em que

os sonhos de glória, o espírito ardente da expansão e novos horizontes económicos impeliam os navegadores para mais longe, para mais além? Não é provável. O próprio facto de se ter confirmado a hipótese da existência de terras no Atlântico leva a supôr que as tentativas de descoberta doutras se teriam feito. Até onde?

Deixemos por agora esta pergunta sem resposta. Ao mesmo tempo que prosseguia a descoberta da costa africana activava-se também com uma persistência visível nas efemérides dos descobrimentos a exploração dos mares de Oéste até à total descoberta dos Açores.

Em 1486 o conhecimento das novas ilhas e a navegação que já as alcançara sêrve de base à hipótese da existência doutras terras mais a Oéste. D. João II nesse ano, efectivamente, concede a Fernão Dulmo, dos Açores, a ilha das Sete Cidades *ou da parte continental... que descobrisse... nos mares de Oéste.*

Como a João Afonso do Estreito, da Madeira, faz idêntica concessão de *metade das ilhas ou do continente descoberto depois de 40 dias de viagem para Oéste.*

E assim se chega a uma primeira hipótese sôbre o descobrimento do Brasil, não por acaso, mas pelo desenvolvimento dum plano em marcha no seu ritmo próprio, bem como a de ter sido essa descoberta anterior a 1500, ano em que as naus de Pedro Álvares Cabral chegam ao Brasil.

Pelos documentos apresentados pelo Sr. Jordão de Freitas, "O descobrimento pré-columbino da América Austral pelos portugueses" (Revista Lusitana n.º 9 de Abril de 1926) demonstra-se que em 1492 foi construída uma igreja junto à fortaleza da Feitoria de Pernambuco — o que prova que os portugueses deveriam ter ali aportado uns anos antes.

Álvares Cabral realiza a descoberta oficial — aquela que já não se opõe às necessidades dum segredo de Estado. Antes dêle outros portugueses tinham alcançado o Brasil.

Como? Não é de admirar mais uma vez a hipótese do Acaso. E posta esta de parte, sacrificada até pela repetição que a destrói, é razoável crêr que foi a exploração dos mares de oéste prosseguindo sempre que levou até lá os navegadores portugueses.

Com este facto harmonizam-se as circunstâncias da descoberta da América por Cris-

tóvam Colombo. O navegador genovês (ou português segundo uma hipótese recente), cultivado em Portugal onde aprendeu a ciência náutica e se embebeu do ardente espírito de expansão que animava os portugueses não devia ignorar nem o ritmo nem os resultados das explorações nos mares de Oéste. Não devia ignorar mesmo o facto da descoberta do Brasil anteriormente à descoberta oficial em 1500.

Quando Colombo se lança para o Oéste não é, decerto, a América que procura, mas sim um outro caminho para êsse Oriente — as Indias — onde então se queimavam os sonhos de glória e os esforços dos navegadores da época. E' facto assente que na sua viagem à América recebeu o roteiro e as indicações dum piloto português, na ilha da Madeira.

Como se explica então, em função dos conhecimentos adquiridos pelas descobertas anteriores essa tentativa de alcançar a Índia pelo Oéste?

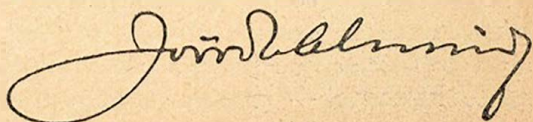
A pergunta só tem uma resposta: Cristóvam Colombo estava decerto convencido que o caminho existia; essa convicção não resultava dum palpite nem duma ânsia de aventura mas sim de factos concretos que permitiam estabelecer uma hipótese aceitável.

Os factos eram o próprio conhecimento das terras da América do Sul que êle devia ter colhido no seu contacto com os navegadores portugueses e com o auxílio do roteiro do piloto.

A hipótese consistia em supôr que a América do Sul, teria o seu limite norte, como a África em fronteira totalmente marítima e que o caminho se abria livre e amplo até essa Índia maravilhosa cujo rumo tantos procuravam fervorosamente.

Quando em 1500 Álvares Cabral descobre o Brasil, oficialmente, já as explorações doutros navegadores e a fixação de portugueses em terra de Santa Cruz tinham desvendado a América do Sul, fornecendo a Cristóvam Colombo a compensação de não ter descoberto o caminho da Índia pelo Oriente: as terras da América Central!

Lisboa, Abril de 1934.



Mais fumo!...

PELO GENERAL LUIS AUGUSTO FERREIRA MARTINS

(ESPECIAL.)

DIRECTOR DE "PORTUGAL NA GRANDE GUERRA"

ANTIGO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL DE OFICIAIS

ANTIGO DIRECTOR DA COMISSÃO DOS PADRÕES DA GRANDE GUERRA

ANTIGO SUB-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO C. E. PORTUGUÊS



ãO já decorridos sete meses (como o tempo voa?...) desde que a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro — simpática instituição pró-Colónias, a que presto as minhas gratas homenagens — me deu a honra de publicar neste seu "Boletim" um artigo que intitulei "Não há fumo sem fogo...". E mais dum ano vai já passado sôbre a discutida entrevista de Roma, entrevista anglo-italiana, precursora do "Pacto das Quatro Nações", que inspirou as modestas mas oportunas considerações que nesse artigo trouxe a público.

Entretanto, a entrevista esqueceu — tout passe... — e o célebre "Pacto dos Quatro" teve a vida efémera das rosas: os seus *espinhos* já não poderão ferir-nos, a não ser que o Pacto venha a renascer, como a Fénix, das próprias cinzas ou porventura regrêsse à vida numa nova encarnação...

Dissipou-se essa densa nuvem de fumo que ameaçava destruir a antiga soberania colonial dos Portugueses, com a mesma facilidade com que, neste momento, formidáveis nuvens de poeira (segundo dizem os jornais) devastam, na América do Norte, enormes extensões de cultura.

¿Poderemos, conseqüentemente, supôr afastado o perigo que então receávamos? Não devemos crê-lo. Outros factos, outros sintomas de quando em quando aparecem, que devem manter-nos de sobre-aviso. Há *mais fumo*...

Não serei tão cruel que fôrce o leitor a sentir náuseas, recordando-lhe pormenores dum livro aparecido no mercado no comêço deste ano, em que um tal húngaro, *ilustre desconhecido*, patrocinado por um professor francês evidentemente falho de memória, se permitiu sugerir a idéa de transformar as colónias portuguesas em mandato da S. N. N., como se pudesse ser aplicado a Portugal — tão vitorioso como a França em 1918 — o art. 220 do Tratado de Versalhes!



Esse francês de Lille que tão depressa esqueceu a nobreza com que portugueses regaram com o seu sangue o sólo da França, justamente na região onde hoje professa na sua cátedra esse francês que tão facilmente esqueceu as manifestações de simpatia, de admiração e de enternecido reconhecimento da heróica cidade universitária, pelos portugueses que em volta dela se bateram pela Justiça e pelo Direito; esse francês esqueceu também que um seu ilustre compatriota, M. Ribot, sendo Ministro dos Negócios Estrangeiros do seu País em 1917, fez um dia a seguinte afirmação: "Portugal assegurou definitivamente, ao lado da Inglaterra, a defesa da sua integridade colonial e da sua existência política".

Lamentável amnésia num sábio professor universitário!

Mas não mexamos mais — para que mais não fêda — na obra nauseabunda desse duo franco-húngaro, que mereceu a repulsa pública do governo da Hungria, pela voz da sua Legação em Lisboa.

Entre outros factos sintomáticos ocorridos no período a que me refiro, é digno de nota o boato de que se fizéram éco dois importantes jornais de Londres, que em letra gorda anunciaram ao mundo que Portugal ia vender, por não sei já quantos milhares de libras, a sua colónia de Timor e que o comprador adquiriria também a parte holandesa que confina com a nossa.

Apressou-se a Holanda a desmentir públicamente a falsa atoadá. Não foi tão pressuroso o desmentido público do Govêrno Português, e a demora, na verdade, não se pode dizer que muito tenha contribuído para o prestígio da sua política.

Mais tarde, em fins de Abril, são ainda dois jornais de grande circulação na Grã-Bretanha que publicam a notícia sensacional e pormenorizada de que Portugal oferecêra vastos territórios de Angola para neles ser instalado um Estado Judaico autónomo. Cinco dias depois publicavam os jornais portugueses o desmentido categórico da surpreendente notícia, desmentido, não pròpriamente do Govêrno, mas do Secretariado da Propaganda Nacional, que se lhe substituiu.

São novos *fumos* que agora vêm de noroeste, resultantes não se sabe de que espécie de jogos ocultos...

Andou também no ar a organização duma grande empresa particular que reüniria uma grande parte, pelo menos, das mais importantes empresas agrícolas e industriais de Angola, combinação que não seria muito prestigiosa para a soberania portuguesa naquela colónia, desde que, como era sabido e natural, os capitais da nova empresa Seriam na sua maior parte estrangeiros. Não sei que benéfico Espírito santo se meteu de permeio, que, segundo parece, fez gorar o negócio.

Outro *fumo* que, felizmente, se dissipa.

*
* *

Nesta resenha lacónica de factos ocorridos nos últimos sete meses, que de algum modo podem interessar à vida dos colonos portugueses, não seria lícito deixar de registar alguns outros, de natureza bem diversa dos antecedentes, que, embora duma fórmula indirecta, apresentam igualmente, para os portugueses, incontestável interêsse, sob o ponto de vista colonial.

Nesse número deve contar-se, em primeiro lugar, a entrada de Portugal no Conselho da S. D. N.



O CAP. D. ANTÓNIO DE ALMEIDA,
VISTO PELO ARTISTA ANGOLANO,
ROBERTO SILVA

Abri mão dos livros fantásticos de aventuras, que sabeis, de antemão, impossíveis, e folhei nossa História.

Ali encontrareis o que possa deleitar vosso juvenil sabor e fazer voar a imaginação fecunda, que nos dêram celtas e nos dêram árabes.

Na História de Portugal, — em nossa História, — tereis de tudo, desde o maravilhoso verdadeiro, com fulgores de lenda, — para sonhadores, — aos sucessos positivos, que espírito positivo possa requerer.

Sim, para conceberdes tôdas as facetas, em que se desentranhou o génio humano, ide e cavai essa mina inexaurível, que, em seu estudo e em sua meditação, pungrir-vos-ão forças para a faina do futuro.

Angola, descoberta por outros mais velhos, mas conquistada, mas feita por nós, pede colaboração, cada vez mais estreita, de todos, nesta pugna, neste jogo, em que seu Comércio figura peça das mais sólidas e vivazes de tal xadrez.

E sois vós, Rapazes de hoje, que fareis o núcleo mais forte dos que ficaram por cá, e cujas cinzas hão de gritar aos que não forem portugueses, que só podem pisar, como hóspedes, o chão que as resguardar.

Permiti agora vos aconselhe patricio mais velho e experimentado:

Que o nome de PORTUGAL seja, para vós, sagrado, porque Ele é vosso Pai e Ele é vossa Mãe.

Que nunca, seja quem for e pelo que for, lhe amesquinhê, ante vós outros, o esforço, que, de séculos, e por intuição subtil, está fazendo, — Ele, pequenino, e exaurido, — a favor de sua criação, em que avulta Angola, filha dilecta.

D. ANTÓNIO DE ALMEIDA
GOVERNADOR DOS DISTRITOS
DE BENGUELA E BIÉ

"A Colónia Portuguesa no Brasil, sejam quais forem as divergências doutrinárias que a diferenciem, é, aí, — deve ser cada vez mais, se possível, a Pátria potencializada e purificada, sublimada, na sua devoção e no seu esforço.

"Sigo com alegria as manifestações desse patriotismo e, onde vejo ou sinto divergências, desacôrdo com o meu pensamento, mesmo aí célebre e louvo o patriotismo, a intenção sincera que as justifica ou as facilitou.

"A actividade portuguesa, no Brasil, como a dos que o reconheceram, povoaram, defenderam. Ue dêram corpo de Estado e alma de Pátria, à grande, portentosa Colónia de Santa Cruz, — transcende, sente-se bem, — e enobrecer o interesse legítimo dos objectivos meramente utilitários. Essa luta devotada e tenaz, fraterna e fecunda, altiva e conscienciosa, paira muito acima das injustiças e dos fáceis epigramas do nativismo inculto e dos menos cultos ou nobres filhos desse grande e bem amado Brasil, — levem-na os senhores em termos de, — acrescentando ao Brasil e à nossa terra, — nos serem motivo de orgulho também.

"Oxalá nada separe, nada irremediável separe ou diminua esse potencial sagrado. Para que, ao serviço de Portugal e do mundo, servindo a Pátria e servindo o Brasil, os portugueses de Santa Cruz sejam um puro e inabalável bloco de devoção e acção. As diferenças partidárias passam. São, muitas delas, ilusões inúteis que o tempo corrige ou desfaz. O que dura, o que cria, o que conta no tempo e na história, é o amor da Pátria, é a visão dinâmica, construtiva, conciliadora, que sem alçaçar a vida e o futuro, une em vez de dispersar, congrega e exalta em vez de humilhar e dividir. E essa força, essa capacidade, possuem-na, aí os que formam a Colónia Portuguesa no Brasil."

AUGUSTO CASIMIRO



GENERAL LUÍS AUGUSTO FERREIRA MARTINS

todos os respeitos, favorável, há que apontar a trágica morte do Rei Alberto da Bélgica, cujo prestígio mundial tanto contribuiu e tanto continuaria a contribuir para a manutenção do equilíbrio das colónias africanas.

Portugueses altamente categorizados, como sejam os Senhores General Nórton de Matos e Conde de Penha Garcia, que tiveram ocasião de privar com o malogrado soberano da Nação Belga, nossa amiga e nossa vizinha em África, sublinharam publicamente, por ocasião de sua morte, quão justamente o falecido monarca apreciava a obra colonial portuguesa e quanto sinceramente pugnara por uma acção comum das duas Nações em defesa das suas colónias convizinhas.

A esse respeito escreveu aquele ilustre general e antigo Alto Comissário da República em Angola:

"... a personalidade do Rei Alberto era tão espiritualmente forte, a sua figura era de tal maneira prestigiosa, que as cobiças que adejam por sobre as terras da África caíram por mais duma vez perante a acção desse homem extraordinário. Indirectamente nós lucrámos com essa acção. E' indispensável para a nossa segurança e para a segurança dos belgas que o equilíbrio se não rompa em África".

Oxalá que o novo Rei Leopoldo se compenetre desta verdade, e seguindo as pisadas de seu Pai, saiba, como Ele, contribuir eficazmente para a estabilidade desse equilíbrio.

Precisamente um mês depois da morte desastrosa do Grande Rei, discursava Mussolini, o grande chefe fascista, perante a segunda assembléa quinquenal do seu partido.

Essa vitória diplomática da Nação — cujo maior quinhão não pode, sem grave injustiça, ser negado à muito hábil e patriótica acção do Delegado Português no areópago de Gênebra, Snr. Dr. Augusto de Vasconcelos — garantindo a Portugal voz activa naquele organismo superior da S. D. N., pode indiscutivelmente vir a ter capital importância quando por ventura ali sejam discutidos assuntos coloniais que directa ou indirectamente a Portugal interessassem.

Em contraposição a este acontecimento que nos é, a

A Nação é a mesma em todas as partes do Mundo. Filhos da mesma grei, vindos da mesma história, cobertos pela mesma bandeira, prosseguindo um mesmo ideal colectivo, nenhuns antagonismos nos podem separar. Nas horas do perigo ou da desgraça as forças de todos constituem uma só força — que é Portugal.

E' preciso que nas horas monótonas ou duras do trabalho de todos os dias assim seja também.

Um País como o nosso, pequeno na Europa, tão grande no Mundo e tão disperso, só numa forte unidade governativa pode encontrar a força precisa para vencer as dificuldades do presente e construir um futuro melhor.

Se é este o sentimento que mais vivo existe na alma da nossa gente, seja qual fôr o canto da terra que ocupe — este é o princípio fundamental de que devemos partir para a construção do Imperio.

Dr. Armindo Monteiro
MINISTRO DAS COLÓNIAS



TIPO POPULAR
MACAÍSTA

Nesse seu sensacional discurso, apontou o Duce os dois objectivos históricos da Itália: Ásia e África.

E desenvolvendo o seu pensamento e procurando justificar a necessidade de expansão da Itália para além do continente europeu, o ditador acrescentou: “que ninguém compreenda mal o alcance desta finalidade secular que confio à geração italiana presente e futura! Não se trata de conquistas territoriais — e que isto seja ouvido por próximos e por afastados — mas sim duma expansão natural, que deve conduzir à colaboração entre a Itália e os povos de África, entre a Itália e as nações do próximo e extremo Oriente”. E mais adiante: “não queremos reivindicar monopólios ou privilégios, mas pedimos e queremos obter que os já chegados, os já satisfeitos, os conservadores, não procurem travar, por todos os lados, a expansão espiritual, política e económica da Itália fascista.”

Seja qual fôr o significado que se possa e se queira atribuir a estas palavras do ousado e voluntarioso condutor da política italiana, não podem elas ser indiferentes às nações coloniais, não podem particularmente, sob o nosso ponto de vista nacional, deixar de interessar sobremaneira à política colonial portuguesa.

*
* *

“São muito cobiçados por algumas potências os territórios portugueses de África. Mas de cobiçar e tirar à força, vai uma distância enorme...

...a Espanha perdeu o resto do seu império colonial, depois duma guerra desastrosa. O perigo que nos ameaça parece ser outro, mais deprimente, vergonhoso mesmo, pois uma guerra infeliz pode vir a ser uma página gloriosa na história duma nação.”

Estas palavras escreveu-as, em 1899, o grande Mousinho de Albuquerque, no seu precioso livro “Moçambique”. E quantas vezes, no decorrer dos 35 anos que já nos separam daquela data remota, o perigo que nelas se aponta esteve sobre nós iminente!

Houve entretanto uma guerra, a Grande Guerra, em que Portugal tomou parte activa, no território das suas duas maiores colónias e na frente ocidental da Europa. Mas a Vitória em que tivemos incontestável quinhão, a “página gloriosa” que ela inscreveu na história contemporânea das Nações, serviu-nos “para garantir o nosso património ultramarino”, como se afirma oficialmente sem sofismas, no Acto Colonial de 1937.

Mal faríamos, porém, se nos deixássemos dormir sobre os louros da Vitória de 1918, tão apagada ela parece já ir estando na memória de vencidos ousados e de vencedores ambiciosos.

E' indispensável que se valorize a nossa obra colonial; é de primeira necessidade que Portugal demonstre claramente ao Mundo que é capaz de administrar e de fazer prosperar as colónias que constituem aquele património ultramarino que a vitória de há quinze anos consolidou e que a Nação guarda ciosamente como o título mais valioso de garantia da sua existência como nação livre.

A primeira condição a realizar é governar bem.

E' ainda no livro do saudável Mousinho que se encontra esta conceituosa afirmação: “E' tanto mais fácil arrancar a qualquer país uma possessão quanto piór esta é governada; é mais fácil e mais honesto e convém não esquecer que “honesty is the best police”.

Sob êste ponto de vista, será bom que não apreciemos a boa governação das colónias portuguesas apenas pelo recentemente apregoadado equilíbrio dos seus últimos orçamentos. Não nos deixemos extasiar perante a maravilha dum superavit orçamental, cuja existência real mal se compadece — pelo menos aos olhos dos leigos em orçamentologia — com as necessidades inadiáveis, com as exigências constantes, de colónias que se encontram em pleno período de desenvolvimento, que não se deve deter, que nem sequer convém suspender.

A competência administrativa, e, dum modo geral, a capacidade governativa de quem dirige colónias, têm de ser observadas por outros prismas, têm de ser aquilatadas por mais sérios e variados elementos de apreciação.

Não há dúvida, no entanto, que bastante se tem feito nos últimos tempos no campo de propaganda interna e externa da obra colonial dos portugueses e justo é assinalá-la por dever de justiça.

A organização e a acção da Agência Geral das Colónias, a participação de Portugal na Exposição Colonial de Paris, a reunião em Lisboa do Instituto Colonial Internacional, a recente criação dum jornal e duma revista de assuntos coloniais que, com o auxílio do Estado, certamente terão vida próspera, são factos a registar — entre outros que porventura me não ocorram — como elementos valiosos da propaganda que é indispensável, entre estrangeiros, da nossa obra colonial tão deturpada, e entre nós próprios portugueses, do valor das joias do nosso património ultramarino que, para tantos dos nossos compatriotas, é quasi por completo desconhecido.

No próprio dia em que estão sendo traçadas estas desataviadas linhas — 19 de Maio — inaugura-se na Metrópole a “Semana das Colónias”, iniciativa meritória da Sociedade de Geografia que desde há tempos a vem realizando anualmente com louvável persistência e que não pouco contribue para aquela propaganda de uso interno, que é absolutamente necessária.

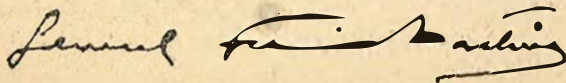
E finalmente, justos louvores merece a iniciativa da Exposição Colonial que dentro de um mês deverá abrir no Pôrto e que promete ser mais uma valiosa manifestação, a patentear aos olhos dos nacionais e dos estrangeiros nossos hóspedes, da actividade e da prosperidade da obra colonial portuguesa.

Que êsse próximo certame colonial venha a corresponder cabalmente ao seu patriótico desideratum, deve ser o voto sinceramente formulado por todos os portugueses que, amando a Pátria, devem amar as suas colónias, parte integrante de Ela, a mais valiosa herança dos nossos antepassados, o testemunho imorredouro da nossa gloriosa História.

Nas colónias se encontram disseminados os padrões implantados pelos descobridores e conquistadores que, há cinco séculos, com assombro do mundo, engastaram essas famosas pérolas na corôa da velha Monarquia de Portugal.

Nelas serão implantados dentro em pouco os padrões que hão de ficar atestando ao Mundo, que portugueses do século XX, europeus e africanos, ali derramaram o seu sangue como amanhã voltarão a derramá-lo, para que não seja espoliado de tão preciosas joias o tesouro que é hoje legítima pertença da ainda joven República Portuguesa.

Algés, Maio
de 1934.



Com a vossa escola-nova preparais matéria prima para a grande obra da comunidade. A escola é ainda hoje para “o pão do espírito” como a antiga masseira, ou artesa, em que desde épocas imemoriais foi amassado o pão alvo de todo o dia — ao calor do lar tradicional, sem fermentos estranhos, apenas levedado pela essência imponderável que faz pulsar o coração da família no organismo comunal.

Tem que fabricar o sustento intelectual das gerações nascentes; para esta fábrica o amassador será diverso, mas é a mesma a substância dos liames que unem os materiais e as partes dos novos templos cívicos, nos quais se preparará a mentalidade do povo à altura dos superiores princípios da nova democracia.

O Templo-da-Paz será um dia a obra-prima da cultura do povo; o povo, como único arquitecto; porque da sua genialidade e da sua inteireza moral surtirá a lei máxima da harmonia entre os homens, que será também da paz entre os povos e as nações.

Cada escola que aparece poderá ser apenas uma tentativa ou esboço, mas, por mínima que seja constitui desde logo um material componente desse palácio simbólico da cultura e da liberdade, o único a que compete, sobre o universo terrestre, o título singelo de “Casa do Povo”

Dr. Ricardo Sevéro



HABITAÇÃO TIMORENSE



M.^{OR} DR. RAÚL MANSO PRETO

GOVERNADOR DE TIMOR

C.^{EL} JOSÉ RICARDO CABRAL

GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE

G.^{AL} JOÃO CRAVEIRO LOPES

GOVERNADOR DO ESTADO DA ÍNDIA

C.^{ÃO} AMADEU DE FIGUEIREDO

GOVERNADOR DE CABO VERDE

C.^{ÃO} RICARDO VAZ MONTEIRO

GOVERNADOR DE S. TOMÉ

M.^{OR} LUIZ DE CARVALHO VIEGAS

GOVERNADOR DA GUINÉ

C.^{EL} EDUARDO FERREIRA VIANA

GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

C.^{EL} BERNARDO DE MIRANDA

GOVERNADOR DE MACAU



A INSTRUÇÃO MILITAR EM MOÇAMBIQUE

PELO CORONEL EDUARDO DE AZAMBUJA MARTINS

OFICIAL DO ESTADO MAIOR
COMANDANTE DO REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 11

(ESPECIAL)



UMA gente mal conhece o grande trabalho instrutivo e principalmente educador, que metódicamente consegue transformar o rude indígena chamado às fileiras, num soldado bem pôsto, com uma instrução acertada e uma educação apreciável, que o torna digno de simpatia.

Assim como antigamente, no tempo das descobertas e conquistas, bastava baptizar um selvagem, para desde logo êle ser considerado nosso irmão em Cristo, assim também hoje, pelos regulamentos militares e por espírito de classe, logo que um indígena vindo da mais recôndita selva, veste uma farda modesta de soldado, êle começa a ser tratado como camarada, pelos seus irmãos de armas e sóbe imediatamente, como homem para uma personalidade mais elevada. Ele calça em breve botas e luvas, com o tradicional aprumo militar, característico do soldado branco ou preto, notando que o preto tem um maior instinto de imitação, sendo maravilhosa a facilidade de aprender tudo que não exija demorado esforço de atenção.

Citemos um facto recente comprovativo do seu aprumo militar.

Um grupo de soldados moçambicanos fez a guarda do nosso pavilhão na Exposição Colonial de Paris e o relatório do sargento europeu que os acompanhou, bem salientava, nalgumas descrições de concursos de tiro, jogos desportivos e na apresentação geral ou em relações com os visitantes, as boas impressões que esses soldados africanos souberam deixar da sua passagem por essa exposição cosmopolita e por Lisboa, impressões muito lisonjeiras e que ficaram registadas devidamente em jornais e revistas.

Os títulos de nobreza do soldado indígena de Moçambique são de longa data reconhecidos.

Esses indígenas são dotados de inteligência, garbosos e aguerridos, há neles uma grande porção de sangue árabe, que se em tempos idos nos tornou difícil a sua pacificação, hoje, porém, nos garantem como militares disciplinados uma valiosa camaradagem.

Trinta e seis cruces de guerra pensionadas foram distribuídas por indígenas de Moçambique, testemunhando mais do que quaisquer objectivos o valor militar desses indígenas durante a campanha contra os alemães.

Anualmente, com regularidade, uma companhia indígena de Moçambique destaca para serviço em Macau e, apesar de se encontrar num ambiente tão diferente em usos e costumes, são constantes os louvores aos serviços dessas companhias indígenas.

Também outros louvores oficiais têm sido publicados por serviços de campanha, ou de polícia, desempenhados por companhias indígenas, ou pelotões, em outras das nossas colónias do Atlântico, na Índia e em Timor. Assim se tem confirmado a tradição de que os indígenas de Moçambique são os nossos melhores soldados. E como os landins foram os primeiros a notabilizar-se, a todos se chamam landins e se popularizaram.

Hoje o recrutamento do soldado indígena em Moçambique é principalmente orientado com a preocupação de que a sua passagem pelas fileiras seja de molde a incutir-lhe elementos seguros de civilização, a língua e os costumes portugueses, e assim, restituir às terras mais longínquas da colónia, em vez do indígena rude e desconfiado, que se recebeu como recruta, um outro homem melhorado com noções de disciplina, capaz de trabalhar útilmente na sociedade humana e com a dignidade patriótica de ser português.

Todo o resto da sua vida êsse indígena conservará um mais alto nível social recordando aquilo que lhe ensinaram. E' freqüente, no mais ignoto sertão, quando aparece uma autoridade, o antigo soldado vir francamente ao seu encontro falar-lhe, fazendo a continência e oferecer os seus serviços, certo que será justamente pago e dizendo com orgulho que foi soldado português.

Ainda que o regulamento de recrutamento das colónias portuguesas seja moldado pelo regulamento da metrópole, compreende-se bem que os administradores civis das circunscrições procurem mandar para o recrutamento militar só os piores elementos das suas terras com o fim, aliás bem humano, de os administradores ficarem lá com os melhores indígenas, aquêles mais naturalmente disciplinados, que mais criarem riqueza e sejam mais pontuais nos pagamentos de contribuições e no trabalho.

Pois apesar dos recrutas não serem dos melhores indígenas a influência colectiva da boa educação militar que lhes é ministrada consegue que até os insolentes e indisciplinados se modifiquem para melhor. E note-se que hoje já não há castigos corporais e, alguma acção mais violenta, que aliás o regulamento disciplinar prevê, tem de ser superiormente justificada, quando raramente exercida.

Por isso hoje, em Moçambique, a vida militar já não mete medo ao indígena. Eles já quando vivem nas proximidades dos quartéis, se apresentam voluntariamente para soldados e bastantes indígenas, que terminaram o seu tempo militar, pedem para ser readmitidos, sendo muitos deles recusados por ser necessário dár a instrução a novas camadas, que depois ficam constituindo as reservas.

Reconhecendo que os indígenas de Moçambique têm boa índole, confirma-se a primeira impressão de Vasco da Gama, que ao primeiro contacto com Moçambique lhe chamou — terra da boa gente — no roteiro da viagem para a Índia. Os séculos que se seguiram à descoberta, felizmente tem confirmado esse título de nobreza de raça para o indígena de Moçambique o qual foi sempre também considerado bom soldado em todas as campanhas a que foi chamado a cooperar com o seu esforço, havendo em Moçambique unidades militares com os estandartes condecorados.

Além da instrução militar a educação moral do soldado indígena é muito cuidada, como se deduz do próprio regulamento de recrutamento, que prescreve aos comandantes das companhias indígenas, tratamento com a — “mais alta equidade e justiça, interessando-se pelo seu bem estar, procurando o maior conforto possível e estudando os costumes indígenas.”

A mais poderosa alavanca para rapidamente levantar o nível da civilização destes indígenas, é o instinto de imitação e a influência característica da camaradagem. É tradicional que entre si os soldados indígenas se tratem por camaradas. O bom exemplo dos graduados brancos e cabos pretos ou soldados mais antigos é também imitado imediatamente.

A educação física dos soldados indígenas é desenvolvida com um carinho familiar (emquanto os exercícios táticos se reserva mais rigor); aproveita-se a ginástica para se intercalarem os jogos desportivos, que tanto impressionam e educam os indígenas, muitos jogos infantis, correspondendo à mentalidade desses indígenas, despertam-lhe a alegria natural, rindo francamente com a alegria de viver.

Frequentes festividades militares, desde a recepção dos recrutas, juramento de bandeira e numerosos concursos, alegram a vida do soldado indígena e os programas dessas festas constam dos relatórios de instrução, e são vistos pela população indígena à qual são franquiados os quartéis.

O canto coral contribui poderosamente para se criar entre os indígenas um alto espírito de dignidade moral e patriotismo.

Além do hino nacional, várias canções, mais ou menos guerreiras, são ensinadas aos indígenas, podendo citar-se a “Canção do Soldado de Moçambique”, da autoria do tenente Mário Costa, a qual acompanhada a cornetas é de um belo efeito marcial, sendo pelos indígenas muito apreciada a sua maneira de falar que na canção se conserva e que transcrevemos por ser interessante:

Levanta a cabeça, soldado africano!
Esquece a palhota, apaga-a da mente!
Depressa dois anos... Depois mais um ano...
Sentido! Firme! Olhar bem em frente.

Cuidado! Cuidado!
Vamos lá a ver
quem é bom soldado,
soldado a valer!

É má a estrada e é grande o calor,
e os pés do soldado batendo bem certo
ao som da corneta, seguindo o tambor,
conseguem tornar o longe mais perto!

Que belos soldados,
que certos que vão!
Que bem ensinados
que eles estão!

Soldadinho preto, português também,
E é Moçambique também Portugal:
porque esta bandeira que ele cá tem,
é como a bandeira de lá, toda igual!

E quando na terra
vivendo por lá,
o chamem à guerra
nenhum faltar! (1)

Todos os soldados indígenas frequentam escolas nos quartéis, (notando que foi num quartel que se abriu a primeira escola pública em Moçambique). Nessas escolas aprendem a falar o português e a escrever, havendo prémios conforme os resultados obtidos.

Regularmente se publicam estatísticas com os elementos colhidos nessas escolas, na educação física e na



SOLDADO INDÍGENA DE MOÇAMBIQUE
EXPEDICIONÁRIO A MACAU

(1) — Estes versos são acompanhados com a marcha *Timpanas* do film “A SEVERA”

O SUL DE MOÇAMBIQUE

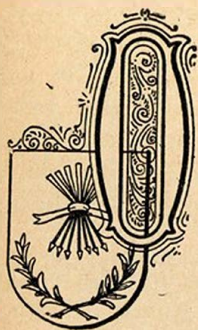
ENTRE O INDICO E OS LIBOMBOS

PELO DR. JOAQUIM SALDANHA

JORNALISTA — ADVOGADO

DIRECTOR DA CADEIA DE LIMOEIRO

(ESPECIAL)



LHANDO para o mapa da nossa província de Moçambique, verifica-se que os limites para o Sul se estreitam consideravelmente na altura onde fica situada a cidade de Lourenço Marques, formando uma apertada faixa, de algumas dezenas de quiló-

metros, entre a fronteira dos Libombos e o Oceano Indico.

Lourenço Marques é pelos ingleses e pelos mapas estrangeiros, de influência inglesa, designada por *Delagoa Bay*.

Esta designação de *Baía da Lagôa*, formada pela confluência de vários rios, entre os quais o Matola, o Umbeluzi e o Maputo, provem de, aos primitivos navegadores europeus, se afigurar ou constar, erradamente, que aquele estuário tinha origem numa lagôa.

O lugar, num pequeno declive de areia, convidava, então, pouco a ser habitado, porque junto à linha da baía em que a vida da pesca e do comércio tinha de iniciar-se, o ponto era pantanoso e doentio, não havendo água potável suficiente.

acção disciplinar, sendo raros os crimes praticados pelos soldados indígenas.

Em conclusão, pôde observar-se que a defesa de Moçambique, entregue aos portugueses que lá estão, se encontra bem confiada ao soldado indígena moçambicano fortemente nacionalizado. Tòdos os anos perto dum milhar de soldados indígenas são chamados às fileiras, enquanto por seu turno outro milhar volta às suas terras, onde constituem uma reserva e derramam pela Província o impulso civilizador, que receberam durante o seu serviço militar.

Lisboa — 1934

Coronel Ed. A. Ambrosio Martins



DR. JOAQUIM SALDANHA

Mais tarde, um português, de nome Lourenço Marques, de visão larga, forte iniciativa e rija tenacidade, estabeleceu-se ali e deu impulso firme ao primeiro núcleo populacional que fundou e a que legitimamente foi dado o seu nome.

Os ingleses, porém, nunca adotaram, de bom grado, a designação de Lourenço Marques. Isto vem do tempo em que pretenderam disputar-nos êsse domínio, com base na hipotética ocupação dum tal capitão Owen, seu súbdito, derivando daí um conflito que, submetido à arbitragem do Presidente da República Francesa, Mac-Mahon, foi resolvido a nosso favor como era de clamorosa justiça.

Foi, talvez, por esta razão que a Inglaterra se recusou a submeter à arbitragem a questão de que resultou o brutalíssimo *ultimatum* de 1891 em que Portugal foi grosseiramente espoliado da região ao sul do Lago Nyassa, Blantyre. E a relutância de se conformarem com o nome portuguêsíssimo de Lourenço Marques tem persistido, pois, não obstante os protestos e algumas medidas tomadas pelos portugueses, aquela nossa capital é ainda designada, nos roteiros de navegação, no comércio externo e nos correios, teimosamente, por *Delagoa Bay*. Eis um caso para o qual chamamos a atenção do Secretariado da Propaganda Nacional, no estrangeiro.

Este facto, em si trivial, e sem grande relevância, tem para nós, portugueses, certo melindre e fere a nossa sensibilidade patriótica, porque em várias emergências se têm manifestado a inveja e a cobiça dos estranhos por aquele nosso precioso domínio.

Os que hoje mais namoram a região de Lourenço Marques são os habitantes da União-Sul-Africana, sobretudo os Estados do Transvaal e da Swazilândia, por não terem comu-

nicação nem saída para o mar, mais próxima, mais fácil e mais cómoda.

Esta União, antigo domínio inglês, após a guerra anglo-bóer, nos fins do século passado, é já hoje uma vigorosa potência africana, a dois passos da absoluta independência, e, se ainda faz parte dos *Dominions* da Inglaterra, é mais por conveniência própria do que por receio da vontade e da força do Império Britânico. Por isso, é de supôr que aos ingleses da Grã-Bretanha não interesse grandemente, hoje, a posse de Lourenço Marques e até, se houvesse o propósito, da parte da Inglaterra em se opôr, pela força, à independência daquele país, mais lhes conviria que esse território-tampão — permanecesse nas nossas mãos, para mais facilmente dominar a rebeldia, como já sucedeu em 1898, na guerra com o Transvaal e Orange.

O certo é que, primeiro, os ingleses, desde os tempos de Cecil Rhodes, o grande paladino da expansão inglesa na África e, depois, os actuais sul-africanos, descendentes dos colonos ingleses e holandeses, nunca deixaram de manifestar desejos de adquirirem aquela faixa de território português que tem a leste o Indico e a oeste as montanhas dos Libombos, chegando em tempos, a empregar todos os meios para nós lha vendermos.

Foram estes apetites e estas ameaças que levaram os portugueses a concentrar tôdas as suas atenções no território ao sul do paralelo 22° e a desenvolver alí uma cidade e um pôrto de mar que é hoje uma das mais prósperas, mais ricas e mais belas da África Oriental.

Foi depois da nossa luta com os vátuas, que por trás da cortina tanto foram auxiliados pelos ingleses, e da acção épica de Mousinho, Galhardo e Couceiro e do govêrno de António Ennes e de Freire de Andrade, que aquela cidade recebeu um rápido e maravilhoso impulso de incremento e de renovação, chegando a exceder em muitos aspectos as próprias cidades da Metrópole.

Foram rasgadas amplas e numerosas avenidas, a breve trecho alinhadas de magníficos prédios e lindos jardins, servidas por carros electricos, saneada com todos os requisitos modernos, abertas largas praças ajardinadas a preceito, construídos sumptuosos edificios públicos, museus, teatros, casinos e hoteis, entre os quais, um dos melhores do mundo — o *Polana*, pelo conforto, luxo e dimensões, si-

REMÉDIOS BRASILEIROS

Já com larga procura em
Portugal e África Portuguesa

Protinjectol:

Contra todas as infecções
Estimuloterapia inespecífica
Efeito curativo surpreendente-
mente rápido em tôdas as
moléstias infecciosas

Colifagina:

Bacteriófago anti-coli ?

Disenterifagina:

Bacteriófago anti-disentérico

Estafilofagina:

Bacteriófago anti-estafilocócico

Peçam os folhetos com relação completa e detalhes
dos produtos do

LABORATÓRIO RAUL LEITE

Caixa Postal 599

Rio de Janeiro

tuado no alto da colina, donde se admira um soberbo panorâma sôbre a baía do Espírito-Santo, que é das coisas mais grandiosas de tôda a costa oriental.

O pôrto de mar, dotado dum esplendido cais acostável, ao longo do qual corre o caminho de ferro, recebeu beneficiações,— armazens e frigoríficos, e apetrechamentos, onde o Estado Português gastou cêrca de oito milhões de libras, que o tornam único em tôda a costa oriental, a ponto de alguns navios ali fazerem cargas e descargas que não é possível efectuar nos portos sul-africanos mais próximos.

Estas obras fizeram-se, principalmente, para satisfazer os pedidos dos sul-africanos nas necessidades do seu tráfego e da sua expansão económica e por o nosso brio nacional não sofrer dúvidas ou queixas sôbre a nossa capacidade para o desenvolvimento do comércio e da colonização.

Obedecendo ao mesmo critério, cortamos a região até a fronteira com várias estradas e dois caminhos de ferro: o de Lourenço Marques a Johannesburg, por Ressano Garcia, e o de Lourenço Marques à Swazilândia.

A êste nosso esforço hercúleo que, só por si, basta para demonstrar a nossa excepcional capacidade civilizadora — os nossos vizinhos sul-africanos teem-nos correspondido pèssimamente.

Depois de lhes fazermos tudo quanto nos pediram, incluindo o caminho de ferro da Swazilândia, sob a promessa de o continuarem no seu território (e a que eles faltaram bem desairosamente) depois de lhes fazermos tôdas as obras e concessões possíveis no domínio das facilidades de transportes — insaciáveis e ambiciosos, acabaram, há poucos anos, de nos pedirem a sua intervenção na

administração do pôrto e do caminho de ferro de Lourenço Marques!...

Era, então, ministro das Colonias, o grande colonial e o grande português, comandante João Belo, que repeliu, com serena altivez e nobre dignidade, a vexatória pretensão do condomínio administrativo, numa carta ao primeiro ministro sul-africano general Hertzog, que já hoje pertence à História, por ser um documento dos mais notáveis do nosso orgulho nacional.

Rejeitada essa insólita pretensão, os sul-africanos iniciaram contra nós uma política de dificuldades, na mira de nos fazerem render pela míngua, desviando o seu tráfego para os portos do Natal e Cabo, aumentando as tarifas de importação dos nossos produtos e por último, denunciando a Convenção de 1929 sôbre o recrutamento de indígenas do Sul do Save para as minas do Rand.

E' a altura dos portugueses saberem cor responder, mais uma vez, com grandeza de ânimo, com estoicismo, com altivo sacrifício e com indomável orgulho, à guerra económica que nos está sendo declarada.

Mostremos aos sul-africanos que ainda precisamos menos deles que eles de nós, organizando a nossa autonomia económica, valorizando essa faixa apetecida entre o Indico e a fronteira que, pela natureza do seu sólo magnífico para a cultura e pela produção agrícola e industrial, pode, e deve, compensar, em grande parte, as faltas com que os nossos vizinhos julgaram castigar a nossa dignidade altiva de portugueses.

A isso obedecem a irrigação do Vale do Limpôpo, já dotada com um milhão de libras e a irrigação do vale do Umbeluzi, cujo projecto está quási concluído — e ainda as medidas financeiras de redução de despesas orçamentais da Província, — e a isso devem obedecer outras realizações que o Govêrno Português não deixará de tomar e pôr em prática ainda que para isso seja necessário empenhar a própria camisa que trazemos vestida!

Lisboa, Fevereiro de 1934.

João Bernardino Salgueiro

MADEIRAS

MATERIAIS

Irmãos Amara! Nogueira

Cimento, Cal, Telhas, Tijolos e Manilhas sempre em stock

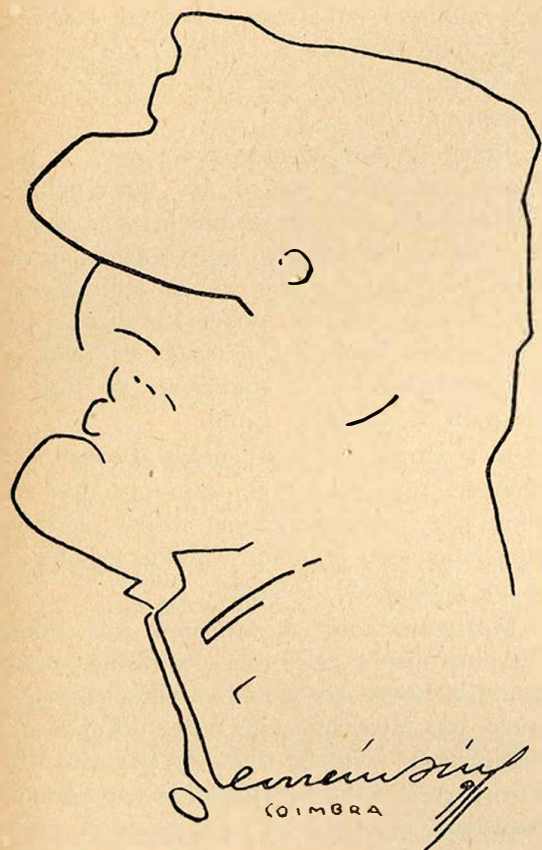
Tacos, trizos, torros, em madeiras nacionais, aparelhadas
e para tôdas as applicações.

RUA RIACHUELO, 201 - TEL. 2-4728

RIO DE JANEIRO

CÂNTICO NO

(ESPECIAL)



(O CAPITÃO AUGUSTO CASIMIRO, QUANDO
ESTUDANTE, VISTO PELO LÁPIS DE CORREIA DIAS)

Esta ilha é uma nau. O Atlântico profundo
Arrola, bate, beija, morde as amuradas
Basálticas... A nau do meu desterro é um mundo
Perdido em mar azul e névoas apressadas.

Ouçõ o vento gemer, sem descanso. A distância,
A ausência, a solidade,
Tornam-se em minha alma clara infância,
Tranqüila fé, íntima liberdade!

Aqui, sou livre embora prisioneiro!
O meu olhar enamorado corre
Tôda a volta do azul, meu olhar de gageiro,
Da minha gávea na altaneira torre!
Aqui a minha fé dobra-se de lembrança
E alôr do porvir.
—E' o futuro, é o passado!

Já no meu coração, lusiada exilado,
A saudade se fez indômita esperança!
Sinto comigo, aqui, vivem comigo, tenho
Junto ao meu coração aqueles donde venho,
Por cuja graça luto, sôfro, sou!
Ando, como Eles, num cruzeiro do mar bravo,
Na derrota da Índia, a procurá-la!
—Escravo
Do meu amor sômente, afronto o mar e vou!

Alou-se o meu sentir à grandeza dos céus.
Vela junto de mim uma eterna presença:
—A dos que fôram luta ardente, fé intensa,
Preparando o futuro ao serviço de Deus!
— Os que levando a paz embora em som de guerra,
Desbravadores, bandeirantes, pioneiros,
Servindo o amor cristão ou um egoísmo impuro,
Tinham, do imenso mar, descoberto cruzeiros,
Aprisionando o mar dilatavam a terra,
Para lá do presente olhavam o futuro!
Que eram força imortal, ânsia divina, vida
A fluir, a acordar, a criar, revelando,
Aproximando, conquistando, libertando!
O desejo irrequiêto e alto, o amor fecundo,
A alma em actos ou em prece erguida,
A emancipar, a redimir o mundo!
— Esses e os que hão de vir, os que se êrguem jurando,
Sem cólera e sem ódio, a serena obediência
Que é liberdade e afirmação de consciência,
Ante-amanhã doutras vitórias sôbre a terra!

— Os que só por amor sofrem ou fazem guerra,
Quantos, por ser com Deus e com o mundo, amando,
Fieis a Portugal, sofrem a sua ausência!
— Os que tenta a amplidão e não mareia o abismo,
— E os que da sua dôr ou nos destêrros têcem
Com puras mãos, serenamente, o próprio heroísmo!
— Os que batalham e triunfam ou perêcem,
— Os que são imortais por serem a vitória

Que não tráí o Futuro e não falta à Justiça!

— Quantos na hora do infortúnio desconhecem
A derrota aparente e são a força, a glória
Eternas frente à força transitória!

— Cântico de arrebol nas tragédias suprémas,
— Aleluia sôbre a morte no calvário!
— Os que contra Satan despedaçam algêmas
Para desencantar o sonho milenário
Do colosso que dorme, e o Futuro que espera
A redenção p'ra ser beleza, primavera,
Idade nova, rútilo progresso,
Maior justiça, amor, alma, regresso
Ascensional a Deus!

DESTÊRRO

— Quantos, dàquem e dâlem morte, batalhando,
Vivos e mortos, no sagrado alerta,
Fôram e são ânsia de descoberta,
Generosa ansiedade, inquietação divina!

— Sinto-os comigo, aqui, são a serenidade

— Da minha alma que compreende, anima,

— E perdôa e espera

— Para glória da vida!

Nesta ilha perdida
O coração da Terra ergueu-se ao alto!

Aqui, de joelhos, eu,
Sôbre o vento e o mar que assaltam o basalto,
Êrgo o meu coração, sinto mais perto o céu.

Pônho as mãos numa prece, escuto comovido,
Com fremente emoção,
Uma profunda voz, indômito sentido
De Liberdade, de Futuro e Criação!

... Cala-se, ao fundo, o mar... No regaço dos montes
Poisam as névoas mais o vento, descansando...
Cêrra-se a bôca azul dos horizontes,
Fica o céu escutando...

Abre-se a flôr dos séculos. Exala
O coração do tempo o seu mistério...
Vibra no azul etéreo
O coração do mundo... — A vida fala!

E o canto sobe, vem dos abismos sombrios,
Do tenebroso mar e das terras ignotas,
Dos continentes e das terras redimidas.

Sôa mais alto que a tormenta e os desvarios
Que são blasfêmias! E' mais forte que as derrotas
E o magoado clamôr das batalhas perdidas!

E' a própria vida em luta, a eterna luta,
Que faz a redenção,
Da alma inquiêta contra a força bruta,
Do arcanjo alado contra a escuridão!

E' o hino triunfal da divina esperança,
E' a voz que anuncia, o baptismo que exalta,
O esforço que não cansa,
O grito que emancipa, a mão humilde e alta
Que abençôa e conduz, que mutila e espedaça
Mas libêrta, o gesto que ameaça
E derruba mas levanta e abraça!

E esta voz enche o mundo, indômita aleluia!

Canta a ressurreição das vitórias sepultas,
Vibra a força imortal que faz nascer o dia
E acordar e brotar as nascentes ocultas!

Êrgue, tempêra em nós o renovado alôr
Que nos leva e conduz, entre abismos e alturas,
Astros e corações, coisas e criaturas,
A maior perfeição, a mais erguido amor!

Já ilumina os cárceres, transcende
As muralhas sombrias! Clama, ascende,
E' a voz do Génesis do mundo!
E' a voz de Cristo no Calvário, há dois mil anos!

Brota do mais profundo
E alto sentir da Vida! Escuto-a em mim
Como um deslumbramento!
Escuto! Escuto! Sou a frágil caravela
Assombrada, a correr, ao meio da procela,
E em que Deus pôs a alma, a certeza dum fim!

... Na minha alma sopra o mesmo vento
Que enfunou e levou as velas na largada
De antanho!

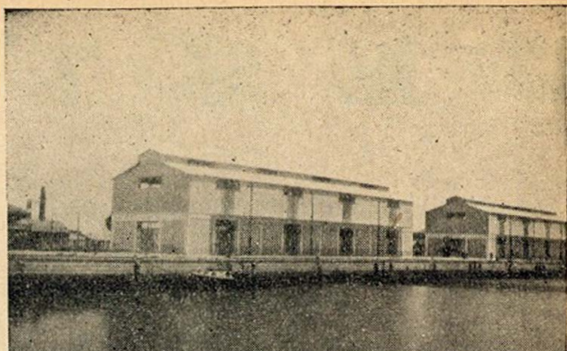
— Nesta hora de alvorada,
Mas de tormenta e dôr,
Êle é que nos sustenta
De firmeza e amor!
E nos guia e nos leva
Rasgando o mar de treva
Para um mundo melhor!
... Sôpro de Deus moldando o caos tenebroso,
Esforço eterno, indominável de Titan,
Em que se fundem já no esforço luminoso,
As dôres de ontem e a justiça de amanhã!

Brava — Cabo Verde, 1934.

AUGUSTO CASIMIRO

Colonização do Planalto de Benguela

(ESPECIAL)



LOBITO — CAIS DO PORTO

PELO CAPITÃO JAIME REBELO HESPAHHA

PARA falar do planalto de Benguela, é preciso dizer algumas palavras acerca da nossa Província de Angola, a maior das nossas províncias ultramarinas, com uma superfície de 1.255.775 quilómetros quadrados, 14 vezes maior que Portugal, com 1625 quilómetros de costa banhada pelo Atlântico e com mais de 1440 quilómetros de largura. Sob o ponto de vista da sua colonização, Angola pode dividir-se em três zonas: a do litoral, insalubre, mas onde a indústria de pesca e a cultura de produtos tropicais, como algodão, oleaginosas e café, podem dar excelentes resultados; a do pre-planalto, com altitudes de 600 a 1200 metros, onde é possível a criação de bois e com terras que podem produzir beterraba, cana sacarina, borracha, algodão, cânhamo; e, finalmente, a zona planáltica, com altitudes de 1500 a mais de 2000 metros e dividida por três planaltos: o do norte, no interior de Luanda, chamado de Malange, o central, no interior de Benguela, que lhe deu o nome e, ao sul, o de Mossamedes. As áreas dos três planaltos são, respectivamente, 2.100.000, 4.516.000 e 1.170.000 hectares, havendo portanto, em Angola, 7.786.000 hectares de terrenos agricultáveis nos planaltos.

À parte as riquezas agrícolas, Angola possui importantes riquezas minerais como as minas de cobre do Bembe e Zenze, o ferro em Oeiras, a hulha no Zenza e Itombe (distrito de Cuanza), o ouro na Cassinga e petróleo no interior de Luanda, sem falar nas riquíssimas minas de diamantes.

Este grande domínio poderia ser um Brasil ou uma América do Norte mas não o é por falta de homens e de dinheiro. Rialmente os nossos seis milhões de habitantes do continente, seriam uma gota de água em Angola.

Mas, porque não se tem colonizado? É difícil responder; entretanto, entre outros motivos, posso destacar o nosso exagerado patriotismo, um bairrismo prejudicial, um temor de que os estrangeiros nos comam a Província com a sua concorrência ou, então, um injustificado receio do pouco valor das nossas qualidades de colonizadores, bem provadas em séculos de História.

Devemos reconhecer que Moçambique seria, talvez, o mesmo que é Angola se a acção (nada desinteressada, é certo!) dos ingleses, nos não tivesse estimulado e se o "ultimatum" de 1891 nos

não tivesse vergastado os brios. O nosso patriotismo, endêmicamente mórbido, ressurgue, sempre, ao pressentirmos estranhos a querer meter o nariz na nossa casa, a querer intervir no que é bem nosso e que bastante sangue nos custou a ganhar.

Após este preâmbulo, vou tentar fazer uma descrição sumária do planalto de Benguela e escolho este por ser o mais extenso e por, embora tenha as mesmas condições climáticas do planalto sul (Mossamedes), é o que tem maior área de terrenos disponíveis, ao passo que este tem as suas melhores terras tomadas.

Os factores latitude e altitude são factores importantes para a agricultura. Segundo Humboldt, a 80 m. de altitude corresponde o aumento de um grau na latitude e, assim um ponto do planalto de Benguela cuja latitude seja 15.º e tenha 1600 metros de altitude equivale, para efeitos agrícolas, a um ponto que tenha a latitude de 35.º e, portanto, é possível cultivar nelle trigo e mais cereais.

A área colonizável do planalto de Benguela é calculada em 46.160 quilómetros quadrados, de terrenos com mais de 1500 metros de altitude. Porém, como parte do pre-planalto e, em geral, as zonas de altitude superior a 1300 metros são saudáveis, pode calcular-se em 65.000 hectares a área colonizável em condições climáticas semelhantes às da Metrópole.

HIDROGRAFIA

É no planalto de Benguela que nascem quasi todos os rios de África, como é natural por elle ocupar uma posição central e por nelle haver as maiores altitudes do continente negro. O Cunene, o Quanza, o Cuvo, o Zambéze e o Catumbela têm aí os seus primeiros braços e muitos dos seus afluentes.

Toda a região é cortada por numerosos rios, muitos deles, permanentes. Os rios principais do planalto são o Cuanza, Cuangar, Cassae, Cunene, Cubango e Zambéze.

OROGRAFIA

As máximas altitudes são os montes Lovili, com 2370 metros e o Elonga, com 2300.

A região não é montanhosa e a média das suas altitudes é de 1750 metros, devendo ter-se em conta que a altitude minima do planalto é de 1500 metros.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

O planalto tem, de magníficas e longas estradas, cerca de 30.000 quilómetros e o caminho de ferro que o atravessa é o melhor de África. Poucos rios são navegáveis, e os que o são, só em pequenas extensões.

CLIMA

Há duas estações no ano: a época das chuvas e a seca; a primeira começa em Outubro e finda em Abril e a segunda vai de Maio a Setembro. No tempo das chuvas, raramente a temperatura é inferior a 10° centígrados e, a máxima, 30° à sombra. De Maio a Setembro, a máxima atinge 21° nos locais de altitude de 1500 metros e 18° nos de altitude maior. A mínima é de 1° em Julho podendo, mesmo, excepcionalmente, ser inferior nas margens desarborizadas dos rios, ao passo que, nas margens dos rios de grande caudal e revestidos de árvores, a temperatura nunca é inferior a 4°.

As condições climatéricas permitem a colonização pela nossa raça e a sua reprodução, sem degenerescência, assim como aos europeus, conservar aí os seus hábitos da Metrópole sem nenhum inconveniente para a saúde.

A época das chuvas e, em especial, os meses de transição para o tempo seco, são os piores para a saúde dos colonos e, pelo contrário, a época seca e, principalmente, os meses de Junho a Agosto, são os mais saudáveis. Mas não se assustem. Eu, que por lá andei largo tempo, nunca tive uma dor de cabeça, nem uma ligeira constipação, ao passo que aqui, em Lisboa, é certo apanhar uma gripezita em cada mudança de estação.

Enfim o clima temperado do planalto permite empregar lá, intensamente, a nossa actividade desde que se não pratiquem excessos, que tem em toda

a parte são perigosos, nem se desleixem as medidas higiénicas indispensáveis para conservar a saúde.

Essas condições não podem constituir para ninguém, nem mesmo para os medrosos, motivo suficiente para não desejar viver lá e, tanto mais, que as causas de mortalidade são muito menos que na Europa, embora algumas sejam diferentes.

O europeu e, em especial, o latino, pode fixar-se sem reccios, no planalto, ter lá a sua família e criar os seus filhos tão bem ou melhor do que cá e este facto é importante já porque favorece a fixação dos colonos, já por não se tornar necessário o seu regresso, periodicamente, à Europa, para fortalecer o organismo, o que custa bem bom dinheiro, e ainda porque as despesas de instalação em África são assim menores.

FAUNA

A fauna pode fornecer, ao colono, bastante caça e, nos rios grandes, algum peixe, não havendo a temer as feras tão citadas nas histórias que se contam acerca de África.

Os bovinos, tratados com cuidado e fornecendo-lhes boas pastagens, vivem aí bem, assim como os ovinos e o gado cavalhar, muar e asinino. O planalto é ideal para a criação de suínos, pois alimentam-se muito economicamente com os produtos da terra e não ha as epidemias que causem a sua mortalidade.

Coelhos, galinhas, patos, podem criar-se também, e a sua alimentação pouco dinheiro custa.

FLÓRA

Esta fornece madeiras para todos os usos, desde a lenha para cozinhar até às melhores para marcenaria. Entre elas posso citar a acácia, que é espontânea, o eucalipto, a pimenteira, a amoreira e a casuanina, que é indígena mas optima para móveis.

Quanto a outras plantas, mais abaixo falarei.

EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Os terrenos junto á linha férrea não são os melhores para a agricultura porque, sendo o caminho de ferro de penetração e seguindo, por esse motivo, a linha das alturas, resulta que esses terrenos, têm muito pouco humus por ter sido dissolvido e arrastado pelas águas das chuvas; os terrenos melhores são os situados a cinco quilómetros, pelo menos, da estrada férrea.

Embora no planalto se dêem o ricino, o amendoim, e o gergelim, não é a região mais indicada para a cultura de oleoginosas, mais própria das zonas do litoral e do pre-planalto.

A seguir indico as culturas que com êxito, se podem efectuar:

Cereais: milho, trigo, centeio, aveia e cevada.

Legumes: feijão, grão de bico, fava, ervilha, soja e arroz.

Tubérculos: batata vulgar e doce, beterraba e inhames, que são de grande rendimento.

Texteis: linho, cânhamo, ortiga branca, agave e cisal.

Hortícolas: Todas.

Frutas tropicais: ananás, banana, cajú, manga, goiaba, pitangas, papáia, cussussua, etc.

Frutas Europeas: laranjas, tangerinas, cidras, limões, pêras, maçãs, pêssegos, figos, damascos, ameixas, nêspas, medronhos, ginja, romãs. As fruteiras de maior e melhor produção são as de fruto ácido: as laranjeiras, limoeiros, cidreiras e

SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 8-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

tangerineiras têm flores e frutos simultaneamente e produzem durante oito meses do ano.

Diversas: vinha, borracha, mandioca, araruta, mostarda; o tabaco dá boa produção; o café também produz bem mas não é tão saboroso como o das regiões tropicais.

EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL

Com muitas probabilidades de êxito, podem instalar-se fábricas de serração de madeiras, marcenaria, borracha, carnes, tecidos, tinturaria, para a qual abundam as plantas a esta indústria indispensáveis, sacaria (com as fibras de agave e do cisal), descasque de arroz, moagem de cereais, conservas de frutos e sericicultura.

MÃO DE OBRA

Para o trabalho é possível, e mesmo fácil, recrutar indígenas, que têm hábitos pacíficos, tendências comerciais, boas qualidades morais, factores êstes de sucesso, se forem bem aproveitados.

O preto é honrado e bom... quando o não fazem mau; é desconfiado e teimoso mas a desconfiança pode desvanecer-se se o patrão não a justificar com o seu procedimento e a teimosia é, às vezes vantajosa porque ele conhece, melhor de que o colono, a terra donde é natural.

O ano de trabalho tem 317 dias pois, aos domingos, o preto desgo-ta-se, seriamente, que o forcem a trabalhar.

Contando com 65 dias que há, no ano, de chuvas intensas, durante os 7 meses que chove, há sómente 252 dias úteis de trabalho que, sendo bem aproveitados, rendem muito.

COLONIZAÇÃO

A situação geográfica do planalto, as suas magníficas condições climáticas, orográficas e hidrográficas, permitem a agricultura em larga escala e as industrias dela derivadas.

A sua área colonizável é bastante grande para que lá possa caber muita gente sem se ter de andar aos empurrões e, com um pouco de bom senso, um nadinha de inteligência e uma vontade grande e forte, o planalto deve transformar-se num grande empório agrícola, comercial e industrial.

A colonização pode ser rica ou pobre. Da rica pouco direi: feita por grandes empresas capitalistas, não creio que tão cedo, ela seja possível porque o capital só aparece quando se julga bem seguro de obter um belo rendimento e este facto ainda se não verificou e, a confirmar esta asserção, há a Companhia de Diamantes de Angola, formada por se reconhecer, indiscutivelmente, a existência de minas ricas em diamantes. Quanto á colonização pobre, aquela com que eu mais simpatizo, pode e deve ser feita por famílias completas, idas da Metrópole em condições de, chegando lá, não terem de desanimar e amaldiçoar a hora em que embarcaram, por se verem a braços com todas as necessidades mediatas, em terra estranha, e sem terem forma de as satisfazer.

O plano, ideal, a pôr em prática, seria o tentado pelo Alto Comissário, Ex.º Senhor General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, mas que não foi realizado por falta de dinheiro, dizem, (e, realmente, nesse tempo, havia tantos esquadrouros para ele!...) mas, creio-o, por o tempo de permanência dêsse alto vulto no seu cargo não ser o bastante para cumprir o seu inteligente plano e, também, em virtude dos ataques de sapa de que

foi vítima por parte de inimigos invejosos, que nunca faltam no nosso país a todos que pretendem fazer qualquer coisa de útil e grande.

Esse plano consistia em mandar, anualmente, de Portugal para o planalto de Benguela, cinquenta famílias em cada uma das quais houvesse, pelo menos, um membro que não fôsse analfabeto e essas famílias seriam recrutadas em todo o País.

As facilidades concedidas a esses colónos, seriam as seguintes: gratuitamente, éra-lhes concedido: casa e dependências agrícolas, ferramentas e alfaías agrícolas, despesas de irrigação e desbravamento de 25 hectares de terreno e um fundo de exploração em dinheiro; as restantes concessões: sementes, gados de trabalho e de criação e mobiliário, seriam pagas pelos colonos, depois do terceiro ano da sua instalação e em prestações anuais do valor de um terço dos lucros obtidos com a exploração.

Haveria um contrato estipulando os direitos e deveres dos colónos.

O plano é grandioso e de um grande alcance: ao fim de 10 anos, teríamos no planalto de Benguela, 500 famílias que, constantemente, chamariam outras tantas e, então, talvez já não fôsse mais preciso o Estado subsidiar os nossos colonos.

A despesa a realizar com tal programa seria, tenho a certeza, largamente compensada: pelo maior valor de matéria colectável, pela diminuição do número de famílias que lutam com a miséria por os seus chefes estarem desempregados e, finalmente, e esta seria a maior compensação, por Angola ser colonizada, tornando-se dentro de, o máximo, cinquenta anos, um novo Brasil.

* * *

Vai para três anos, criou-se, entre nós, um fundo de desemprego para o qual contribuem quasi todos os trabalhadores não servindo o Estado, e os seus patrões, com dois por cento dos vencimentos, receita que é acrescida de mais dois por cento do valor da contribuição predial.

Este fundo, á custa do qual se tem feito e continuam fazendo muitas obras importantes em Portugal, dá um rendimento anual superior a 70.000 contos. Creio que não se falsearia o fim para que este fundo foi criado, tirando dêle 25 a 30 por cento que seria aplicado á grande obra de colonizar o planalto de Benguela. Seriam 17.500 ou 21.000 contos com os quais muito se poderia fazer.

E' preciso ter, sempre, bem gravadas, no espírito, as repetidas ameaças de assalto aos nossos domínios coloniais e, principalmente, á nossa rica provincia de Angola, a última das quais ainda bem recente: o Pacto dos Quatro.

Essas tentativas forçam-nos com uma força titânica, a colonizar Angola sem precipitações, mas com a máxima rapidez.

Os nossos interesses, a nossa dignidade, os nossos gloriosos antepassados que rasgaram os mares e nos deram a posse das colónias, o nosso sangue aí derramado, gritam, bradam, clamam:

E' uma necessidade imperiosa colonizar Angola, sob pena de a perdermos!



GENERAL HENRIQUE DE CARVALHO

GENERAL HENRIQUE DE CARVALHO

PELO MAJOR JACINTO JOSÉ DO NASCIMENTO MOURA

DIRECTOR DA REVISTA MILITAR, HISTORIADOR E PUBLICISTA

(ESPECIAL)



MA justa e comovente homenagem acaba de ser prestada, na Sociedade de Geografia de Lisboa, ao insigne colonialista General Henrique de Carvalho. Nela tive, por honrosa indicação da "Revista Militar", o nobre encargo de proferir umas palavras de justiça e de aprêço. Suponho que não serão demais estas outras publicadas neste BOLETIM, cuja missão patriótica lhe dá justa gratidão pública, pelo desinteresse da missão que se impôs, desinteresse que, também, foi o lema que sempre norteou aquele devotado amigo das colónias e da expansão da Raça lusa.

O General Henrique de Carvalho foi acima de tudo um grande colonialista, porque sentiu e sofreu como poucos os amargores de uma vida intensa de trinta e dois anos nas colónias e, sobretudo, nos adustos e impérvios sertões africanos. Ele legou-nos, também, uma obra monumental, na qual não sei o que mais brilha se o seu saber de experiência feito se o seu inflamado amor pátrio. Tão vasta foi a sua obra colonial que mal posso tentar, ainda que a traços largos, inventariar êsse riquíssimo espólio de nobres exemplos por êle legados, que são bens de um povo a juntar aos havêres morais da Nação.

Ainda que o General Henrique de Carvalho não seja muito conhecido da geração presente, quem sabe se porque não foi herói de uma pugna civil ou de um instante, mas de toda a vida ao serviço da Grei, contudo o seu nome não se apagou da memória de muitos.

E' preciso, realmente, que êle tenha sido qualquer coisa de extraordinário para que sôbre o seu túmulo ainda se não tivessem condensado as trevas do esquecimento, para que viva na memória de muitos quem, como êle, não fez à roda do seu nome o alarido e não

usou os postiços enfeites com que, por vezes, a vaidade se adorna e a ambição se veste.

Rememorar nesta hora de inquietação universal, os nomes dos patriotas mais insignes, é um dever que à



MAJOR JACINTO JOSÉ DO NASCIMENTO MOURA

Nação se impõe. Recordar a vida do General Henrique de Carvalho é trazer a radiação do seu espírito à geração presente, infelizmente tão minada pelas paixões, tão dividida pelas lutas fraticidas, tão invadida pelo materialismo da hora que passa.

Henrique de Carvalho deixou atrás de si um rastro luminoso que, estou certo, se não apagará jamais. Qual herói de outras eras, transviado nos fins do século último, êle aparêce-nos nimado de glória contra a qual foram impotentes as conjuras do despeito e da inveja e as tempestades da calúnia e do ódio. A trajectória da sua vida, tãda devotada às colónias, foi uma contínua ascensão para a virtude e para o saber porque Henrique de Carvalho aliou o cérebro que pensava, ao coração que batia. Não foi, porém, sem obstáculos que êle conquistou o merecido renome.

Henrique de Carvalho cujos serviços o fizeram merecer os mais distintos louvores nas colónias por onde passou, Henrique de Carvalho que alcançou a Comenda da Torre e Espada e foi proclamado Benemérito da Pátria, pelo Parlamento, em 1890, sofreu por vezes as injustiças dos seus compatriotas.

Triste é dizê-lo!

Henrique de Carvalho, cheio de provados merecimentos, viu-se preterido numa bem modesta pretensão, enquanto indivíduos inexperientes e até um, sem instrução primária, alcançavam a graça, que o Ministério da Marinha e Ultramar não negava aos que mais sabiam usar da adulação e dos caprichos do favor.

Já quando a vida estava prestes a extinguir-se-lhe, cansada dos mais árduos sacrificios, minada pelas doenças, Henrique de Carvalho teve ainda de suportar os duros golpes de refalsada ingratidão de aqueles que,

aterrados perante a sua gigantesca e imaculada figura, procuraram amarrá-lo ao pelourinho das maiores ignomínias.

Vastíssima necrópole é essa terra de Além-Mar, onde se têm perdido vidas sem conta, e reputações sem limites!! Acaso, destino, fatalidade? Não sei que nome lhe dar! O que não posso deixar de reconhecer é que é triste condão o nosso, quando olhamos o vasto firmamento onde refulgem as mais brilhantes figuras de batalhadores e de administradores coloniais, lôgo temos de encontrar os senões dos que os apoucam quando não envidêcem.

Com Henrique de Carvalho não deixou de suceder o mesmo. Uma sentença honrosa absolveu-o de inteira culpa. Mas a reparação dos estragos morais, causados pela injustiça de coêvos, não lhe foi dada completamente.

Morreu modestamente como vivêra. Quasi a transpôr os humbrais da Eternidade renunciára às honras fúnebres. Se em vida não aceitára dádivas e homenagens, na morte devia repelir vaidosas ostentações.

Aos vindouros entregava o julgamento dos seus actos, pois a História faz-se sempre, porque a posteridade é a encarnação real, é a verdadeira personificação de uma deusa vingadora e justiceira dos que são indubitavelmente grandes, justos, dignos, valorosos e fortes. Os outros, os das invejas, das vaidades e calúnias feita a luz que o Além projecta, errarão perdidos, como Orestes, curvados e submissos, como num côro de escravos de uma tragédia antiga.

No estado actual da colonização não é compreensível que um povo colonial e portanto civilizador apresente a mancha sombria do analfabetismo.

Henrique de Carvalho também assim pensava, e, por isso, transformára o seu quartel, em Macau, numa escola, vinculando a sua autoridade de oficial com a sabedoria de mestre.

Conhecedor de que a ignorância era a maior causa do abatimento em que se encontravam as colónias, êle ofereceu-se para, sem remuneração alguma, lèccionar no colégio de S. José de Macau.

Quantos procederiam hoje assim, nesta época de sórdidos e tôrvos materialismos, nesta Babel de cho-cantes egoísmos, nessas terras regadas pelo Lethes da indiferença?

Henrique de Carvalho com a nítida visão dos problemas coloniais, reconheceu que era indispensável a formação de uma *élite* para os postos de comando nas colónias, não fundada nos privilégios de uma classe, família ou partido, mas no conhecimento das diversas matérias que se englobam na designação genérica de ciência colonial.

Certo de que uma sociedade não evolue senão pelas suas *élites*, sem as quais, como diz Sarraut "a sua direcção tombaria na desordem e no caos", procurou formá-las ensinando na Metrópole aquilo que a sua experiência lhe indicava como proveitoso, numa escola colonial, que, num rasgo generoso, pessoas bem intencionadas criaram.

D'Annunzio disse que a civilização é um "dom magnífico feito pela *élite* à multidão".

Se colonizar é civilizar não vejo onde as *élites* mais sejam necessárias que nas colónias.

Não se pode esquecer que foi Henrique de Carvalho, com Luciano Cordeiro e outros homens de saber e

EDIFÍCIO ANAVELINO

Rio de Janeiro Av. Passos 33 Tel. 2-7126



Em pleno coração da cidade
com instalações modernas
e com o máximo conforto
Ideal residência
para distintas famílias
e cavalheiros

Edifício Anavelino
33 AVENIDA PASSOS

de acção, com profundos conhecimentos coloniais e indiscutível fé patriótica ainda que os separassem divergentes opiniões ou convicções políticas, que fez nascer, para defesa científica dos territórios de Além-Mar, a benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa, patriótica e científica agremiação, escrinio de pristinas glórias e de opulentas tradições, onde tanto trabalharam esses lúdimos combatentes da causa colonial.

Foi nessa Sociedade que Henrique de Carvalho estudou e planeou a expedição, que dirigiu, ao Muantianvua, enchendo com os seus projectos e as suas palavras de fé na vitória, o vazio das consciências inquietas pelo desmoramento e pelo temor, acordando as energias adormecidas num longo letargo, e fez galgar as fronteiras a solene afirmação da nossa inquebrantável vontade de viver.

A penetração do continente africano representa, para Portugal uma das maiores vitórias do seu esforço como país colonizador, porque elas traduzem as lutas travadas para vencer as barreiras do meio físico opunha aos soldados, missionários, aviados, pombeiros, funantes, exploradores e moçambizes, cujas ossadas, como balizas a marcarem ignotos caminhos de sofrimento, e de glória, lá repousam por toda essa África portentosa.

Mas se os portugueses eram Césares em conquistar raras vezes o eram em escrever. Assim, muitos dos seus feitos se não ficaram ignorados, pelo menos estão quasi esquecidos por nacionais e por estrangeiros, sempre prontos a nos amesquinhárem.

Durou a expedição ao Muantianvua cerca de 4 anos. Não se suponha fácil nem isenta de perigos essa empresa. Henrique de Carvalho teve talvez a fortuna a bafejá-lo, para conseguir, sem guerras, submeter povos com os quais estabelecia amizade e os sujeitar à soberania portuguesa.

Onze meses depois de marchar a caminho de Lunda faltaram por completo as subsistências, que por qualquer injustificável razão não eram enviadas. A maior parte da expedição teve de regressar a Malange, enquanto elle obstinadamente prosseguia com 10 carregadores a caminho dos territórios que fôra encarregado de explorar. Inúteis fôram os esforços para o demoverem de tal temeridade. As privações que suportou e os penosos trabalhos a que se sujeitou fôram imensos.

Ao regressar a Portugal fez publicar as obras: — Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda, — que é um dos mais completos tratados de direito consuetudinário de qualquer das nossas Colónias.

— Método prático para falar a língua de Lunda.

— Descrição da viagem à Mussumba do Muantianvua, em 3 Vol, Climatologica, Colonização, etc

A imprensa foi a grande tribuna onde elle trabalhou como incansável evangelizador do progresso colonial. Escrever, fazer a larga sementeira das idéas, foi o seu sacerdócio. As colónias fôram o seu templo, a sua paixão!

Os seus artigos vibrantes de sinceridade dispersaram-se por vários periódicos. Foi, sobretudo, na revista ilustrada "As colónias portuguesas", na revista a "África Ilustrada", e no jornal "Portugal e Colónias", que fundou e dirigiu, que a sua actividade foi maior, estudando, discutindo e esclarecendo com grande visão, com clareza e oportunidade os mais graves problemas coloniais.

A grave situação de S. Tomé mereceu-lhe grande cuidado. Assim, ousou dirigir ao estadista Sá da Bandeira uma carta intitulada: "Mais um brado em defesa da liberdade para o povo que ainda em terras portuguesas vive sob o jugo da opressão".

Nesta carta pedia a liberdade que não fôsse prejudicar os capitais comprometidos naquela ilha e indicava os serviços prestados à causa liberal de que Sá da Bandeira fôra denodado paladino, por um seu avô, (1) que gastara a sua enorme fortuna com o exército libertador, e que ao morrer pobre e esquecido, recomendava a seus filhos que não reclamássem do Governo mais de 50 contos do qual era credor.

Henrique de Carvalho insurgia-se contra as pretensões dos estrangeiros a territórios que eram nossos. Assim, quando se realizava a conferência de Bruxelas para tratar da escravatura, Henrique de Carvalho dirigiu ao rei dos Belgas uma brilhante e veemente defesa do nosso esforço intitulada "L'influence de la civilisation latine et surtout portugaise en l'Afrique".

E como sentinela vigilante da honra nacional dirigiu-se à imprensa estrangeira a desfazer errados juízos, a rectificar notícias que afectavam o nosso brio. Tendo a importante revista "L'Afrique" publicado a notícia de que um embaixador inglês no nosso país havia feito infundadas acusações ao ministro do Ultramar, acerca da mão de obra em S. Tomé, foi Henrique de Carvalho quem defendeu Portugal de tão importunos como infundados reparos.

Escreveu também o livro "Iubuco", em resposta a uma narração contida na publicação de Charles Berman, intitulada "*The first ascent of the Kasai being some records of services under the lone star*".

Este livro, publicado em português e inglês, foi dedicado à imprensa portuguesa. Nêle se faz um apêlo veemente "aos órgãos de todas as parcialidades, a todos os publicistas, escritores e homens públicos, amantes da sua pátria, para que dêem trégias aos seus pleitos, às suas rivalidades, aos seus labores, nos interesses de escola ou partido, e concentrem todo o seu esforço e energia na luta, na qual Portugal estava devêras empenhado para manter o que tanto sangue precioso e tesouros tinham custado a adquirir e conservar."

Em 1899, quando o Estado independente do Congo pretendia a Lunda, dando-lhe o nome de Cuango Oriental, o General Henrique de Carvalho escreveu o livro "Lunda, ou os Estados de Muantianvua", que demonstrou serem domínios portugueses.

Além doutros trabalhos ainda deixou inédita uma valiosa obra sobre a Guiné

Na ocasião em que a Inglaterra desenvolvia toda a sua política de expansão africana, pretendendo-nos o Chire e o Niassa, e nos lançou a afronta do *Ultimatum* foi Henrique de Carvalho um dos patriotas que com o maior rigor repeliu o insulto lançado ao rosto de um povo, outrora tão cioso de seus brios e tradições.

O rev. Horace Waler, insultando-nos como um Bright, confiado na impunidade, debaixo da hipócrita reverência, como escreveu Henrique de Carvalho, estava devotado à missão de nos roubar. Alegava para

(1) — Jacinto José Dias de Carvalho.

isso, que “nada estava mais patente à Europa do que o desaparecimento de Portugal dos teatros em que outrora colheu gloria”, ajuizando pelas concludentes palavras do Ministro Barros Gomes, a lord Salusbury: “Portugal aceita o facto (tratando-se da extorsão), com o sossego inalterável de espirito”

Henrique de Carvalho publicou em resposta a tão caluniosas insinuações o livro intitulado “Cães britânicos ou o Niassaland do Rev. Horace Waler”.

O Governo português entendeu dever apreender a 1.ª edição. Henrique de Carvalho faz a 2.ª, em inglês, e dá-lhe o competente destino. Se as fraquezas ou conveniências de um Governo faziam suprimir uma voz autorizada, em defesa do território português, não deixaria o Governo britânico e seus importunos súbditos, de conhecer que em Portugal havia alguém capaz de repelir tamanha inépcia, tamanha fraqueza, tão grande opróbrio.

Estamos num período da história pátria, ainda incompletamente estudado, mas que sem receio se poderá dizer, que a situação era bem semelhante à de aquela parábola da Voz do Profeta, em que três filhos ignoram o destino a dar ao agro legado pelo pai e que termina pela morte da família inteira.

Foi quasi neste transe doloroso em que sem se medir a extensão dos sacrificios feitos, se opinava que melhor seria pôr em almoeada algumas colónias, para que não faltasse o oiro para os caprichos desses sonâmbulos de um eterno sonho de vaidade e opulência.

Mas surgiu alfim a geração do resgate, que pode dizer-se vem desde Mousinho de Albuquerque e António Enes.

Henrique de Carvalho enfileira com ela no santuário da honra nacional, porque no seu coração nunca vicejaram outras flores, que as da virtude, da bondade e do heroísmo.

Da seiva do génio da raça e do esplendor da tradição se alimentava o seu espirito, alcançando para o país novas dedicações, que alicerçaram o pedestal da Pátria na amplitude das terras distantes.

E porque a sua vida nunca esteve presa a nenhuma conveniência, que o enfeudasse a interesses estranhos, me aprez contribuir para o erguer do túmulo e apon-tá-lo aos portugueses, de alma límpida e sãs virtudes, como farol que nos deve servir de guia no caminho do progresso colonial.

Mas, por ora, deixemos os mortos na paz dos túmulos. Os nossos grandes cuidados terão de ser para os vivos. A gravidade da hora presente não se compadecer apenas com as declamações históricas, que quando muito têm a duração das rosas de Malherbe. Dir-se-ia que só sabemos ser grandes e generosos carpindo em torno dos mortos e perante o silêncio dos túmulos.

O País não pôde ignorar a dívida há muito em aberto para com os obreiros do Império, porque a ingratidão para com eles seria a mais abjecta das perversões humanas. A bondade foi sempre o timbre da nação portuguesa.

O General Henrique de Carvalho deixou no mundo alguém que dêle bem sentiu a falta. Alguém que nesta hora sofre, alguém que apenas lhe herdou os pergaminhos da sua glória e do seu grande patriotismo.

Sinto o receio de interrogar as cinzas de tão grande patrióta, não vá eu profanar-lhe o silêncio e perturbar-lhe a paz do túmulo. Da sua campa, uma voz acusadora nos lançaria a condenação, se um acto, que julgo próximo, de reparadora justiça não fôsse feito àqueles que em vida êle tanto amou. Assim tem de suceder. A voz marcial da Justiça tem de romper o silêncio da ingratidão.

Para quem alcançou para a Pátria territórios imensos não será demais pedir uma lápide à sua memória, uma pequena recompensa para o seu esforçado labor.

Na capital do país, na terra onde nasceu, não há ainda, uma lápide à esquina de uma rua, inda que modesta, como foi a sua vida, que lembre tão digno obreiro colonial.

Em Macau, S. Tomé, Angola e em especial a Lunda, quando há anos as percorri, foi com o coração maguado que eu interroguei os mudos testemunhos da sua passagem por lá. Nada vi que o recordasse a não ser o desígnio oficial de uma povoação, (1) que ainda assim para muitos continua a ser Saurimo.

Nem um busto, nem uma pedra ou marco miliário que satisfizesse a minha ânsia de justiça: o nosso patriotismo se retemperasse; o caminheiro repousasse à sombra de um grande nome; o estrangeiro aprendesse algo do muito que fizemos e se certificasse de que não está decadente um povo que um tal filho teve.

O General Henrique de Carvalho alcançou os mais belos triunfos, e honrou um nome que atinge o acúme do sacrificio, pela causa de Além-Mar.

Escrevendo, trabalhando, construindo, civilizando, pugnando, com arrebatamento, pela justiça que assistia a Portugal, ferido no seu orgulho de filho desta Pátria de heróis e navegadores, não consentindo que o pundonor, e a glória passassem para o glossário dos arcaísmos inúteis, êle, alcançou o digno jus a que o consagremos e imitemos já pelo que a Pátria lhe deve, já pelo que de proveitoso pode ser o seu nobilíssimo exemplo

Racineiro Moura

(1) — Sendo Alto Comissário o Sr. General Norton de Matos.

CASA GARIBALDI DE J. P. dos Santos & Cia.

Secção de Papelaria e Livraria Artigos para escritório, colegiais
desenho e pinturas

Fábrica de biseautar, espelhar, gravar e musselinar

Grande sortimento de cristais para vitrinas e Espelhos
“biseautés” de todas as dimensões e feitios

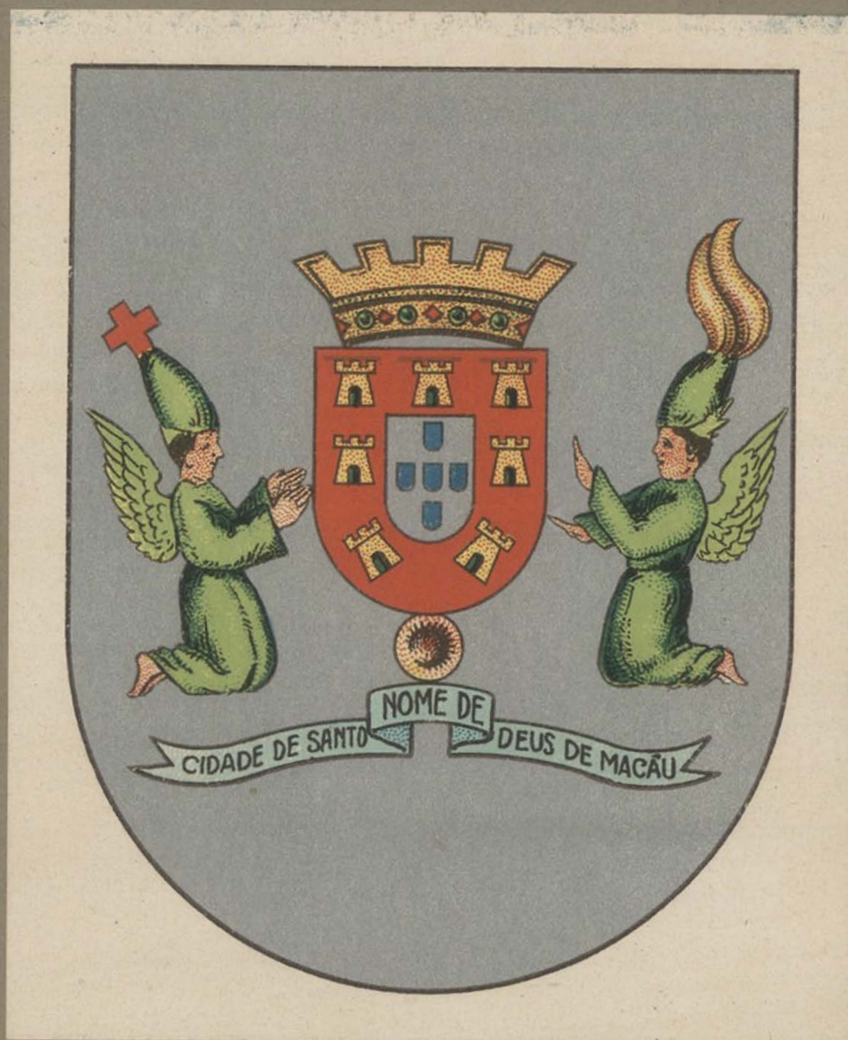
Metais para vitrinas, Vidros para vidraças, Molduras para
Quadros e artigos de Fantasia

RUA DE S. PEDRO, 217/221 — Tels. 4-0741 e 4-2837

Fábrica: RUA V. DE DA GÁVEA, 60/68 — Tel. 4-0740

Importação e Exportação

End. Teleg. “GARIBALDI”



Brasão da Província de MACAU



É O CHEFE DE FAMÍLIA:

Indiscutivelmente é o chefe de família quem pode decidir si seus filhos se alimentam bem pela manhã. Porque o chefe de família, por experiência própria, já comprovou que tomando uma primeira refeição comum, ao meio dia está exgotado.

Com suas corridas, saltos e brincadeiras, a criança consome mais energias do que o chefe de família, no seu trabalho. Ademais, os estudos ocasionam um grande desgaste mental, debilitando o organismo, na época do crescimento, quando a criança precisa nutrir-se com elementos que fortaleçam seu cérebro, vigorisem seus músculos e assegurem a formação perfeita dos seus ossos.

TODDY

Nutre, fortalece e vigorisa

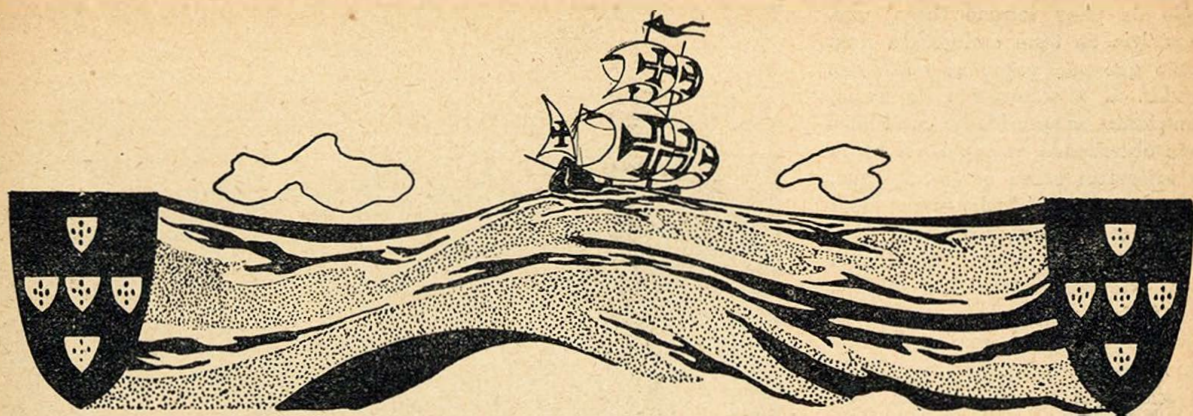
O que contém
e o que faz **Toddy**

Toddy contém em proporção correta:
PROTEÍNAS.....que são indispensáveis para o desenvolvimento dos músculos e tecidos;
CARBOHIDRATOS...que geram energias;
FERRO.....que aumenta os glóbulos vermelhos do sangue;
PHOSPHORO.....que fortalece o cérebro;
CÁLCIO.....que contribui para a formação dos ossos e dentes;
VITAMINAS.....que estimulam o apetite e vigorizam o organismo.

A cor e o aparecimento de Toddy podem imitar-se, mas a científica dosagem dos seus componentes faz de Toddy o alimento mais completo e integral da natureza. Por isso Toddy é o único.

Cada chicara de Toddy
custa somente 200 réis...
mas vale muito mais.





A CIDADE PORTUGUESA DE LOURENÇO MARQUES A GRANDE REALIZAÇÃO

(ESPECIAL)

POR PAULO BRAGA

JORNALISTA

DEZESSETE dias de mar-alto, sôbre o Indico-Sul, das costas da Austrália às costas da África, — e, por fim, Lourenço Marques, quando a noite desce lentamente nas águas do oceano. O navio avança nas águas quiéas da bafa e o grande pôrto do continente negro aproxima-se nos renques extensos das luzes, deixando vêr as silhuêtas dos guindastes, os mastros esguíos dos navios acostados e, depois, o casario, as avenidas em que correm os faróis dos automóveis e dos electricos, as sombras dos grandes edifícios e, lá ao longe, num dos extremos, a praia da Polana, com o seu hotel imenso todo iluminado, e miríades de lâmpadas a contornarem os jardins e os parques em declive.

Há dezessete dias que trago no cérebro uma cidade architectada pela minha imaginação, com os alicêrces erguidos em notas dispersas em páginas de livros que já li, de jornais que o acaso já pôs sob os meus olhos. Vejo ainda essa cidade, uma das muitas que a minha imaginação tem construído, agora a diluir-se, como se fôsse um sonho que

a realidade vai destruindo, mas pouco noto a diferença entre a fantasia e a realidade que surge. E' que tudo me tinha feito conceber a verdade,



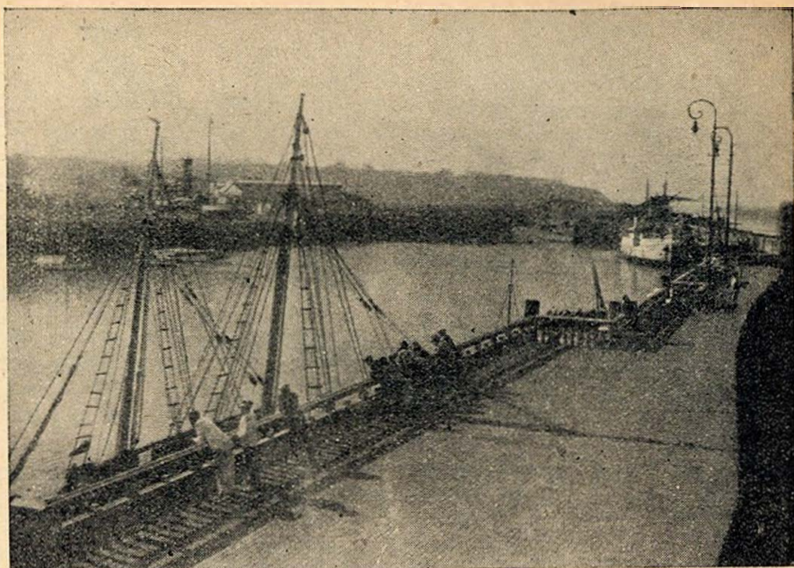
PAULO BRAGA

desde a reportagem jornalística, feita ao sabôr das impressões de momento, aos capítulos dos livros de viagens, às páginas sinceras dos folhetos de propaganda e turismo. Aprendêra a conhecer Lourenço Marques através um prisma de grandiosidade

e cosmopolitismo, unindo postais e gravuras de acaso que me mostravam apenas aspectos. O meu espírito fizêra o resto: — preencher lacunas, concatená-las, ocupá-las com *qualquer coisa* os espaços vagos. E nisto poderia estar o meu orgulho de fantasista, se já agora não vivêsse a certeza de que a minha cidade de sonho era um pouco inferior àquela que, durante um, dois, três dias, vai passar pelas retinas dos meus olhos. Idealizei com medo, com medo de exagerar, com um medo pueril de me desiludir, lançando diques nos horizontes da minha imaginação.. E, por isso, errei... Talvez fôsse melhor assim! E' mais belo o que é inédito. E, indubitavelmente, será mais belo para mim o que visionar pela primeira vez, sem o *parti-pris* duma ideia assente que se conforme com a verdade.

Escrevo estas palavras, sentado no *deck* do *Moçambique*, olhando as sombras que se apagam nas sombras, olhando as luzes que se reflectem nas luzes, sentindo a aragem fresca a embater-me contra o peito e revolvendo-me o cabelo, cheia de odor da terra, dum perfume de plantas que há mais de duas semanas não sentia. Vivo um de-

sejo de pisar terreno firme, uma nostalgia da terra endurecida, dum chão que não vogue ao sabôr das ondas. E esta paráigem do navio, emquanto as autoridades marítimas vão observando os papeis de bordo e informam sôbre o desembarque, enerva-me. Quasi tenho receio que a cidade se afaste e, dias e mais dias, o mar volte a dominar-nos com a sua expressão estranha e estética de infinidades e longes perdidos em brumas e azul, sem que o desejo de me embrenhar no desconhecido que espera perto de mim seja substituído por uma saúde, pela saúde dóce de horas que existiram. Mas a sirene eleva um som rouco, as máquinas dão estremecimentos ao navio e as hélices trabalham de nôvo, erguendo novêlos brancos de espuma que se dissolvem na noite escura. E Lourenço Marques, oferecendo-nos mais uma vez uma ilusão de movimento, vai-se aproximando, definindo, desnudando-se sempre e cada vez mais. Olho os guindastes, braços hirtos dos cais, postos em súplicas ou em abraços de boas-vindas; olho as filas de grandes transatlânticos, acorrentados às muralhas, irradiando a dôr de vagabundos condenados à inércia, de eternos insatisfeitos dos destinos, dos climas, dos meridianos, que paráram porque os não deixam andar; olho o grande pôrto da África — *the first and greater port and harbour of Africa!* — os cordões interminos de vagões, de armazens, de tôda a espécie de embarcações —



LOURENÇO MARQUES — O PORTO DE PESCA. SOL, ALEGRIA
TRABALHO. REFLEXOS E SILHUETAS

e ao ver tudo isto, e ao sentir que a noite pesa sôbre o mundo, julgo observar nas coisas a fisionomia resignada dos seres que descansam dum dia de trabalho insano, emquanto outro dia não clareia os horizontes destruindo a noite, eliminando as sombras.

Lourenço Marques, cidade de trabalho!

Eis a primeira impressão encantadora que recebi...

Lourenço Marques possesse the most up-to-date and best equipped Port and Harbour in either the East or West coast of Africa.

Tenho à minha frente a grande realidade, a formidável realidade de Lourenço Marques, traduzindo-se no meu espírito por uma sensação de grandeza e fastígio. Tinha deixado Lisboa, demorado em Pôrto-Said, em Suez, em Colombo, em Soerabaya... imagens de portos de mar. Prescrutára aspectos. Obcecáram-me, talvez, os aspectos. E, neste momento, ante a visão de Lourenço Marques, que se esconde no negrume da noite, para onde, parece, se dirigem os comboios de navios, os comboios de armazens, os comboios de vagões e guindastes, os espectros das chaminés e dos mastros, as paralelas dos rails e dos empedrados, pela primeira vez tenho a noção do que seja o cenário titanêsco do maior pôrto africano. A fôrça, o potencial de actividade, a exteriorização imponente e épica dum ideal de trabalho, conquistam a imaginação. Olham-se os ferros, as colunas de aço dos enormes guindastes, todo este ambiente de rodas e correntes, de chapas e cravejamentos — e pensa-se que, num dado momento, em busca dum ritmo perdido, numa ânsia incontida de revolta contra a inércia, de insatisfação, almas erradas procurarão a matéria bruta, animarão à matéria, darão vida à matéria... e que, com um grito de libertação, tudo se moverá, partindo grilhêtas invisíveis, tudo caminhará ante o impulso íntimo duma ansiedade de



LOURENÇO MARQUES — UM TRECHO DO JARDIM PÚBLICO



LOURENÇO MARQUES — O TEATRO GIL VICENTE. LINHAS SÓBRIAS, DE CONSTRUÇÃO MODERNISTA... A ARQUITECTURA INTERIOR É ELEGANTE E CURIOSA

movimento e acção. Um pôrto de mar em horas de descanso, lembra florestas que o inverno despiu, calvários no silêncio e na solidão, com braços de cruces torcidos por vendavais... E, deixando os meus olhos fugirem à visão tétrica do grande pôrto em descanso, longe do seu ritmo, abandono o navio, atravesso os *rails*, passo entre dois vagões, curvo-me sob o esqueleto dum guindaste, e encontro-me na cidade, flamejante da *féerie* das luzes.

Um outro cenário...

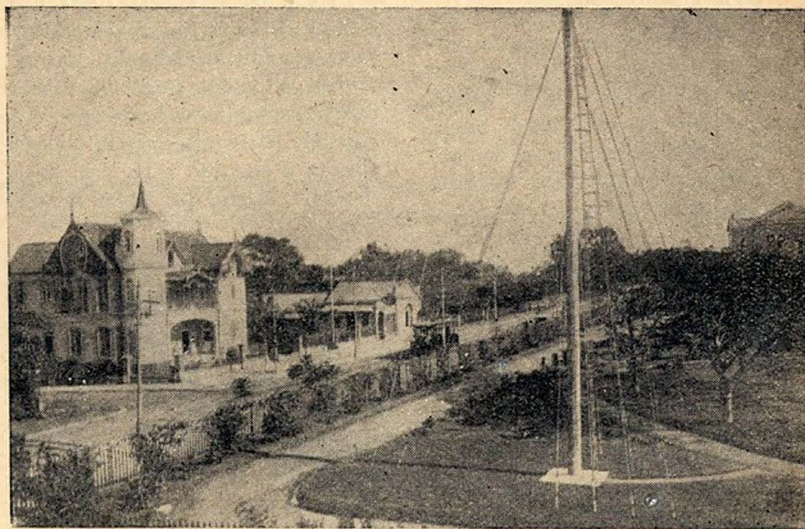
Os cartazes ingleses, anunciam: — *A corner of Europe in Africa*. As legendas inglesas têm a circulação e a cotação das libras-ouro. Aceitam-se sempre, porque sempre, sempre, valem uma certeza — a certeza de serem cambiadas no confrônto com as verdades que definem. Pego na legenda e troco-a pela visão real das coisas. Em linguagem comercial, poderia afirmar: — “fiz um bom negócio”! Em linguagem de diário de turista, digo, entretanto: — “isto é interessante, é lindo, muito lindo!”

Perspectivas... São as perspectivas os gritos de boas vindas das cidades modernas, das cidades que se enquadram nas paralelas das avenidas e não têm ruas tortuosas e viélas enigmáticas. Mas, contudo, como são diferentes as paralelas! Já senti o coração desolado ante as paralelas de Pôrto-Said. São hostís,

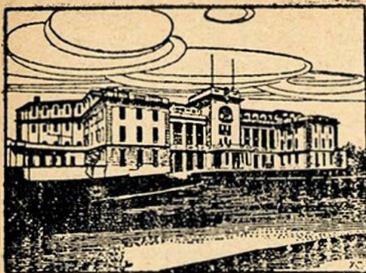
quási agressivas, as paralelas das “ramblas” de Barcelona. São simpáticas, acolhedoras, as paralelas de Lourenço Marques... O que causa esta desigualdade? Uma predisposição íntima de cada um de nós ou um motivo intrínseco dos delineamentos urbanos? Aqui, encontro as paralelas com perspectivas doces, com uma agressividade abrandada pelos edifícios, pelos jardins, pelas árvores. E esqueço que as avenidas têm quilómetros de comprimento, que se cruzam, que se magoam

nos vértices dos ângulos rectos. De onde, uma praça, um largo... Por toda a parte, árvores, relva, muitas, árvores, tapetes de relva... Perspectivas doces, portanto. E como se compreendem à primeira vista, como não fêrem a sensibilidade, como não cansam e não têm os altos e baixos das transições rápidas, uma simpatia espontânea congráça-nos com a cidade que os olhos vão desvendando, uma simpatia semelhante à que nos aproxima, na vida de todos os dias, de certas almas que se entre-ábrem serenamente, sem tintas fortes, sem arrepios, sem complicações *snoobs*.

Um ar de franqueza e acolhimento irradia das casas, das montanhas dos estabelecimentos, das pessoas que passam, como se tudo posasse para um estudo, numa postura sincera de quem quer vêr-se retratado tal como é, em traços rápidos e sintéticos que digam coisas sem reservas de espécie alguma. Este ar de sinceridade, contudo, vê-se em todo o Oriente, em todo este mundo novo que detesta as *poses* estudadas e pratica um culto desportivista do ar livre; mas, em nenhum lugar ele é tão evidente como em Lourenço Marques. Percorro as ruas, as praças, as avenidas, prescruto o interior dos automóveis e das casas, e sinto que a existência da cidade se apresenta sem convencionalismos, sem curvas de corredôres onde última *maquilages*, onde pense em efeitos de luz.



LOURENÇO MARQUES — UM TRECHO DA AVENIDA MIGUEL BOMBARDA



LOURENÇO MARQUES
POLAMA HOTEL

Na Praça 7 de Março, centenas de pessoas, sentadas em cadeiras de vêrga, à volta de mesas em que se amontôam garrafas de refrigerantes, falam, riem, fazem gestos despreocupados. Reúnem-se as tertúlias sob o céu estrelado, enquanto uma arágem fresca dissolve o fumo dos cigarros. Dir-se-ia que a Praça 7 de Março é um recanto de jardim em dia de *garden-party*. Os *haut-parleurs* espalham trechos de música, notícias de todo o mundo, réclamos. Uma orquestra toca o *Danubio Azul*. Os anúncios luminosos delineiam jogos de luzes, jogos de côres. E, a toda a volta, os envidraçados das casas comerciais, das confeitarias, das tabacarias, lançam dilúvios de luz sobre o asfalto e sobre as árvores.

Vou andando, andando sempre, com olhos de vêr, com uma sensibilidade ansiosa de impressões. Páro, preso ao encanto das montras. Começo a descobrir o *leit-motif* da apregoada “vida cara” de Lourenço Marques. E compreendo-o. Afinal, Lourenço Marques tem uma “vida cara”, como o teria qualquer lugar sertanejo onde certas coisas se vendessem e se comprassem. Esta explicação lembra Mr. de la Palice, mas está certa — e é quanto basta. Os mostruários regorgitam de produtos caros e dão-nos a entender que pertencem a uma cidade que ama o conforto e o luxo: que adora o ar livre, que passa horas no escritório e na oficina — mas que quer também, com carinho, o lar, o apartamento acalentador, o ambiente agradável onde repouse num *maple*, rodeado de objectos que alegrem os olhos e deleitem o espírito, com um senso superior das proporções, sem conselheirismos estultos, sem deslocções irritantes ou ridículas. E estas montras, em que vou distraíndo os meus olhos, surgem como pequenos museus de artes plásticas e decora-

tivas, apresentados com um sentido estético invulgar. Não se faz melhor na Rua do Ouro ou na Rua Garrett.

Entretanto, vejo-me à porta dum cinema: o Teatro “Gil Vicente”. E, ante as linhas sóbrias, de construção modernista, do “Gil Vicente” vivo o desejo de descansar uns instantes na penumbra dum cinema. Não encontro diferença alguma entre a entrada do “Gil Vicente” e a de qualquer dos cinemas elegantes de Lisboa e Porto, — do Tivoli, do S. Luiz, do Rivoli... Pensando bem, talvez seja mais agradável a do “Gil Vicente”. A despreocupação, o desportivismo do ar-livre, também aqui se manifesta. Esta gente veio ao cinema em busca dum horas agradáveis de fuga das casas, das ruas, dos cafés, talvez de si mesma. Desejou derivar os sentidos das exigências da vida quotidiana. Comprou um bilhete. Entrou. Sentou-se. E jamais a acompanhou o interesse de ser vista, de ser admirada, de ouvir o ciciar dum elogio aos vestidos ou à côr dos cabêlos. Piso as passeadeiras, contorno os espelhos, a brincarem em reflexos com as lampadas, e deixo-me conduzir por um porteiro. A sessão vai em meio. Estreia-se um filme americano. Greta Garbo foi a primeira imagem que me saudou... Confesso que já tinha saudades de vêr um filme falado em inglês; há dois anos que só podia assistir a sessões de cinema falado em chinês e malaio!... Agora, imensamente feliz, numa cadeira cômoda da plateia do “Gil Vicente” espero que a sala se ilumine. E quando o intervalo chega, pergunto a mim mesmo se, numa transmutação esplendente, não seria, por instantes, o assistente isolado duma casa de espectáculos de grande cidade europeia. A arquitectura interior do cinema é elegante e curiosa. A assistência, alegre, que possui a noção



LOURENÇO MARQUES
EST. DE CAMINHO DE FERRO

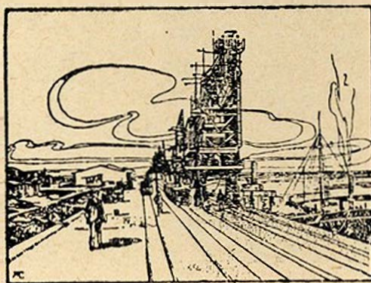
serena e absoluta de que veio distrair-se ou descansar, conversa, ri, desdobra jornais e revistas. A meu lado, uma *madame* belga e uma *fraulein* alemã procuram compreender-se com um rapaz português, produzindo, no conjunto, a mais perfeita incompreensão *à trois* que se possa imaginar. Inglesas loiras e brancas, muito loiras e muito brancas, misturam-se com portuguesas morenas. E os os homens e as crianças — como são lindas as crianças de Lourenço Marques!... — completam o ambiente cosmopolita deste pedaço da cidade portuguesa da África Oriental.

Mas a cidade chama-me.

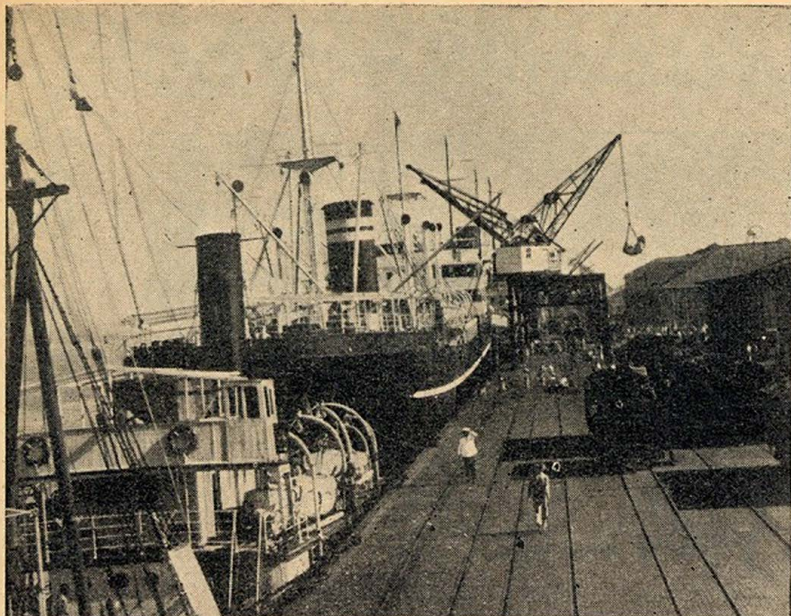
De nôvo, as ruas, as praças, as avenidas. Mando parar um *táxi*. E quando o *chauffeur* pergunta o meu destino, sento-me ao seu lado e digo-lhe, apenas:

— Ande, ande sempre!...

Compreendeu. O carro arranca. Corre as avenidas interminas. De quando em quando, o motôr trabalha “*au ralenti*”. E o meu *chauffeur*, gentilmente, vai preenchendo as funções de informador. E’ lisboêta, nascido nas viélas pobres e tristes da Mouraria... Em qualquer sítio da Terra, são os *chauffeurs* e certas mulheres os seres que mais inefável acham o prazer de recordar, de revivêr, misturando aquele que passa nos enredos romantizados das confissões espontâneas... Das ruas pobres e tristes da Mouraria, desviou-se para os antros pobres e tristes das tabernas. Um dia, um desvio maior, levou-o à prisão. Outro dia encaminhou-o para a Costa de África, com um número nos arquivos do presídio de Luanda. Por fim, um outro dia veio, o da liberdade. Moçambique tentou-o. E hoje ama Lourenço Marques, como se aqui tivesse nascido. Mostra-me os edifícios, fala-me deles com orgulho, com uma satisfação



PORTO DE LOURENÇO MARQUES
GUINDASTE DE 60 TONELADAS



LOURENÇO MARQUES — O CAIS, O POTENCIAL DE ACTIVIDADE ;
A EXTERIORIZAÇÃO IMPOSANTE E ÉPICA DUM IDEAL DE TRABALHO,
CONQUISTARAM A IMAGINAÇÃO

íntima que me comove. Por sua vontade, tudo seria monumental, como a Estação Central dos Caminhos de Ferro, como o cais do pôrto, como o Hotel Polana. E já me afirmou que, dentro de dez anos, Lourenço Marques ultrapassará Cap Town, como já ultrapassou Johannesburg. Depois, diz-me:

— Vou andar, durante um quarto de hora, devagar. Quando vir um sintoma de falta de higiene, qualquer porcaria, uns simples pa-
peis no solo, avise-me.

Olhei mais atentamente as frontarias, as portas, as janelas, o asfalto das avenidas. Desejava poder confundi-lo, mas o quarto de hora passou e tive que assistir ao triunfo do meu simpático *chauffeur*, que me pergunta:

— Já viu cidade mais limpa e mais higiénica do que esta? E olhe que algumas avenidas ainda não têm edificações... Mas todas elas têm já as canalizações de esgotos e condução de água, as árvores e o chão alcatroado...

Como pode deixar de sêr bela uma cidade que se limpa e se lava, uma cidade que cuida da sua higiene com carinho, que não põe taipais ao Sol e a claridade?

São duas horas da manhã... As ruas despovôam-se. Passam, velozes, uns últimos automóveis retardatários. E nos olhos do liboêta amável há uma interrogação. De tudo que poderei fazer ainda, o que menos me tenta é voltar a bordo. Há dezessete dias que de lá não

sáio. Mas tenho que descobrir um destino...

Ele, como se adivinhasse, põe o carro com um maior andamento e vai parar junto dum *cottage* apalçado, imensamente edénico, quasi escondido entre árvores, cercado de canteiros floridos. E, ao retirar-se diz-me ainda, sorridente:

— Creio que não dêvo vir cêdo, buscá-lo!... Convém que venha cá, aí pelo meio dia... Não lhe parece?...

As reticências fazem-me sorrir.

Deixo-o partir e comprímo o botão da campainha. Pouco depois, o portão abre-se. Um moleque prêto guia-me através das alas das árvores e dos canteiros floridos. Um perfume estonteante evola-se das flôres. Um repuxo emana uma sensação cantante de frescura. Depois, uns degraus, um átrio, uma pequena sala com uma iluminação suáve a colorir os tapêtes, os reposteiros e os *maples*, duas taças e uma garrafa de *champagne*, um aparelho de radiofonia e uma outra biografia, que não vale a pena contar, mas em que havia um pouco de céu de Versailles, com pradarias vêrdes e ternas, um *music-hall* de Paris, ruas de Lisboa, Rio de Janeiro e Buenos-Aires, e, finalmente, um *cottage*, quasi escondido entre árvores, cercado de canteiros floridos, de Lourenço Marques.

— *C'est la vie!*...

Paulo Braga

A seguir:

Ar livre e Cosmopolitismo.

“VINHOS UNICO”

ESPUMANTES
LICOROSOS

PARA MESA, BRANCOS E TINTOS

REAL FINA AGUARDENTE

QUINADO UNICO

Á VENDA EM TÔDA A PARTE



Do poema "Velas Gloriosas"

(Ilustrado pelo autor)

Jerónimos

● MONUMENTO DA FÔRÇA ADOLESCENTE E
DA EXPANSÃO VIRIL QUE EVOKA, COM A TORRE
DE BELÉM, A NOSSA PASSADA VIDA DE MARI-
NHEIROS E DESCOBRIDORES DO MUNDO.

RAUL PROENÇA

ASSIM SE DENOMINA O TEMPLO ESPLENDOROSO
QUE NO RESTELO ERGUEU MANUEL, "O VENTUROSO".

RELIQUIA SEM IGUAL QUE A ARTE MANUELINA
EM PEDRA TRABALHOU COM RENDA DA MAIS FINA,

MAJESTOSA VISÃO D'IMENSOS CORUCHÉUS
COM PRATA A RECLAMAR PILASTRAS, BOTARÉOS,

TÃO BELA E IRREAL QUE, TEMPLO, MAIS PARECE
UM GIGANTE POSTADO HÁ SÉCULOS EM PRECE.

CHEGA A HAVER A IMPRESSÃO A DENTRO DESSAS NAVES,
TÃO PERTURBANTES SÃO, TÃO LEVES, TÃO SUAVES,

NA SUA CONCEPÇÃO SUBLIME E ARROJADA,
QUE AS ELEVOU ASSIM UM BANDO EM REBOADA,

QUE A EPOPEIA DE PEDRA ALTIVA, BELA E LINDA,
A AQUECE E A ILUMINA UMA OUTRA GRAÇA INFINDA,

A GRAÇA DOS HERÓIS, QUE A TORNARAM POSSÍVEL
E QUE DERAM AO MÁRMORE A FORMA INCORRÚPTIVEL

DAQUELA CARAVELA AUDAZ, AVENTUREIRA
QUE HÁ QUATROCENTOS ANOS CORREU A TERRA INTEIRA

TAL COMO O FAZEM HOJE OS MONSTROS SINGULARES
QUE AO HOMEM VEEM DAR O DOMÍNIO DOS ARES.

* * *

GLÓRIA, POIS, AOS HERÓIS SUBLIMES, IMORTAIS.
DUMA HISTÓRIA SEM PAR !

GLÓRIA AOS GAMAS, CABRAIS, DIAS, CORTE-REAIS !
GLÓRIA AOS HERÓIS DO MAR !

Guiné — Bolama, Março de 1934

LANDERSET - SIMÕES

A Obra Colonizadora dos Portugueses

ASSISTÊNCIA AOS INDÍGENAS

(ESPECIAL)

POR MANUEL DE SEIXAS

FUNCIÓNÁRIO COLÓNIAL—ESCRITOR E PUBLICISTA



EM sido formidável a nossa obra de assistência aos indígenas, na província de Angola, principalmente no importante capítulo que se refere à extinção da “tzé-tzé”, o terrível insecto que, na sua fúria devastadora, conseguiu assaltar milhares de povos, dizimando-os, aniquilando-os quasi.

Antes da organização das brigadas de combate, que presentemente existem em grande número, a média dos atacados pelo mal tornára-se elevadíssima; por vezes, ao embrenharmos pelo mato, deparavam-se-nos “sanzalas” onde 50 % dos habitantes traziam consigo o gérmen da amaldiçoada doença.

Em certos lugares, as populações nativas apresentavam um aspecto horrendo: os homens, fisicamente arrasados, semelhavam espectros a arrastar-se de cubata em cubata; as mulheres, definhadas e olheirentas, pareciam esqueletos a desfazer-se.

E todos aguardavam, com evangélica paciência, que a Morte, compadecendo-se de tanto penar, os levasse para um Mundo melhor, libertando-os, alfim, do pesado fardo da vida.

Um verdadeiro horror !

Como consequência de tanta desgraça, a natalidade ia decrescendo sempre, mingüando a olhos vistos; havia aldeias onde se não topava uma criança.

Infelizes ! Nem ao menos tinham o riso áacre dos pequeninos, a dar uma nota alegre, uma nota de vida, naqueles negros quadros de miséria...

Formaram-se zonas, organizaram-se brigadas sanitárias, distribuíram-se médicos e enfermeiros, e iniciou-se o combate à doença do sono. Damas Mora, competentíssimo Director dos Serviços de Saúde e Higiene de Angola, foi a grande alma desta organização modelar.



DR. AVELINO MANUEL DA SILVA

Para as zonas e sectores, na qualidade de chefes, foram homens da envergadura de Avelino Manuel da Silva e Gomes da Costa, médicos distintíssimos a quem as populações indígenas da Província ficarão eternamente reconhecidas, pelo muito que elles, por sua causa, teem sofrido. O último ainda se mantém ao serviço, sempre a ocupar os postos da primeira linha, mas o Doutor Avelino Manuel da Silva, infelizmente — e com que mágua o dizemos ! — já está hoje inutilizado pela doença, que também contraíu, no palmilhar constante das florestas, onde se internava, na ânsia de debelar o mal.

Forçado a reformar-se com a idade de trinta e poucos anos apenas, vive agora no lindo rincão que é a sua terra natal, nessa florida Província do Minho, que o escritor Luís Braga diz ser “terra abençoada, macia como ribeira de águas mansas e cheia de paz como



ZONA SANITÁRIA DO CONGO

UM ENFERMEIRO INDÍGENA APLICANDO UMA INECÇÃO

ermida branca: — eira ao luar quando vem o outono, e adro de romaria, mal a primavera enflora.”

Disfruta, no meio dos que lhe são queridos, um repouso que bem mereceu.

Dotado de uma alma de eleição, dono de um coração bondosíssimo, foi o homem que tomou a peito limpar o Congo da fatal doença.

Trabalhador incansável, poucas vezes o vimos abancado à sua mesa de gabinete; preferia as incertezas do sertão ao comodismo de uma vida sedentária.

Quando assumiu a chefia da zona, a média dos atacados era de 17 %, e, ao deixá-la, em Agosto do ano findo, a percentagem baixára para um, o máximo dois.

Mas, quantos esforços e que fantástica actividade não foi preciso desenvolver para arrancar à Parca essas centenas, se não milhares de indivíduos !

Houve casos de loucura que cederam ao tratamento, e os negros, então, aferrados sempre a idéa dos “fetiches”, olharam o Doutor Avelino da Silva e os restantes clínicos, como

entes estranhos, seres sobrenaturais que, ao ingressárem nos Povos, lhes levavam, com a inecção, a vida que lhes fugia.

E a resistência que vinham opondo quebrou-se e deu lugar à esperança.

Fizeram-se atoxilizações em massa, concentraram-se nos Postos — campos livres de segregação — os doentes de maior gravidade, empregaram-se inecções de *tryparsamida* e obtiveram-se curas maravilhosas.

No Congo, que é a região que melhor conhecemos, conseguiu-se ter, sob “contrôle”, a bagatela de 200.000 indígenas !

Simplemente formidável !!

E esta obra de titans continua ainda; ela, só por si, é bastante para honrar o nosso brio de colonizadores.

Curvêmo-mos, pois, respeitosamente, perante essa pleiada de médicos ilustres que, para salvarem a vida do seu semelhante, tudo arriscam e coisa alguma têmem.

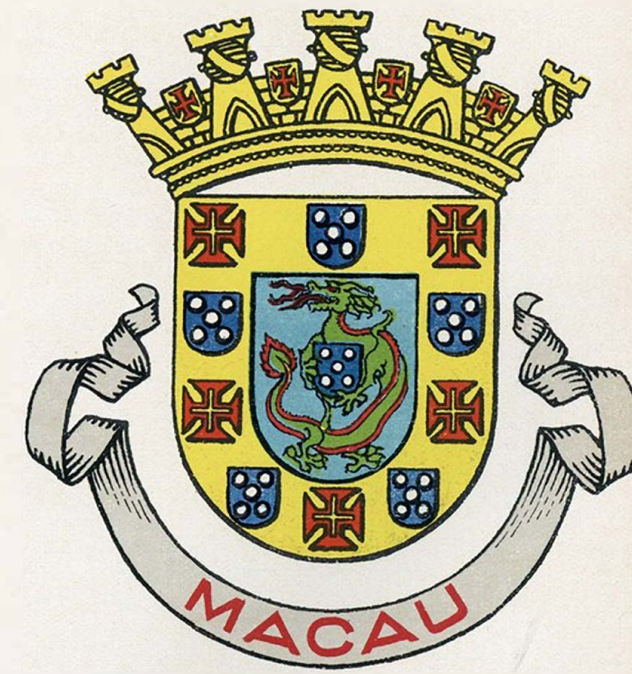
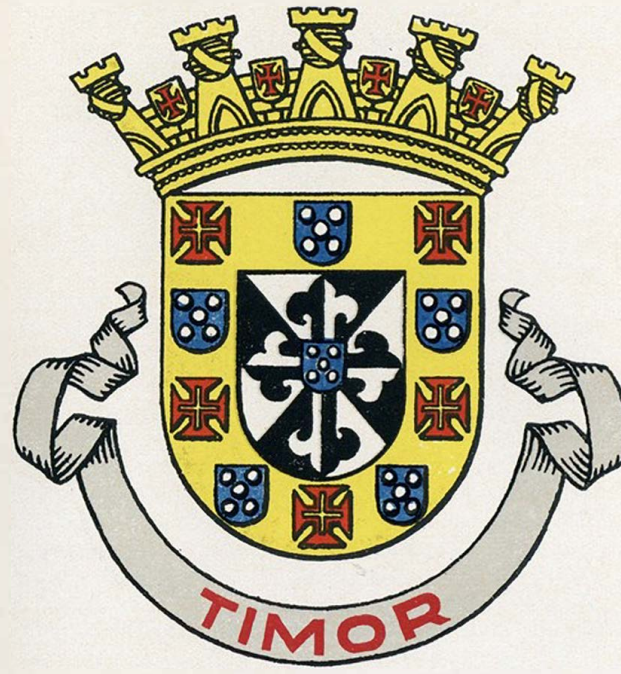
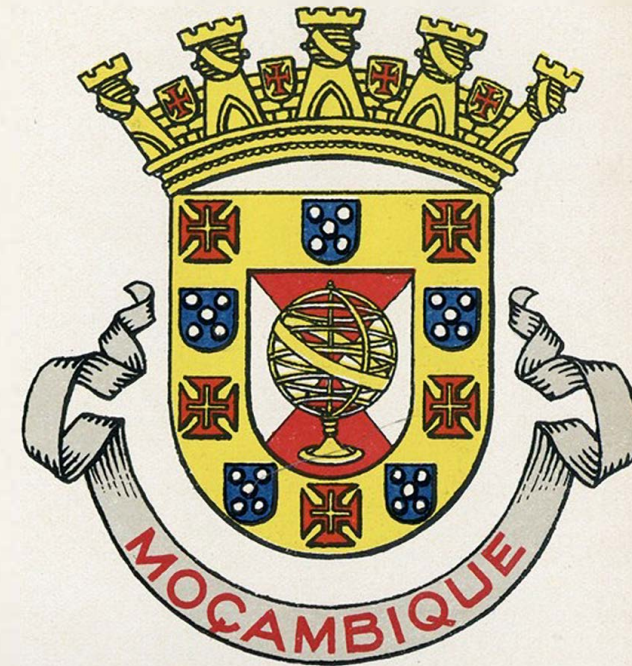
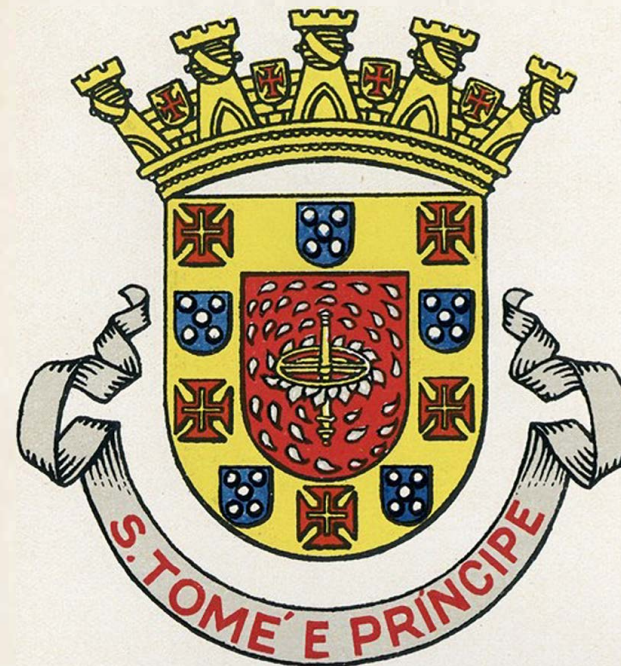
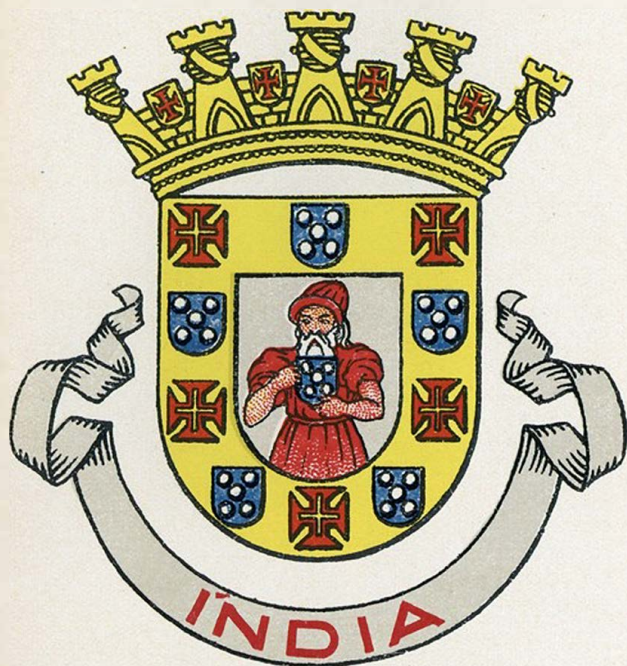
E ao publicarmos o retrato do Doutor Avelino Manuel da Silva, dedicado médico, só prestamos merecida homenagem ao homem que, em terras longínquas do Congo, tão dignamente soube levantar e honrar o nome de Portugal.

“Há críticas e mesmo censuras que honram mais do que os elogios”,

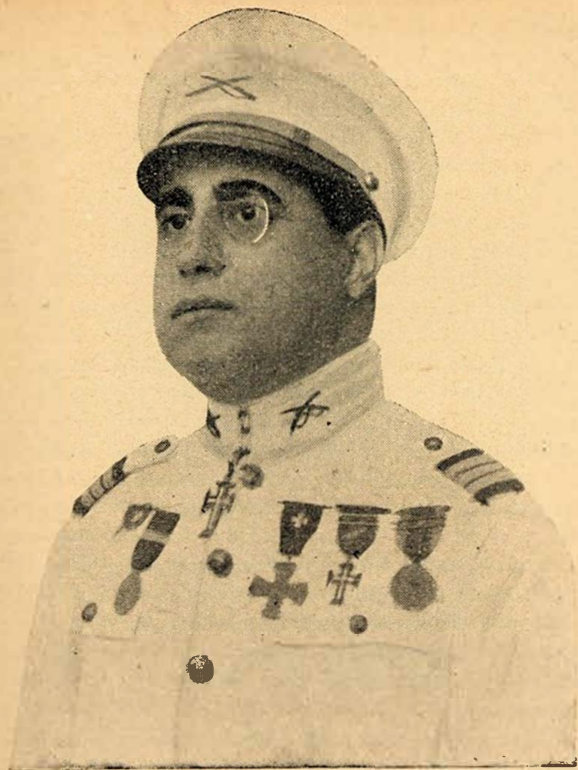
C. PERIER

Que viva, portanto, em espírito, a concepção dessa futura colectividade, de perfeita harmonia espiritual, enquanto, pelo princípio de associação e de educação (que as nossas sociedades cada vez mais procuram desenvolver e elevar), se vai formando essa mentalidade e cultura, capazes de criar uma obra única para o igual bem de todos, como foi antigamente uma só seára e um só fôrno para o pão de todos.

DR. RICARDO SEVÉRO



Ordenação simbólica das Províncias do Império Português de Além-Mar, segundo o parecer que a pedido da Agência Geral das Colónias e por incumbência do Instituto Português de Heráldica, o Senhor Afonso Dornelas elaborou em Junho de 1932.



DR. MARCIAL PIMENTEL ERMITÃO

DAS ILHAS DE CABO VERDE

(Notas soltas)

PELO DR. MARCIAL PIMENTEL ERMITÃO

ADVOGADO—CAPITÃO DE INFANTARIA E PUBLICISTA

(ESPECIAL)



Das Ilhas de Cabo Verde. Que dizer? Impressões breves aí vão.

Espalhadas no Atlântico, em privilegiada situação, erguem-se dez Ilhas e alguns Ilhéus. Das dez Ilhas nove são habitadas. A décima—a de St.^a Lusía — está, como os Ilhéus, abandonada às aves marinhas. Em

dois grupos se dividem, geográficamente, as Ilhas de Arquipélago. No primeiro grupo alinham as Ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Lusía, S. Nicolau, Sal e Boa Vista, que constituem o núcleo de Barlavento; no outro topamos com as Ilhas de S. Tiago, Maio, Fogo e Brava, as quais, no seu conjunto, constituem o grupo de Sotavento.

A Barlavento, entre S. Nicolau e S. Vicente, muito próximo de Santa Lusía, erguem-se os Ilhéus Branco e Raso e anexo a esta última ilha, está o Ilhéu Leão. No grupo de Sotavento, no canal formado pelas Ilhas do Fogo e Brava, para o norte, quasi querendo fechar aquele, estendem-se improduttivos os Ilhéus Rombos, situados a 8 quilómetros da Brava, para nordeste, e têm elles, os seguintes nomes: Ilhéu Grande, com 100 metros de altitude, 2 quilómetros de comprimento por 1 de largo, Ilhéu Baixona, Ilhéu Barreto, Ilhéu Luís Carneiro, Pôrto Rico Ilhéu Rasteiro ou Ilhéu do Rei, Ilhéu de Cima com 70 metros na maior altura, e os Recifes: Baixo da Roca do Pôrto Grande, Choquete Grande e Choquete Pequeno. Estes Ilhéus servem de ponto de apoio a pescadores e são fornecedores de guano, que milhares de aves

marinhas por ali depositam, aproveitável para fertilização agrícola das terras.

Das 9 Ilhas habitadas, algumas por mim já percorridas em demorada permanência, numa peregrinação forçada, mas tôdas já vistas, embora pouca detença tenha tido em S. Tiago, Maio e Boa Vista, tomei lembranças breves que aqui deposito, traduzindo o meu modo de vêr pessoal.

S. TIAGO — E' a maior Ilha do Arquipélago. Tem em si a cidade da Praia, actual capital da Província. Costa desagradável. Três concelhos. O principal, com sede na Praia, o do Tarrafal e o de Santa Catarina. Há ainda, vetustas e históricas, as ruínas da cidade velha, em cuja igreja ecoou, brilhante e eloquente, o verbo precioso do grande Padre António Vieira. Tem laranjais ricos, fecundos, nascidos da necessidade de refrescar guarnições das náus que iam à descoberta de novos mundos, para combater o escorbuto que, por vezes, grassava ameaçadoramente, a bordo das naves dos fortes capitães de Antanho. — O pôrto é aberto e desabrigado, na Praia. Tem uma bela baía no Tarrafal e seguro abrigo na Ribeira da Barca, pôrto preferido da navegação veleira do Arquipélago. — Tem 1980 Klm. quad. de área, e mede de comprimento, no sentido N-S. 55 quilómetros, tendo na sua maior largura 23 quilómetros. Povôam-na, segundo as estatísticas, 65.000 habitantes. No interior, em Santa Catarina, a maior altitude regista 1.355 metros. A capital tem um aspecto de pessoa avehlhentada com arrebrques de môça. Começa a ser atravessada por estradas. — O interior tem aspectos agra-



ILHA BRAVA—CONDUÇÃO DO MILHO DEPOIS DA COLHEITA

dáveis — A Trindade não é feia. S. Domingos é francamente bonita. — Regime de propriedade a pedir reforma urgente. O feudalismo já acabou. Grande consumo de grog. — Os bailes nacionais são o encanto preferido dos mais humildes. Os maiores bailam na política, no jogo de interesses. — Tem água. O solo, em épocas de chuvas é produtivo.

SANTO ANTÃO — Penedias abruptas, a marcar a costa. Póde entrar-se pela Janela e sair pela Boca da Pistola, nome de dois portos que podem ser demandados pela navegação veleira. Tem por capital uma linda, dourada vila a que dêram o nome de Ponta do Sol. Bom edifício municipal, luz elétrica e água. Cheira a civilização. A antiga Vila da Ribeira Grande, ou Povoação, tem todo o aspecto dum burgo provinciano, a lembrar alguns da Metrópole. Ali se dá a confluência das Ribeiras da Torre e Ribeira Grande, no seu caminho para o mar. Vi, depois das primeiras chuvas, a água em torrente, a avançar, em cachoeira, pelos leitos, até então secos e negros, num turbilhão, entre a grita do rapazio. O dilúvio devia ter começado assim. — A Ribeira do Paúl, é fértil e cheia de beleza. As outras Ribeiras são povoadas, nas margens, por lindos casais. Entre o arvoredo, a cortar o silêncio em que o viandante faz a jornada, escuta-se o gorgoejo de femininos cantares, na lavra. — Tem água em abundância. — Lindos plateaux. Campo de Cão, como a Cova, são belos em qualquer parte. — Tem uma alma a animar uma vontade forte. Honra lhe seja. — E' séde de comarca. Não tem movimento, porém. Um julgado Municipal, de natureza especial, satisfazia às necessidades. — Óptimas frutas. — Vive muito da luta de interesses, numa política que pre-

judica, pois é de mando feita. — E' progressiva. Está a ser cortada por estradas que facilitarão o acesso aos seus portitos. — No Tarrafal de Monte Trigo tem uma aldeia industrial.

BOA VISTA — Tem a forma dum pentágono. E' imediatamente inferior em área a Santo Antão. Emquanto esta marca 784 klms. quad. de área, a Boa Vista oferece 613 klms quad.. Santo Antão é uma Ilha de grandes altitudes, e marca a maior em 1950 metros, Boa Vista limita-se a 370 metros de altura máxima. No respeito a população fica muito àquém de Santo Antão, pois esta é habitada por 30.000 pessoas e, mais modesta, a Boa Vista contenta-se com 3.000 almas apenas. — Méde de Léste a Oéste 35 klms e de Norte a Sul 32 quilómetros. — Tem uma linda baía de água verde e de blandícia. Nas suas costas parece que uma ave agorizada, muito tempo levou a afligir capitães e armadores, em encalhes famosos, donde nascia uma moia tradicional... — E' terra de mornas. Olhos fechados e cabeças reclinadas, assim levam a vida dansando. — Tem purgueira e barro. Já por vezes, se tentou ali a fixação duma indústria, criando-se a olaria, o fabrico de telha etc. — Tem peixe e algum sal. — Arenosa. — Gasta mais com o seu funcionalismo que o que cobra de receitas. Figura primacial: um judeu que não faz judiarias de maior...

FOGO — O fenómeno político de Santo Antão multiplicado. Gente de temperamento fogoso e de incendiado ânimo. A intriga, a trica que alcaprema e érgue com a mesma facilidade com que deprime e atola, tem ali, na fogueira de paixões pessoais, um belo número de adeptos. — Tem boa gente, mas tem também filhos de antigos servos dos Távoras decapitados. — A Ilha notabiliza-se pelo seu óptimo café, de renome mundial e pelo seu majestoso vulcão. Este é grande, imponente, rival do Étna e de seu par vesuviano. Passei pelas queimadas negras e lutuosas. E' um espectáculo singular o que as lavas secas, estendidas em vasta superfície, nos oferta. Sentimo-nos esmagados pelo efeito belamente trágico dessas lavas monstruosas, que, em formas cheias de capricho, ressequidas e acastanhadas dum lado, para logo expõem a sua negra viuvez, dão aqui a impressão de gigantescos probiscídios petrificados e colhidos na morte, quando em fuga desordenada, e além se semelham a torrente impetuosa que, em caudal diluviano, houvesse subitamente resfriado, ficando para ali petrificada como uma ameaça constante de renovação da quédá, em novos caudais, de rios de incandescentes lava, vomitados, em estertor, lá do alto, a 2385 metros, altura do monte vulcânico! E' um espectáculo soberbo mas aterrador, terrível, que esmaga pela grandeza dolorosa que um cortejo de receosas lembranças faz nascer, evocar e temer, em repetição inesperada, tolhendo subitamente, a fuga ao visitante, extaticamente em contemplação! No snobismo tradicional da nossa terra, impõe-se ao viajero a ida às terras afastadas aonde se érgue Vesúvio tradicional, ou a espreitar, na mesma italiana pátria, o Étna gigante e mortífero. No entanto, ignoramos o que é nosso. Em território nacional, possuímos, esplendoroso, o cone monstro, imponente, quando olhado e visto no percurso do Espigão, além Cova Figueira, a caminho da Relva, demandando os Mosteiros, à beira mar quási, em estrada talhada, aberta, pavimentada em lava, na Ilha do Fogo, aonde se podem saciar os que, viajando, avidamente, buscam sensações estranhas.



BRAVA — BAIÁ DO SÓRNO

Não desconhecemos nós, a nossa terra? A área da base do monte Vulcânico, afirmam-nos os técnicos, é a maior de todos os vulcões europeus. A 200 klm. quad. do Vesúvio, para 1673 do Étna, de monte Vulcânico mais alto — 3279 metros —, oferta o vulcão do Fogo 4859 klm. quad. ! Está, hoje, extinto, ao que parece, o vulcão. De quando em quando, a partir de 1857, surgem leves emanações sulfurosas, e para aproveitar a frase do informador amável que nos acompanhou na travessia, há uma tênue coluna de vapor de água, a erguer-se ao céu, em ameaça para os homens, um fumo quási imperceptível. Disse-nos quem desceu à cratera, que de dentro se escuta um tumultuar surdo, em rugido sombrio. O vulcão torna célebre a Ilha do Fogo. Deu-nos a impressão, a observação dos factos e dos homens, que em tudo, o vulcão domina ali a vida, nos caracteres e no solo. Entre lava, notei cultivada a vinha, para ali acarretada a terra para o plantio ! No meio de lava, a meia altura da vertente, face ao mar, sucedem-se povoações, ali vive gente, ali se sorriem da devastação, vermelhos telhados ao sol ! Tem o Fogo 30 klm. de comprimento, de léste a oeste e 25 klm. de largura. A' aridez escaldante de S. Felipe, correspondem sorridentes, para as bandas dos Mosteiros, o Feijoal, a Cova, entre verdura e frescor.

S. NICOLAU — Gente amável que amável acolheu quem nela foi lançado em punição de amor de princípios e de mais altos desígnios. O instinto, mais que a compreensão dos princípios defendidos, abriu-lhes o coração. A República terá de cumprir um dever de assistência criando ali, no lugar de penitência, um Instituto pupilar de educação dos que o exílio, em longo

penar, fez vir ao mundo. Não tenho cria, nem peccadilho. Posso sugerir a idéa e combater, amanhã, pela sua efectivação. Instituto cultural e profissional, tornando aptos para a vida pobres miúdos de hoje, sob a égide dum Estado próspero, afastadas hipócritas idéas do passado, dando-lhes a mão e guiando-os, para 'que o abandono, e a maldade da sorte os não colha e antes nêles encontre mães de próximos anos, homens de carácter, a espalharem vivificantes desígnios para esta Província — (não queremos chamar-lhe Colónia) — tão pobre, tão abandonada, aonde há que fazer uma obra criadora, de rejuvenescimento, pela elaboração prévia dum seguro plano de fomento, logo seguido de execução metódica, contínua, sem espalhafatos balofos, mas firme de decisões, libertos de preconceitos governativos pessoais. E' preciso que passem os governadores mas que fique a obra iniciada, a ser seguida. — Belos pontos de vista. — Pobre portito de abrigo a leves barcos de cabotagem. No sentido léste-oeste, méde 45 klm. e tem de largura 25. A sua área anda por 345 klm. quad. e tem de população 11.000 pessoas. Ségue-se imediatamente, em área ao Fogo que nos oferece 530 quilómetros quad. e tem uma população de 20.000 almas. Maior altitude: 1.275 metros.

MAIO — Pobre. Do mar dá a impressão dum pre-sépio, pacientemente arranjado em dificuldades constantes, por filhos de Adão asqueroso e faminto do qual descende a gente humilde, a distinguir-se dos filhos do Adão da gente rica, no dizer feliz do Dr. Brito Camacho. Tem gados mas não tem pastos. Concebe-se maior contraste e contra-senso ? Tem sal e um pôrto, inglês chamado, péssima costa e alteroso mar. Por isso ali enca-lham e se encravam, a desfazer-se barcos. Que triste aspecto ! Tem na sua maior altura 380 metros, e para uma população de 2.000 habitantes, oferta-lhes 216 klm. quad. de superfície. 25 klm. de comprimento. Tem um todo poderoso...

SAL — Clara, alegre na sua areia branca, muito fina, espreguiçada junto, rasa ao mar. A povoação paré-



O VULCÃO DO FOGO, VISTO DO PONTO ALTO DO SUL, DA SERRA DO FOGO

ce ter sido assolada por um furacão. Do mar oferece um aspecto de solar arruinado mas lavado ainda. Visitando-a, verifica-se a ruína dos seus poucos prédios. Gente muito humilde mas boa. Vive do sal e da pesca mas os seus barcos têm água. Sêca, desoladoramente sêca. Tem um chafariz que pinga como nariz em época de constipação, de arripiar. Tem dois arbustos ao redor do chafariz para garantir o desejo dum jardim. Tem o Algodoeiro com alguma água e meia dúzia de esque-léticas árvores. Um cercado de pedra para um viveiro, enigmáticamente futurado, feito, a gastar dinheiro, em época de crise. Grandes bafas, lípidas, esverdeadas as suas águas piscosas. A Murdeira é de bom fundeadoiro. Merece carinho e amparo a Ilha. Tê-lo-á? Méde 35 klm. de comprido por 9 de largo. Funcionalismo em demasia, pela ocupação burocrato-oficial, como na Maio, como na Boa Vista... Não será de senso administrativo o reduzir e pensar na receita fiscal das três ilhas e compará-la com as orçamentadas despesas? Para uma população de 700 pessoas, a sua superfície é de 206 klm. quad. (Maior altitude: 160 m.

S. VICENTE — O Pôrto Grande, a sala de visitas do Arquipélago. Se lhe não acódem a tempo, morrerá. — Começa a ter industria. — Tem almas môças, entusiasmo de bem fazer. O Engenheiro Fonseca tem idéas. Coisa rara. E' aproveitar o quási fenómeno. — Tem um liceu. Util? Cria liceantes cursados, inaptáveis, na maioria, à vida. São cursados... O balcão, a oficina,

não lhes sorriem. A contabilidade, a escrita comercial também, não é para eles, iludidos da cultura. Telegrafistas, mecânicos, entalhadores, marceneiros, torneiros, sapateiros, com o sétimo ano de liceu? O emprêgo público, mal remunerado, mas certo o vencimento, é a grande aspiração. O liceu falseia assim a sua missão, para se tornar um alfofre de candidatos eternos ao amanuensado. Vale a pena? Não seria mais produtiva uma escola técnica, a par dum ensino, inteligentemente delineado a dar a necessária cultura? Há inteligências a aproveitar? A selecção rigorosa joieraria e o Governo da Província subsidiaria, em bolsas de estudo, os liceantes pobres de afirmada competência mental, a desenvolver, a criar para os cursos superiores, naturais do Arquipélago. Ensino técnico, ensino técnico! Deixem-se das utópicas aspirações de criar inúteis, mas diplomados cursantes dum liceu, para a grande, imensa maioria, porta fechada para a vida...

Dizem que Nelson, deitado, ali repousa tranqüilo a sua cabeça, em pedra. Olhei, vi o vulto talhado na rocha. Em vez do olhar duro, fechado e morto de Nelson precisamos no pôrto a seiva nova das iniciativas e capitais portugueses. — No meio do pôrto, na Mاتيota, armado em faról, um penhasco. Será simbólico? Não conterà a afirmação desdenhosa do abandono dos que só pensam em tirar rendimento do pôrto e o abandonam no seu fomento? Será o presente merecido pelos que, sugando, julgam equilibrar, e que em vez de semear



COMPANHIA DOS DIAMANTES DE ANGOLA — QUEDA DE ÁGUA DO DALA

quêrem colher do tójo? Dakar, apetrechado, as Canárias vizinhas fazem com que a sério se pense no futuro do pôrto, obra gigantesca da natureza que o Homem terá de corrigir, por um apetrechamento condigno, convidativo, atrãente. E' pobre a Ilha. Vive do seu pôrto. E' pequena a sua área. Apenas, 158 klm. quad. 14.000 habitantes. Tende a modernizar-se. Conseguí-lo-á? — Importa o que tem de comer. Na sua maior altitude marca um ponto com 719 metros. Méde 30 klm. no sentido léste a oeste. Largura N.-S: 18 klm. As deficiências, por vezes são tantas que homens e mulheres fazem cargas a dorso, por uma ridicularia, a matar a ânsia justa de pôr o estomago em funcionamento leve, ao ralenti... Até os tubarões se avizinham e trágam indistintamente, o nadador feliz, ou mísero trabalhador que colhe do fundo da baía, a bola de carvão caído, que lhe teria de dar o café matinal, almoço e, possivelmente, única refeição do dia. E' triste o aspecto do problema difícil, mas que, por o ser, há que ser resolvido. E não é, já, sem tempo...

BRAVA — A mais pequenina Ilha do Arquipélago. E' um ninho. Tem flôres. O aspecto exterior é agrêste. De aí o nome. A entrada é suja. Dispõe mal mas, logo João de Pomba surge e sua casa aberta, é *hall* do jardim, descuidado embora, que se vai ver. Em plateaux, sucessivamente mais altos, como cratêras de vulcões extintos, a Ilha ofêrta-nos as suas povoações curiosamente, dispersas, com casas aninhadas e de interiores muito confortáveis, resquícios da ida à América de chefes de família, de irmãos, maridos, a trabalhar. Há flôres, há mulheres graciosas, mais no interior que na vila florida que de Nova Cintra tem o nome. O que dá carácter à vila é a sua disposição por entre caminhos e ruas macadamizadas, como em verêda de quinta ancha, ladeadas de muros de pedra solta sôbre os quais se debruçam em convidativo sorriso, os cardeais em flôr, vermelhos, campanudos, ornamentais. Por isso, a abertura duma larga, inaproveitada avenida, talhada a todo o comprimento da Vila, atravessando-a, fazendo

a meio uma praça ajardinada e bonita, seu inacabado e desnecessário corêto ao centro, cortada por meio de terrenos, que vâlem ouro, agora inúteis, veio, em vez de embelezar, tirar o interessante sabor local desta vila tão verde e florida, a todo o canto havendo rosas abertas, frente às moradias, donde nos dias primeiro dos meses, em augúrio de boa sorte, se prende uma flor; despreocupados jardinzitos fronteiros em que muretos grotescos e feios, suspendem terras donde nascem dalias, craveiros, e, em todos os matizes, as rosas, as lindas rosas que, infelizmente, bem cedo fenêcem...

Tem lindos pontos de vista. Resêrvo na mente a impressão presépiãna do Mato Grande, visto do sítio alcunhado de Boston, e sôbre tôdas, a policromia apetitosa da paiságem observada, na descida do Mato, pelo Paúl. Lá em baixo, o mar, a Furna, o pesqueiro do Vinagre aonde há água admirável, Santa Bárbara e a sua estaçãozinha modesta de T. S. F. de comunicação com o mundo, aqui que é o fim do mundo, no respeitante a comunicações. Depois, subindo, a nossos pés lançada, a vila alêgre, cantante, acariciadora, nos rolozitos brandos, ténues do fim da tarde, de fumo evolado dos casais; é o Fundo à direita e pela esquerda estendendo, o lençol verde do Lém, do Minhoto, de Braga e a meio, apagado, mas florido também, o cemitériozinho de Santo António, cujas sepulturas, nesta altura, se cobrem de vermelho, como se ali fôsse a morte uma alêluia. Ali dorme um grande espírito. Polemista de valor, um auto-didata, poeta mimoso, cheio de instinto e de verdade, com génio, no pequeno cemitério, ao longe jardim, ao pé abandonado, repousa dum labutar sem finalidade, dispersa a sua obra, o combatente que foi Eugénio Tavares. Apreciou o poeta, em vida, mulheres, flores e música. Têve bom gosto. Merece descansar tranqüflo. Mas, não se revoltará êle, na morte, pelo abandono em que vive a Mulher que foi sua, a flôr mais bela do jardim do seu peito? — A Brava quási sempre, enervantemente, como viuva e saúdosa arrastase em largos dias, sob o véu de um nevoeiro que se

não desfáz. — Não tem gente de iniciativa. — O *standard* de vida é, no geral bom. — A América seduz os homens que ali vão em longuíssimas jornadas, arranjar a madeira para a casa que marcará o final do mourejar, o fogão que substituirá movel tranqüflo de sala, em falta, as cadeiras, a cama confortável, e que da América trazem tudo, desde a compota doceira, à vassoura humilde que varrerá o chão da casita branca que a mulher ajudou a construir, acarretando pedra, a água, a madeira, com o auxílio fraternal, em solidariedade perfeita,



BRAVA — IDA PARA A FONTE

O Problema do Oriente Português

PELO CAPITÃO - TENENTE JAIME DO INSO

(ESPECIAL.)

ESCRITOR E PUBLICISTA



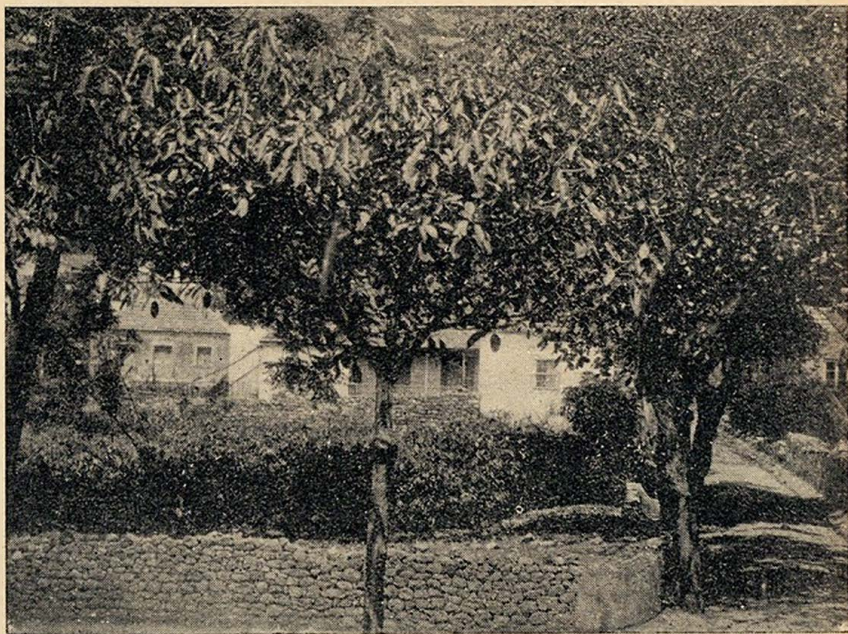
DEPOIS de, em tempos idos, o havermos provocado, nós resolvêmo-lo, o problema do Oriente, e tão bem, que os dominadores ingleses que lá nos seguiram, marcaram o caminho que lhes deixamos aberto, com as mesmas bases de expansão que encontraram, deslocando-as apenas conforme as circunstâncias aconselhavam.

Ormuz, Gôa e Maláca, os três centros donde irradiou a força e a acção dos portugueses no Oriente, viram nascer Port-Said, Bombaim e

Singapura, que lhes obscureceram o antigo esplendor, e mais para Leste, em plenas terras de Catai, onde Macau era o império e o traço de ligação entre o Extrêmo-Oriente e a Europa, surgiu HongKong que, com o moderno esplendor, ofuscou o relêvo daquela antiga cidade, "que outra não há mais leal".

Os tempos mudaram, e a nossa acção no Oriente foi-se diluindo por tal forma, que a consulta das estatísticas comerciais deixa-nos hoje uma impressão de tristeza quando estabelecemos o confronto entre o que se passa connôco e com outras nações que só muito

das vizinhas, das amigas, a quem, amanhã, e por seu turno, vai auxiliar também. — Casamento é, como em tôda a parte, a aspiração maior da mulher. Para quê? Para sem maiores horizontes que o do balcão de modesta loja, aonde consome os dias, aguardar: ou regresso do marido, anos sem fim, ou, não poucas vezes, a viuvez, sem gozar a vida venturosa do casamento. O marido vem de visita breve, de anos a anos, e deixa um filho. — A mulher anda a pé e faz carga. O homem anda a cavalo e é senhor. E' desagradável sintoma de cultura o inferiorizar a mulher. — Parece-me, mas por certo não é verdadeiro o pensar, que há, por cá, muito sangue árabe, ardente. Que olhos não encerram mistério? Mistério da vida, mistério insaciável do insondável agitar da alma humana! — A densidade da população é grande. Para 56 klm. quad. há 8.000 habitantes. A sua altura máxima anda pelos 920 metros. E' pequenina a sua extensão: 12 klm., de Norte a Sul, 9 klm. no sentido Este-Oeste. E' uma rosa desabrochada no meio do mar, mas envolta em folhas velhas, secas, descoloradas, muito escuras. — Nota final, nestas impressões breves. Há poucos homens mas as sementeiras, as culturas locais não deixam de se fazer. Pelas chuvas, as mulheres vão ao trabalho insano do arrotear das terras, mas não só das suas. Dos vizinhos também. E vão longe, trabalham



BRAVA — UM TRECHO EM QUE SE VÊ A CASA EM QUE RESIDE
PRESENTEMENTE O POETA AUGUSTO CASIMIRO

hoje aqui, amanhã elém, num afan santificado da solidariedade mais bela. Mourinhas — Pobres mourinhas! Terra alegre e gaiteira. Não há acontecimento local ou familiar que não meta banza e faça estalajadar foguetório em anúncio de beile.

Marcial Cermei Lins

tarde acordaram para a vida daquela metade do mundo.

Apesar, porém, deste fio de interesses materiais que nos liga ao Oriente ser hoje tenuíssimo, é surpreendente o vínculo que a nossa tradição lá deixou, e chega a ser impressionante, para quem pela primeira vez se dirige àquelas parágens, observar quanto o nome português ainda ressoa e vale pela longa rota percorrida desde o mediterrâneo ao Dai-Nipon.

Ocorre-nos então perguntar: — porque abandonámos isto — ? — não seria de tentar um regresso ao Oriente ?

E' assim que nos surge o problema do Oriente português, um problema complexo, difícil, erigido de escolhos, que dia a dia se complica e agrava à medida que a política mundial envereda por caminhos que tendem a tornar o Oriente teatro de mais um dos grandes dramas da Humanidade.

E' mistér que Portugal não se esqueça disto, nem seja esquecido quando soar a hora, se soar, de refundir em cadinhos novos, as relações entre os dois mundos que se observam e espreitam quasi com temor...

A acrescer as dificuldades naturais do problema — chamemos-lhe assim — existe um factor importante, que é a ignorância em que na Europa se vive acerca do Oriente que requêr, muito mais do que a África ou a Oceânia, cuidados e atenções especiais que só o conhecimento do meio pode esclarecer.

Tôdas as coisas do Oriente exigem muito tacto e prudência, principalmente tratando-se, dum país como a China onde existem formidáveis interesses em jogo, e se encontram susceptibilidades como dificilmente se deparam noutro lugar. Questões que aqui se apresentam como de mero interesse local, ou de "trazer por casa", podem ali dar lugar a prejuízos sérios e até a conflitos internacionais.

Salientamos estas circunstâncias para melhor pôr em foco o melindre e a delicadeza do nosso problema do Oriente, cuja solução nos

é imposta pela grandeza e pela historia de Portugal.

No Oriente, temos as comunidades portuguesas a proteger contra a desnacionalização, temos os mercados a explorar, temos de cultivar e manter a força da nossa tradição. Nisto se pode resumir o problema.

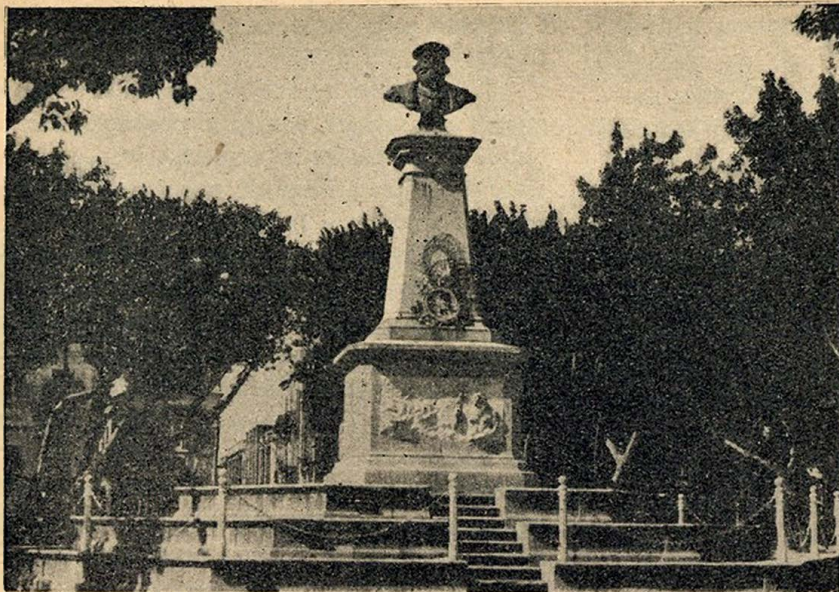
As barreiras que se opõem a qualquer destes objectivos, são formidáveis, não tenhamos ilusões, e só as pode conhecer bem quem por lá tenha passado, mas não é motivo para que não nos lancemos na luta pacífica e patriótica da reconquista duma parcela mínima do muito que perdemos, quando tantas nações que nunca dispuseram de um palmo de terra na China, nem com os chineses trataram tão intimamente como nós, hoje gozam de uma situação da qual estamos longe de nos aproximar.

Quer a protecção contra a desnacionalização, quer o culto das tradições, devem ser aproveitados e dirigidos no sentido prático e utilitário da época, de forma a favorecer a propaganda dos nossos produtos susceptíveis de exportação para o Oriente. Há a notar que, sendo aqueles produtos, na maioria, ricos, e as nossas comunidades quasi na totalidade pobres, não é com elles que poderemos contar como factor importante de consumo.

Entretanto, produtos há, como por exemplo, chapéus, de que os italianos inundaram os mercados da China, e que talvez pudessem entrar nos domínios das nossas tentativas comerciais; mas, os italianos têm navegação, o Oriente têm própria para isto, como se vê, são outros tantos ali os seus interesses criados, e tudo escolhos a dificultar uma solução.



MACAU — UM JUNCO (EMBARCAÇÃO CHINESA DE PESCA)



MACAU — MONUMENTO A VASCO DA GAMA

E a concorrência japonesa?

Há a estudar, também, o que a China, por intermédio de Macau, nos poderia fornecer.

Porque havemos de buscar na Inglaterra o chá que consumimos?

Disse-nos uma vez Wenceslau de Moraes, em Kobe, que nós tínhamos praticado o erro de desprezar ocasiões as mais oportunas para nos firmarmos comercialmente no Japão; erros praticamos também no decorrer das relações das potências com a China, desprezando oportunidades que não tornaremos a reaver.

E' preciso relembra estas faltas passadas para lição do presente e previsão do futuro.

As questões do Oriente, que para nós se restringem principalmente a Macau, são questões internacionais, e é por isso ainda que aquele palmo de terra portuguesa, mimoso e belo, verdadeira joia que nos legou o passado, se afasta muito de qualquer outra Província Ultramarina, necessitando em certos casos de uma legislação especial.

E' por isso que o problema do Oriente, português é um problema aparte na nossa política colonial, que precisa ser encarado através de outros aspectos, diremos mesmo, de outros olhos e de diferente sentir, na sua estranha complexidade que vai desde a parte material dos ainda mal definidos limites da Província, ao entendimento e íntima colaboração com os nossos amigos chineses que, para nós, não são estrangeiros em Macau, como

para eles não somos estrangeiros em tudo iguais aos outros, na China.

O problema do Oriente português tem de integrar-se no feliz impulso de ressurgimento colonial que atravessamos, por isso julgamos útil chamar para ele a atenção de todos quantos se interessam pelo engrandecimento do nosso Império de Além-Mar.

Ao Oriente estão reservados grandes destinos; procuremos associar-mo-nos a eles, para glória da raça, através da minúscula, lendária, e incomparável Macau !

Lisboa, Junho de 1934.

Yacine Sano
es.

Padaria e Confeitaria Francesa

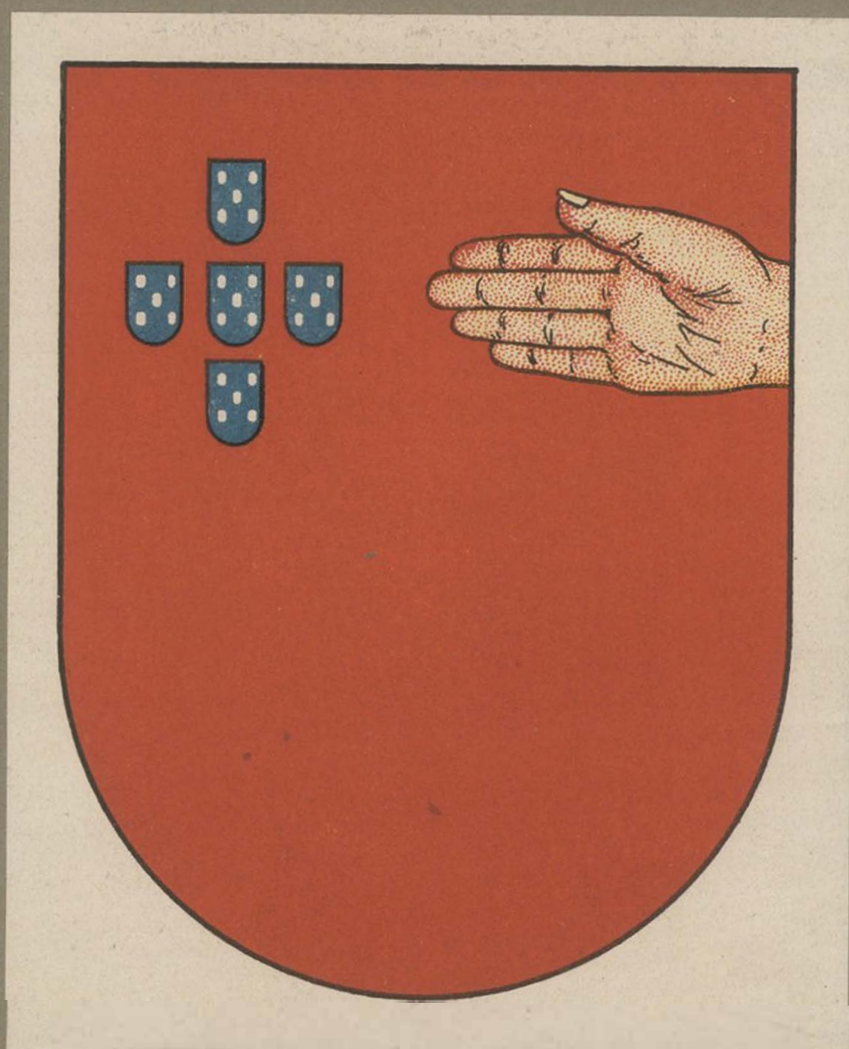
Especialidade em
Biscouts finos, Pão doce, etc.
e Pão tipo francês
e alemão

Entregas a domicílio

Rua da Carioca, 81

Telef. 2-3871

RIO DE JANEIRO



Brasão da província de S. TOMÉ e PRINCIPE

Vinho Colares
Azeite

V. S.

(Visconde de Salreu)

GENUINO RAMISCO

Grand Prix e medalha de ouro na Exposição do Centenario

REPRESENTANTES:

SCOTCH WHISKY

"BLACK & WHITE"

SPECIAL BLEND OF

CHOICE OLD SCOTCH WHISKY

48, RUA SÃO PEDRO, 48

Telefone 4-5716

RIO DE JANEIRO

Exijam VV. SS. os produtos **V. S.** a tôdos os bons HOTEIS,
RESTAURANTES e ARMAZENS

D. J. SILVA, Ltda.

LISBOA

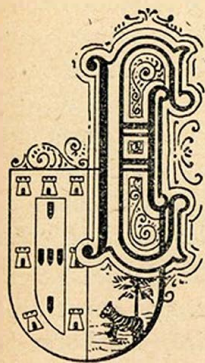
ÁFRICA

LIÇÃO DE PATRIOTISMO

(ESPECIAL.)

POR LUIS TEIXEIRA

JORNALISTA



M 1914, ao estalar a Guerra eu era uma criança semi-inconsciente e desinteressada por força do ambiente provinciano que me envolvia e tapava à minha curiosidade os horizontes da vida. Lembro-me que segui o conflito num entretenimento de garôto espetando alfinetes com bandeirinhas num mapa colo-

rido ou folheando revistas e magazines onde as imagens de actualidades eram a continuação das deliciosas operações dos meus soldadinhos de chumbo, já arrumados como inutilidades para a minha distração, mas não esquecidos no inventário de preferências da hora do recreio. E quando a Guerra acabou eu completara 14 anos há uma semana e despedia-me dos meus bonecos, dos meus calções, da minha infância, para começar a viver.

Fez-se a formação da minha consciência e a educação do meu temperamento no período alucinado e confuso do após-guerra, vendo agonizar uma civilização que eu não entendera por não a ter vivido e assistindo atordoado mas ansioso ao despertar de novas fórmulas e à definição nebulosa de outras orientações.

Vi chegar do *front* os estropiados e os heróis e soube-os desiludidos e amargurados. Vi o desfile espaventoso da malta imunda e ventruda da rectaguarda distante do perigo, exibindo escandalosamente luxo e satisfação de quem escapára dos recrutamentos e se ficára gozando o negócio das subidas bruscas das cotações dos géneros que as "bichas" dos humildes imploravam em empenhos sem regatear o custo ou fusilar a canalha sugadôra.

Esse tempo agitado e revolucionário nada me deu para fortalecer na minha indecisão de adolescente o sentimento pátrio que na escola



LUIS TEIXEIRA

me tinham impôsto como uma regra de matemática e na vida não tinha contróle de exibição em convencimento da sua existência indispensável e bem sentida. Naturalmente, instintivamente, dominado pela influência das consequências evidentes da Guerra, da Guerra que eu não senti também no entusiasmo e no proveito local, conduzido por reflêxões pessoais em face dum panorâma ideológico contraditório que lançára o meu pensamento em despidistes de desilusão, habituei-me a medir os

limites da Pátria pela comunhão de sentimentos idênticos que ocupava na minha razão uma zona que ia de ponta a ponta do Globo e irmava nas mesmas aspirações, no mesmo sofrimento, no mesmo interesse em defesa de direitos comuns, os povos de todos os continentes.

Nem revoltado nem conformado. Fiquei num idealismo de bondade que tem mais raiz no coração do que na inteligência.

Nem entusiasta nem descrente. Fiquei numa expectativa de quem procura mais na lição dos acontecimentos do que na teoria dos filósofos caminho para uma orientação segura e bem escolhida.

Fiquei longe, das posições ridículas dos coerentes ferozes que fazem da teimosia e da disciplina das idéas o seu dogma anacrônico que nada abala nem desvia. E durante anos a Pátria foi-me lembrada apenas em figuras de retórica e ilusionismo.

Um dia, porém, fui à África.

Por lá andei longos meses em peregrinação. Atravessei palmares, cafezais e cacauais das ilhas quentes do Equador, corri Angola de canto a canto, desde a formosura continental

das terras do Congo, da aridez selvagem dos campos da Lunda à paisagem risonha dos planaltos e do território sagrado do Sul. Atravessei Moçambique de cabo a cabo, desde a fortaleza da ilha, ao Norte, das planícies tristes de Tété, perigosas e doentias, à vida movimentada, saudável e confiante das concentrações importantes do Sul da Província. Parei em locais históricos onde o soldado português sofreu dores angustiosas e praticou heroísmo sublime em miragem de prestígio para a bandeira do país. Nas cidades, no mato, isolados no interior, perdidos na meia luz do anonimato humilde, falei com os colonos dedicados e lutadores construindo num esforço pessoal surpreendente a grandeza da Nação e assegurando-lhe, por iniciativa própria, direitos de soberania sem nunca estabelecer diferença entre os seus interesses e a utilidade dos serviços prestados à sua terra.

Vi em toda a parte "Portugal construtor de nações", formidável obreiro, colaborando em camaradagem com indígenas no aproveitamento dos territórios e na conquista de luz para os seus espíritos. E andei, assim, largos meses por terras distantes sentindo sempre a presença da Pátria e a influência dominadora do sentimento nacional no fortalecimento do nosso Império africano — extraordinária obra em revelação das qualidades dum povo que ganhou direito à admiração do Mundo.

Recebi a tempo a minha lição de patriotismo, lição forte, à margem da retórica e dos sonhos simpáticos dos que nasceram em estado de graça para compreender e sentir com entusiasmo de alma as noções distraídas dos compêndios. Construí o meu orgulho de português perante sugestões directas do que o meu país tem feito, com tanto sacrifício como dedicação, em benefício da Humanidade. E para os homens da minha idade, inquietos como eu, disponíveis para o serviço do país, ansiosos e sinceros, matéria prima para Portugal utilizar no seu labor de construção de países, aqui fica, em momento oportuno, a confissão dum português do Século XX.

Lisboa 15 de Março de 1934.

Luiz Teixeira

Roupas RENNER

TRAJES E TERNOS

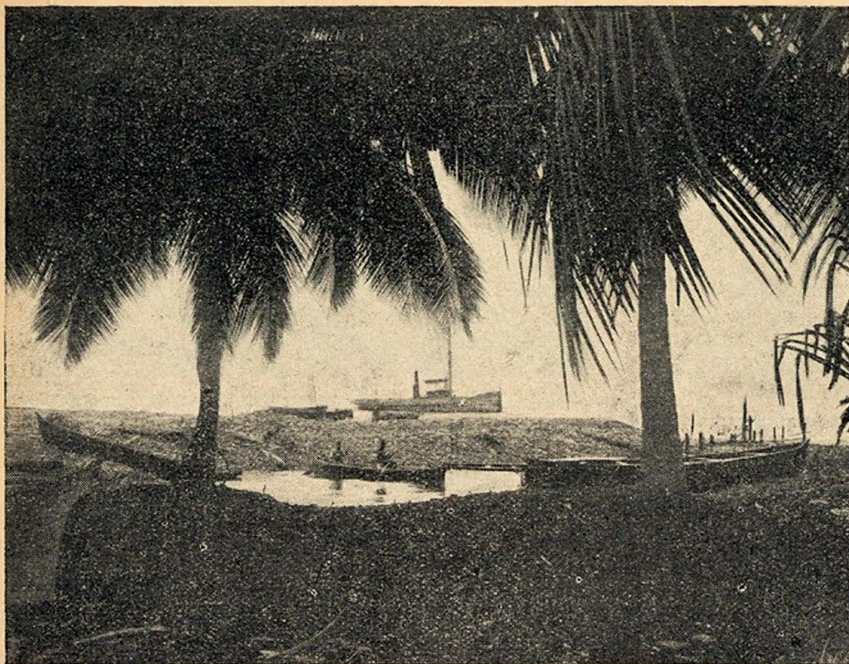
**CAPAS E SOBRETUDOS
COBERTORES E PIJAMAS PURA LÃ**

Vendas a CRÉDITO

Casa JOSÉ SILVA

R. OURIVES, 3

Tel. 2-9702



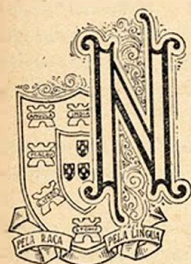
SÃO TOMÉ—O VAPOR "S. MANUEL", DA ROÇA CIDADE.

O aspecto agrícola de S. Tomé

pelo Dr. Salustino Graça do Espírito Santo

ENGENHEIRO - AGRÓNOMO

(ESPECIAL)



Nos arquivos do Ministério do Ultramar, e, nomeadamente nos processos referentes à Província de S. Tomé e Príncipe, existem, de-certo, elementos que poderiam resolver, em parte, a crise agrícola a que vimos assistindo.

Relatórios consubstanciados de uns, informações pormenorizadas de outros, livros e folhetos de muitos englobam ensinamentos que se não têm, e por isso, se não praticam.

E o destino da agricultura local, já meio entrégue ao fatalismo céptico de quasi todos, resvala de ravina em ravina, numa atitude digna de dó.

E' que as normas peregrinas seguidas por cada um na valorização das suas propriedades, não tendo por base os princípios fundamentais da lógica nem do raciocínio, hão-de, fatalissimamente, conduzir-nos à perda certa e, talvez, sem remédio.

O solo da Província e a sua agrologia consentiram outrora as mais bizarras experiências, as mais ousadas práticas obedecendo sempre e com largos resultados a processos os mais comezinhos da agricultura infantil. Era no tempo da grande arborização e da forte camada humosa proveniente da matéria organo-arbórea, tempo em que tudo cultivava com resultado: o homem, o macaco e os elementos. A afirmação não constitue um gracejo nem é gratuita. Quantas vezes em algumas *derrubadas* não iam encontrar os agricultores verdadeiros povoamentos de cacauzeiros? Eram os macacos e os ratos os obreiros ignorados do prodígio. As enxurradas semeavam o café, e um pé de bananeira deixado numa *grola* ou em qualquer outro lugar era uma planta de que, em pouco tempo, se colhia o fruto. E' que tôdas essas plantas e tantas outras, espontâneas ou cultivadas, emi-

tidas as primeiras raízes, estas bem depressa fossilizavam o extracto húmico, de grande espessura, e encontrando nela todos os elementos próprios à sua vegetabilidade exuberante cresciam a olhos vistos. Hoje o cacau do rato morre aos primeiros efeitos da *gravana*!

Degradados que foram os hidro-carbonados e azotados da matéria orgânica; rareada a condição vital e a proliferação dos micro-organismos amoníaco-nitrificadores do metabolismo húmico, caminha a Província a passo acelerado para o estado semi-savanico. Para certos pontos da Província já não basta o adubo orgânico porque os compostos silicatos, principalmente os silicatos de ferro e de alumínio, são em tal percentagem que imobilizam todo ou uma grande parte do estrume formando compostos insolúveis. E isto sem tomar em consideração a notável toxicidade dos compostos de alumínio. A própria acidez, de efeitos maléficos de grande nota, foi apressada com as práticas que avassalaram a Província sem parcimónia nem critério indispensáveis nos assuntos agrícolas.

Aberto o solo, dois males se introduziram: a diminuição da matéria orgânica da massa vegetal e a actividade ultra-exagerada dos bactérios de nitrificação. O mecanismo de facto é simples, visto simplesmente: os micro-organismos nitrificadores abundam na camada humosa, constituída pelas folhas e outros detritos orgânicos. Diminuindo aquela camada por um lado e, por outro, excitando pelo sol os microbios, estes proliferam extraordinariamente e actuam sobre a matéria orgânica, produzindo aquele milagre que será o esquife da Província com todos os seus poderes. Com aquilo que entre nós chamamos *coveamento*, quatro males principais se produziram: a multiplicação da superfície de evaporação, o enterramento daqueles micro-organismos essencialmente aeróbios juntamente com a camada activa, a disseminação dos parasitas suprofi-

tas e infecções provocadas nas plantas por virtude das soluções de continuidade praticadas nas raízes pelos instrumentos aratórios em uso.

Estes quatro pontos cardiais da orientação da nossa agricultura e os pontos intermédios da dita orientação marcam nitidamente o abandono vergonhoso de quanto existe da parte de quem de direito, pois patenteia à vista de toda a gente a total e próxima ruína de todo este esforço gigante que outrora bem pesou na balança económica da Nação.

As análises que inserimos constataam melhor o que se afirma à-cêrca do dessoramento contínuo do solo da Província.

ANÁLISE DE R. LARCHER MARÇAL

Az.	Ac. fosf.	Pet.	Cal.	Ox. de Al. e Ferro
0,68	0,25	0,25	0,51	208,17
0,83	0,54	1,30	1,40	188,06
1,00	0,47	1,33	6,06	199,19
1,01	0,78	0,71	1,78	196,88
1,18	0,51	0,71	2,45	207,91
0,84	0,38	0,19	0,45	127,45

ANÁLISE DO AUTOR

Az.	Ac. fosf.	Pet.	Cal.	Ox. de Al. e Ferro
0,56	0,67	1,15	3,41	297,80
0,42	0,80	0,38	4,33	235,78
0,98	0,88	0,54	4,19	222,83
0,98	1,08	0,41	0,47	342,30
0,98	1,02	0,50	0,53	335,70
0,98	1,15	0,09	0,48	331,35

Assim como a agua apaga o fogo...

...a **INJEÇÃO MAGA** EXTINGUE A **BLENORRAGIA**

Distribuidores: QUINTINO PINHEIRO & CIA. - RUA DA CARIOCA, 33

Com efeito as tabelas antecedentes de análises, realizadas com um intervalo de alguns anos, mostram um decréscimo de riqueza do solo em quasi todos os elementos nobres. Pena foi que não pudésemos analisar os mesmos terrenos que o nosso ilustre colega e mui distinto engenheiro agrônomo R. L. Marçal analisou para melhor compararmos os decréscimos daquela riqueza. Todavia de um modo geral, a diminuição da riqueza do solo da Província é evidente: evidentiísimos a degradação do azoto, da potassa e o augmento extraordinário da percentagem do óxido de alumínio e ferro, cuja influência sobre o ácido fosfórico é decisiva.

A grande percentagem desses elementos e a diminuta quantidade de calcáreo no solo traçam neste panorama agrícola da Província o caminho da confusão e morte.

Bom é de notar igualmente que a principal riqueza de S. Tomé e Príncipe provinha do calor, da humidade e da multiplicidade dos micro-organismos cooperadores do metabolismo húmico.

Por outro lado, seguindo a curva da nossa produção em cacau, nota-se que actualmente estamos em um pouco menos de um quinto do período áureo da rica malvacea.

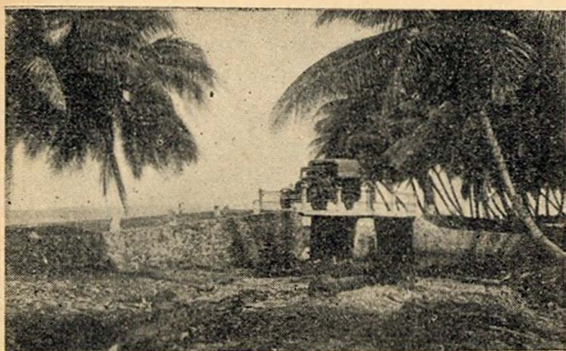
A situação presente da agricultura da Província não poderá saír do cáos em que se encontra sem medidas drásticas de alta ponderação. E' já tempo de acabarmos com as tentativas illusórias que somente desacreditam e prejudicam.

A nossa crise é mais uma crise de produção, crise essencialmente agrícola derivada da prática introduzida aqui há um tempo a esta parte. Se, mesmo com a cotação presente e, apesar do preço do custo dos artigos de importação, a produção não caísse tanto, a nossa crise estaria resolvida. As coisas como estão e caminham, só conduzem à perdição de tudo isto. O próprio orçamento da Província só poderá equilibrar-se com o fomento da riqueza agrícola, porque, se assim não fôr, todas as combinações, todas as habilidades e todas as ginásticas, mentais e físicas, só constituirão mero brinquedo de crianças. A apregoada prática faliu redondamente; e teria de falir um dia a despeito da protecção que lhe vinha de todos os recantos.

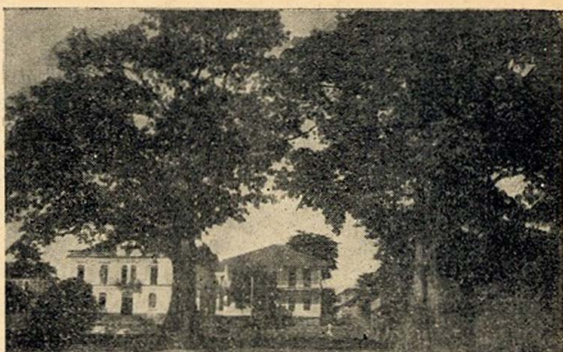
Como consequência de quanto acima fica escrito os agentes patogénicos assentaram arraiais sobre os destroços de tudo isto.

Convem notar, e asseverar também, que a maior parte dos males que infestam as plantas provém do enfraquecimento destas e da virulência daqueles. Na luta de concorrência perecem sempre os mais fracos, os que estão fóra do seu *habitat* e têm a contrariar a sua existência, um somatório de circunstâncias. Entre nós, as as plantas cultivadas vivem em bem penosas circunstâncias.

As doenças que mais alarmam hoje, a chamada *morte súbita*, e a *podridão da raiz*, resultam quasi sempre da infecção produzida na raiz da planta ou da sua asfixia na camada impermeável do sub-solo. A toxicidade dos compostos de alumínio e a acidez excessiva também concorrem para o mal-estar presente. Em face do que, urge reconstituir o ambiente antigo, e, com elle, todas as condições optimas à exploração lucrativa das plantas cultivadas. E' este um trabalho complexo e aturado, somente admissível nos laboratórios e nos jardins de ensaio. A *prática* que tenha paciência e espere que



SÃO TOMÉ — ROÇA SANTA CATARINA



GUINÉ — UM ASPECTO DE BOLAMA



SÃO TOMÉ — UMA RESIDÊNCIA DA ROÇA SANTA CATARINA



SÃO TOMÉ — ROÇA SANTA CATARINA

teoria dos técnicos lhe recomponha tôda esta barafunda cujo pavor contamina e alastra.

Em S. Tomé é corrente o uso da palavra *prática*; a *minha prática*..., a *prática daquele*... Todos se vangloriam das suas *práticas*, julgando englobar nesta simples palavra todos os conhecimentos de agricultura. E agricolamente a Província vai caíndo.

Não há prática alguma que não seja filha de alguma teoria; e o mais que pode acontecer, é a filha desacreditar a maternidade com atitudes desajeitadas e equívocas, a que poderemos chamar degenerescência da espécie.

A agricultura é uma arte que se deve praticar sob a fiscalização directa e imediata da ciência agrícola — a agronomia.

Quando a ciência não preside à prática, esta, que é incapaz de raciocínio, será sempre a mesma coisa. Introduzi qualquer modificação na vossa prática,

que essa introdução será sempre precedida de algum estudo ou observação. A ciência forma-se da observação e estudo dos fenómenos da natureza. A prática aproveita esses estudos para a satisfação das necessidades do homem.

Da panela de Papin surge a máquina a vapor; do abandono de um grave, a célebre lei de Newton... Do vapor de água fervendo e da queda de um corpo resultam leis complexas, soluções matemáticas transcendentais, um caminhar contínuo para um fim bem distante... A prática não explica; executa como uma máquina marcando sempre o passo com o mesmo compasso e sempre no mesmo sítio.

A diferença essencial entre uma coisa e outra reside nisto.

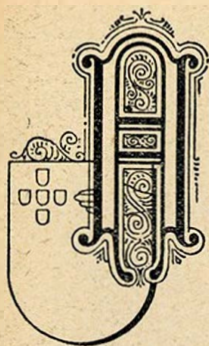
S. Tomé, Outubro de 1933.

Salustino Graça do Espírito Santo

MACAU E A GRUTA DE CAMÕES

Dos templos profanos portugueses dedicados aos cultos da Pátria e ao culto do génio é sem dúvida um dos mais venerados o modesto jardim de Macau, chamado a Gruta de Camões. Nenhum português absolutamente, nenhum estrangeiro de mediana instrução vem a Macau, mesmo de passagem, cujo primeiro cuidado não seja o de ir em romagem a esse recinto sobre cujo solo é tradição que poisaram os pés do poeta máximo de Portugal — um dos máximos poetas de todo o mundo e de todos os tempos — enquanto o seu génio elaborava algumas das estrôfes de bronze dos "Lusíadas". E a nenhum deixa de invadir, apenas transportado o vulgaríssimo portal de quintalejo suburbano, que dá acesso ao local, um sentimento dominador de religiosidade, a todos impondo silêncio, como se do lado de dentro das duas insignificantes umbreiras de granito estivesse aquela tela que existiu à entrada da cartuxa do Buçaco, onde a pintura macerada de um frade fitava imperativa, com o seu olhar imóvel, os que se aproximavam, erguendo verticalmente diante da boca o indicador da mão direita.

CAMILO PEÇANHA.



magistratura judicial ultramarina é constituída por juizes de Relação e juizes de Direito.

As Relações são três, com cinco juizes cada uma, funcionando em Luanda, Lourenço Marques e Nova-Goa. Funcionam, à semilhança das da metrópole, como tribunais de

recurso das decisões dos juizes de direito, e a de Lourenço Marques ainda como tribunal de recurso das decisões dos presidentes dos tribunais privativos dos indígenas, que são os administradores de circunscrição.

Ao distrito judicial da Relação de Luanda pertencem as

comarcas de Benguela, Bié (Vila Silva Pôrto), Quanza-Sul (Novo-Redondo,) Huila (Sá da Bandeira), Luanda, Malange, Mossamedes, Nova-Lisboa, S. Tomé e Zaire (Maquela do Zombo). As comarcas da Guiné, Santo-Antão, Santiago e S. Vicente, as três últimas em Cabo Verde, pôsto que pertencentes ao ultramar e em tudo regendo-se pela Organização Judiciária das Colónias, e ocupadas por magistrados do quadro colonial, pertencem ao distrito judicial da Relação de Lisboa, à qual sobem os recursos delas expedidos.

Ao distrito judicial da Relação de Lourenço Marques pertencem as comarcas de Beira, Cabo-Delgado (Pôrto Amélia), Inhambane, Lourenço Marques, Moçambique, Quelimane e Tete.

Ao distrito judicial da Relação de Nova-Goa pertencem as comarcas de Bardez (Mapuçá) Bicholim, Damão, Ilhas de Goa (Nova-Goa ou Pangim), Macau, Quepem, Salsete (Margão) e Timor.

Os juizes das Relações têm, como os do continente, o título de desembargadores e saém, por antiguidade e merecimento, dos juizes de Direito; estes saém dos magistrados do Ministério Público, cujo quadro é constituído por delegados do Procurador da República, e con-

servadores do Registo Predial, subordinados ao Procurador da República também.

Junto de cada Relação há um Procurador da República, que representa o Ministério Público, e junto de cada tribunal de 1.^a instância, presidido por um juiz de Direito, há um delegado do Procurador da República. Os conservadores do Registo Predial existiam, até há poucos anos, em tôdas as comarcas, e hoje apenas existe o de Lourenço Marques, que desistiu, ao abrigo de um decreto, da sua promoção a juiz de Direito.

A carreira judicial ultramarina tem, por isso, o seu início no lugar de delegado do Procurador da República, para ocupar o qual é indispensável ter o curso de Direito por qualquer das Faculdades de Coimbra ou Lisboa e

ter sido aprovado em concurso prévio.

Quando as necessidades do serviço o exigem, o Conselho Superior Judiciário das Colónias (organismo disciplinar que funciona no Ministério, constituído por juizes que fizeram a carreira no ultramar) escolhe, de entre os delegados, os mais antigos e de mais merecimento, e chama-os a prestar provas no concurso, que é aberto para esse efeito. Os que ficam aprovados são promovidos a juiz e providos nas vagas que se fôrem dando, pela ordem das classificações.

À rigorosa escolha dos magistrados judiciais, introduzida na metrópole pelo actual Ministro da Justiça, corresponde, no ultramar, uma escolha tão rigorosa quanto possível nas circunstâncias especiais em que ela se pode fazer atendendo à dispersão das colónias e, conseqüentemente, das comarcas ultramarinas. Hoje, tanto no continente como nas colónias, não é magistrado judicial quem quer, atendendo à apertada fieira por que tem de passar, ao contrário do que sucedia outrora, quando era conceito corrente que um bacharel, ainda que nada dêsse em qualquer outra ocupação, dava sempre na magistratura.

Os juizes do ultramar podem passar à magistratura da metrópole quando tenham o se-

A Magistratura Judicial das Colónias Portuguesas

PELO DR. ANTÓNIO AUGUSTO DE MIRANDA

MERETÍSSIMO JUÍZ DE DIREITO

SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO

(ESPECIAL)

guinte tempo de serviço prestado nas colónias:

Para a 3.^a classe, 2 anos de serviço judicial efectivo;

Para a 2.^a classe, 6 anos;

Para a 1.^a classe, 10 anos;

Para as Relações, 15 anos, sendo dois na 2.^a instância (Relações) das colónias.

Antes de 1913, esta passagem fazia-se com 6 anos para a 3.^a classe e 15 para as Relações, mas não havia limite no número dos que pretendiam passar: bastava requerer, e se não houvesse vaga em qualquer das Relações do continente, o pretendente era colocado em uma delas como agregado, para ocupar a primeira vaga que se desse.

Pela lei de 14 de julho de 1913, o tempo de serviço exigido, para transitar para a magistratura da metrópole, passou a ser o seguinte:

Para a 3.^a classe, três anos de serviço judicial efectivo;

Para a 2.^a classe, oito anos de igual serviço;

Para a 1.^a, doze anos;

Para as Relações, dezoito anos.

Teve esta lei o intuito de reduzir a grande percentagem de juizes que, idos do ultramar, ocupavam lugares nos tribunais superiores do continente, principalmente no Supremo Tribunal de Justiça, onde a percentagem atingia às vezes 50 %, por ali chegarem relativamente novos.

Mas, por decreto n.º 7.925, de 15 de Dezembro de 1921, a passagem, que até então fôra sempre facultativa, tornou-se obrigatória. Não teve influência de maior esta nova disposição no número de passagens para o continente, mas os magistrados metropolitanos ficaram alarmados com o número de cinco juizes que de 1930 a 1933 transitaram para as Relações do continente, e atribuíram êste excessivo número aos efeitos do decreto n.º 7.925. Em vez de reclamarem a sua revogação, para voltar ao regimen puro da lei de 1913, conseguiram que pelo Ministério das Colónias fôsse publicado um decreto — o n.º 21.275, de 22 de Abril de 1932 — e ultimamente o n.º 22.779, de 29 de Junho de 1933, que estabelecem o seguinte: são necessários dois anos de serviço para passar para a 3.^a classe da metrópole, seis anos para a 2.^a e dez anos para a 1.^a; e, para as Relações, 15 anos, que é o regimen actual.

Poderá parecer à primeira vista que melhorámos. Mas não é assim. Para os juizes da



DR. ANTÓNIO AUGUSTO DE MIRANDA

Relação dispõe mais a lei que a sua passagem é na proporção de um juiz para quatro vagas e que o número de agregados não poderá exceder de dois. Isto dá em resultado que os actuais juizes das Relações do ultramar tarde passarão para a metrópole, se passarem todos, e como não há movimento nas Relações, páram as promoções dos juizes de direito e as dos delegados.

Os juizes de direito nada aproveitarão com a faculdade que a lei lhes concede de requererem a passagem para as comarcas de 1.^a instância do continente, porque os prazos acima indicados são, praticamente, muito mais extensos. Além dos anos que a lei exige para se requerer, há que contar com os trâmites que o requerimento leva a percorrer, normalmente dois anos, que se devem acrescentar àqueles. Mas, para os actuais juizes, é necessário atender ao seguinte: fôram, pelo decreto n.º 22.779, que alterou o Estatuto Judiciário da metrópole, classificadas como comarcas de 3.^a classe muitas comarcas de 2.^a Os juizes que as ocupavam, juizes de 2.^a classe, têm de ser providos em comarcas de 2.^a que fôrem vagando. São êles actualmente em número de 12, e só depois de todos colocados é que os juizes do ultramar entrarão na proporção de um para 4 vagas. E' evidente a demora e a ilusória van-

Associação dos Velhos Colonos de Moçambique

Fieis ao cumprimento do programa por que nos guiamos — criar uma atmosfera de simpatia e afecto pela vida e por aqueles que vivem nas províncias por-

tágem que os decretos n.º 21.275 e n.º 22.779 trouxeram aos actuais magistrados do ultramar.

Foi em fáce dêste resultado que o Sr. Presidente da Relação de Lourenço Marques fez há dias uma exposição a S. Ex.ª o Ministro das Colónias, descrevendo a nossa situação, que de-certo o legislador não previu, e pedindo uma medida que salvaguarde os nossos direitos. Nessa exposição, muito bem feita, advoga-se, como medida atinente a acabar com esta situação de uma vez para sempre, situação que alimenta uma certa hostilidade entre as duas magistraturas, a unificação das magistraturas metropolitana e colonial.

E' justíssimo o alvitre. Demais, hoje, com a unificação do Império Português, há tódta a vantagem em unificar as duas magistraturas, fundindo-as numa só; mas, quando tal alvitre não consiga adquirir raízes (porque os nossos colegas do continente a isso se hão-de opôr, aliás sem fundamento de valor) então sepárem-se completamente as duas magistraturas, concedendo aos juizes do ultramar, quando aposentados, uma pensão justa: só pedimos uma pensão igual à que auferem os nossos colegas do continente.

Esta medida surtiria os efeitos que os magistrados da metrópole pretendem, porque os juizes das colónias passariam a aposentar-se, deixando de concorrer às Relações do continente e abririam vagas para os juizes de 1.ª instância e para os delegados.

Tal é a situação da magistratura ultramarina, classe das mais mal agradecidas que sempre tem trabalhado no ultramar, e à qual sempre têm pertencido e da qual sempre têm saído altos valores que nos tribunais portugueses, ultramarinos e metropolitanos, marcaram e estão marcando como brilhantes ornamentos da jurisprudência portuguesa.

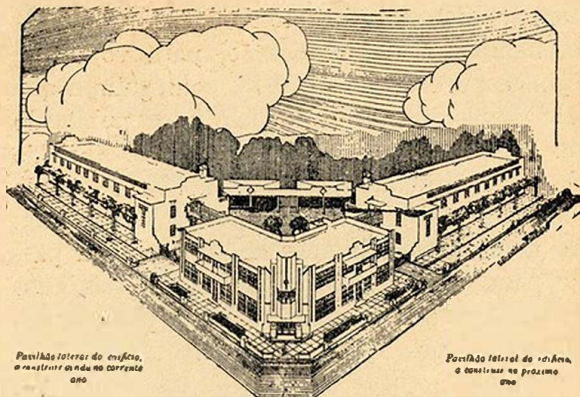
Lourenço Marques, março de 1934.

António Augusto de Almeida

tuguesas ultramarinas, entre os filhos desta próspera e grande nacionalidade, desta inabarcável pátria brasileira, sôbre cuja terra virgem, segundo Luc Durtain, Portugal recomeça numa outra extensão; país que tem por missão alargar a fronte de Minerva, visto que lhe coube em sorte segundo ainda o mesmo arguto escritor francês, ser, com a Russia, a China, a India e os Estados Unidos, um dos cinco países verdadeiramente cômicos, não só pelas suas dimensões como pelo número e grandeza dos problemas que suscitam — vamos escrever algo sobre a Associação dos Velhos Colonos, de modo que os nossos leitores possam fazer uma idéa da finalidade dessa colectividade por que nutrimos particular estima e à qual somos devedores de uma gentileza que muito e altamente nos honrou: a sua inscrição no rol dos contribuintes da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

A Associação dos Velhos Colonos, que ora se acha em pleno desenvolvimento, graças à dedicação do seu actual presidente e nosso distinto consócio, Sr. Ismael Alves da Costa, vogal do Conselho do Governo de Moçambique e antigo administrador de circunscrição, foi fundada em 1919, na cidade de Lourenço Marques, tendo por objectivo: “proteger aos sócios, construir mausoléus para as suas ossadas, estabelecer cooperativas, fundar uma escola de artes e ofícios, criar um jornal, promover festas e contribuir para o desenvolvimento e progresso da província de Moçambique.”

Da fôrma exemplar e sem desvios pelo qual a “Associação dos Velhos Colonos” tem correspondido aos fins que os seus fundadores tiveram em vista, fala na linguagem expressiva dos factos, a recente construção da sua nova e moderna séde — cuja elegância de linhas pode ser aquilatada pela gravura com que ilustramos esta breve notícia —, e na qual haverá, não só tódas as dependências necessárias a uma instituição que deseja impôr-se e progredir, como também um internato com pensões grátis ou baratas para os filhos dos associados que se instalem em Lourenço Marques, quer seja para frequentar o Liceu ou a futura Escola Técnica, quer seja para dedicarem-se a qualquer mestér.



Paralisação lateral do edifício, a construir-se na correção do

Paralisação lateral da edificação, a construir-se na correção do

O corpo central da Alameda dos Velhos Colonos, actualmente em construção sob a direcção de P. Fante, e mas se ergue na grandeza em 1934



Capitão Henrique Galvão

Licenciado em Matemática +++++++
Antigo Governador do Distrito da Huíla
Antigo Director das Feiras de Amostras
++ de Luanda e Lourenço Marques ++
Director da Exposição Colonial do Pôrto



PORTUGAL

BRASIL



CINTRA (Portugal) - Panorama tirado do alto dos Peniscos



Viana do Castelo
Cintra
Ponte do Lima



Belo Horizonte
Porto Alegre
Curityba

Ponte de Lima (Portugal)
Passeio Cândido dos Reis



Câmara Municipal
Panorâma
Passeio Cândido dos Reis

Praça da Estação
Correios e Telégrafos
Universidade





Um trecho da aldeia lacustre da Guiné



Uma visita de S. Ex.^a o Snr. Doutor Armindo Rodrigues Monteiro, digníssimo Ministro das Colónias, e de sua comitiva, durante as obras da Exposição.

População europeia

de Lourenço Marques

A tal desnacionalização...

(DO LIVRO A ENTRAH NO PRÉLO:

"CARTAS DE MOÇAMBIQUE — DE TUDO UM POUÇO")

PELO TENENTE MÁRIO COSTA

DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA
DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE
SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-
AFRICANA DO RIO DE JANEIRO
ESCRITOR E PUBLICISTA



LEZ-SE em 1927, referido a 29 de Dezembro desse ano, o censo da população não indígena de Lourenço Marques (cidade e subúrbios) que, desde o ano de 1912 vinha sendo sujeito a um falibilíssimo cálculo de probabilidades. Por outras palavras: de 1912 a 1927, não foram publicados quaisquer elementos sobre população. (a). No "Anuário de Lourenço Marques", edição de 1927 dava-se para a população europeia da cidade, e apenas por simples estimativa, um número á roda de 8.500 pessoas.

Não longe da verdade andava aquele cálculo, pois, verificou-se depois, **oficialmente**, que o número de europeus era de 9.001.

Descontando a diferença de datas em que a estimativa referida foi feita — princípios de 1926 — e o censo real, isto é, cêrca de um intervalo de dois anos, vê-se que devia, de facto, em 1926, aquele número **8.500** apresentado no "Anuário", ser muito próximamente exacto.

* * *

Façamos um pouco de história e de estatística retrospectiva para mostrar o incremento populacional europeu de Lourenço Marques — incremento que é sempre o fiador das iniciativas e desenvolvimento de um meio africano, como o preto o é das suas possibilidades.

O português Lourenço Marques explorador da baía que mais tarde havia de tomar o seu nome, achou dois rios a sul do Cabo das Correntes, um em 25° de latitude e outro em 26°, **muito povoados de gente negra** — como se lê na carta de D. João de Castro escrita de Moçambique, na sua passagem para a Índia, a D. João III.

E como sempre fôram incompletos os dados sobre estatística até 1928, (a) quer sobre população, quer ainda sobre outros assuntos, escreveu em confrônto Sousa Monteiro no seu "Dicionário Geográfico das Províncias e Possessões Portuguesas no Ultramar" o seguinte, referindo-se a Lourenço Marques no ano de 1850: **...as mulheres aqui são estéreis por vício de clima, e assim não**

é para admirar que a população do Presídio (b) incluindo 327 escravos de ambos os sexos... (c) seja apenas de 600 habitantes de tôdas as crenças,

O primeiro dado estatístico sobre o censo de Lourenço Marques é este de **600 habitantes de tôdas as crenças**, que Sousa Monteiro menciona.

Paiva Manso (in-"Memória sobre Lourenço Marques") que estudou Lourenço Marques e que para todos os seus ramos apresenta dados, indica o número de habitantes em vários anos, de 1850 a 1864, e as fontes consultadas (Sousa Monteiro e Boletins Oficiais da Colónia) comentando, como segue: **...a população do estabelecimento tem sucessivamente aumentado**, — palavras estas que, numéricamente, nada traduzem.

Augusto de Castilho que governou Lourenço Marques (1875-1879) e devotadamente se dedicou a procurar-lhe os meios do seu progresso, **pre- vendo** para esta cidade o futuro que hoje apresenta, diz ("O distrito de Lourenço Marques no Presente e no Futuro"), referindo-se à sua população no ano de 1877, fornecendo ao mesmo tempo os únicos elementos conhecidos: **...tratando hoje dos europeus portugueses que povoam o distrito de Lourenço Marques, o mais vantajosamente situado e o mais promotor de todos os das nossas províncias africanas, que é por nós ocupado há mais de trezentos anos, teremos 77 homens e 7 mulheres, abrangendo ainda neste número alguns soldados, os oficiais e os empregados do Governo... Descontando os 77 homens portugueses europeus, os soldados, empregados, etc., e um único degredado, resta-nos um algarismo insignificantis-**

(b) — Lourenço Marques foi um simples, infecto e insalubérmo presídio até ao ano de 1876, em que foi elevado a vila. Em 1887 era já elevado a cidade.

(c) — Apenas como simples nota de valor... inverso (referência ao sexo) transcreve-se o que Lacerda e Almeida diz no seu "Diário de Viagem de Moçambique para os Rios de Sena" (1799), referindo-se a Quelimanc: **...outro pior inconveniente tira daqui sua origem: os "homens" não se multiplicam; neste ano pereceram 15 pessoas e nasceram três, duas de um parto, estando eu na vila.**

Todos os moradores deste distrito, entrando homens, mulheres, canarins, moços e velhos, são 100...

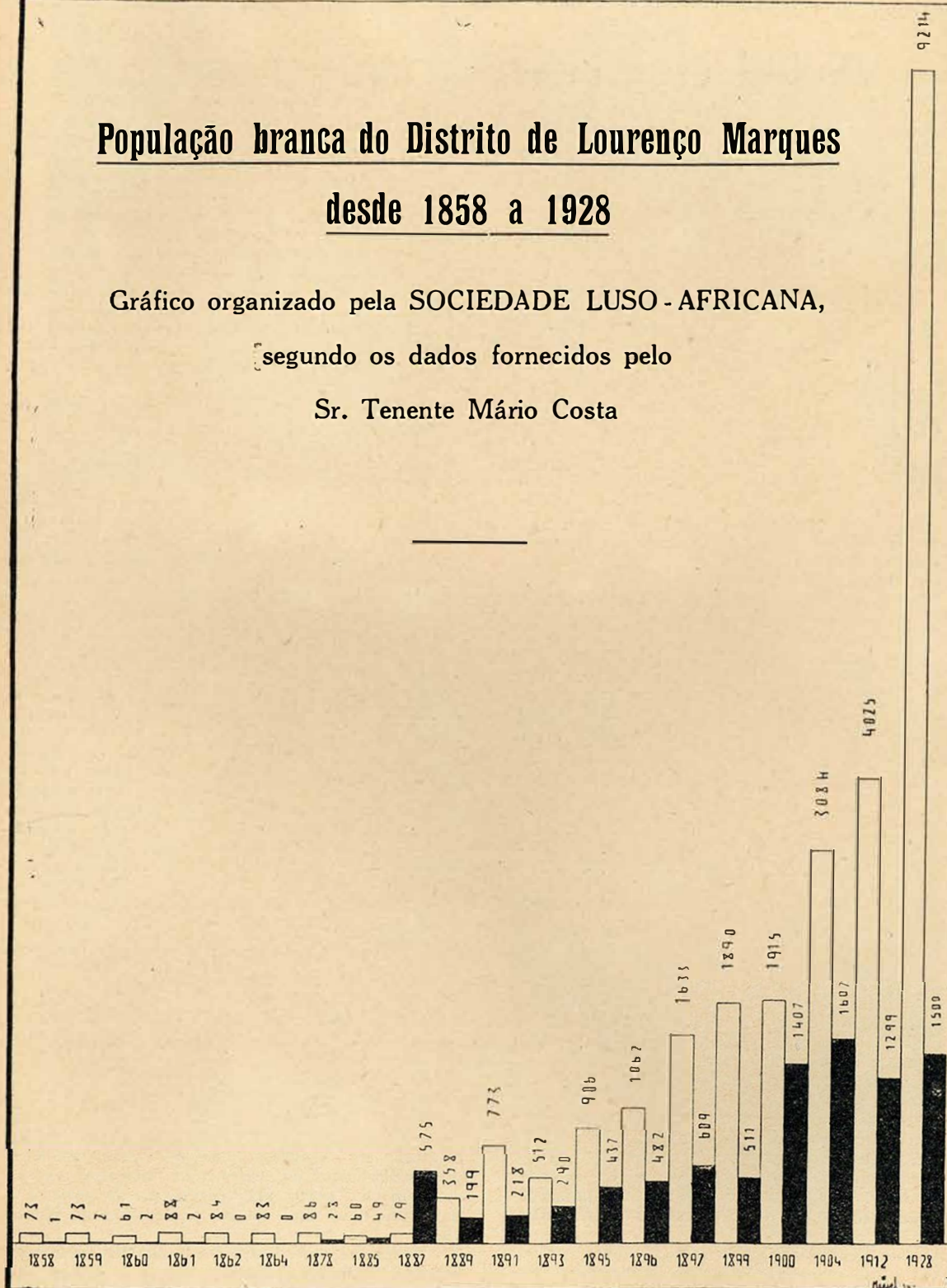
(a) — O primeiro "Anuário Estatístico" da Colónia foi publicado em 1928.

População branca do Distrito de Lourenço Marques desde 1858 a 1928

Gráfico organizado pela SOCIEDADE LUSO - AFRICANA,

[segundo os dados fornecidos pelo

Sr. Tenente Mário Costa



simo para representar os que ali estão voluntariamente e que pertencem quasi todos à classe pouco digna e menos civilizada de ex-soldados e ex-degredados...

Os únicos elementos apresentados por Bordalo nos "Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas no Ultramar" acerca da população europeia de Lourenço Marques, são os seguintes: ... a população deste distrito, no dia 1.º de Janeiro de 1858, constava de 73 europeus, incluindo 7 mulheres solteiras, um americano e 12 cristãos... Comparado este mapa estatístico do Presídio de Lourenço Marques com o de 30 de Junho de 1857 acha-se um aumento de população no total, mas diminuído o número de europeus no estabelecimento...

De 1858 em diante já se podem encontrar dados referentes à população europeia de Lourenço Marques nos vários boletins oficiais da Colónia.

* * *

E' em face desses boletins que vão seguir-se algumas palavras.

O aumento da população branca foi extremamente vagaroso: de 1858 a 1878 (a) tornou-se até quasi nulo, sofrendo apenas modificação sensível a partir de 1878. E, mesmo assim, na parte que diz respeito a estrangeiros.

Atente-se nos totais, a seguir, referentes a 1858-1878; em 1858 a população branca de Lourenço Marques era de 73 portugueses e de 1 estrangeiro; em 1859, respectivamente 73 e 2; em 1860, — 61 e 2; em 1861, — 88 e 2; em 1862, — 84 e nenhum estrangeiro; em 1878, — 86 portugueses e 28 estrangeiros.

E' preciso notar ainda que os números indicativos dos europeus portugueses dizem respeito, quasi exclusivamente, a militares europeus em serviço no Presídio, variando o número de civis entre 15 a 22 até ao ano de 1887.

(a) — Em 1921 realizou-se, de facto, um censo da população de Lourenço Marques, mas como os números obtidos não tenham sido julgados dignos de fé, não chegaram a ser dados á publicação.

(b) — Organizado pelo Autor de 1925 a 1931. A estimativa foi feita em função do número de casas, dando para cada habitação um número de habitantes igual a 4, número este sempre aproximadamente igual — e como tal deduzido — ao achado para anos anteriores.

(a) — E' interessante vêr a discriminação, por sexos:

Anos	Total Geral	PORTUGUESES			ESTRANGEIROS		
		Total	Homens	Mulheres (1)	Total	Homens	Mulheres
1858	74	73	66	7	1	1	—
1859	75	73	64	9	2	2	—
1860	68	61	52	9	2	2	—
1861	90	88	78	10	2	2	—
1862	84	84	78	8	—	—	—
1864	83	83	73	10	—	—	—
1878	114	86	77	9	28	(2)	—

(1) — As mulheres deviam ser condenadas ou filhas de condenados.

(2) — Não foi possível encontrar a discriminação por sexos.

Com a construção do caminho de ferro, caminho para o grande futuro de Lourenço Marques, começa esta cidade a ser procurada; e, de insignificante até então, entra numa fase de previsão de prosperidade, atraindo portugueses e estrangeiros.

Em 1887, o número de estrangeiros europeus é apresentado nas estatísticas por 575 e, o de portugueses, por 79. Dois anos antes, aqueles eram apenas 49 e, estes, 60.

Por demasiadamente elevado o número 575 indicativo da população estrangeira, merece especial atenção o facto, podendo chegar-se, logicamente, à conclusão mais simples ou mais cómoda: a existência de um erro provável de censo.

Porém, a sua explicação ressalta concludente no Relatório do Governador interino de Lourenço Marques, Francisco L. Serra, com data de 5 de Novembro de 1887: ... A população branca tem aumentado consideravelmente nos últimos tempos. Isto deve-se à realização dos trabalhos do caminho de ferro, que, inaugurado a 2 de Junho do ano p. p., tem até hoje sido desenvolvidos com enorme actividade. Este acontecimento inesperado chamou a si uma grande parte de estrangeiros entregues até então aos trabalhos das minas de Barberton que, principalmente, por falta de meios, devido à decadência destas, têm vindo procurar trabalho...

Além da estatística de 1887 também chama a atenção pela brusca descida, em 1893, o número de habitantes europeus portugueses: 512 em relação a 773 existentes em 1891.

Qual o motivo?

Talvez nenhum, sendo neste caso preferível, além de razoável, acreditar que há erro de elementos apresentados nas publicações donde foram colhidos, ou na maneira da realização do censo, por não haver justificação para tão notoria diminuição do número de habitantes. Assim leva a supô-lo, ao fazer referência ao assunto, o livro "O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul" da autoria do conhecido escritor Eduardo de Noronha, àquela época residente em Lourenço Marques onde desempenhava as funções de Secretário do Governo do distrito: ... o número da população europeia é com certeza maior do que está exarado neste mapa... (o de 1893).

Em 1900 nota-se a subida de 511 estrangeiros, existentes no ano anterior, para 1 407: reflexo indubitável do pleito anglo-bóer que obrigou muitos transvalianos a procurarem meios de vida fóra do seu país, ao terminar a guerra com a Inglaterra.

Então, já o número de portugueses europeus era de 1.915.

No penúltimo censo, o de 1912, verificou-se a existência de 4.025 portugueses europeus e 1.299 estrangeiros também europeus.

No censo de 1927, menciona-se o total de 9.001 habitantes europeus, discriminados em 7.717 portugueses e 1.284 estrangeiros de **27 nacionalidades diversas**.

Aguardemos agora o censo que se há de realizar em 1935. O último foi este de 1927.

* * *

E para remate dêste longo e fastidioso artigo — leitor que detestas os números! — que me sejam permitidas algumas palavras de conclusão:

Diz-se às vezes em vária imprensa de visita rápida ou... **por ouvido**, que a cidade de Lourenço Marques está **desnacionalizada**.

Mostrem-se os números. Para alguma coisa hão de servir as estatísticas, — quando mais não seja para mostrar àqueles que, à **fôrça de ouvirem dizer** que são necessárias, vão já acreditando na sua importância.

Os números estão à vista. De 9.001 habitantes europeus da cidade e subúrbios, 7.717 são portugueses e 1.284 são estrangeiros representantes de 27 (vinte e sete) nacionalidades (a).

A referência é só feita à cidade e subúrbios, portanto, o meio **onde há mais estrangeiros**.

Depois dos portugueses, os ingleses aparecem a seguir, na ordem decrescente, com 758 indivíduos; o número médio de representantes das outras nacionalidades varia entre 20 e 50, na generalidade, excepto gregos e italianos, respectivamente, 158 e 83.

Se se tivesse abrangido na designação de Lourenço Marques todo o distrito e não apenas a cidade, como se fez, utilizando números que dão menos margem à demonstração — se demonstração é necessária — da **não desnacionalização**, teríamos o mais flagrante testemunho de que a capital da

(a) — Albaneses, alemães, americanos, austríacos, belgas, brasileiros, britânicos, checo-eslovacos, dinamarqueses, egípcios, espanhóis, franceses, gregos, holandeses, húngaros, italianos, jugoslavos, lituanos, noruegueses, polacos, romenos, russos, sírios, suécos, suíços, turcos).

E' preciso juntar ainda, além dos europeus, os chineses e japoneses, indianos e mixtos, estes últimos de várias nacionalidades.

Lourenço Marques tem disto tudo. Se houvesse "desnacionalização", haveria... muitas desnacionalizações.

Colónia não é um meio desnacionalizado nem ativamente a sê-lo. Assim, em todo o distrito, no ano de 1928, existiam 10.714 europeus originários de 28 nacionalidades. Dêste número, 9.214 são portugueses, e os restantes 1.500, estrangeiros.

Dêstes 1.500, são ingleses 892. Ficam 608 representando 26 nacionalidades!

E que Lourenço Marques fôsse um meio desnacionalizado — **que o não é** (b) — ninguém diria, em seu juízo perfeito, que uma pequena cidade do litoral, seria capaz de desnacionalizar uma Colónia inteira! que reúne mais sete distritos além daquele, ocupando uma área de 692:042 quilómetros quadrados em confronto com os 79:506 de Lourenço Marques; e que dos seus 17.842 (para fazer referência apenas à raça preponderante), 14.162 são portugueses, isto é, mais de 100 portugueses europeus por cerca de 20 estrangeiros!

Dos números que aí ficam só uma conclusão pode tirar quem, sêriamente, socegradamente, despidida a mania de perseguição dos tais anti-nacionalismos, **sendo de fóra**, queira ocupar-se de Lourenço Marques. Sendo **de fóra**, porque os de dentro, não precisam disso, nem de lições de portuquesismo.

E' esta:

Lourenço Marques, capital desta enorme Colónia de Moçambique, é tão português como o navegador que lhe deu o nome e de quem, em 1544, o honrado D. João de Castro informava "**que havia encontrado dois rios ao Sul do Cabo das Correntes, um em 25° e outro em 26°, povoados de gente negra**."

* * *

Mas, infelizmente, anda-se sempre a falar no mesmo...

(b) — Com o máximo prazer de português desapassionado de nacionalismos vãos, transcreve-se uma passagem do livro "A Roda do Bатуque" da autoria do jornalista Luís Teixeira, que pertenceu à comitiva do Ministro das Colónias na sua recente viagem à África.

As palavras que, com a devida vénia, se vão seguir, definem com felicidade a tal "desnacionalização" apregoada pelos nossos compatriotas atacados de **patriotite**:

"...E, finalmente, no apuramento, na comparação geral, Lourenço Marques só não é português em seus aspectos e atitudes porque procura o conforto e a alegria, porque tem estatística e avenidas enormes, rectas e bem projectadas, em vez de ruínas com candieiros de gás, porque tem um sorriso em vez da máscara preocupada da política, porque não joga a bisca e distraí-se com copinhos de **whisky**, porque em lugar das "hortas" em mangas de camisa e botija, tem a Polana com **maillots** e **cock-tails**... Mas quem entrar na sua intimidade, quem lhe escutar as confidências e tomar conhecimento dos seus casos reconhecerá que, a afinal, a cidade pôde ter um espírito novo, sadio, livre, talvez um pouco emancipado, mas um coração português a pulsar sob o linho branco duma camisa à **sport** que os britânicos usam e todas as cidades portuguesas, a afinal, poderiam usar com vantagem e sem receio..."

Marinho

GRANDE DEPOSITO DE PINHO DO PARANÁ

SERRADO E APPARELHADO

STOCK PERMANENTE

PROMPTA ENTREGA

José I. Pastura

RUA ALPHA, 112 - PRAIA FORMOSA

TELEPHONE 4-1275

RIO DE JANEIRO

SINGULARIDADES

DE UM

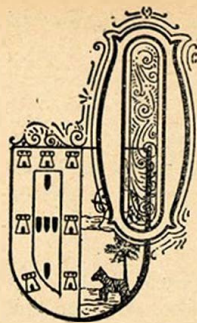
PAÍS DISTANTE

Caçadas em Angola

POR D. MARIA ARCHER

ESCRITORA E PUBLICISTA

(ESPECIAL)



país exótico em que me encontro fica no coração da África Central, junto à Rhodésia, junto ao Congo Belga. E' o Moxico, terra distante, onde a floresta abraça lagos e anhéras.

As anhéras são talvez fundos de lagos, evaporados em tempos perdidos, deixando terras estranhas, onde se não cria uma árvore, onde não medra arbusto de forte raíz. Vai-se pela floresta

fóra, de repente cessa o arvoredo, e, como o escolho de superfície líquida, temos em frente dos olhos a imensa planície rasa, coberta de capim rasteiro, todo igual como terra semeada de trigo em tempo de monda.

Na época das grandes chuvas equatoriais, a anhéra recebe as águas das terras vizinhas, empapa-se delas, inunda-se — é toda um lago enorme. Se o terreno da anhéra conserva todo o ano pântanos dispersos, charcos lodosos, chama-se "châna", e é cortada de oásis junto às águas, contrastando com o deserto em redor. Châna e anhéra são as grandes regiões de caça ao antílope e ao bovídeo; nos meses da estiagem, é nelas o rendez-vous de milhares de bichos da selva, atraídos pelo

banquete lauto da pastagem saborosa do capim tenro, iguaria delicada que cobre toda a châna e toda a anhéra. E também se caçam nestas terras os grandes felinos cruentos, que seguem as migrações da carne como bandoleiros na rota dum tesouro real.

A anhéra de Cameia, a maior anhéra deste país distante, é grande como um deserto. Vêem-se nela as miragens do Kalahári, o deserto do litoral de Angola, em Mossâmedes, outro grande depósito natural de caça. Cameia não tem absolutamente água alguma, nos meses de estiagem, num raio duma centena de quilómetros, — e então a miragem suscita visões de lago azul, de rio azul, junto aos pés, junto aos pneus do carro, alucinações tão intensas e perturbantes de realidade, que ao desfazerem-se deixam a impressão de desagrado com que se constata falhas nos sentidos.

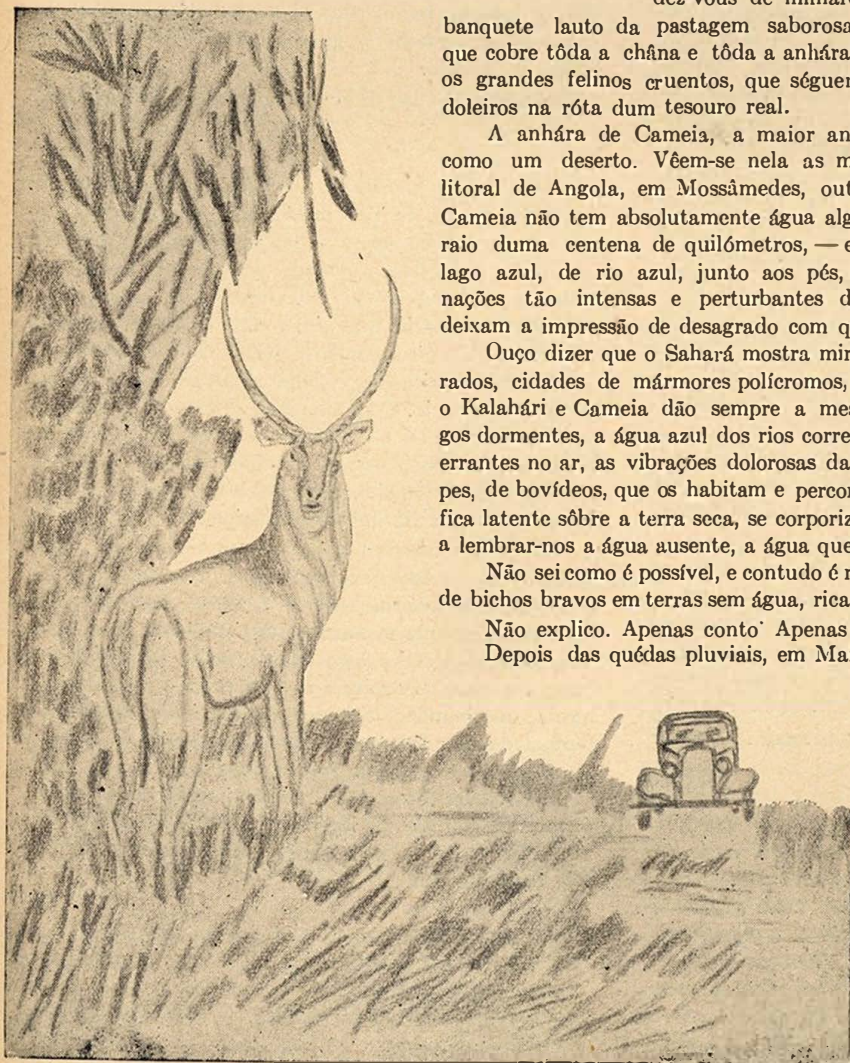
Ouçó dizer que o Sahará mostra miragens maravilhosas de palácios dourados, cidades de mármore policromos, fantasias grandiosas de feéries. Mas o Kalahári e Cameia dão sempre a mesma miragem, — a água azul dos lagos dormentes, a água azul dos rios correntes. Influência talvez de persistirem errantes no ar, as vibrações dolorosas da sede das milhentas bocas de antílopes, de bovídeos, que os habitam e percorrem, e cuja emoção ansiosa de água fica latente sobre a terra seca, se corporiza um instante na magia da miragem, a lembrar-nos a água ausente, a água que não existe, a falta de água que mata.

Não sei como é possível, e contudo é real e possível a existência de milhares de bichos bravos em terras sem água, ricas de pasto, mas terrivelmente secas!

Não explico. Apenas conto. Apenas relato.

Depois das quedas pluviais, em Maio ou Julho, caminham para Cameia

os bichos da selva planáltica, grandes bovídeos de altas e fortes hastes, grandes antílopes fulvos com elegantes cabeças armadas, ligeiras gazelas e côrças; bichos que sabem, por ignorados processos, que as águas da inundação vão evaporar, secar, e toda a anhéra será depois um campo mimoso de erva tenra, saborosa, fresca, farta, um festim vegetal. Ali viverão alguns meses, em enormes manadas, com organizações sociais diferentes das que levam no resto do ano entre



s matas da floresta, animais bravios de variadas espécies, juntos em agrupamentos raciais.

* *

Partimos para Cameia, para a caçada, nos automóveis que orienta um preto, possuidor dum misterioso sentido de condução no deserto sem pontos de referência, onde mergulhamos no horizonte todo igual, anhára tudo ao redor, como se um mar nos cercasse.

"Pilha - galinhas" — o guia — porém, sabe conduzir-nos com o instinto seguro do preto do mato e da anhára, instinto primitivo, semelhante ao das aves migratórias: não errará o caminho do regresso, e virá reconduzir-nos à estrada que nos trouxe à anhára, depois de termos errado centenas de quilômetros, deambulando sobre capim verde, igual, sem árvores, sem montes, planície rasa como superfície de água.

Cão grande — o batedor — é preto que tem palpitantes dos lugares onde se encontra caça, e dirige os carros àquem ou além conforme misteriosas indicações que não explica, e parecem provir dos ventos. Agora, diz ele que irá encontrar malancas — e de repente, em frente dos carros que vão aos solavancos sobre a terra solta da anhára, ergue-se uma nuvem de poeira galopante, fugindo de nós, e sobre que nos lançamos. Um quarto do horizonte é todo pó revólto, pó levantado pela desfilada de milhares de patas moveleças, buscando na fuga a salvação. Após meia hora de corrida estreita-se a distância, na luta desigual entre os motores dos carros e as forças animais, que a fadiga esmorece, desalenta e entrega. A grande massa de dorsos fulvos, floresta rolante de hastes balouçadas, está ao nosso alcance, cansada, resfolgante, suada, extenuada do ímpeto louco da correria. Os carros caminham sobre eles no ritmo incansável da marcha, entramos na manada, passamos entre alas de lombos nélios, de ancas roliças de grandes antílopes, com fortes hastes escuras lançadas para trás num arco elegantíssimo. Olham-nos doidamente, esgaseados, babados de espuma, luzentes de suor, arquejantes de fadiga.

Chego a ter pena de ver, assim lamentáveis e por culpa nossa, os soberbos bichos da selva, lindos, fortes e livres! Penso, no momento, se serão eles os únicos habitantes felizes deste mundo!

Ouçõ detonações. Lançam tiros de bala sobre a massa moveleça dos corpos que nos cercam, tão perto dos carros que a mão acaricia o pêlo áspero das ancas dos bichos! Começa a chacina. Nós viemos, realmente, para caçar, matar as lindas malancas, grandes antílopes do sertão, inofensivos, fugidios e inúteis... Porquê?

Não explico, porque não compreendo. Apenas conto. Apenas relato.

* *

Parámos os carros. Tombaram, na terra verde da anhára, algumas malancas sangrando em golfões, mugindo tristíssimamente, e deixando um rasto vermelho sobre a erva enquanto se arrastam até ao esgotamento, até ao cair que é o total esgotamento da morte.

Morrem com os olhos muito abertos, olhos suaves, doces, olhos que dizem mansamente: Porquê?

Enquanto parámos, o bando abalou entre a nuvem de poeira da galopada. Ficaram na terra apenas aquelas

malancas abatidas por feras, — pela única fera que faz da crueldade um prazer — o homem, bicho daninho da criação!

Quem vai à caça a Cameia leva sempre a carrinha para trazer as rezas mortas. Os pretos levantam-nas dificilmente, pesadas e gordas que são, e carregam a camionette. E de novo prosseguimos a correria pela anhára, procurando mais bandos de caça, outros modelos de antílopes, formas novas de bovídeos, vários aspectos da fauna variada daquele enorme depósito dos pacíficos bichos do sertão bravo.

* *

E, como na serra agreste dos campos lusitanos se encontra o velho mendigo, exausto e abandonado, arrastando-se no caminho para morrer noutro lugar, encontramos abandonado e arquejante, desgarrado, um velho antílope decrepito, trôpego e sem alento.

Empurraram-no cruelmente com o pára-choques, no gozo bruto de verem esvaír aqueles derradeiros restos de energia e vida, ele deu mais uns passos de fuga, um tropezinho lamentável, o último clarão — e caiu de joelhos diante dos faróis do carro, tombou na terra moribundo, esgotado. Depois, fez meia volta erguido nas patas dianteiras, virou-se de frente para nós, e sombrio, e raivoso, bateu com as hastes violentamente no carro, e amolgou-lhe o guarda-lama. Então, caiu de bôcco, e morreu.

Nenhum de nós duvidou de lhe ter visto a alma!

* *

Ia no carro, amarrada, aos nossos pés, uma pequena malanquinha ferida, moribunda e estrebuchando, que se pensara em salvar e depois domesticar. Quando paramos o carro para o almoço, porque nos incomodava vê-la morrer, resolvemos mandá-la para a carrinha. O amigo veterinário, que vinha conosco como amador venatório, quis piedosamente acabar com ela, e dar-lhe o golpe da misericórdia, o golpe científico da morte por ciência veterinária. Com uma bela, e grande, e reluzente faca de mato, deu no coração da malanquinha várias punhaladas, ensanguentando a faca até ao cabo, exibindo-a toda vermelha, numa ostentação de qualquer cousa, creio que de mérito profissional.

Os pretos atiraram depois com o bicho morto, apunhalado no coração pelo veterinário amador de venatória, para a anhára, junto aos carros. Desamarraram o cadáver, porque as cordas eram precisas para outro serviço qualquer — e logo se viu pular, saltar, correr, fugir, sumir-se no capim e na distância, a malanquinha ferida, moribunda, tornada cadáver pelas científicas punhaladas no coração, dadas pelo veterinário amador de venatória — e lépida, vivaz, ligeira!

Pensamos todos, logo, numa infinidade de coisas, — mas só falamos na incrível e famosa vitalidade dos antílopes, cujas demonstrações de energia são fantásticas, e muitos etc...

Maria Archer

ESTRADA BENGUELA— NOVO REDONDO PÔRTO AMBOIM— LUANDA



PELO DR. LUÍS DA FONSECA

ENGENHEIRO CIVIL

(ESPECIAL.)



NALISANDO, geográfica e econômica-mente, Angola na zona compreendida entre os Caminhos de Ferro de Benguela e Malange, três saídas se encontram drenando os produtos desta região: Lobito, Luanda e Porto Amboim tôdas três portos de mar e testas de caminhos de ferro.

No caminho de ferro de Benguela a sua zona de influência pode considerar-se limitada por duas linhas divergentes partindo do Lobito e Benguela, lançando-se pelos planaltos, apanhando a quasi totalidade dos Distritos de Benguela e Bié, e parte do de Malange.

Aos mil quilómetros de percurso abarca este caminho de ferro uma região enorme, compreendendo a quasi totalidade do Distrito de Luanda, todo o Moxico e antigo Luchazes.

Este caminho de ferro, de finalidade fóra das nossas fronteiras, trouxe como consequência a Angola um forte impulso, em toda a região atravessada, quer durante, quer terminada a sua construção, sendo prova desse desenvolvimento rápido, o grande incremento das exportações por Lobito e Benguela.

Isto leva-nos a considerar este caminho de ferro a obra de maior fomento, até hoje, executada em Angola.

Em contrapartida, porém, consumindo apenas lenha, desbastou este caminho de ferro toda a mata que orlava a sua linha, em largura de algumas dezenas de quilómetros.

Não tendo sido acompanhada esta devastação da correspondente plantação a que o mesmo caminho de ferro se comprometêra, a falta de arborização tem dado lugar a modificações acentuadas de clima, nomeadamente na região de Nova Lisboa, onde a época seca se tornou áspera.

Se foi admissível que, para facilitar a sua construção, se permitisse neste caminho de ferro o consumo das lenhas das matas de Angola, não é de admitir que, agora que elle vai dar saída às fortes exportações de Kátanga, o que o obrigará a quasi decuplicar o seu movimento, esse consumo se continue fazendo.

E se, até hoje, quer no Distrito de Benguela, quer no do Bié, esse desbaste não teve consequências muito graves, o mesmo se não poderá vir a dizer, se elle se realizar no Distrito do Moxico, pobre, pela natureza do seu solo, exclusivamente arenoso.

Aqui, um desbaste igual ao efectivado noutras regiões, podê-lo-ia transformar rapidamente num deserto. Anháras existentes em grande número, uma delas de área superior ao Alentejo, são sintomas característicos de fácil tendência da região para deserto.

O Brasil, igualmente, na construção dos seus caminhos de ferro, admitiu o consumo das lenhas das suas matas, obrigando também a uma plantação contínua que, porém, sempre se efectivou, levando, é certo, as companhias de caminhos de ferro a terem ao seu serviço brigadas de engenheiros agrónomos e de mais pessoal técnico para cuidarem dessas plantações.

Em compensação, já hoje, esses caminhos de ferro exportam madeiras dessas matas, e, não sendo nunca demais frisar a exuberância das matas brasileiras em contraposição à pobreza das matas planálticas de Angola.

No caminho de ferro de Malange, a sua zona de influência, pode considerar-se limitada, a sul, pelo rio Longa que atravessa as regiões do Libolo e Quissama.

Julgamos que, este caminho de ferro, atingiu a sua finalidade em Malange ou, admitámo-lo, algumas dezenas de quilómetros além.

A sua inflêxão brusca a sul, a vir influenciar as regiões do Aco e Mussende, uma pobre, outra cheia de

doença do sono, não é de admitir, o mesmo sucedendo à finalidade tão apregoada, quer como drenador dos carvões do Congo Belga, hoje insuficientes e de-certo incapazes de superárem as necessidades, quer como, possível concorrente ao Caminho de Ferro de Benguela na drenagem dos cobres de Katanga, demais, num momento em que este produto sofre uma baixa de que, muito dificilmente, se levantará.

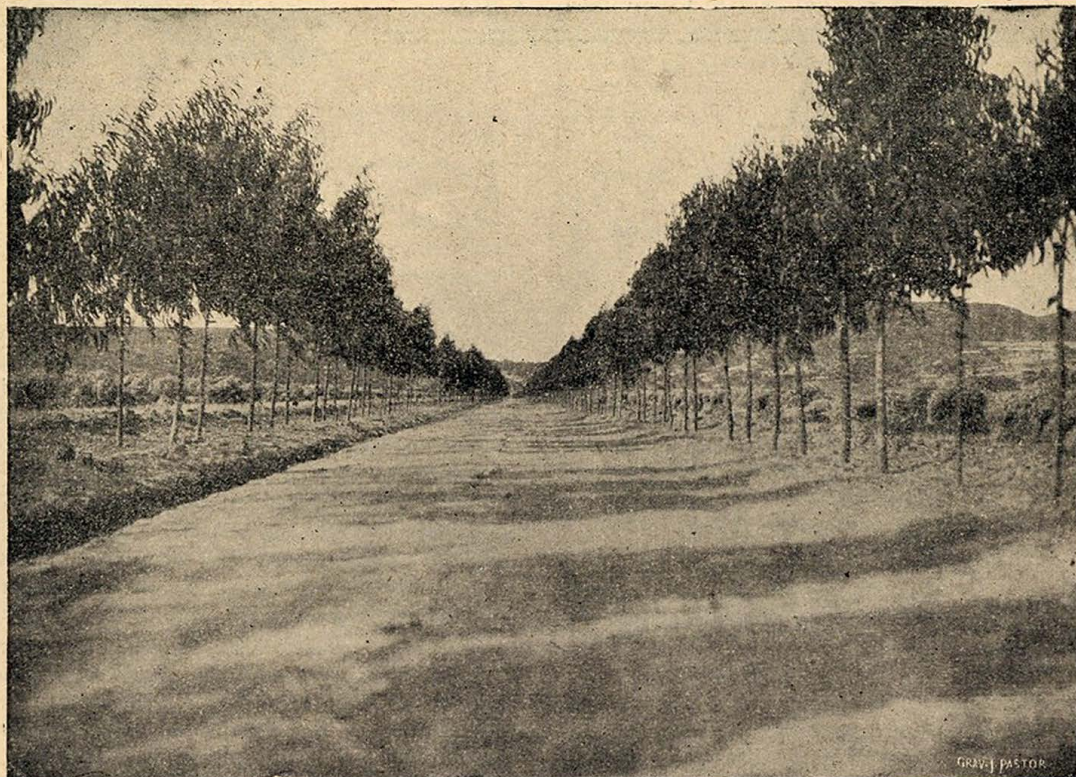
Não só, a nula finalidade, como, o excessivo custo de construção logo que este caminho de ferro atingisse o Distrito da Lunda, farão, certamente, com que ele se não prolongue.

Além disso, a drenagem da Lunda, se esta região alguma vez a vier a merecer, assim como a do antigo Distrito dos Luchazes (Caminho da Rodésia), far-se-á

Entre os colossos de Luanda e Lobito, estende-se o Caminho de Ferro de Amboim, através dessa região exuberante, atingindo a sua primeira etapa na Gabela.

O prolongamento deste caminho de ferro, pela região sub-planáltica (1300m.), pelo Ebo, Cela até a Namba (contrafortes da região planáltica (1700 m.), atravessando assim grande parte do Distrito do Quanza Sul (certamente o de maior futuro em toda a Colónia), impõe-se se pretendermos continuar seguindo, em Angola, a chamada "política de caminhos de ferro".

Nesta zona, de que temos tratado, estes três drenadores, a estrada principal Norte Sul por Nova Lisboa, Calulo, etc., ramais de acesso aos vários caminhos de ferro, o Quanza e, possivelmente, o rio Queve ou Cuvo, cujo estudo sobre navegabilidade se impõe, cons-



ANGOLA — UMA ESTRADA NA HUMPATA

por meios de comunicação afluentes ao Caminho de Ferro de Benguela, confluindo na região de Vila Lusó.

Um simples golpe de vista, sobre um bom mapa de Angola, mostra-nos imediatamente esta verdade.

Até hoje, as regiões atravessadas por este caminho de ferro não corresponderam ao que delas se pretendia, devendo procurar-se a causa disto, quer na desorganização em que este caminho de ferro sempre viveu até receber o forte impulso que lhe deu o Governo de Norton de Matos, cujos efeitos só a partir de 1925 se começaram a sentir, quer na doença do sono, quer na existência em Angola de outras regiões que lhe são muito superiores em posição geográfica e condições climáticas, (Sudeste do Quanza Sul, Nordeste de Benguela) capazes, ainda por muitas dezenas de anos, de acolherem os excedentes de população européa.

tituem as vias de comunicação suficientes ao completo desenvolvimento desta região.

Em Angola, porém, o estabelecimento dum plano racional de fomento é, prontamente, atacado e, possivelmente, destruído por combate regionalista movido, a maior parte das vezes por interesses materiais hipoteticamente feridos.

E' que Angola atraindo tal como a *Atlântida* de Pierre Benoit prende, quem para lá foi alguma vez, arreigando-lhe tal amor ao pedaço em que vive que lhe desvirtua a visão dos problemas mesmo os mais elementares.

As questões de Luanda-Nova Lisboa, Benguela-Lobito, Novo Redondo-Porto Amboim e, ultimamente a estrada litoral Benguela-Luanda em contraposição à planáltica de Nova Lisboa, são casos frisantes de lutas

provocadas pelo que acima dizemos, contrapondo-se o espírito retrógrado ao moderno.

E', demais, conhecida a necessidade da mudança da capital para Nova Lisboa. A concordância de opinião de homens como Nórton de Matos e Vicente Ferreira deveria ser mais que suficiente para desmoralizar os de opinião contrária. Tal, porém, infelizmente, não sucede.

E' igualmente, por todos, conhecida a questão Benguela-Lobito. A necessidade da modificação do traçado do Caminho de Ferro de Benguela, não passando nesta cidade, impõe-se, mesmo aos leigos, quer por finalizar com a sujeição irrisória da cremalheira, quer por uniformizar as rampas aos declives dos planaltos, quer por um forte encurtamento de traçado.

Porém, nem o que acabamos de dizer, nem o conhecimento das maravilhosas condições do porto do Lobito, que fazem dele um dos melhores do mundo, têm impedido que, por falta de pulso governamental, se dispendam avultados dinheiros e energias com Benguela moribunda, quer na construção de palácios monumentais, dum comércio decadente, quer no apetrechamento dum porto que foi bom para o tempo das caravelas.

Entre Novo Redondo e Porto Amboim, uma luta idêntica existe, porém, de menores consequências, por menor importância das terras em luta.

Mas, se a luta entre Benguela e Lobito se compreende, quer pela grande importância de Benguela, a segunda cidade de Angola, quer por o problema, possivelmente, apresentar solução menos nefasta a Benguela, entre Novo Redondo e Porto Amboim o problema é de tal modo claro que não admite, senão, uma solução.

Dum lado, Porto Amboim, testa de caminho de ferro e com o porto permitindo a construção dum cais acostável, do outro, Novo Redondo, sem caminho de ferro, de difícil acesso por estrada e com um problemático porto onde os navios estacionam a 4 e 5 quilómetros da costa, péssima situação e mau clima, mas onde, no entanto, continua existindo a sede do Distrito, quer com prejuizo da Quibala, quer de todo o Distrito do Quanza Sul.

Lutas desta espécie, em terras em formação, são naturais. São, apenas, sintomas de fortes energias não canalizadas a trabalhos úteis e bem orientados.

A crise mundial, afectando fortemente os produtos coloniais, apanhando a Colónia desprevenida, talvez, ainda na ilusão da árvore das patacas, estabeleceu o pânico onde só havia desorientação.

A paralização da construção dum cais acostável em Luanda, para, com a mesma verba, se dar início a um palácio de Comércio e Industria, quando a Colónia atravessava a maior crise de que há memória, ameaçando subverter a maioria do esforço nessa terra dispendido, é, certamente, o símbolo tradutor dum estado de espírito: o actual.

Luta idêntica às anteriores, levantando acesa discussão, deu lugar a rectificação da estrada planáltica Norte-Sul.



Benguela e Lobito são duas cidades distantes de 36 quilómetros. E' certo que, Lobito surge trazendo como consequência a decrescente importância relativa de Benguela, mas, nem por isso, os interesses destas duas terras são antagónicos.

Com o crescimento do Lobito, Benguela crescerá, não já como baluarte comercial de Angola, mas, como cidade satélite.

As condições geográficas do Lobito não lhe permitem um desenvolvimento tão rápido como seria para desejar. Obras importantíssimas de urbanização, são necessárias, as quais não podem ser feitas de um fôlego, e, os 36 km. numa boa estrada, far-se-ão, sem dúvida, dentro em pouco, em menos de meia hora.

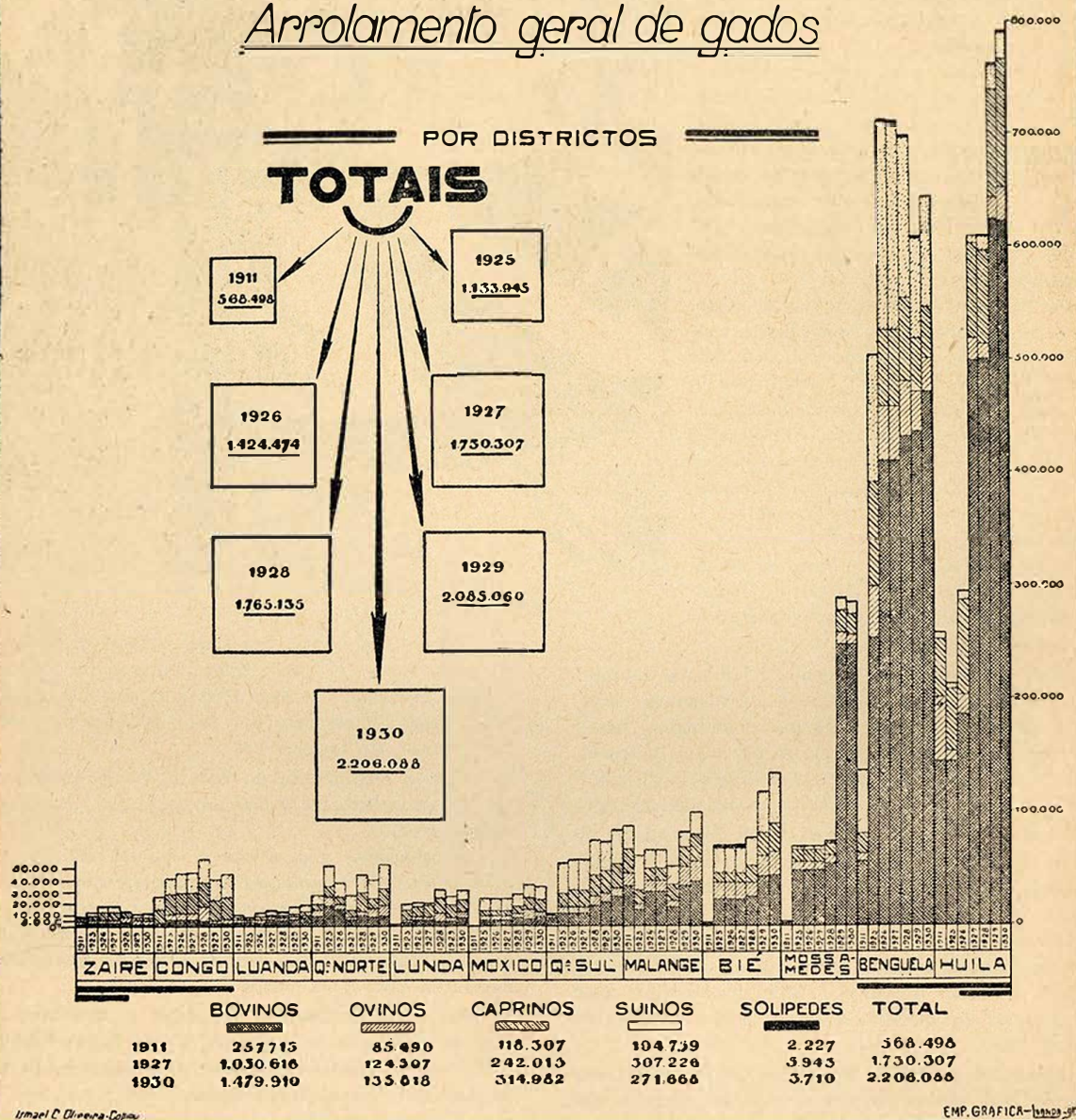
Se, entre Benguela e o Lobito, os interesses não são perfeitamente antagónicos, entre Novo Redondo e Porto Amboim, tal não sucede. O crescimento de Porto Amboim matará Novo Redondo.

E' que, esta última povoação, quer por uma maior distância a que se encontra da sua rival, quer pela sua pequena importância, não poderá, se quer, sonhar de vir a ser uma cidade satélite.

E se, os interesses de Benguela e Lobito, obrigam a que entre estas duas povoações haja os necessários meios de comunicação, isto é, o caminho de ferro existente (futuro ramal) e uma boa estrada construída segundo os processos modernos, (a actual é sem dúvida a de maior circulação em toda a Colónia), quer entre Lobito e Novo Redondo, Novo Redondo e Porto Amboim, Porto Amboim e Luanda, os interesses sendo propriamente independentes e alguns deles antagónicos, a tão apregoada ligação entre estas povoações, já hoje ligadas, quer por via terrestre, quer marítima, não se apre-

SERVIÇOS PECUÁRIOS de ANGOLA

Arrolamento geral de gados



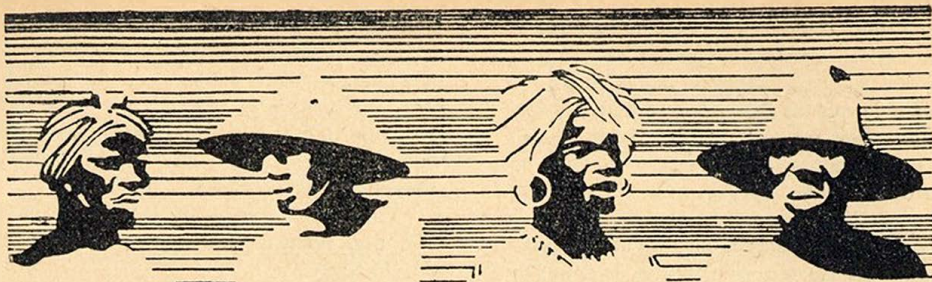
senta como de primeira necessidade, pelo menos, por esta dezena de anos mais próximos.

A má qualidade dos terrenos, a passagem dos rios na foz, a grande maioria inundáveis, fazem com que esta possível estrada, sem finalidade económica, atingisse um custo de construção perfeitamente incompatível com a situação presente da Colónia.

Manuel Himalaya

« Todo o réu deve ter um defensor porque, por vezes, esse suposto réu pôde ser um heróe, um benemérito; e só um defensor, digno deste nome, é que pôde mudar a ironia das palavras e das idéas, restabelecendo a justiça dos factos e das intenções. »

P.º MANUEL HIMALAYA



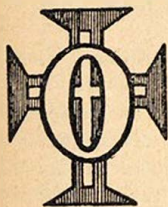
TIMOR

Um pouco de história O presente e as possibilidades futuras

PELO TENENTE AUGUSTO CÉSAR DE JUSTINO TEIXEIRA

(ESPECIAL)

SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO



s reduzidos dezanove mil quilómetros quadrados que constituem a província portuguesa de Timôr, são, como é natural, uma tão pequena parte do globo, que não surpreende a ignorância em que o mundo vive acerca da sua existência.

Para muitos portugueses a província de Timôr está, um pouco, dentro do grupo das coisas que se consideram, por serem históricas, como qualquer velho trapo que por ter sido pertença de santo ou herói merece as honras de vítrea mostra em soturno museu de velharias.

Ao considerar o Império Colonial, o português recorda em geral Angola, Moçambique, a Índia e por vezes S. Tomé: — esta através dos letreiros com que as luzidias montras das ruas lisboetas reclamam o café ou o cacau do ubérrimo sólo da província equatorial. A Índia, embora resto apenas de um grande empório, é recordada através de Vasco da Gama, da época das caravelas, das estâncias gloriosas do épico nacional.

Do resto não se fala e mal se conhece. Cabo-Verde vem óra em quando à letra redonda dos jornais que lhe noticiam óra a fome dizimadora das gentes — vítimas das inclemências do clima ou da falta de chuvas — óra os apetites dos que miram o arquipélago como possibilidade de uma base naval ou entrepósto de travessia aérea do Atlântico.

Da Guiné fala-se como sendo território de clima inóspito, de gentes cujos afiados dentes recordam pantagruélicos banquetes de carne humana.

Macau é para a maioria apenas o império do ópio, e terra onde se fuma e se joga o "Fan-Tan".

Apenas o longínquo e irrisóriamente pequeno Timôr, não é nada — nem bom, nem mau. Sabem da sua existência, dos seus males e das suas belezas apenas os que aqui vivem e poucos mais.

A literatura sobre Timôr é reduzida. Porque mais não merece? Não. Sucede, unicamente, não ter havido por cá pessoas que a compreendam, que a escutem, adivinhem na sua pequenez de corpo e grandeza dos seus recursos.

Teófilo Duarte, teve nos seus curtos anos de governo uma visão de Timôr e deu-nos dois livros em que ao lado de um pouco de fantasia têm muita verdade, denotando, sobretudo, o grande desejo que o animava de dar ao minúsculo território a grandeza de alma que possui.

Outros há, poucos, todos eles apenas esboçados mais ou menos fantasiados da vida das gentes, animais ou plantas da ignorada ilha, tão esquecida que sobre ela tudo se pode dizer, sem que haja o perigo da controvérsia.

O versar matéria de Timôr corre, assim, um pouco, o perigo de se submeter a nossa humilde prosa ao venenoso pensar dos egoístas que nada fazem ou fazem mal, atribuindo o que de bom se pode dizer sobre esta província, ao cómodo princípio de que é sempre bom o lugar da terra onde, embora voluntários, temos que viver.

Dizer bem de Timôr, cantar o seu ubérrimo sólo, as suas belezas naturais, a clemência do seu clima, será para muitos a mentira convencional de se chamar bom ao que, por força das circunstâncias, não se pôde chamar péssimo, quanto mais não seja por amor ao paradoxo.

E', assim, dentro deste ambiente um pouco de desanimar que me abalanco a levar a terras de Santa Cruz

um longínquo e sumido éco da mais pequena — abstração o critério da superfície — província portuguesa.

Ao chamar-lhe a “*mais pequena*” não a quero diminuir ainda mais do que ela tem sido até hoje. Os factos, porém, ensinam-nos que o valor das terras se não mede hoje a palmos, mas pelo seu valor económico ou financeiro, a mór das vezes, apenas, através os números — mais ou menos fantasia — dos seus orçamentos.

E éste sendo dos mais magros das províncias portuguesas, ainda assim mesmo tem sido vítima de tropelias várias, no desenrolar dos tempos, sofrendo os atropelos das burocráticas e ignaras gentes que no Terreiro do Paço precisavam justificar a sua existência.

Desde que Timôr se emancipou da tutela de Macau e iniciou vida própria, os seus magros orçamentos quando não apresentavam “déficit” eram equilibrados à fôrça de lápis e borracha e só tarde e a más horas vinham à luz do dia. E, assim, Timôr apresentava-se aos olhos burocráticos da majestosa praça pombalina, não como uma província, com vida própria, mas apenas como uma sanguessuga do erário metropolitano.

Anos e anos houve que recorrer ao cómodo mas perigoso regimen do empréstimo que se pedia, mas que não se pensava em pagar, por não ser tarefa fácil transformar patacas em escudos.

A inconseqüência da governação, e a falta de escrúpulos na selecção dos governadores, influiu, também, muitíssimo, no descalabro em que durante largos anos se viveu nesta província.

Desde 1701 ao ano que passa, noventa e um governadores ou encarregados de govêrno conheceu esta pequena ilha. De todos estes apenas sete estiveram cinco ou mais anos com as rédeas do govêrno. Dois — Manuel de Souto Maior e Dionísio Galvão conseguiram manter-se no cargo nove anos, o primeiro de 1707 a 1716 e o outro de 1759 a 1768.

Manuel de Matos Gois manteve-se no govêrno quási onze anos 1821-1832, até que a morte lhe roubou o lugar.

Depois dêle, só em 1894 assenta arraiais como governador de facto e de direito o homem a quem os portugueses devem o vêr tremular nos mastros a bandeira nacional: José Celestino da Silva.

Catorze anos seguidos esse português de lei. lutou, trabalhou e fez trabalhar, para que a soberania portuguesa fôsse um pouco mais além da recortada costa que o oceano banha.

Depois de tão porfiado esforço, a intriga venenosa de despeitados ou ambiciosos conseguiu derrubar o colosso que a morte poupára mesmo quando expunha o bravo peito às setas envenenadas dos indígenas.

E de 1908 para cá, em vinte e seis anos de história, vinte e um homens — que outros tantos critérios representam — governaram Timôr!

Um ano houve — 1910 — que a cidade de Dili teve que homenagear quatro governadores, interinos ou efectivos!

Não deve, pois, surpreender a estagnação das vontades, o desleixo, em que durante dezanove lustros se viveu no pequeno torrão que na Insulíndia arvora o pavilhão das quinas.

Acresce, ainda, à descontinuidade administrativa a falta de liberdade que os governantes de Timôr tinham, peados ora por Lisboa, ora por Macau. O mínimo rasgo administrativo ou político tinha de sofrer a censura dos ministros, que de Timôr apenas conheciam o nome, ou a chancela dos governadores de Macau que esta ilha consideravam apenas como um bom lugar para degredados.

O govêrno de Timôr foi largos anos um tirocínio, um degrau de escada que os havia de levar a Macau ou à Índia, pórtio de passagem que se observava como méro episódio apenas.

Muitos deles nem a ilha conheceram, limitando o seu passeio a Lifau (até 1769 capital de Timôr) ou a Dili.

Desde 1576, data provável do desembarque, aqui, dos frades António da Cruz e António Taveira até 1701 a ocupação da ilha limitou-se à obra missionária dos padres portugueses.

Desde o primeiro governador — António Guerreiro Coelho (1701-1704) até Celestino da Silva, a ilha viveu à lei da natureza, embora nunca se deixasse de cobrar ao indígena (como tributo da civilização prometida!) primeiro a “finta” que eles pagavam em géneros — quando não agravada pelos “gastos e canseiras” — depois o “imposto de capitação”.

O interior da ilha, a província de facto, foi conhecida graças aos heróicos esforços de Celestino da Silva. Após este, alguns vieram cheios de vontade governar Timôr, mas de entre todos à província apenas mereceu fixar os nomes de Filomeno da Câmara (1910-1913 e 1914-1917), Raimundo Meira (1924-1927) e Teófilo Duarte (1927-1929), únicos que, desde então, algo fizeram de positivo, e mais não fizeram por terem de sujeitar os seus inteligentes esforços às vicissitudes da política metropolitana.

* * *

Traçado este rápido bosquejo da história de Timôr enveredado na emaranhada e frondosa floresta da sua actividade económica e financeira, difícil tarefa esta, que na sinuosa vereda a seguir poucos são os números que encontro para deles tentar obter uma conclusão.

No Ultramar os indígenas constituem um fraco “capital”, porque, se na sua maioria todos eles produzem trabalho, só fazem, em geral, o necessário para provêr à alimentação própria — e essa mesma quando a natureza pródiga os não alimenta — apenas trabalhando, voluntariamente, em benefício da sociedade o tempo necessário para auferirem as importâncias que

MOVEIS

COMPLETO SORTIMENTO DE
MOVEIS PARA ESCRITÓRIO

Grande variedade em dormitórios,
salas de jantar e salas de visitas.

A. F. COSTA

27 -- Rua dos Andradas -- 27

Telef. 2-7895 - RIO DE JANEIRO

o Estado lhes exige anualmente, sob a forma de “imposto de capitação” em Timôr, “imposto de palhota” nas outras províncias.

De entre todos os das nossas províncias, os de Timôr, possuindo as características dos povos cujo sangue é uma mescla das mais variadas origens, sofrendo a influência mais das raças orientais — cruzamentos com chineses e hindús — do que das raças originárias — “malalaia” e “papua” —, fatalmente lhe sofrem as consequências, demais que a prodigalidade da terra lhes dá tudo com mínimo esforço, arrastando-os desde longos anos à pratica da lei do menor esforço, o que sendo teóricamente um ideal a atingir, é nos tempos que correm uma péssima realidade.

É tão frisante este facto que proporcionando-lhes o interior da ilha um clima que se pôde considerar como óptimo — dada a sua situação geográfica —, possuindo tôdas as variedades de plantas necessárias à alimentação, tendo abundância de carne ou podendo obtê-la a preços irrisórios — um búfalo custa-lhes em média dez patacas — o aspecto físico da quási totalidade é fraco, sobretudo as mulheres.

No entanto, por dezenas de factos observados, o indígena de Timôr observa facilmente a civilização, quando o quer fazer, e embora não possa modificar-se-lhes a estrutura física, são muito susceptíveis de a melhorarem, dado que se intensifique a assistência médica no interior da ilha, o que constitue um dos mais elevados pensamentos do actual governador da província.

O indígena tem, em geral, manifesta propensão para os trabalhos manuais e — embora imperfeitos na conclusão do que fazem — surpreendem-nos por vezes as manifestações artísticas dos seus pequenos intellectos.

Como tôdas as castas e raças imperfeitas do oriente o “timor” aprende com facilidade tudo o que se lhes ensine, mas, tal os metais que rapidamente se eletrizam, com a mesma facilidade esquecem. Em geral decoram tudo, mesmo em questões de ensino, mas não são susceptíveis de raciocinar.

Tivemos ocasião de observar nos exames de instrução primária do último ano lectivo que alguns examinandos tinham decorado todos os livros que o ensino exigia; no entanto à mínima pergunta sobre os “por-

quês” das respostas ou sobre o “sentido” do que liam, raros foram os que responderam.

Na parte escrita dos exames da 4.ª classe, de cerca de cinquenta examinandos, apenas um resolveu um elementaríssimo problema de aritmética...

* * *

Alguns livros de geografia atribuem aos indígenas de Timôr hábitos guerreiros, apodam-nos de desobedientes e traiçoeiros, mas tudo isto é hoje uma lenda. O indígena está hoje absolutamente integrado da soberania portuguesa e desde a revolta rapidamente dominada em 1912 por Filomeno da Câmara, não se nota a mínima veleidade de insubmissão, antes por vezes o indígena vendo a série de benefícios que os sistemas de colonização portuguesa lhes tem trazido, teem contribuído voluntariamente para o aperfeiçoamento da sua civilização.

Na Circunscrição de Baucau todos os postos e a sede possuem, ou estão em vias de possuir, ótimos edifícios escolares, um para cada sexo, com dependências para regimen de internato, feitos pelos indígenas e à sua custa, e no último censo escolar os números registaram uma população de cerca de novecentos alunos, número que, dentro em breve, deverá aumentar consideravelmente logo que estejam prontos os edifícios escolares em construção.

* * *

As vias de comunicação da província — estradas — não sendo perfeitas, são, no entanto, suficientes para o tráfico comercial, sobretudo no que diz respeito ao transporte dos produtos de exportação para a cidade de Dili, principal pórtio da ilha.

A rede de estradas não sendo ainda completa — o seu traçado e abertura só a sério se iniciou durante o governo do coronel Raimundo Meira em 1924 — é bastante para as necessidades de momento, necessitando agora das correcções e melhoramentos precisos para a sua estabilidade e utilização normal durante a época das chuvas.

Dada a pequenez do território e as irregularidades do seu sólo a construção de vias férreas seria uma utopia.

Com boas estradas para os meios normais de transporte — camions e os bravos cavalos timorenses — Timôr não precisa de mais para a drenagem interna dos produtos.



UM JOVEM TIMORENSE

Para a exportação e importação das suas mercadorias Timôr tem que se limitar aos barcos da companhia holandesa K. P. M. — Koninklijke Paketvaart Maatschappij — senhora e dona dos mares da Insulndia, até ao dia em que a marinha mercante portuguesa possa estabelecer carreiras para as províncias do oriente, problema este de difícil resolução, dado que todas elas — Macau, Timôr e India — difficilmente podem garantir o tráfico compensador de tão dispendiosa rota.

* * *

Como já tivemos ocasião de dizer, o sólo de Timôr aliado á sua constituição orografica, é riquíssimo, podendo afirmar-se ser mais valioso do que o de S. Tomé, visto dele se poderem obter não só os produtos essencialmente coloniais como muitos dos normais em climas temperados.

O seu mais rico e abundante produto agrícola, o que constitue a preocupação máxima do indígena e do agricultor europeu é o café, nas espécies “Arábica”, “Robusta”, “Libéria” e “Quillou”, mórmente nas duas primeiras e, de entre estas, o “Arábica” por ser o mais cotado nos mercados importadores.

Dadas as baixas cotações das praças importadoras, outros produtos timorenses, como a copra, o cacau, o pau-tinturial, a cêra, as peles de búfalo e as pontas de veado, quasi não merecem os trabalhos e despesas do seu transporte do interior para o litoral e nenhum deles resiste aos pesados fretes da K. P. M.

O algodão que foi uma gloriosa tentativa, com uma fibra que na Exposição Colonial de Paris, adentro da modéstia com que foi apresentado, mereceu medalha de ouro, está hoje praticamente abandonado, demais que a sua cotação também está pela “hora da morte” — como soe dizer-se.

Em caminho de provêr às necessidades internas vai intensificar-se a cultura do trigo, que em experiências feitas em alguns pontos da província, chegou a dar trinta sementes, quando as máximas na metrópole variam entre catorze a dezasseis.

O café exportado nos últimos anos, segundo os números da estatística aduaneira, foi:

ANOS	QUILOGRAMAS	VALOR FISCAL EM PATACAS
1928	1.587.459	\$1.358,358,34
1929	1.492.154	\$1.342,938,60
1930	1.327.378	\$1.111,146,60
1931	2.438.143	\$1.950,527,04
1932	842.536	\$ 622,126,10
1933	965.516	\$ 639,634,80

As cotações no mercado de Makassar — o que importa a quasi totalidade do café de Timôr — e o valor médio do florim, expresso em patacas, no período 1928-1933, podem resumir-se no quadro seguinte:

ANOS	MÉDIA DA COTAÇÃO, EM FLORINS (1)	COTAÇÃO MÉDIA DO FLORIM (2)
1928	83,18	\$0,835
1929	70,83	\$1,20
1930	52,55	\$1,30
1931	54,55	\$1,70
1932	48,63	\$1,70
1933	29,14	\$1,70

(1) — Por picio (62 kg) no mercado de Makassar.

(2) — Preço da venda em Dili.

Os números expostos são sufficientemente claros para sobre eles se tirarem conclusões, e assim julgamos desnecessários quaesquer comentários.

A baixa da produção após 1931 justifica-se pelas condições de cultura adotada até hoje na província, em que o café pertence, na quasi totalidade, ao indígena, o qual não lhe dá os cuidados necessários para que se mantenha a produção. Assim, o cafezeiro, cansado pelo excesso de produção em 1931, só dentro de dois anos voltará à produção normal.

A baixa dos preços, que o indígena não compreende, também os faz descurar os cuidados com as plantações e assim é de presumir que no corrente ano, embora a colheita se anuncie prometedora, a exportação não passe além das mil toneladas.

A plantação de novos pés não tem sido descurada pelo govêrno da província, tendo-se melhorado as condições dos viveiros existentes em todos os postos em cuja área o terreno é susceptível de produzir café, adotando-se, desde algum tempo, apenas o “Arábica”, dado a sua maior cotação.

Os efeitos da “monocultura” têm sido nos últimos anos, bastante sensíveis e prejudiciais à economia da província e assim é pensamento do actual governador favorecer todas as empresas que se proponham estabelecer novas culturas — sobretudo algodão, trigo, quina e essencias taninosas — afim de evitar os perigos da baixa do único produto, quasi, que hoje provoca a entrada de cambiais na província, e ao mesmo tempo evitar a saída de ouro a aquisição de produtos que Timôr pode muito bem produzir.

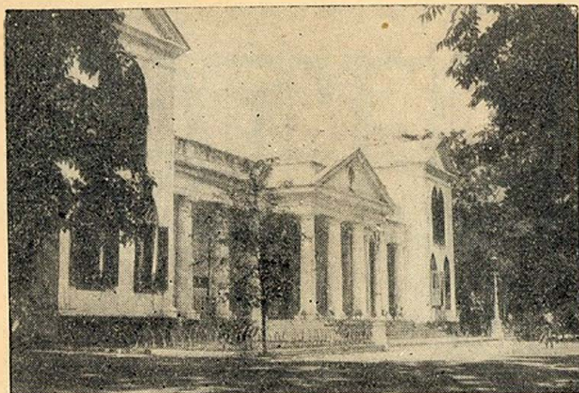
* * *

Nem só em produtos agrícolas Timôr é valioso. No seu sub-solo existem, em pontos vários da província, o petróleo e óleos minerais, ouro, manganés e algumas manchas de outros minérios, mas nenhum deles está em exploração industrial, apenas merecendo ser explorados, isto segundo as conclusões dos estudos feitos até à data, o petróleo e o manganés, o primeiro quanto mais não seja, para provêr às necessidades internas da província, em combustíveis dos motores de explosão, o que só por si constituirá uma boa medida económica, pois a média da importação de petróleo, gasolina e óleos oscila em 560 a 600 contos anuais e tende a aumentar, com a intensificação do tráfego automobilístico e o aperfeiçoamento da iluminação electrica (motores a óleos pesados).

* * *

Já vai extensa a prosódia sobre Timôr, embora houvéssemos limitado a um resumo, que mais não cabe nas colunas do BOLETIM, o que é, neste momento, a nossa impressão sobre esta pequena província portuguesa.

No desenrolar destes anos próximos muito possível é que Timôr tome novos aspectos, se levante da vasa de inanición em que tem vivido, graças aos esforços do seu actual governador, cujo máximo desejo é tornar extensivo a toda a província o que de bom se tem feito no interior da ilha em esforços insulados de alguns comandantes militares.



CÂMARA MUNICIPAL DE DILI — TIMOR



TIMOR PORTUGUÊS — UM CARREIRO

Os grandes problemas da instrução — cívica e educativa —, a assistência médica, o aperfeiçoamento da rede das estradas, o melhor aproveitamento dos recursos naturais da ilha, as ligações exteriores — com os mercados importadores e com a Metrópole —, tudo isto há a fazer e qualquer deles por si constitui um grande esforço que, estamos crentes, Sua Ex.^a conseguirá vencer.

Timôr tem que deixar de ser a ante-câmara do inferno que alguém lhe chamou.

Dili,
31 - V - 934

Justino Teixeira

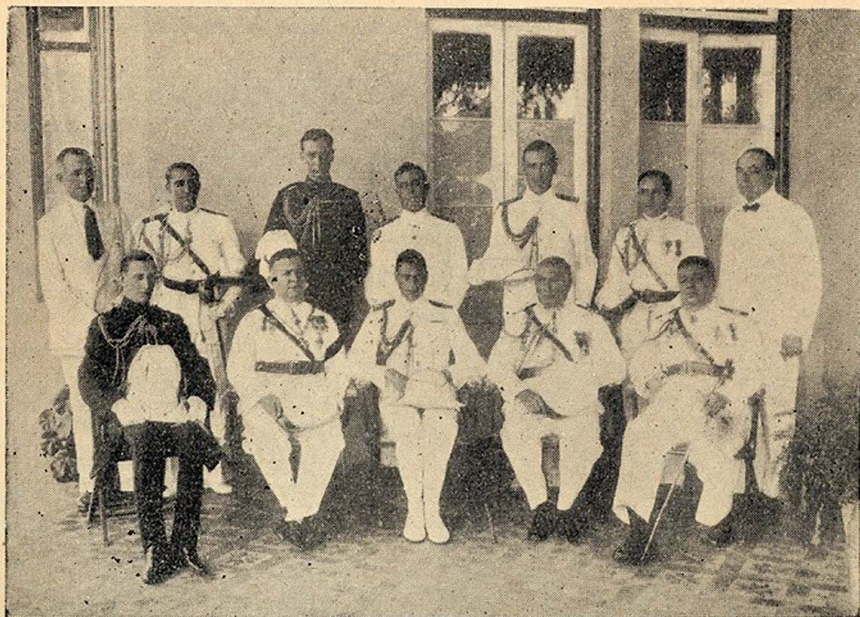
A visita de S. A. o Principe Jorge da Inglaterra, a Angola

Segundo noticiaram os jornais, S. A. o Principe Jorge, da Inglaterra, depois de percorrer os domínios britânicos no continente africano, visitou, a convite do Governo português, a província de Angola, atravessando-a de léste a oeste, ou seja desde a fronteira com o

Congo belga até ao magnífico pôrto do Lobito, onde embarcou no dia 10 de Abril, de regresso à Europa, a bordo do "Windsor Castle" e onde lhe foram prestadas as devidas honras, quer por parte da população civil, quer por parte do elemento oficial, representado por

S. Ex.^a o Coronel Eduardo Ferreira Viana, Governador Geral de Angola e pelos Sr. Coronel António Brandão de Melo, representante de S. Ex.^a o Ministro das Colónias, Sr. Capitão D. António de Almeida, Governador do Distrito do Moxico, Sr. Comandante Alvaro Machado, representando a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, e, finalmente, pela officialidade e respectivas guarnições dos navios de guerra nacionais *Carvalho Araújo*, *Gonçalo Velho* e *Beira*.

E' dessa visita a photographura que acompanha este breve registo, tirada pouco antes do banquete oferecido por S. Ex.^a o Governador Geral de Angola ao illustre representante da Familia Real Inglesa, e cuja publicação devemos à solicitude do nosso devotado correspondente na cidade de Lobito, Sr. Luis Figueira.



Sentados: Da esquerda para a direita — Major Ulick Alexander, mordomo de Sua Alteza; Coronel Eduardo Ferreira Viana, Governador Geral de Angola; Sua Alteza Real o Principe Jorge; Coronel António Brandão de Melo, representante do Sr. Ministro das Colónias junto do Principe; Major de engenharia Ramiro Ferreira Viana, Chefe de Gabinete do Governador Geral.

Em pé: Engenheiro Gonçalo Cabral, director da Exploração do Caminho de Ferro de Benguela; Tenente Campos, ajudante do Sr. Governador Geral, Major H. W. Butler, escudeiro de Sua Alteza; Comandante do "Carvalho Araújo" Palma Lami; Ajudante de Sua Alteza; Capitão Francisco Cortez, ajudante ás ordens do Principe, durante a sua estada em Angola; Comandante Alvaro Machado, administrador-delegado da Companhia do Caminho Ferro Benguela.



DEPOIMENTOS

Duas cartas

Excelentíssimos Senhores.

E' sempre com imensa satisfação e alvoroço do meu sentimento patriótico que leio o Boletim da SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, vibrando então em mim o orgulho de ser português ao vêr os meus compatriotas, nesse Brasil tão irmanado com Portugal, interessarem-se pelo vasto Imperio Colonial, composto por essas terras portuguesas de há muitos seculos, espalhadas por todo o mundo.

Perante tão patriótica Sociedade, que, com a maior isenção, está fazendo, ao glorificar Portugal, brilhar a sua historia cheia de heroísmos na sua obra de dilatar a Fé e o Imperio, perante ela me curvo como preito da minha maior consideração e gratidão de português; não posso deixar de reconhecer o seu afan patriótico ao querer mostrar por toda a parte a grande obra civilizadora que Portugal a si sempre impôz, abraçando num amplexo fraternal todos os povos que estão sob a sua gloriosa bandeira.

Bem hajam, pois, os que dignificam a Patria trabalhando pelo engrandecimento da SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que, pelo que já de útil e patriótico tem feito e se propõe fazer, bem merece o aplauso de todos os portugueses.

Comigo pode contar como sendo um dos que a acompanham, aplaudem e ajudam na sua tarefa patriótica. Assim o solicitado por V. Ex.^{as} em seus officios de 30 de Abril e de 17 de Maio será tomado na maior consideração para o que já foram tomadas as devidas providencias.

Sentindo-me sensibilizado pelos amáveis cumprimentos que Vossas Excelencias se dignaram dirigir-me, tomo a liberdade de lhes apresentar a expressão do meu reconhecimento e da minha maior admiração pelo belo trabalho a que se devotaram

A BEM DA NAÇÃO

Residencia do Governo da Guiné, em Bolama, 15 de Outubro de 1933.

A' Excelentíssima Direção da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

O GOVERNADOR DA GUINÉ

LUIZ ANTONIO DE CARVALHO VIEGAS

MAJOR

... Senhor Presidente da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro:

Em cumprimento ao prometido do vosso distintissimo correspondente em Luanda, Sr. Virgilio Saraiva, envio a V. a minha primeira colaboração para a vossa formosissima e patriótica revista.

Aproveitando o ensejo que me dá o fidalgo convite do brilhante jornalista que na capital de Angola representa a nobre SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, felicito com todo o calor do meu patriotismo, V. e os preclaros cooperadores, afirmando-lhes a minha simpatia e o meu vivo louvor.

Muito útil, benemérito e dignificador é o esforço dos que tão alto sabem erguer o nome português em Terras do Brasil, realizando uma obra de lusitanismo, que se impõe ao respeito do mundo e é prova bela e eloquente do esclarecido patriotismo e da formosa dedicação que a Portugal devotam VV., a quem saúdo com a mais cordial e firme simpatia.

Pedindo a V. que aceite os meus cumprimentos e votos de continuados triunfos, assino-me com toda consideração e apreço, admirador

JOSÉ PEREIRA DE SABROSA

GOVERNADOR DO DISTRITO DE MOSSÂMEDES

No próximo número "Os descobrimentos Terrestres dos Portuguezes" pelo sr. tenente coronel Lopes Galvão.

INDUSTRIA DO LIVRO

(Antiga casa—A ENCADERNADORA)

J. de Oliveira Telles

PAPELARIA—ENCADERNAÇÃO—TIPOGRAFIA

Encadernações simples e de luxo

Albuns, Pastas, Carteiras de identidade

LIVROS PARA ESCRITURAÇÃO

Impressão de livros científicos, didáticos e literários.

Teses, catálogos, estatutos, etc.

Participações, programas de festivais, cartões de visita, talões, recibos e todo o género de impressos comerciais.

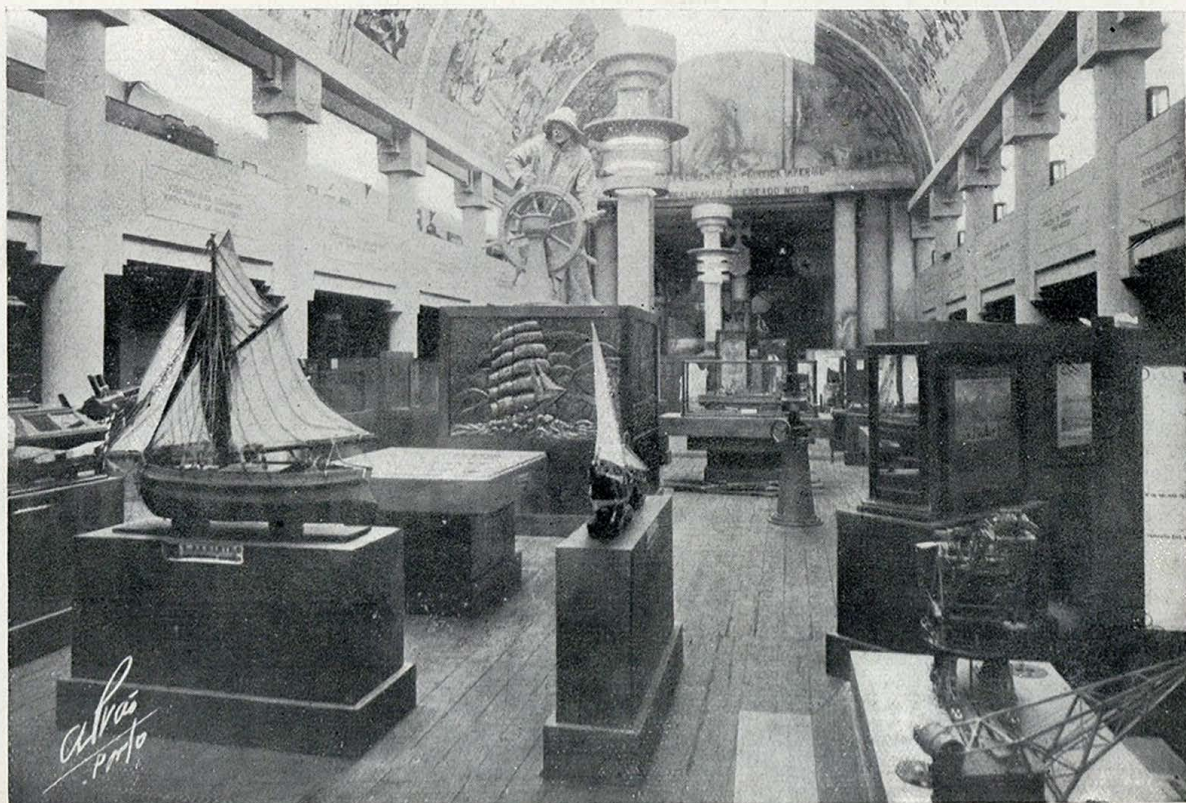
RUA SÃO JOSÉ, 35 — Tel. 3-0804

RIO DE JANEIRO

DOIS ASPECTOS DA EXPOSIÇÃO



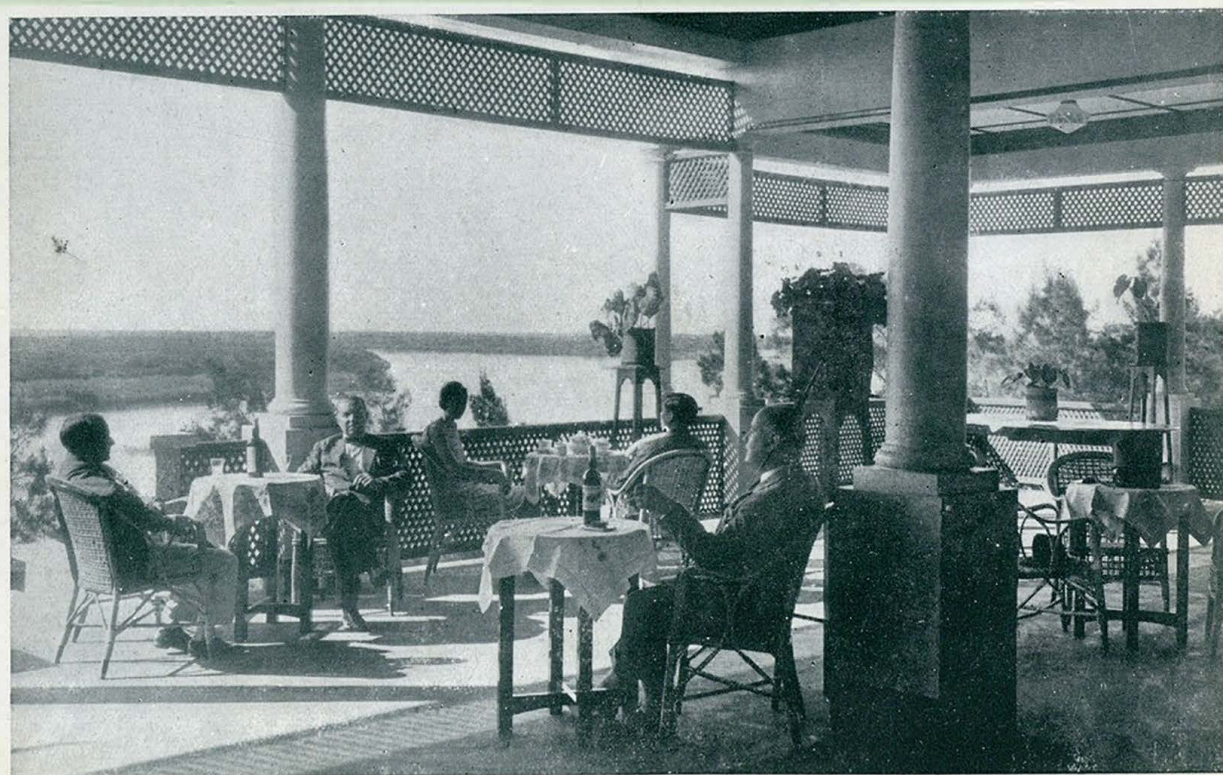
STAND DAS MISSÕES RELIGIOSAS



STAND DA NAVEGAÇÃO



HUIÏA -- Avestruz domesticado.
 MACAU..... -- Leprosário construído em Caó-Hó.
 LUANDA -- Direcção dos Correios e Telégrafos.
 LOURENÇO MARQUES -- Restaurante em Vila Luísa.
 BOLAMA -- Praça Teixeira Pinto.



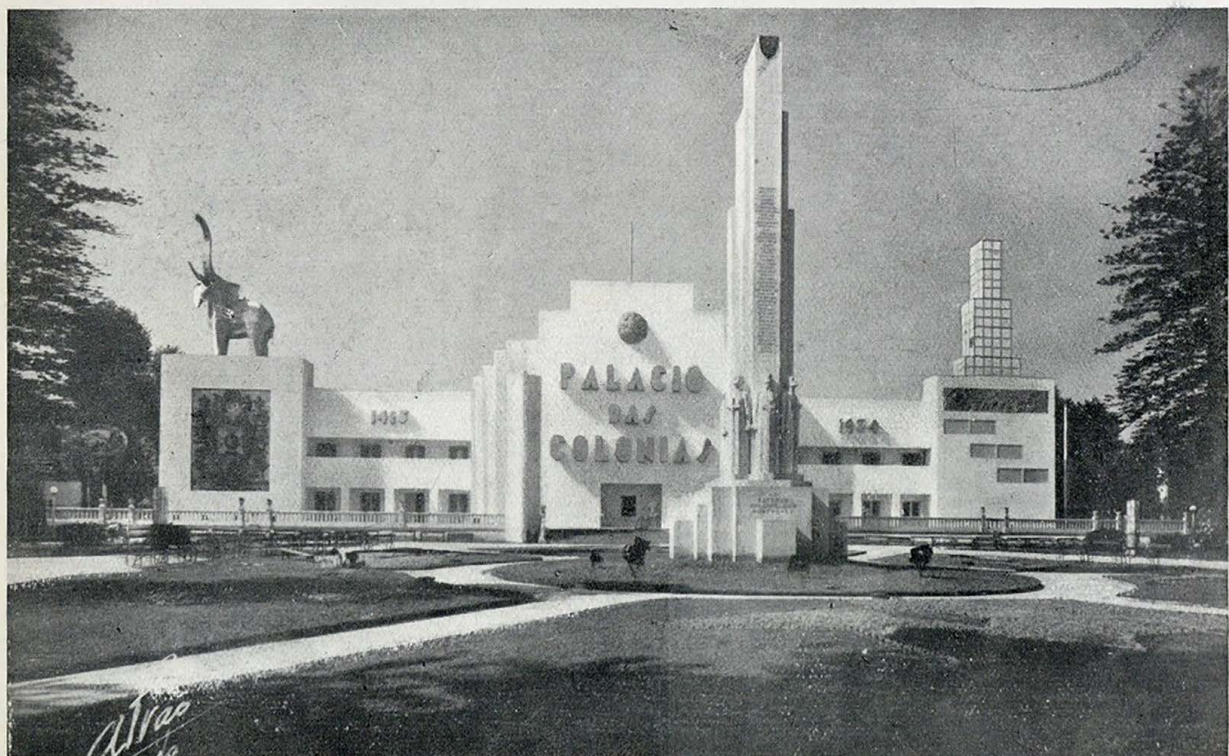
TRÊS ASPECTOS DA EXPOSIÇÃO



MONUMENTO
AO ESFÔRÇO COLONIZADOR PORTUGUÊS



MONUMENTO
AOS PORTUGUESES MORTOS NOS 5 CONTINENTES



PALÁCIO DAS COLÓNIAS



insistência com que nos últimos tempos vimos abordando, mais ou menos directamente, matéria que vai fazer objecto d'este artigo desenvolvida numa conferência pública e, depois, repetida, em parte, em artigo que deverá ser dado à estampa no "Primeiro de Janeiro", a propósito da "Exposição

Colonial Portuguesa", pode traduzir-se, por cima d'um suposto indiferentismo por tantos outros assuntos de actualidade, como qualquer propósito, com segundo intuito, capaz de ferir susceptibilidades alheias... Quem assim o entender malsina as nossas melhores intenções porque, na realidade, não consideramos, no presente momento, problemas de urgência que sobrelêvem aos dois a pôr em destaque nas breves considerações a desenvolver e, conseqüentemente, mais nos arrebatem o espírito, sempre insuspeito para a causa pátria.

As estações oficiais, por certo, nem pôde deixar de ser, estão de posse do assunto, trabalhando-o aturadamente, como requer, mas isso não impede que aquêles a quem interessa e prende a política das colónias mantenham constante e renitente no seu pensamento, sempre peregrino nas regiões de Além-Mar, sempre ferido daquela paixão que só pode ser bem entendida por quantos lá viveram e trabalharam com zelo e com fé, a preocupação e o dever de contribuir com a sua cota-parte para a solução do que julgam ser condições primárias para se chegar a um normal funcionamento dessa absorvente modalidade da nossa administração pública.

Por mais teimosas e capciosas que sejam as tentativas dos cobicçadores do nosso patrimonio colonial, inventando-nos erros e deficiências que só nos tocam brandamente e, ao contrário, neles próprios avultam volumosamente, olhada, sem suspeição, a obra realizada merece respeito e, pelo menos, temos desbravado o terreno para desenvolver uma sementeira capaz de produzir uma colheita farta como, de resto, concluem os próprios estranhos que nos visitam, quando não o fazem tocados de segunda e suspeita intenção, pois embora lhes custe a tragar esta verdade, como o dizia A. Corvo, "no mundo ninguém foi dotado com mais farto e espontâneo engenho para descobrir e civilizar do que os portugueses"...

A nossa população colonial, em referência às das demais potências, tomando-a em relação à superfície do respectivo território, não nos pouca, nem em número nem nas aptidões, nem, ainda, quanto às condições demográficas gerais que, em muitos pontos das nossas principais colónias, oferecem climas favoráveis, zonas apropriadas de fixação, onde se torna inteiramente propícia a obra de povoamento que se ambiciona, re-

sultando triunfantes as medidas de natureza sanitária a pôr em prática para se generalizarem as melhores e mais salubres condições de habitabilidade.

Não pode ocultar-se haver, presentemente, um problema urgente a estudar e resolver, muito dependente do qual está o exercício da melhor actividade dos portugueses nas suas províncias do Ultramar, embora a sua complexidade resulte de causas de vária ordem, de natureza geral, que não são privativas nossas, mas, vencido esse obstáculo, tudo augúra um futuro promettedor, de prosperidade e franco desenvolvimento, tudo indicando estar a Nação inteiramente predisposta para se votar numa política colonial intensiva, reparadora e compensadora do desequilíbrio provocado pelo grande conflito mundial.

A gente portuguesa tem cada dia mais apurado o seu sentido colonialista e os seus domínios cativam-na agora como nunca, sendo de esperar dela uma grande afirmação da sua vitalidade se, porventura, consegue libertar-se de circunstâncias anormais e impeditivas do franco exercício das suas possibilidades.

Nas províncias do Continente, como nas do Ultramar, entrou já o convencimento da vantagem e necessidade de estabelecer o mais íntimo *intercâmbio* de todos os valores, de parte a parte, e, nesta conformidade, se verifica, de certa forma, uma nova feição dos organismos produtores, comerciais, industriais ou agrícolas, mostrando assim ter realizado proveitoso estudo do respectivo movimento de importação e exportação, continental e colonial, chegando, certamente, a definitivas e auspiciosas conclusões.

E, como fundamento desta maneira de ver, encontrámo-nos já com algumas atitudes e trabalhos que o revelam como, em relação ao grande centro industrial e comercial que é o Porto, se depreende da atitude decidida da sua "Associação Comercial" confiando a um dos

seus elementos mais cultos e representativos, o Sr. Manuel Caetano de Oliveira, a missão de a representar nas *conferências comerciais de Angola e Moçambique*, "com o objectivo de intensificar e desenvolver as relações económicas entre a Metrópole e essas nossas províncias ultramarinas," tendo-nos dado desse trabalho um lúcido "Relatório", de Agosto de 1932, que, por certo, virá abrir novos horizontes nos meios da especialidade a que interessa, documentado e comprovado em esclarecimentos, conselhos, algarismos e estatísticas, capazes de uma demonstração concludente.

Da mesma sorte, não tem interpretação diferente, directivas de eficiência na nossa política ultramarina, as sóbrias e inteligentes "Considerações" de que as Associações comerciais de Angola se souberam fazer eco junto do Ministro das Colónias, do Governo e do País, a propósito do *Problema das transferências de Angola*

DOIS PALPITANTES TEMAS COLONIAIS...

POR RODRIGO DE ABREU E LIMA

ANTIGO DEPUTADO DA NAÇÃO

SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

(ESPECIAL)

— dessa grande, rica, e simpática província do ultramar português, onde, numa luta tão dura como patriótica, os colónos de todas as categorias, vêm dando fecundas provas dum espírito de decisão e iniciativa verdadeiramente heróicos. . . E, sucessivamente, nos tratados, nas revistas, na imprensa, e nos Congressos, como no *Primeiro da Indústria Portuguesa*, a que o Dr. Nuno Simões levou a sua bem elaborada e convincente tese sobre “o Ultramar como fornecedor e cliente das indústrias portuguesas”, sobram os motivos para crer que estamos a sentir, com reflexão e devida inteligência, as susceptibilidades deste minuto delicado que passa, dentro do qual não nos pode ser facultado o direito de adormecer. . .

O problema das transferências, mórmente na nossa principal província ultramarina, em Angola, é a chave de todos ou quasi todos os que noutros tempos nos podiam absorver porque, mercê de várias causas, logo que seja possível arrecadar, dentro de prazos normais, o produto das respectivas transações, tudo indica dever dar-se uma derivação extensa da actividade comercial portuguesa dos mercados externos para os nossos próprios mercados.

Os meios de transporte, melhorados consideravelmente e multiplicados, o progresso incontestável dos elementos de trabalho e produção, assinalaram condições inteiramente novas da política que é urgente desenvolver. . .

O fenómeno que se obsérva nos nossos domínios da necessidade de financiamentos, da rarefacção de créditos, é, depois da guerra principalmente, peculiar às outras potências coloniais, que as suas metrópoles se vêem constantemente forçadas a atender com avultados subsídios, emitindo a cada passo empréstimos em benefício das suas colónias de forma que, tanto quanto possível, a crise não afecte a obra administrativa, o fomento e as forças vitais dos respectivos territórios.

Já com o governo nacional de salvação pública, a que preside o grande democrata que é Gaston Doumergue a França apesar de empenhada no equilibrio e saneamento das suas finanças através dum critério apertado de redução de despesas, sem tributações esgotantes para o contribuinte, suavemente e sem violências, provando um raro domínio na direcção dos negócios do Estado, se reconheceu e afirmou a “necessidade imperiosa de não retraír mas ampliar a indispensável assistência financeira à economia colonial” o

que, de resto, parece constituir doutrina axiomática em matéria de administração ultramarina francesa, porque já anteriormente Reynaud, como ministro das colónias, proclamava que “a crise mundial tem sobre os corpos adolescentes que são as colónias, consequências temerosas, se o Estado não intervem com todo o seu poder; e tanto mais perigosas quando se trata de países de limitadas reservas”.

E’, pois, este problema da assistência financeira, ligado à questão das transferências, aqui como em toda a parte, um daqueles que mais deve preocupar-nos, com o qual se relacionam tantos outros de magnitude relativa. . .

Mas. . . perante a Nação, outro se ergue, igualmente palpitante, qual seja o da colonização, agora dominado pelas diversas condições gerais da nossa emigração, influenciada por novas circunstâncias do fenómeno populacional de todo o mundo, a que não são já estranhas as estatísticas dos últimos cinco anos, acusando, respectivamente, uma soma de emigrantes, que vai decrescendo, de 36.893, 21.343, 5.403, 5.518, e 8.316, nos anos de 1929, 1930, 1931, 1932 e 1933, de Portugal para diferentes países.

A coincidência da defesa que cada país está a fazer do trabalho nacional para os seus próprios naturais, para nós portugueses que sempre fomos procurar equilibrio, para as nossas crises desta ordem, ao estrangeiro, pode e deve obrigar a olhar com maior amplitude a política de colonização das regiões ultramarinas, pois só elas podem acolher com vantagem uma população vaga, crescente, que a Metrópole, por si, difficilmente ocupará.

Na conferência sobre “A emigração da província do Minho”, a que já aludimos no começo deste artigo, entrava-se em consideração com a colaboração interessada da vida administrativa local metropolitana, à qual entendemos possível e necessário atribuir-se a criação de fundos especiais de colonização, por força duma percentagem obrigatória, por aumento das cobranças, se tanto fôr necessário, visto que, antes de mais, se atende a um interesse da própria região e, então, assim protegida e seleccionada a nossa emigração, por aptidões físicas e profissionais, multiplicaremos os nossos esforços em proveito duma mais larga acção civilizadora, servida assim por maior número de portugueses, nascidos em Portugal, passando além daquela cifra que, em 1928, constituia a nossa população branca no Ultramar — 62.261 indivíduos, o que é tanto mais de lamentar quanto é certo que nas respectivas estatísticas figuram números mais altos de emigração anual, como em 1912 e 1913, em que, para diferentes países, saíram, do continente e ilhas, respectivamente, 88.920 e 77.663 emigrantes.

Assim, aproveitando bem os nossos recursos, materiais e humanos, dentro dos vastos domínios que possuímos, poderemos operar uma grande obra, como diz Sarraut, de “valorização das riquezas naturais e valorização da riqueza humana”, seguindo, como diz aquele notável colonialista, a política da França, sempre democrática e humanitária, que “na argila informe das multidoes modéla a feição de uma humanidade nova. . .”

Para seguir por bom caminho é preciso defrontar decididamente o problema da colonização, fomentando um desvio de emigração nacional, feita até aqui para o



A IMPERIAL

Simões & Alijó

VESTIDOS E NOVIDADES

Rua Gonçalves Dias, 56

Tel. 2-1296 — RIO DE JANEIRO

estrangeiro, na sua grande maioria, em benefício das nossas províncias ultramarinas e, para tal, sem recorrer a gastos que estejam fóra do alcance dos nossos sacrifícios económicos, temos de realizar créditos, de fazer despesas que ultrapassem critérios estreitos como o daquêle célebre diplôma 86 de *saúdosa* memória, substituído por outro que ainda lhe louva os intuitos e, até, sublúma a doutrina...

Dentro dum bom sentido político, da política de povoamento que agora, mais do que nunca, interessa aos portugueses, afigura-se-nos inteiramente errôneo o princípio de atender com menos carinho as medidas que visem ao chamamento de portugueses para os nossos domínios do Ultramar, pois, pelo contrário, como grandes só podemos e devemos considerar aquelas que reünem condições, garantias e vantágens, capazes de interessar um grande número de colonos de variadas categorias, sendo pela sôma dêstes que se há-de assegurar o valimento duma obra colonizadora, tanto maior quanto mais decidida se mostrar em reduzir as consequências da *crise* desencadeada, afectando e ferindo uns, servindo de pretexto e incitamento para outros na conquista de posições vantajosas, embora nem sempre legítimas e circunscritas às melhores normas de Direito...

E... para assim dizer, não se defende uma política de isolamento, cada vez menos possível, afastando elementos e capitais estrangeiros, cuja colaboração, dentro de regras normais, resultará benéfica, lialmente posta, mas, se tal nos pode interessar, assim, só nos deve preocupar emquanto possam existir condições mais favoráveis, de privilégio, de possibilidades de financiamento, por exemplo, que para nós só se darão, como as carecemos, quando, bem integrados nas nossas responsabilidades, rompermos com certos preconceitos sem base de sustentação.

A orientação que o Senhor General Nórton de Matos seguiu na vigência do seu Alto Comissariado em Angola — período verdadeiramente notável da nossa administração colonial, embora muitas das suas medidas, como êle próprio o dizia, não tivessem ainda todo o cunho de decisão definitiva, pois as considerava na secção da legislação de urgência, a manter ou não conforme a sua prática lhes provasse ou reprovasse eficiência para a obra serêna e definitiva das grandes realizações — é a êste, como a muitos outros respeitos, a que mais se nos impõe, não só em relação ao ponto de vista construtivo, de política interna e nacional mas, também, sob o ponto de vista externo, da política internacional de que tanto nos interessa fazer convencer e compartilhar.

Anda mal avisado, ou tem uma noção muito estreita das realidades, quem não reconhecer a primazia e excelência dos princípios contidos nos diplômas publicados sobre colonização e política indígena pelo Primeiro Alto Comissário da República em Angola, concordando não só com a índole do melhor espírito nacional mas, até, com a doutrina mais selecta dos que no estrangeiro pontificam, sem suspeição, sobre assuntos desta ordem.

Aquêle pensamento de Jurgot, proferido na Sorbonne, de que "les colonies sont comme les fruits qui, lorsqu'ils mûrissent se détachent de l'arbre qui les a portés", que lá por fóra vemos por vezes a confirmar-se, não tem ainda razões aplicáveis a Portugal, tanto bas-

tando para mais sentir a necessidade de activar o impulso da acção iniciada.

E... prosseguiremos, senhores das próprias qualidades, mantenedores dos direitos e prestígio conquistados que, se tantas vezes alguns esquecem outros honestamente nos destacam e defendem, com insuspeito espírito de justiça como, transcrito em magnífico artigo de Paulo Osório, no número



RODRIGO DE ABREU LIMA

especial sobre colonização da revista *Vu*, de I. Vogel, se transcreve do escritor e viajante francês, M. Joseph Blache, nos seguintes e expressivos termos: "Par l'Univers entier, la musicale et si belle langue de Camoens s'est étendue au cours des siècles, et l'on peu dire qu'elle est ainsi réellement devenue une *langue universelle*! En effet, et j'avoue que se ne fut pas un de mes moindres étonnements, qu'on fasse escale à l'un quelconque des ports du Pacifique ou de l'Atlantique, on y constate que, partout, on *entend* le portugais. Non seulement l'immense Brésil, crée par le Portugal, pays si vaste et si peu connu encore, mais encore toutes les Républiques sud-américaines, toute la Côte Occidentale d'Afrique, la Côte Orientale, également, l'Inde, l'Indochine, l'Annam (où les Portugais firent pénétrer l'alphabet latin), en un mot, partout où les voiliers portugais, si téméraires aux siècles passés, ont escalé, partout on a conservé (*on entend*) la langue portugaise, qui, au long de toutes les côtes, fut certainement autrefois la *langue geral*, langue universelle, je le répète. Cela n'a l'air de rien, mais c'est un symbole et comme le *reflet des couleurs portugaises qui s'enlèvent sur tout où elles ont flotté*. Malheureusement, cette constatation ne peut être faite par beaucoup, car pour la pouvoir faire, il faut voyager autour de la Planète! Mais, quel autre peuple se peut enorgueillir d'un fait semblable?"

E porque nem sempre estamos habituados a ser tratados com justiça, também esta transcrição não é de mais repeti-la como, ainda, o mês passado, em crónica brilhante,, modestamente oculto no pseudónimo de F. Mendes Pinto, num distinto colonialista o fazia num diário de Lisboa.

Nos certames com que o *mundo colonial* vem fazendo balanço às possibilidades e progressos das regiões conquistadas e em regime crescente de civilização, nas exposições que a Europa tem exibido nos últimos anos e de que Portugal vai também dar a sua prova dentro em poucos dias, *não rezam as crónicas* que nos tenhamos afirmado com menos capacidade e, até, cremos, convictamente, ir triunfar mais uma vez na Exposição Colonial Portuguesa onde, para tanto, basta aproveitar com inteligência os recursos que de longe vimos acumulando mas, por isso mesmo, a êsse esforço louvável e grande, não é dispensável juntar outros da

ordem dos que vimos proclamando e cuja necessidade resulta cada dia mais imperiosa.

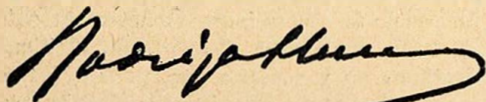
É, assim, que, sucessivamente, com demonstrações claras como as da Exposição, vamos quebrando aquêlê desconhecimento dos nossos maiores territórios que durante tantos anos foi possível alimentar e que a República decididamente começou a desfazer, entremos de acelerar aquela assistência esforçada para pôr em prática, quanto antes, uma política de valorização colonial como, duma maneira geral, cada qual com maior empenho, o estão fazendo todos quantos possuem colônias.

Vamos seguir por esse caminho?!

Assim é de esperar porque o problema não tem duas soluções e o momento não se compadéce com indecisões ou experiências demoradas, como, ainda, porque ninguém contestará que a Nação tenha a inteligência do momento, das responsabilidades e dos benefícios que lhe advêm da sua posição de potência colonial, estando, como sempre, predisposta para manter intacta e alta essa posição, conquistada através de séculos, numa luta de energias que outros não excederam e podem constituir o nosso maior orgulho.

Nunca, como agora, “colonizar, é pôr em valor a terra e os homens”...

Viana 14-6-34.



REVISTA MARTINS SARMENTO

Temos a gratíssima satisfação de registrar o recebimento desta conceituada publicação, órgão da benemérita *Sociedade Martins Sarmiento*, cujos numeros 1-4, relativos a Janeiro-Dezembro de 1933, constituem a brochura especialmente consagrada ao centenário do nascimento do seu venerável patrono, o sábio investigador vimaranense, Dr. Francisco Martins Sarmiento, cuja memória foi merecidamente exaltada assim como em relevo e salientada foi a sua obra de investigador, de antropologista e de arqueólogo, nos estabelecimentos do ensino secundário e universitário do país, e ainda em diversas instituições culturais, sendo de tódã a justiça destacar as homenagens promovidas pela Sociedade que tem por patrono o insígne e saudoso português, e, entre essas, a sessão soléne, durante a qual o ilustre Professor da Universidade do Pôrto, Sr. Dr. António Augusto Esteves Mendes Corrêa pronunciou uma notável conferência sôbre “Martins Sarmiento e a consciência nacional” e o laureado poeta António Corrêa de Oliveira declamou um mimoso e altíssimo poema de sua autoria, intitulado “*Como eu fui arqueólogo*, em que evoca inspiradamente a memória do sábio e do Mestre.

“Alma profunda, adivinhante e absorta
Que, de entre as pedras da Cidade-Morta,
Á fé que não engana

Te fizeste o Cronista

— O Fernão Lopes cismador e artista,

Da primitiva gente lusitana.”

CASA CRUZ

Rua Ramalho Ortigão, 26 e 28

Fones 2-155 e 2-3014

J. Teixeira de Carvalho & C.^{ia}

Importadores e Exportadores

GRANDE ESTABELECIMENTO DE PAPELARIA

Secções de Livraria, Desenho Escolar, Artigos Religiosos, Pintura Artística, Porta Retratos — Molduras estilos Luís XV e Renascença, Espelhos e Cristais — Vidraceiro

Depositária do esplendido material escolar marca Silhueta, Cadernos de Desenho Bordalo, Columbano, Escoteiro e Rafael

Variadíssimo sortimento de artigos para Escritório

Rua Ramalho Ortigão, 26 e 28

RIO DE JANEIRO

El-Rey de Massinga

(ESPECIAL)

PELO TENENTE MANUEL ANTÔNIO FERREIRA

SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO



M português illustre, Salvador Ribeiro de Sousa, em Guimarães nado, mas de altas aventuras necessitado, para acalmar seu espírito desejoso de emoções fortes e dar laios á sua superior inteligência e acêrto, meteu-se, no século XVI, reinando em Portugal D. Sebastião, a caminho da lendária Índia onde militou por longos e dilatados anos. Não satisfeito porém com as suas proezas mavórticas no Indústão, porque a sua índole de soldado ardoroso andava insatisfeita, atirou-se, alucinadamente, com audácia indômita, com uma melhor vontade de servir o seu Rei, mais para o Extrêmo-Oriente, onde foi, por um desses acasos da fortuna, que, só no longínquo e misterioso Oriente seria possível, aclamado Rei do Pegú.

Porém, como tantos outros homens que a sorte bafejou, tornou-se grande e falado por seus altos e reconhecidos merecimentos mas, mais tarde, como epílogo constrangedor, adejaram sobre êle as doloridas agruras da infelicidade que um mentecapto sem consciência nem pudor lhe proporcionou, por ter um espírito vaidoso e ambicioso de cabedais.

Quando Salvador Ribeiro de Sousa aportou a Sirião em 1600, na Birmânia, era grande a desavença que ia entre o Rei de Pegú e seu filho que não concordava com as crueldades inúmeras e desnecessárias feitas pelo caprichoso Rei, seu pai. O insigne minhoto foi encontrar todo aquele reino peguano em grande desordem. Os vizinhos de Tangü e Arakan auxiliavam o Rei peguano em seus propósitos. Também alguns portugueses, salientando-se entre eles Filipe de Brito Nicóte que exercia ali o cargo de vedor de Fazenda, estavam ao lado do cruel monarca do Pegú.

Salvador Ribeiro de Sousa, perspicaz, mas de boa conformação moral, viu logo a podridão que lavrava infrene entre tantas majestades birmanesas e o bom partido que podia tirar para a sua Pátria, se actuasse lésto e, bem, dentro do desasocego que alto lavrava em Sirião. E como o Brito Nicóte tivesse ido a pedido do Rei de Arakan, com uma embaixada ao reino de Tangü, com o encarrêgo de convencer o Rei Tangulez a entregar a parte de uma presa, como antes tinham entre si resolvido, por auxílio prestado quando da invasão dos siameses, aproveitou, Salvador Ribeiro de Sousa, esta azada ocasião, para se fortificar e levantar um insignificante reduto de madeira que seria início de mais altos cometimentos.

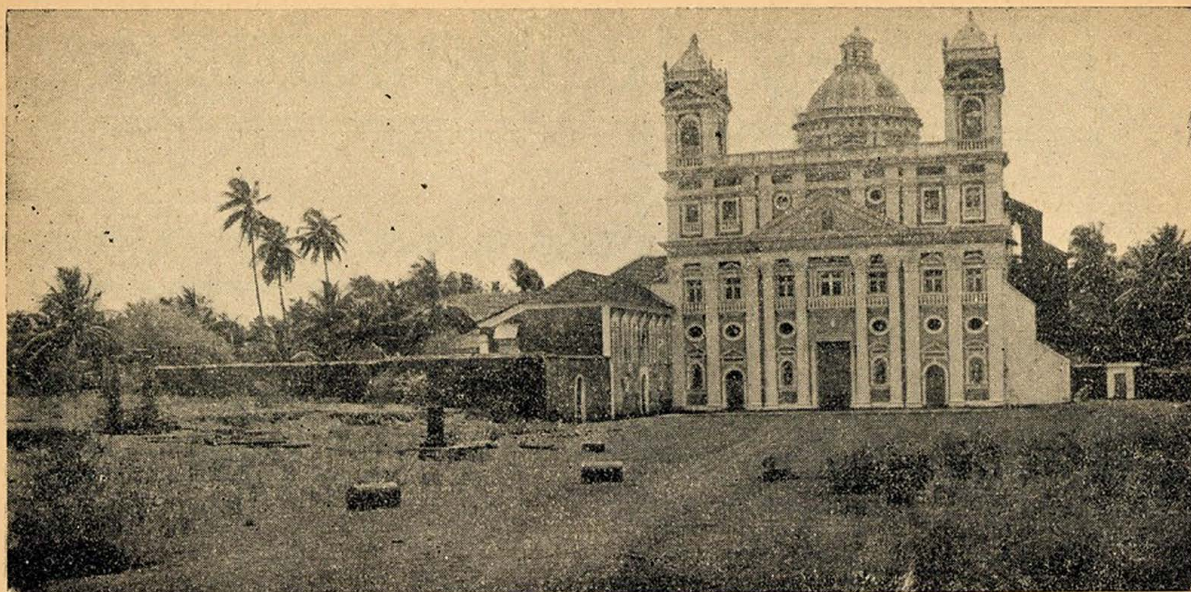
Não obstante estarem consigo só 30 portugueses, insignificante parcela de combatentes em tão longes terras, a quem não seria fácil receber socorro, tal arrojo de construção, tão grande audácia, apesar da onda alta do desvairamento que



TENENTE MANUEL ANTÔNIO FERREIRA

lavrava naqueles afastados lugares, que atentamente era observado por Salvador Ribeiro de Sousa, tudo isso, que tão dissimuladamente da banda portuguesa ia seguindo o caminho desejado, deu nas vistas, o que levou o Rei de Arakan a solicitar a ajuda aos de Prom, Banho-Dela e Banho-Láo para, na devida oportunidade, afoita e corajosamente irem contra o reduto português que arrariam, prendendo os portugueses que o tinham levantado, que tão arrogantes e ufanos já se mostravam.

Em obediência a pedido tão instantâneo de tão poderoso potentado, como o era o Rei de Arakan, o de Prom, na devida altura, aprontou suas hostes numerosas e aguerridas metendo-as em forte armada que rio abaixo vinham despreocupadas e na boa disposição de aniquilar a audácia portuguesa. Porém, tal intenção que dissimuladamente ia tendo a seqüência prevista pelo chefe português, foi prejudicada devido a tê-la sabido a tempo Salvador Ribeiro de Sousa, que, prevendo o perigo grande que se avizinhava, não se conteve e haurindo ânimo, em 3 velhos barcos que conseguiu atamancar foi contra o inimigo em apropriado lugar, surgindo de surpresa a armada do potentado Prom que, atônito e sem tempo, para se refazer do ines-



VELHA - GOA — IGREJA DE SÃO CAETANO. À ESQUERDA APARECE A ÚNICA RUÍNA
AINDA DE PÉ DO PALÁCIO DOS VIZOS - REIS.

perado ímpeto da gente lusa, rechaçou-o, pondo em fuga grande número de inimigos que na precipitação abandonaram 30 embarcações e 6 peças de artilharia.

A perda pelo lado dos portugueses foi apenas de 4 homens feridos!

O indomito Salvador Ribeiro de Sousa que se não deixou adormecer sobre os louros desta tão fácil vitória, porque não era crível que tantas testas coroadas se acobardassem perante o reduzido numero de portugueses, previu, para prestes um forte turbilhão de ferro e fogo, um embate duro e, aproveitando uma aparente e relativa acalmia que os preparativos do assanhado inimigo fazia prever longe e que também a vitória lhe trouxera, tratou, resolutamente de melhorar as condições do seu exígio fortim para, com vantagem, agüentar, até onde fôsse possível, o furacão destruidor que certamente viria.

Viu bem Salvador Ribeiro de Sousa que se a tempo se não prevenisse convenientemente seria por ele jugulado e depois, com sugestivas e inauditas barbaridades, viria, certamente, por tão cruel inimigo, a ser compensado de tamanha vontade de engrandecimento da sua Pátria.

Vinte dias são passados quando a tempestade ruge fêra e estrondosa parecendo que breve avassalaria Sirião e os poucos e ousados portugueses ali, na perspectiva de retumbante desaire.

Sobre a infinitamente pequena hoste lusa vinha uma avalanche formidável constituída de 10.000 homens frescos do rei Banha-Lão e ainda, com mais o refôrço importante do real Prom que para a empresa grandiosa havia sido prevenido. Mas, embora a luta se apresentasse gigantesca, de uma desigualdade extraordinária, que ainda o preocupou pelo complexo de selvática originalidade que da renhida pugna lhe adviria, se a não levasse a bom termo, isso não o entibiou. E com a prevenção que a tempo lhe chegou, por amigo seu, não se deixou enrodilhar, e nem á sua gente, que pasmava de tanta fleugma diante de tão colossal desigualdade de forças que não assustavam Salvador Ribeiro de Sousa, pois o cérebro privi-

legiado de tão alto chefe, rápido tinha engendrado um feliz ardil. Consistiu o estratagema, numa sortida noturna, inesperada no lado contrário; tão senhores estavam da sua homérica força, que, nem as vigias triviais levantaram. Isso, e mais pela rapidez com que foi levado a efeito e pelos estragos produzidos no arraial inimigo, trouxe, logo, como consequência imediata e salvadora á lusa gente, além de outras vantagens que fascinaram, a morte do próprio rei Banha-Lão que lhes proporcionou grande aura. Já reinava em Portugal um Filipe de Espanha, o que por-certo o ilustre minhoto ignorava.

O assombroso feito que tão insignificante força portuguesa produziu, influiu, poderosamente, em gentes de tão arreigadas superstições, para entrarem em caminho de submissão imediata, fazendo logo com que o rei de Prom mandasse um emissário ao intemerato **minhoto** que lhe mandou dizer que alheio a tudo se encontrava, porquanto o morto rei é que ardidamente andara tudo preparando, para juntar á sua, a corôa do reino de Pegú. E com os mesmos dissimulados e subtis propósitos, que a retumbante vitória como a voz forte do bronze ecoando de cêrro em cêrro ocasionara, também os ariscos reis de Jangomá e Tangú felicitaram despeitados e doloridos o heróico Salvador Ribeiro de Sousa, de quem queriam a amizade.

Sucedeu, com a morte do rei Banha-Lão, ter ficado o Pegú sem a majestade precisa, e tal acontecimento, como abertura iluminante em ambiente de equívocos, motivou degradante eclosão de ambições desmedidas por parte dos reis de Arakan, Prom, Siam, Ava, Tangú e Jangomá que todos, e cada um de per si, desejavam incorporar nos seus os territórios deste reino, sem cabeça corçada e dirigente. Mas, como o atroz egoísmo fôsse grande, a acôrdo não chegaram. A cobiça, a tantos potentados reunidos, escureceu-lhes a razão e o bom senso, e por isso, só revêses sofreram na sua estupenda brutalidade.

Assim, sucedeu, que quando um dos testas coroadas se resolvia invadir o reino peguano, sur-

gia logo o rei vizinho que tentava invadir o do incursionário que por isso abandonava a conquista, correndo rápido a acudir á invasão do seu território. Ora isto que era natural e sistemático desgaste de energias, concorria poderosamente para a dispersão de forças.

Tão extrema movimentação de homens que, de certo, os portugueses mais concitavam através de nativos esculcas que se lhes haviam afeiçoado, concorria, para corroer o moral indígena, em benefício seguro e desejado do vivo e astuto minhoto, que nascera com propensão para prodígios de tão surpreendente perfeição.

E enquanto as coisas assim se iam passando, um pouco de relativo sossêgo era possível aos portugueses que dele bem necessitavam, mas de que, no entanto, não abusavam por não confiarem demasiadamente nas cohortes inimigas em virtude da contenda brava que lavrava, e na qual todos os potentados vizinhos do Pegú estavam, com excepção do rei Banha-Dela que dela andava arredio e de quem, por isso mesmo, era lícito desconfiar, tanto mais que era sogro do morto rei Banha-Láo.

Afeito ás perfídias dos potentados asiáticos, Salvador Ribeiro de Sousa foi precavendo-se, mandando indagar cautelosamente dos propósitos do Banha-Dela, não lhe tendo sido difícil vir a apurar que muito em breve o teria na sua frente com um núcleo de 8.000 homens bem preparados para a luta como de facto succedeu, motivando até, tão grande hoste, uma defeecção que produziu insignificante mas ignóbil revolta que 11 infames portugueses levaram a efecito e a abandonarem tão excelente chefe com o pretexto pueril de mais não poderem, por causa das pesadas vigílias e manifestas privações! Gesto tão baixo e degradante, nefanda profanação do valor luso, por parte de tão indignos 11 portugueses que poderia culminar numa bacanal de sangue em que todos os portugueses seriam retalhados atrozmente em satânica e macabra orgia, desgostou e sossobrou profundamente o ânimo varonil de Salvador Ribeiro de Sousa, o qual, em transe tão mel'ndroso, tudo recalcou no fundo da sua alma boa, mostrando aos

valerosos e destemidos companheiros que o não abandonaram em tal emergência desgraçada, quão firme era a sua vontade de vencer!

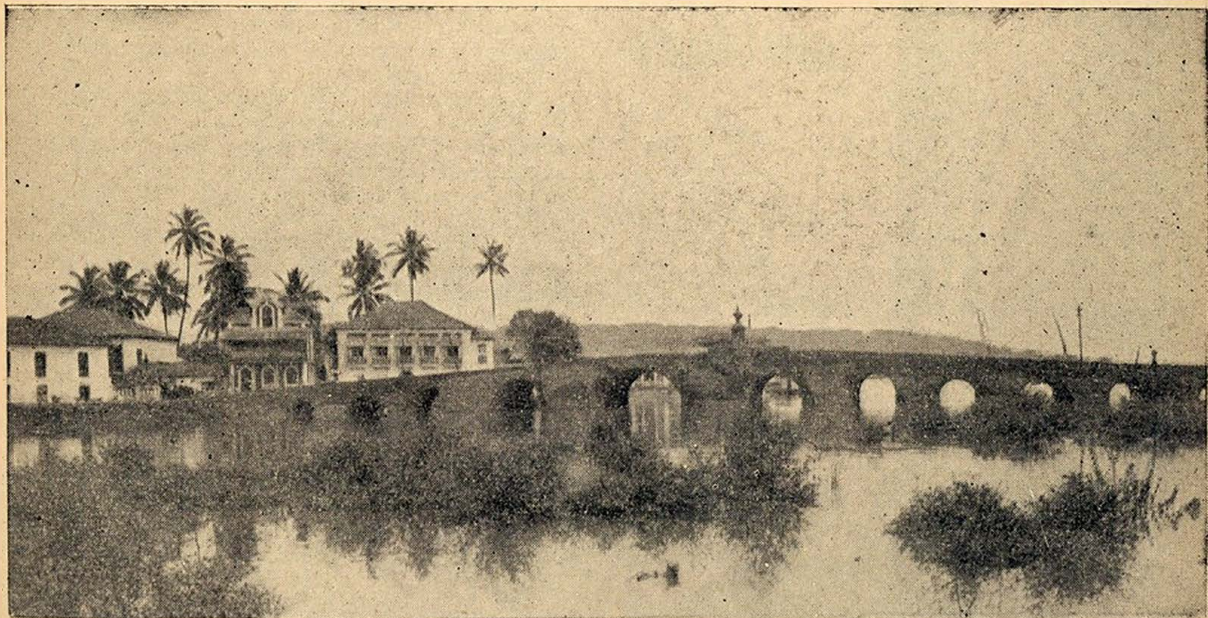
Mostrando-se então, para os encorajar e dar-lhes alma, impávido, firme, heróico. Frisou-lhes o quanto eles se alteariam e á gente portuguesa que ali, em terras da Indo-China, representavam, se vencessem a luta desigual mas homérica que estava iminente, e que não era desairoso se por tamanha avalanche de inimigos fôsem vencidos. Tais dizeres, animosamente expostos, só próprios dos grandes chefes, dos fortes que só concebem a vitória como coisa indispensável para bem gozarem a vida, caiu bem no ânimo dos poucos lusos, ali tão afastados de suas terras e de quaisquer socorros.

Oito longos meses de vigílias e preocupações grandes por que passou a guarnição de Sirião atazanaram fundo o espírito do nosso Herói, que cada vez mais se compenetrava de que o Deus da vitória o bafejaria e aos seus homens por ter uma fé inabalável no bem que aos povos daquelas longínquas terras adviria, se fôsse êle o vencedor.

E assim succedeu, pois que no findar de tão longa resistência e perseverança de tão apertado cêrco, entraram, como uma aleluia bendita, no pôrto de Sirião, uma nau e sete galeotas com gente lusa, o que proporcionou além de uma enormíssima alegria inebriante e naturalíssima, uma força de ataque de 800 homens, com os quais, em três colunas, logo Salvador Ribeiro de Sousa, investiu enérgico e resolutivo o campo inimigo repleto de forças numerosas!

Tal atitude, tamanho ímpeto, tão grande temeridade, seu obsidente desejo de todas as horas, ocasionou o malogro do cêrco e por conseguinte o levantar do arraial que tanto se havia prolongado.

Mas não foi tão depressa que a hoste de Banha-Dela não tivesse sofrido tremendo golpe na sua vaidade e suposta força, ficando desbaratada com gáudio dos portugueses e com admiração grande das salvas forças inimigas que recolheram a penates, cabisbaixas por tamanho é-saire. Pois



NOVA - GOA — PONTE LINHARES POR ONDE SE VAI PARA A CIDADE DE VELHA - GOA

este grande desastre, onde tantos sitiados ingloriamente sucumbiram, não convenceu Banha-Dela — agora pretendente á coroa de Pegú —, que, combinando-se com o rei de Massinga, resolvem, ambos, a todo o custo, em ousadia majestosa e apregoada acabar de vez com o forte português que tão prejudicial reconheciam ser ao seu prestígio de longos anos ali, e á sua hegemonia naquelas terras, agora na mão de portugueses. Prepararam cautelosamente, dentro do máximo sigilo — para maior ser o sucesso —, o ataque ao reduto português, onde a teimosia lusa se mostrava cada vez mais orgulhosa e firme.

Resolvido o assédio que foi preparado com entusiasmo e perfeição, ficou assente que Massinga atacaria por mar e Banha-Dela por terra. Não obstante o grande segredo que envolveu a forte coligação, Salvador Ribeiro de Sousa, astuto e inteligente, teve uma particularíssima e amiga prevenção, e isso lhe trouxe a vantagem de ser o primeiro a atacar, proporcionando-lhe essa circunstância, o vibrar um golpe vigoroso e certo que ocasionou retumbante vitória no rio de Nigum,

onde, na madrugada de 5 de Dezembro de 1602, foi surpreender a gente do rei de Massinga, junto a um pagode, onde fazia as suas orações, e que aturdida por tão inesperada e demoníaca aparição, perdeu a calma e por isso sofreu forte revés, tendo sido morto, o seu proprio rei e perdido todas as trazidas embarcações e artilharia.

Esta vitória de trágicos sucessos para os inimigos dos portugueses, e que ecoou estrondosamente em muitas léguas em redor, foi de prodigiosos efeitos e a confirmação plena do poder da gente portuguesa, a quem julgavam impregnada de satânicos designios, e ocasionou a retirada imediata do rei Banha-Dela para as suas terras, tão aterrorizado, que, não se julgando ainda ali suficientemente seguro, foi acolher-se ás do rei de Prom!

Terminada a cruenta luta e bem consolidado o domínio de Salvador Ribeiro de Sousa nas terras de Sirião, entrou, este extraordinário e criterioso português de antanho, numa nova fase de luta, a da captação das tribus, chamando, para isso, para junto de si, toda a gente a quem prometia a liberdade de trabalho e comércio, segurança e protecção e a mais ampla e imparcial distribuição de justiça.

Isso, e porque cumpria sempre com a palavra, o que dizia e prometia, valeu-lhe o ter em pouco tempo muitos milhares de moradores em sua volta e a fama de honrado e invencível. Tamanha ousadia e valimento despertou um extraordinário movimento de admiração na Asia. E por esta circunstância poderosa, concepção própria dos grandes cérebros, entrou logo a receber embaixadores que lhe vinham apresentar suas homenagens e pedir a sua amizade para os seus reis. E pouco depois, por se verificar que o autêntico rei de Pegú tinha sido morto pelo seu cunhado, o rei de Tangú, os peguanos gratos a tão sábio e extraordinário homem, orgulhosos de virem a possuir quem tantas e tão notáveis acções praticára, resolveram, em reunião magna, a que não faltaram ainda os nobres e o clero, aclamar Salvador Ribeiro de Sousa rei de Pegú com o pomposo título de "El-rei de Massinga".

A coroação do extraordinário minhoto, foi celebrada com as maiores provas de regosijo, com as mais ruidosas manifestações de apreço, tão alto era o conceito em que o tinham pelas suas primorosas qualidades.

Um contraste... Enquanto este português de lei e de sã conformação moral se esforçava por engrandecer a sua Pátria que muito queria, porque era por Portugal que tanto se esforçava, nunca tendo na mente honras nem riquezas que jámais ambicionou, ele que tantas podia ter auferido, um outro português que perigos ou privações não sentiu por de contendas andar arredio, em embaixadas rendosas, chamado Filipe de Brito Nicóte tomava o título de Rei! O vice-rei Aires de Saldanha, certamente, por informações malévolas e menos verdadeiras, supunha ser Nicóte o prestigioso conquistador de tão dilatadas e ricas terras e por assim o julgar muitas repetidas vezes o felicitou por tão grandes e belos empreendimentos, outorgando-lhe também para melhor se sentir na Birmânia e sua notabilidade, o título que de outro era pertença.

Salvador Ribeiro de Sousa teve á mão uma das cartas do vice-rei endereçada a Nicóte, por ao tempo este senhor andar ausente em longes terras.

E' de crer que o insigne e autêntico "El-rei de Massinga" se sentisse magoado por tão manifesta ingratidão do vice-rei em favor do Vedor de Fazenda.



**SOCIEDADE
INDUSTRIAL
DE TABACOS
DE ANGOLA,
LIMITADA**

—
(SÉDE EM LUANDA)

**Tabacos de
Grande Categoria**

—

- 1 Grande Prémio de Honra**
- 1 Grand-Prix**
- 1 Diploma de Honra**
(Acima da Medalha de Ouro)
- 1 Medalha de Ouro**

CARTONAGEM LUSO-AMERICANA L.^{DA}

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO

FÁBRICA DE VENTAROLAS

**LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA
ENVELOPES EM GERAL**

**RUA DOS INVÁLIDOS, 137 — TEL. 2-3815
RIO DE JANEIRO**

PARTE DOS CLICHÊS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43 — Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO

SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO

SÉDE:

Rua 13 de Maio, 33 - 5.º andar

Aberta diariamente, das 16 às 18 e das 20 às 22 horas

Revistas metropolitanas e coloniais

Jornais de Portugal e Brasil

Literatura Colonial

Jornais Coloniais

Fotografias

Estatísticas

Mapas

VISITAI A SUA SÉDE

SEGUROS

Não deixem de os fazer

Segurem a vossa casa
e evitem relações

Segurem o vosso automóvel, a vosso respeito e a respeito de
terceiros, e evitem anciedade

SEGUREM TUDO QUANTO CORRA RISCO
E FIQUEM SOSSEGADOS

E façam o seguro na

Norwich União Fire Insurance Society, Ltd.

FUNDADA EM 1797

Valores em 31 de Dezembro de 1926 :

£ 5.839:509

Protecção immediata obtem-se dirigindo-se
aos agentes

The Delagoa Bay Development Corporation, Ltd.

Capitania Buildings — LOURENÇO MARQUES

*A Sociedade está disposta a nomear agentes noutros pontos da
Provincia de Moçambique. Dirigir-se para esse fim*

à sede Box 128, Joanesburgo

Sociedade Comercial do Ambriz, Limitada

SCAL

Representações

Consignações

COMÉRCIO GERAL

Importação

Exportação

SEMPRE EM STOCK

Materiais de construção,
Vinhos, Azeites, Conservas, Tecidos,
Perfumarias, etc., etc.

SECÇÃO DE CONSTRUCCÕES

SOB A DIRECÇÃO DO ENGENHEIRO

ALMEIDA PEREIRA

LISBOA

LUANDA

LOBITO

R. de S. Julião 116, 2.º

C. Postal 94-Telef. 178

C. Postal 185

UNIÃO INDUSTRIAL ALGODOEIRA, LIMITADA

A maior organização de tecidos nacionais

FILIAL e DEPOSITO :

LOURENÇO MARQUES

Caixa Postal 844

TELEFONE 36

Rua Consiglieri Pedroso, 121

End. Telegrafico : «UNIODEIBA»

SÉDE:

Rua do Bomfim, 326

PORTO

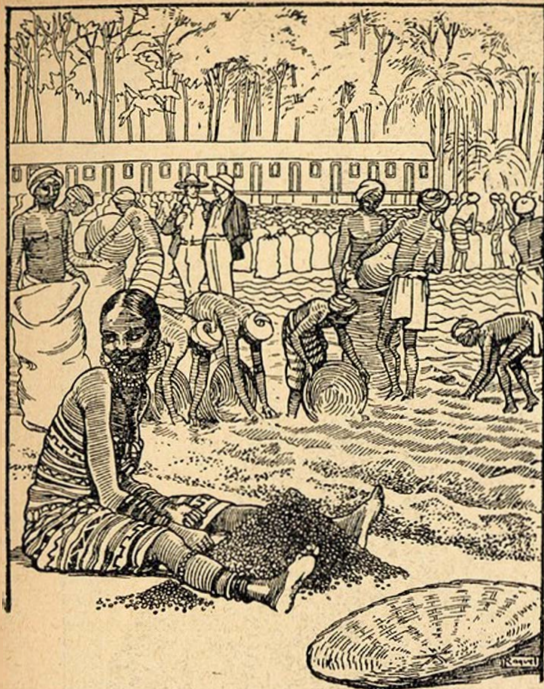
SUCURSAL EM

MOÇAMBIQUE

Caixa Postal 144

INHAMBANE — C. P. 92

Fabrico especial de tecidos para indigenas das
fabricas associadas: Bomfim — Areosa —
Portuense — Aliança — S. Roque — Francos
— Rio Tinto — Senhora da Hora — Ermezinde



Salvador Ribeiro de Sousa, não ousou porém manter-se no lugar que dignamente ocupava por direito de conquista e a contento dos povos que, por consenso unânime de todos, o elegeram seu chefe.

É que o seu carácter de perfeito cavalheiro não lhe permitia manter-se nas altas funções de rei do Pegú em desobediência às ordens dimanadas do lugar-tenente do rei de Portugal — o vice-rei da Índia — e, por isso, com um desinteresse inegalável, depois de investir nas funções de rei do Pegú a Filipe de Brito Nicóte, regressou na primeira nau a Portugal, não com honras ou com riquezas mas recheado de trabalhos, injustiças e ingratições!

Breve foi sentido o vácuo que deixara a saída do honrado português, porque o prestígio que Salvador Ribeiro de Sousa adquirira, enquanto rei do Pegú, a todos impondo justiça, a ninguém incomodando nem o permitindo a outrem, breve se esvaiu devido às crueldades e extorsões a êsmo que Nicóte cometia que estrondearam forte e longe e, por tal procedimento desumano e selvático, os ânimos foram-se exasperando.

Surgiu o grito de revolta contra os actos de Nicóte e, conseqüentemente, contra a sua pessoa. o que fez levantar o rei de Ava com 40.000 homens, atacando Sirião, onde Nicóte não poudo manter-se por falta de necessário auxílio de tropas para tão grande núcleo atacante.

E, sem a força moral e as qualidades guerreiras do seu antecessor, rendeu-se. Pensou ainda em fugir para se livrar da ferocidade do seu fortíssimo contendor que lhe não perdoaria tanto mal feito em tão pouco tempo.

Foi a cobiça insaciável que o perdeu!

O rei de Ava levou a sua vingança, ao ponto de vivo e empalado, com selvática e arripiante tortura, içar o Nicóte, em alto mastro que foi colocado em terreiro central e bem visível de todos, onde acabou seus dias, depois de três dias de tormentosos martírios!

Certamente, em tão impiedosa situação atroz, que deveras o afligiria, muitas vezes. Nicóte. pensou na sua falta de franqueza para com o vice-rei da Índia que o nomeou para tão alto cargo que não merecia nem conquistára, e lealdade para o verdadeiro herói. resultando desse procedimento velhaco que o seu espírito demoníaco e rapace transformou em tragédia ignóbil e nefasta, um prejuízo enorme a Portugal.

E em Portugal, a curtir seus males contraídos na Índia e no Pegú e sem meios, porque do Oriente regressou vazio de ambições e de riquezas, vivia o digno Salvador Ribeiro de Sousa, de quem os peguanos tinham grandes saudades!

Mas se em vida o ilustre Salvador Ribeiro de Sousa foi pouco afortunado, na morte, o corpo do lídimo guerreiro da epopeia oriental teve bom acolhimento como o evidência o cuidado túmulo existente no modesto convento de S. Francisco de Alenquer, onde na louza de cobertura, se leem estes dizeres que a sã alma da boa gente portuguesa lhe mandou gravar:

"Este capítulo e sepultura, he de Salvador Ribeiro de Sousa, comendador de Christo, natural de Guimaraens, a quem os naturais do Pegú elegerão por seu Rey."

Nova-Goa, Fevereiro de 1934.

Manuel Antonio Ferreira
C.F.

A. LUIS RIBEIRO

**Alcool e Aguardente
em grosso
Bebidas e Vinagres**

Analizados no Laboratorio Bromatológico

CERVEJAS

CAROTA E GLORIA

São as melhores

Agua de Cambuquira

Rua Pedro Américo, 27

TELEFONE 5-2314

RIO DE JANEIRO



O SR. CAPITÃO HENRIQUE GALVÃO, DIRECTOR DO CERTAME, MOSTRA AO SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS A TÍPICA ALDEIA LACUSTRE DA GUINÉ.

ANTES DE ABRIR A EXPOSIÇÃO... DA GUINÉ A TIMOR, SEM SAIR DO PALÁCIO DE CRISTAL

SESSENTA E TRÊS PRETOS E PRETAS DA MAIS PRÓXIMA E NOVE PARDOS
E PARDAS DA MAIS AFASTADA DAS COLÓNIAS DE PORTUGAL
JÁ DÃO AO RECINTO DO GRANDE CERTAME
O TOM COLORIDO E EXÓTICO DA
VIDA TROPICAL

(ESPECIAL)

POR HUGO ROCHA

ESCRITOR E JORNALISTA



EDITOR: Já se ouve o *batuque* no Palácio de Cristal. De dia e de noite, o *tam-tam* ceôa. E quem entrar no recinto que se está transformando, que está despindo, de certo modo, o vestuário europeu, para envergar o doutros continentes, o doutras latitudes, julgar-se-á transportado, súbito, ao sertão africano...

Ontem, a meio da tarde, para matar saudades, fui ao Palácio ver os pretos e buscar assunto para esta reportagem à margem do noticiário quotidiano. E a primeira impressão, forte, dominadora, absoluta, foi a de que entrara em pleno território colonial, de que saíra portanto, da metrópole...

Desde há poucos dias, sessenta e três pretos e pretas de Guiné fazem vida africana em pleno recinto da Exposição Colonial Portuguesa. *Fulas*, *bijagós*, *mandingas*, *balantas*. A melhor, a mais completa representação etnográfica que a Guiné, guarda-avançada de Portugal na África, podia enviar à metrópole.

Pronta para receber tão imensa embaixada, a aldeia da Guiné, que é a mais típica do certame, porque é lacustre como grande parte das aldeias da Guiné — sobretudo do arquipélago de Bijagós — e porque se situa entre uma paisagem admirável, não chegou, todavia, para acomodar todos os indígenas.

Houve que *dividir*, como soe dizer-se, o *mal pelas aldeias*. E, assim, no bosque, em sítio escuso, de aspecto tropical, novas *cubatas* houve que erguer. E fez-se nova *sanzala*. E vinte negros — dezoito homens e duas mulheres — de raça *fula*, passaram a habitar, ali, dando-se, também, a ilusão de que não estão no Porto, de que estão na Guiné...

*

Antes de visitar Mamadu-Sissé, *régulo* gentílico e oficial de segunda linha do Exército Português, que governa, espiritualmente, os sessenta e três pretos e pretas da Guiné, passamos pela segunda secção da embaixada negra.

E' à hora em que o pessoal da Exposição abandona o trabalho. Carpinteiros, pedreiros, trolhas, todo o mundo obreiro que está erguendo o maior certame português de todos os tempos, formam de sacola e abalam, contentes, caminho da casa.

Há, certo, operários que se demoram, que ficam trabalhando até mais tarde, porque o ritmo das obras exige rapidez, intensidade, esforço progressivo. Esses manejam, ainda, tranquilamente, a ferramenta. E rebatem pregos. E assentam tábuas. E pintam. E serram. E dão forma e corpo ao que, há semanas, não passava, quasi, de apontamento simples.

Arde uma fogueira no centro da *sanzala*. Uma dúzia de negros acorados, em derredor. Güarnecendo a vedação — entrada rigorosamente proibida aos profanos... — outra dúzia de curiosos, quasi todos rapazes que trabalham nas obras da Exposição.

Os *fulas* estão alheios ao que se passa no exterior.

A fogueira crepita. O arroz coze num recipiente vasto.

E um tambor esguio e longo, do tipo do *mocupiela* angolano, agüarda no chão de terra batida, as mãos negras que o saibam tanger...

Um preto alto e simpático, vestindo o *dolman* da tropa colonial e calças de cotim cinzento, acorre ao nosso chamamento. E' *Mony* — o jornalista não garante a pés juntos que se escreva assim — e tem, naquela *sanzala*, a importante missão do comando em chefe.

— *Mony*, ¿quais são as suas impressões disto tudo?

Mony, evidentemente aborrecido e nostálgico, mal esboça um sorriso amarelo.

— Terra muito *bom*, sim *sior*. Mas é, *mesmo*, muito frio!

— E' claro, a Guiné é mais quente...

— Pois é, *sior*. Aqui, muito frio...

— Ainda não chegou o verão. Quando viér, o frio vai embora... ¿Tem saudades da Guiné, *Mony*?

Mony estremece. Aconchega o *dolman* ao peito magro.

— Já queria voltar, *sior*. *Meu* terra faz falta. Muito bonito. Gosta muito do *meu* terra, *sior*...

— ¿Quantas mulheres há aqui, *Mony*?

— Dois, *sior*.

— ¿Casadas?

— Sim, *sior*.

— ¿Com quem?

— Comigo.

— E os outros, ¿também são casados?

— Sim, *sior*. Mulheres ficaram na Guiné.

A mulher de *Mony*, melhor: uma das mulheres, rapariga, belo negro luzidio, perpassa meigamente, a mão pequena sobre o crâneo doutro negro, moço forte, que dormita, reclinado no regaço dela.

— ¿Não tem ciúmes, *Mony*?

Num esgar imperceptível, *Mony* olha o grupo, que levaria qualquer metropolitano a um tiro ou ao divórcio, e objecta, calmo e filosófico:

— Não sabe o que é ciúme, *sior*...

Mony, que já sabe o que significa, modernamente, turismo, quer vender ao jornalista o direito de o fotografar, *in loco*, mas, como o *negócio* não pega, *Mony* saúda-nos, tristemente, e vai retomar o seu posto, junto do grupo que se acocóra em redor da fogueira, como em pleno sertão da Guiné...

*

Tomo o rumo da *ilha*, em frente ao Palácio. De caminho, embrenho-me, gozando o fim da tarde, a suavidade de maio a errar pelo ambiente, no bosque de arvoredo alto e denso.

Pérto do pavilhão de Macau e do pavilhão da Índia, logo acima do *Retiro do "Quissange"*, que duas grandes cabeças de negros decoram, à entrada, o bosque tem seu quê de tropical. Em certos pontos é mesmo, selva pura.

Das árvores, altas e frondosas, escorre uma luz verde apenubrada, impressionante...

Ocorre-me à memória um recanto de S. Tomé, à hora misteriosa do sol-pôr.

Súbito, uma fila de negros irrompe dum macisso mais copado. Langotim de pano em quasi todos. Algravia gentílica em tôdas as bocas. Olhos brilhantes, côr de café, destacando-se entre a penumbra da verdura forte.

E, então, chocado pela aparição, pergunto-me, confuso: ¿Mas, isto é a África, a autêntica, a *africana*, ou, muito simplesmente, o recinto da próxima Exposição Colonial, junto á Rua do Triunfo, portuense como as que o são?

Depois...

*

...Na ilha da Guiné, cujo acêso Moura Coutinho, gentilmente, me facultá, ciceronando o jornalista, pretos e pretas, *bijagós*, *mandingas*, *balantas*, descansam, conversam, fumam, questionam, batucam.

O cheiro é perfeitamente colonial. Do fundo das *cubatas*, olhos refulgentes como diamantes negros alvoroçam-se com a nossa curiosidade.

Num grupo, discutem, acaloradamente. E o *bijagó* espadaúdo que berra mais, rapa duma tira de correia e zurze e lombada admirável duma negra linda que barafusta, também.

¿Vai acender-se o conflito? Não. A preguiça equatorial domina todos os repentes.

Ela sorri, gargalha um riso cristalino, pondo à vista a dentadura alvíssima e perturbante... E êle acocóra-se, em frente duma palhota, pegando num tambor e tamborilando em ar de *batuque*...

Mamadu-Sissé impéra ali. A sua túnica magnífica domina o recinto pela côr e pela opulência.

Cá fóra, quando lhe tinha perguntado o que mais o impressionára, o bom Mamadu, que não desconhece a sua importância representativa, teve, apenas, esta frase de olímpico relêvo:

— Na Guiné fala-se muito na *Exposição. Portugal é muito grande!*

E entendeu, talvez, que, dizendo isto, disséra a última palavra.

*

Henrique Galvão, com um admirável sentido práctico do que deve ser a preparação do certame, não quer que os indígenas da Guiné estejam ociosos. Sendo, alguns deles, trabalhadores excelentes, o melhor sistema de os tornar úteis ao certame, enquanto as portas da Exposição não se abrirem ao público, era, evidentemente, empregá-los nas obras.

E assim, mal chegados, os negros começaram a faina, auxiliando os trabalhadores brancos que labutam, ali. Acarretam. Limpam. Auxiliam. Elas, enquanto os homens não perdem o seu tempo, estabelecem o *ménage*. Transportam lenha para as fogueiras, água para a cozinha. Ao fim da tarde, quando êles estão disponíveis, a ilha oferece o quadro mais completo da Guiné que possa conceber-se. Quasi todos vestindo — despindo será melhor dito... — à boa usança do sertão, êles estendem-se pelo chão, sobre as esteiras ou na terra dura. E elas, com uma paciência de Job, penteiam-nos, engorduram-nos, fázem das suas carapinhas baças um emaranhado inextrincável de fios embebidos de *lacula*, que parecem, pronto o toucado, barretes avermelhados e um tudo nada nojentos...

...Depois, o *batuque*. Horas seguidas, enquanto a multidão dos empregados e operários forma barreira compacta no *continente*, defesa como é a entrada na *ilha*, o *tam-tam* sôa entre as árvores, a que uma ou outra palmeira, refletindo-se no lago, dá o ar tropical...

E a algazarra do dialecto que ninguém entende, e as risadas sonoras, e o cheiro pronunciado a sertão, e aqueles corpos negros, nus e besuntados, que se agitam como se aquele fôsse o seu verdadeiro meio, dão, a quem olhar a cena e a considerar, atentamente, a sugestão completa, forte, dominadora, da África...

*

Vou visitar o *Quanza*, o leão que um caçador belga ofereceu, no Huambo, ao dr. Armindo Monteiro, ilustre Ministro das Colónias, e que, pequeno e grácil afaguei, também quando passei naquela cidade de Angola.

O *Quanza* está grande, forte, *leonino* a valer. Depois que veio para a sua jaula do Palácio, entre as dos leopards que o secretariam na presidência do pequeno zoo, fez-se um animal de respeito. Não parece o mesmo que o caçador belga trazia, pela mão, *menino e moço*, na praça vasta de Nova Lisboa. E' agora, um autêntico rei da selva...

...Nisto, passam, frente à jaula, duas negras nuas, bamboleantes, tropicais.

O *Quanza* deixa o seu marasmo e olha, fixamente, as negras que o fitam, estremecendo.

Exclamação dum branco surpreendido:

— Olha, aquilo é o cheiro da carne preta...

E o leão, enquanto as negras não lhe desaparecem da vista, parece devorá-las com os olhos.

Passados momentos, é um negro que passa. E o bicho, olhos ardendo, parece comê-lo, também.

¿ O que faria, se estivesse à solta?

— Desprezava os brancos e atirava-se ao preto. E' carne mais saborosa para o seu dente... explica, do lado, alguém que decifrou o mistério daquele olhar ardente, lançado por detrás da jaula...

*

Uma das coisas que, no recinto da Exposição, mais impressionaram Mamadu-Sissé e os indígenas do seu comando foi o elefante gigantesco que serve de remate da ala esquerda do Palácio.

O admirável trabalho de Armando Correia, moço escultor cuja arte teve o ensejo de, belamente, se evidenciar, ali, destaca-se, na sua côr prateada, sobre a fachada de *staff*, quasi concluída.

De longe, avista-se a estátua monumental daquele que é, verdadeiramente, pelo volume físico, pela majestade, o rei dos animais.

E, ao sol, que tem brilhado, êstes dias, com um fulgor quasi tropical, o vasto paquiderme ornamental rebrilha, como se fôsse de prata a sua epiderme pintada...

Os negros, considerando a grandeza do bicho simbólico, ôlham e tornam a olhar.

Abdullah, o príncipe, é, também, admirador entusiástico do elefante. Surpreenderam-lhe, a propósito, êste dito oportuno: *Elefante é amigo da Exposição. Está sempre, de guarda, ali...*

*

Depois dos indígenas da Guiné, os indígenas de Timor. Após a embaixada da Colônia mais próxima, a embaixada da Colônia mais afastada. Da África misteriosa à misteriosa Oceânia...

Sessenta e três pretos e pretas trabalham, passeiam, vivem, há poucos dias, no recinto da próxima Exposição. Os seus corpos, de puro ébano ou côr de chocolate, perpassam entre as palhotas da ilha minúscula, em que assenta a sua aldeia típica, tropical duma ponta à outra...

Quem entrar na Exposição logo os vê, logo os ouve, logo os sente...

Eles são, agora, por enquanto, o melhor, o verdadeiro *ex-libris* da Exposição, porque a sua indumentária exquisita ou o seu nu sertanejo aliciam os olhos mais refratários ao exotismo.

Desde ontem, porém, outros homens, outras mulheres de côr ocupam o seu povoado próprio, no recinto da Exposição. E êsses homens e suas mulheres, instalados em cabanas à moda da sua terra longínqua, vieram dar à Exposição um cunho exótico mais forte.

Pretos da Guiné e pardos de Timor. Portugueses doutras côres e doutras raças. Gente que representa, o melhor, o mais flagrantemente possível, a universalidade da Nação Portuguesa.

Infante

CASAS DA CRIANÇA

R. Ramalho Ortigão, 8/10

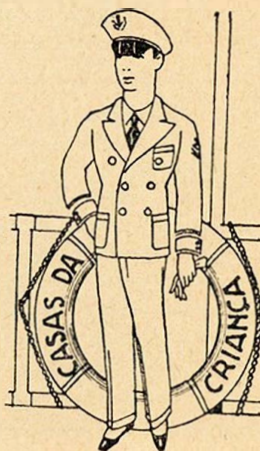
R. Sete de Setembro, 151/153



A moda
para inverno

Sargelin
marinho
com botões
prateados

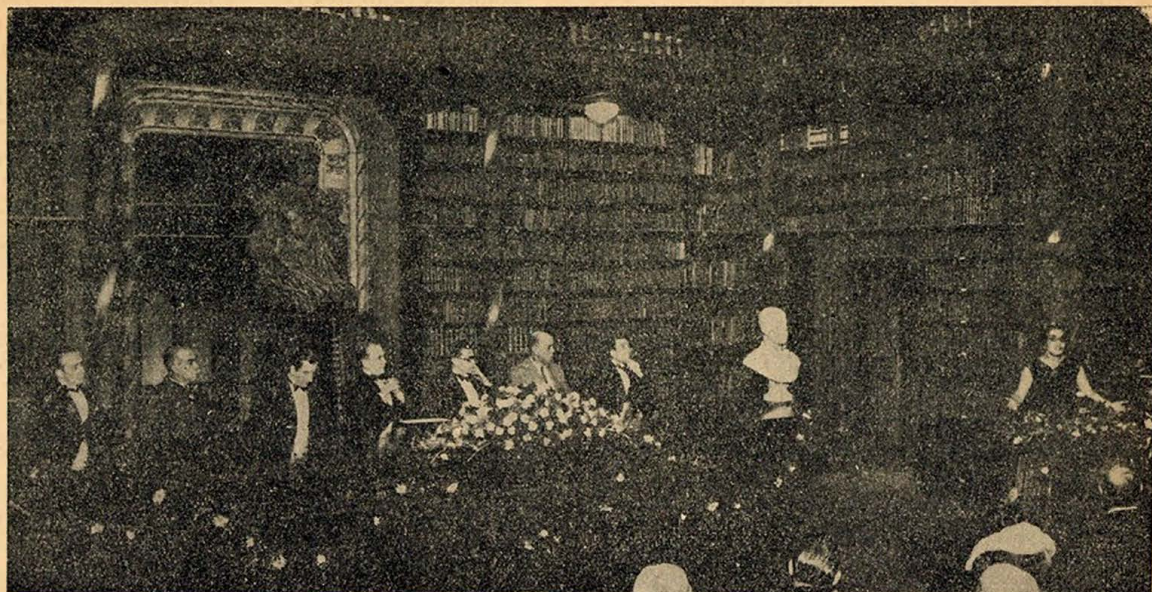
31\$



A moda
para inverno

Sargelin
marinho
com guarnição
dourada

45\$



A MESA QUE PRESIDIU À CERIMÓNIA

A solenidade comemorativa do quarto aniversário da “Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro”, realizada em 23 de Maio findo, no salão de festa do “Gabinete Português de Leitura”, constituiu mais uma vibrante e feliz demonstração de que o pan-lusitanismo não é uma pálida flor de estufa cultivada por lunáticos ou um vago anseio de espíritos primários, arrastados sem vontade nem destino certo pelo turbilhão dos nacionalismos alucinantes que assinalam a nossa época e que talvez não tardem a transformar-se em forcas caudinas para a humanidade... Não! o pan-lusitanismo é algo, é muito mais que isso, porque é um ideal alevantado e puro, pelo qual se bate um núcleo dia a dia mais forte e numeroso de patrióticas convictos e sinceros, que venêram acima de tudo e de todos o nome português, prestando fiel obediência à estirpe a que pertencem, cultuando a tradição como fonte de ensinamentos e respeitando suficientemente a sua inteligência para suportarem com resignação e paciência evangélicas, e que neste caso são também patrióticas, contrariedades injustificáveis, que pelo seu sabor amargo têm certa semelhança com aquele “prato” pouco apetitoso citado por Clemenceau... Mas olvidemos esses pequenos nada, essas insignificâncias que não contam, e rejubilêmo-nos com o triunfo dos ideais pan-lusitanos, — bandeira desfraldada há quatro anos por esta colectividade e que por ela se bate com abnegação e ardor no sentido de alcançar os seus alevantados objectivos: aproximar espiritual e fraternalmente, preparando um

clima propício à cordialidade e concorrendo para que se conheçam melhor e se estimem mais, todos os povos que se exprimem nesta “língua sonora e bela, eficaz para mover e doce para pronunciar”, — neste idioma que nunca foi um “túmulo do pensamento”, conforme insinuam plumitivos sem leitores, mas ainda que o fôsse ou tivesse sido, em brêve deixaria de o ser, porque, segundo o vaticínio insuspeito do sociólogo Carlos Gide, “aproximam-se os tempos em que a nossa

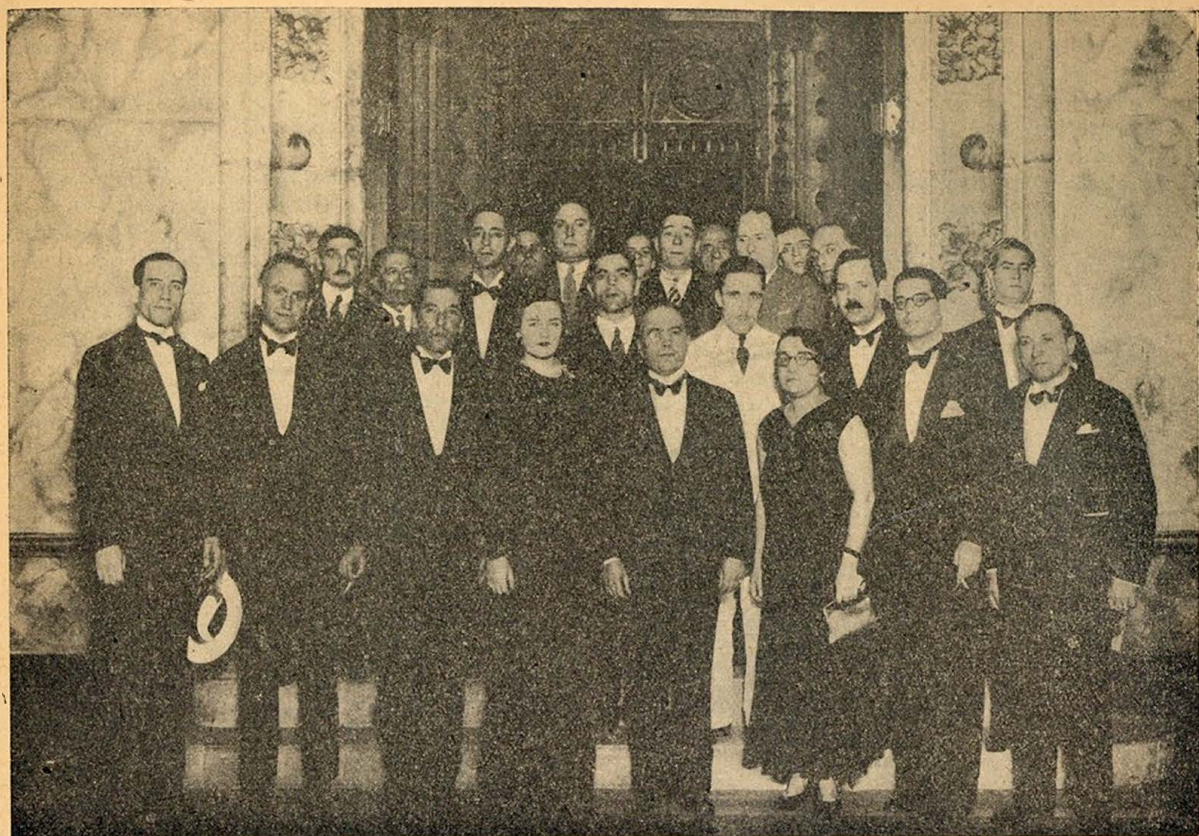
língua será falada por trezentos ou quatrocentos milhões de criaturas”

* * *

Como foi comemorado o 4.º aniversário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Quando S. Ex.^a o Consul Geral de Portugal, Sr. Dr. Francisco de Paula Brito Junior declarou aberta a sessão e concedeu a palavra ao Sr. Francisco das Dores Gonçalves, depois de haver assumido a presidência e

convidado para constituírem a mesa os Srs. Dr. Luís Norton de Matos, digníssimo consul-adjunto, Dr. Evaristo de Moraes, grande advogado e criminalista brasileiro, Alfredo Rebelo Nunes, digno representante da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, Francisco das Dores Gonçalves e António Amorim, o salão apresentava um aspecto imponente, quer pela qualidade, quer pelo numero da assistência, elegante e selecta, e que não escondia a ansiedade com que aguardava o momento de apreciar o formoso e pormenorizado estudo da Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, — a notável conferência acerca do “Esforço português em Angola,” “tapete mágico”, bizarro, colorido e animado, cujo desenrolar provou exuberantemente o que sempre foi a nossa acção



EM CIMA:—OS EX.^{mos} SRS. DRS. FRANCISCO DE PAULA BRITO E LUÍS NÓRTON DE MATOS, DIGNÍSSIMOS CÔNSULES GERAL E ADJUNTO DE PORTUGAL, EX.^{tas} SENHORAS NÓRTON DE MATOS E DR.^a FERNANDA DE BASTO CASIMIRO, ACOMPANHADOS PELA DIRECTORIA DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, À SAÍDA DO GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA.

EM BAIXO: — UM ASPECTO DA ASSISTÊNCIA.

enérgica e porfiada em terras de África, com especialidade em Angola, êsse “segundo Brasil” ou “terceiro Portugal”, na opinião do nosso ilustre e não menos ilustrado colaborador e seu antigo Alto Comissário, Sr. Coronel Vicente Ferreira:

“O mais vasto campo de expansão da actividade, da população e da civilização portuguesa; para além do presente, grande nação luso-africana perpetuando o nome, a língua e as tradições de Portugal nas terras do Ocidente africano que primeiro descobrimos.”

* * *

Começou o nosso presidente por saudar as autoridades e os demais presentes e por afirmar que não cometeria a imprudência de tecer o elogio e muito menos de fazer a apresentação da ilustre conferente e digníssima presidente da Assembléa Geral da “Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro,” Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, cujos dotes de inteligência e cultura todos os portugueses residentes nesta maravilhosa cidade admiram e respeitam. Em seguida expôs os motivos que levaram a Directoria a convidar tão distinta figura para inaugurar a série de conferências sobre o Ultramar Português a realizar-se até fins do corrente ano, concluindo o seu feliz improvisado com a leitura do officio que nesse mesmo instante recebêra do Sr. Vice-Consul de Portugal no Pará, e que transcrevemos para conhecimento dos nossos leitores:

“Tenho a satisfação de comunicar a V. Ex.^a para que o faça à Directoria dessa Sociedade, que presidi, na noite de 19 do corrente a uma brilhante reunião da Colónia na séde da Tuna Luso Comercial, onde o jornalista e professor Dr. Paulo Eleutério Álvares da Silva, brasileiro que se tem revelado prestimoso amigo de Portugal, realizou admirável e culta conferência sobre a actuação da nossa pátria como país colonizador, revelando, a quantos tiveram o prazer de ouvi-lo, o prestígio e os esforços da nossa obra da África, no Atlântico e no Indico.

A presente comunicação se impõe ao vosso conhecimento official por haver o Dr. Paulo Eleutério declarado em público que o seu trabalho fôra feito sob os estímulos de publicações coloniais portuguesas e principalmente do “Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro”, cuja colecção foi posta à sua disposição por êste Consulado.

Devo adiantar-vos que a reunião reflectiu verdadeiramente o pensamento e objectivos patrióticos dessa Sociedade, que se esforça tão nobremente pelos relêvos do Pan-lusitanismo, de que o Dr. Paulo Eleutério foi, talvez em todo o Norte do Brasil, o primeiro e decidido falgão, como jornalista e escritor brasileiro de cultura e merecimentos reconhecidos por várias associações científicas e literárias de que faz parte, inclusive o Gabinete Português de Leitura de Recife.

Por êste mesmo correio tenho enviado ao Exm.^o Sr. Embaixador recortes de jornais desta capital, em que há referência ao assunto e os quais de certo interessarão à vossa revista.

Fazendo-vos a presente comunicação, tenho por muito recomendado o nome do conferencista às atenções dessa Sociedade que, desse modo auspicioso, vê dilatada a sua propaganda no Extrêmo Norte do Brasil.”

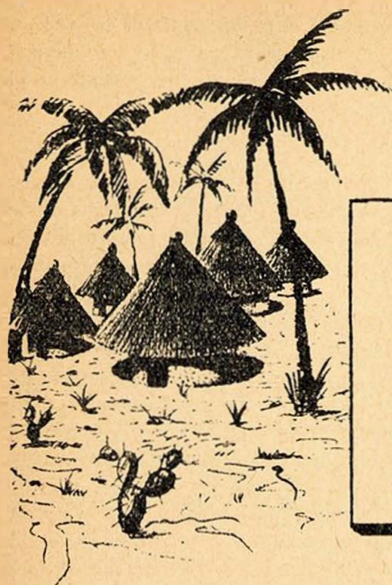
Chegou, então o momento de subir à tribuna a Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, a quem a distinta e numerosa assistência aplaudiu calorosamente, quer no começo, quer no epílogo do seu valioso trabalho, a respeito do qual colhemos do Sr. Dr. Evaristo de Moraes o seguinte depoimento: “foi o melhor trabalho que até hoje ouvi, feito por uma Senhora”.

Na realidade, a conferência sobre “O esforço português em Angola” foi qualquer coisa de notável, tanto pela fluência da linguagem como pela soma de ensinamentos que encerra, sentindo-nos devêras contentes ao dar aos nossos prezados associados e leitores a noticia de que tão formosa lição será publicada no suplemento em que reuniremos tôdas as conferências que sob o patrocínio desta colectividade realizadas durante o corrente ano.

Não quis o Exm.^o Sr. Dr. Francisco de Paula Brito limitar-se a encerrar a sessão nos termos do estilo: S. Ex.^a em palavras repassadas de vibrante amor pátrio, além de brilhantes e de fino recorte literário, saudou a ilustre conferencista pelo seu magnífico estudo, disse da sua simpatia pela “Sociedade Luso-Africana” e do seu apreço pela obra de exortação lusitana que a mesma vem executando, e ao qual reafirmava a sua solidariedade, — terminando por garantir com absoluta convicção de que Portugal não admitirá nenhum atentado contra as suas províncias ultramarinas, pois se tal viesse a acontecer, tôda a Nação se ergueria como um só bloco para defender em todos os campos o património sagrado que nos legaram os nossos antepassados, de modo a podermos legá-los, intangíveis e valorizados, às gerações vindouras, — aos continuadores do espírito lusitano no Mundo.

...E então poderá ter mais extensa realidade de que eu já vi algures no Planalto, aquele sonho contado por Capelo e Ivens no seu relatório “DE ANGOLA A CONTRA-COSTA” ao percorrerem a parte central do Planalto da Huila: “Belos são também os dias nesta época — a da estiagem. — Iluminados pelo sol, que, em todo o seu brilho, esparge, em atmosfera límpida como o cristal, milhares de fulgurantes raios, lembram ao viandante quão feliz será quem de futuro aí residir, quando pela frescura matutina, contemplar das varandas dos pequenos chalets, os seus campos dourados pelo amadurecido trigo, os frondosos pomares vergando com os frutos, as longas avenidas ladeadas de sicómoros; quando enfim ao rosto negro do indígena, e o seu vulto desnudado, se substituir a rubicunda face, os louros cabelos, a figura graciosa da jovem europeia que o viajante surpreenderá fugindo envolta na sua “matiné” e sobraçada de ramos de rosas.”

Tenente-Coronel José Ribeiro da Costa Junior



PANORAMA

MOVIMENTO PRÓ-COLÓNIAS

Foi das corporações económicas da cidade do Pôrto — activas colmeias de labor incessante — que surgiu a idéa e ganhou corpo a realização da primeira Exposição Colonial Portuguesa, — o extraordinário acontecimento que com tamanho luzimento a Nação célebra e do qual nem um só português deixa de orgulhar-se e sentir-se feliz.

E' necessário, por conseguinte, que todos saibam a quem devem esta hora alta de deslumbramento, essa magnífica e oportuna lição do que fizemos e do que somos capazes de fazer em matéria de colonização e administração ultramarina, sendo de elementar justiça recordar, — a par do esforço inteligente e superior a todos os encômios dos Srs. Capitão Henrique Galvão e João Mimoso Moreira, cujo espírito organizador e dinâmico todos reconhecem com o mais caloroso louvor e nós deste lado do Atlântico saudamos efusivamente — a coadjuvação esforçada e patriótica dos restantes membros da respectiva Comissão Organizadora, senhores:

António de Oliveira Cález, presidente: António F. Domingues de Freitas, engenheiro Francisco Xavier Esteves, dr. António Jorge Coutinho Lemos Ferreira, tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, Ricardo Spratley, Manuel Caetano de Oliveira e Jorge Viterbo Ferreira, vogais efectivos: capitão Fernando Brandão, Eduardo Lopes e Henrique de Castro Lopes, adjuntos, a quem a SOCIEDADE LUTO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO também rende as homenagens a que têm jús.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ALTA CULTURA

Acontecimento preponderante por muitos factores na vida das relações espirituais e mentais entre Portugal e Brasil, foi, sem dúvida, a fundação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, cujo acto inaugural, realizado em 10 de Junho — o Dia de Camões — no recinto austero do Gabinete Português de Leitura — o soleníssimo Solar da Raça — se revestiu de gala e brilho excep-

cionais, conquistando fóros inéditos de imponência e pergaminhos honrosos de rara solenidade, já pela figura insígne que presidiu à cerimónia, Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Vargas, eminente chefe do Governo da Nação Brasileira; já pelo cientista ilustre e laureado em todos os círculos universitários e culturais do Velho e Novo-Mundo, o Sr. Doutor António Augusto Esteves Mendes Correia, personalidade irradiante de professor e homem de letras, convidado especialmente para vir ao Brasil inaugurar com as suas magistrais lições os cursos do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, — essa dominante aspiração dos portugueses do Brasil, entre os quais não faltou quem, dando seguras demonstrações de arraigado amor pátrio, concorrêsse generosamente com o seu decidido apoio material para que se transformasse na sedutora realidade que todos temos agora a ventura de aplaudir, êsse seu já antigo e louvável anelo.

* * *

Além dos Srs. Dr. Candido de Oliveira Filho, reitor da Universidade do Rio de Janeiro e presidente efectivo do Instituto recém-inaugurado; Embaixador do Governo de Portugal; Embaixador Cavalcanti de Lacerda, Ministro das Relações Exteriores; Dr. Pedro Ernesto, Interventor no Distrito Federal; Dr. Mendes Correia, catedrático de Antropologia da Universidade do Pôrto; e Dr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, viam-se em grande profusão: diplomatas, membros da Academia de Letras, médicos, cientistas, professores e muitos outros elementos de relêvo social, cujas palmas aos oradores e notadamente ao eminente Sr. Dr. Getúlio Vargas, ilustre e digníssimo chefe do Governo Brasileiro, se confundiram com os aplausos da assistência que enchia literalmente as galerias e o salão do Gabinete Português de Leitura.

Uma louvável iniciativa da Casa de Portugal—o Hospital para Tuberculosos

O problema da assistência social e hospitalar aos portugueses desvalídos, tão complexo em suas linhas como dispendioso, traz desde longa data seriamente preocupadas tôdas as colectividades lusitanas de caridade e beneficência e muitas das mais destacadas figuras na vida associativa da colónia portuguesa, porque a sua solução se está transformando numa necessidade imperiosa, não apenas de solidariedade patriótica

mas também de humanitarismo afectivo por esses desventurados patricios que por aí arrastam os seus lamentos e as suas tristes amarguras, caídos, esmagados e vencidos no campo da luta pela vida, que, mais e mais, se parece com uma arena ou a pista de um circo romano, — atroz e cruel.

Por consequência, tôdas as iniciativas, individuais ou colectivas, que tenham por escopo enxugar lágrimas, minorar padecimentos e dulcificar o amargo e pungente viver de quantos a desgraça colheu em suas malhas insidiosas ou em suas garras aduncas. merecem o nosso espontâneo e caloroso aplauso porque nada mais digno nem grato aos corações bem formados do que exaltar e aplaudir quaisquer actos de benemerência que correspondam áqueles objectivos, e não é outro o fim da iniciativa da *Casa de Portugal*, por sugestão dos seus abnegados directores, Srs. Amadeu de Andrade e Dr. Ernesto de Sousa, respectivamente vice-presidente e secretário, e nossos dignos consócios, pugnando com ardor e tenacidade para que seja construído um hospital destinado aos portugueses atacados pela tuberculose, — a terrível peste branca que não perdôa e que tantos milhares de vidas tem roubado a humanidade.

A minha concepção do Império Português

E' com o mais vivo regosijo e com a mais justificado orgulho que registamos o facto de ter sido transcrito, em parte, pelo "*African World*", de Londres e "*Diario de Lisboa*", e, na íntegra, pelos jornais "*A Província de Angola*", "*O Mossamedes*" e "*Moçambique*", o notável artigo escrito especialmente para o sexto número deste *Boletim* pelo nosso insigne Sócio-honorário Sr. General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, com quem por tal motivo, nos congratulamos e felicitamos respeitosamente.

Oiro em Moçambique

Em virtude do Govêrno da Africa Oriental Portuguesa ter sido informado de que em alguns pontos ao longo da nova linha do Caminho de Ferro de Moçambique foram encontrados indícios da existência de algumas espécies de minérios ricos, inclusive de oiro, foi nomeado o engenheiro Sr. Silva Pinto, da Repartição de Minas da mencionada Província, para proceder aos necessários estudos e às indispensáveis pesquisas.

A Semana Camoneada em S. Paulo

Organizada pelo esforçado "Centro Republicano Português de São Paulo", em colaboração com as "Escolas Portuguesas," realizou-se em Junho, no coração da gloriosa terra piratininga — a cidade de São Paulo, fulcro deslumbrante da intrépida terra das bandeiras — a *Semana Portuguesa ou Camoneana*, que tanto brilho alcançou, principalmente por ter contado com a colaboração eficientíssima de Ricardo Sevéro, Carlos Malheiros Dias, Marques da Cruz e Professor A. M. Guerreiro, em cujas conferências, exaltando a memória e a personalidade de Camões, cantaram as inalteráveis e superiores virtudes da Raça.

TAPEÇARIA BRASIL

AV. PASSOS, 106 TEL. 4-0555

INSTALAÇÕES MODERNAS INTERIORES

**PROJECTOS E ORÇAMENTOS
DE INSTALAÇÕES DE CASAS,
APPARTAMENTOS ou DEPENDENCIAS**

**CORTINAS,
STORES E
ARTIGOS PARA
ARMADORES E
ESTOFADORES**

O MELHOR ARTIGO PELO MENOR PREÇO



NOTÍCIAS

A RESTAURAÇÃO DE ANGOLA

Por dois motivos muito especiais, o dia 15 de Agosto, — a gloriosa efeméride que recorda no calendário dos fastos nacionais, a restauração da província de Angola e conseqüente expulsão dos holandeses da cidade de Luanda, — nos merecia particular e carinhosa simpatia.

— Quais eram esses motivos?

Certamente que todos que nos têm os conhecem; mas, mesmo assim, não achamos ocioso divulgá-los uma vez mais.

Os motivos dessa nossa simpatia filiam-se no facto de ter sido aquela memorável proeza histórica, executada com inexcusável bravura e coragem por uma esquadra que de aqui zarpára sob o comando do intermunicado almirante do mar do sul e austero governador Salvador Correia de Sá, depois de, por espontâneo concurso da população carioca, aumentado o seu poder bélico, em homens e armas, e acrescido o número das suas naus, cujas quilhas sulcaram a superfície tranqüila das águas azúes da formosa Guanabara; e porque foi nessa data — em 15 de Agosto de 1930 — que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO fez a sua apresentação ao público, ao mesmo tempo que inaugurou a comemoração — repetida anualmente desde então — desse sublime e arrojado feito, que garantiu a Portugal a posse da sua maior província ultramarina.

Mas, se como dissémos, dois motivos havia para explicar a nossa simpatia por tal data, de agora em diante há um terceiro a prender-nos ainda mais a essa efeméride de comunhão fraternal para brasileiros e portugueses: é que, a 15 de Agosto de corrente ano, o orador da festa comemorativa da 286.ª aniversária da reconquista de Luanda, será o brilhante causídico brasileiro e mui ilustrado historiador de “A escravidão africana no Brasil”, Sr. Dr. Evaristo de Moraes, que, com comovedora espontaneidade, se dignou honrar-nos, acedendo do melhor grado ao nosso convite.

CARTILHA COLONIAL

Vamos dar aos nossos dedicados associados e prezados leitores uma nova excelente e alviçareira: já temos em nosso poder o original da “Cartilha Colonial” da autoria de insigne poeta e prosador, Sr. Capitão Augusto Casimiro, e que a SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO se propõe editar para ser distribuída pelas escolas do Império Português — da Europa, da África, da Ásia, da Oceania.

Assim como não podemos reter para mais adiante tão grata notícia, também guardar só para nós não podemos — se fizéssemos o contrário, a consciência acusar-nos-ia para sempre — as palavras que a seguir respigamos de uma carta do seu ilustre autor, e para os quais chamamos a atenção daqueles bons e honrados cidadãos que acompanham e séguem com viva simpatia a trajetória do nosso esforço puro e desinteressado, de prêmio vil não movido...

“Quero fazer um livro, que seja da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, da Colónia Portuguesa no Brasil, do Augusto

Casimiro, do melhor que em nós está ao serviço de Portugal, — escrito e realizado em termos que possam comungar, aplaudir todos os portugueses fieis, — sem que uma nota, divergente ou sectária, fira ou diminua o sentido cristão e *lusiada* do nosso esforço histórico, sem outra tendência além da religiosa, cívica tendência do nosso humano e sereno orgulho em frente do passado e do nosso entusiasmo fervoroso e voluntário, consciente, entusiástico e disciplinado em frente do futuro essencial”.

INTERCAMBIO ESCOLAR

Continua em pleno desenvolvimento o intercâmbio escolar inter-colegiais de Portugal, Brasil e Províncias Ultramarinas, levado a efeito, no Brasil, pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro em colaboração com a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Esta nova modalidade de aproximação pan-lusitana, de que esta Sociedade tanto se orgulha de ter implantado no Brasil, tem merecido de sua directoria o mais franco e decidido apoio.

— Foi nomeada uma comissão composta de três directores para tratar do intercâmbio escolar.

— Durante o mês de Junho foram recebidas pela secretaria desta coletividade 145 missivas, provenientes das seguintes localidades:

DE PORTUGAL

Lisboa.....	25
Figueira da Fóz.....	1
Vila Viçosa.....	10
Sesimbra.....	71
Odivelas.....	22
Lorigo.....	2
Loredó.....	1
Ponta Delgada.....	1

DO BRASIL

São Paulo.....	12
----------------	----

Total..... 145

— Estamos informados de que, directamente, têm sido expedidas diversas cartas, isto é, os colegiais do Brasil e Portugal correspondem-se entre si.



Café Paulista
TORREFAÇÃO E MOAGEM
Soares Pinheiro & Cia.
RUA DA CONSTITUIÇÃO, 23A - Telef. 2-0836
RIO DE JANEIRO
ANALISE DE QUALIDADE

**TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA**

NOVIDADES LITERÁRIAS

No próximo número voltaremos a inserir tôdas as nossas habituais secções, algumas suprimidas agora pelo facto de se tratar de uma edição especial. Dêste modo, reiniciaremos a secção de "Novidades Literárias" com os nossos comentários sobre os livros "*Psicologia de Portugal*", por Osório de Oliveira; "*À roda do bатуque*", por Luís Teixeira; "*De que Espírito somos*", pelo Pe. Alves Correia; "*Cartilha Colonial*", por Albano Alberto de Mira Saraiva e Coronel Carlos de Roma Machado; "*Problemas do Século XX*", por F. Alves de Azevedo.

CENTRO TRASMONTANO

A Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, desejava de testemunhar a sua grande admiração pelo desenvolvimento do *Centro Trasmontano*, visitou recentemente a nova sede dessa simpática instituição regionalista, onde foi acolhida com cativantes e fidalgas demonstrações de simpatia e onde mais uma vez ficou assinalado o forte vínculo de solidariedade pan-lusitana que sempre uniu estas duas colectividades, cujos objectivos se identificam e que o carácter regionalista de uma e o programa nacional da outra, longe de cavarem trincheiras, antes aplainam o terreno que as duas terão de palmilhar ao serviço da Lusitanidade, por isso que, o *Centro Trasmontano*, sem prejuízo do seu culto por tudo que diz respeito à província nortenha e austera que se fica *para lá do Marão*, sempre soube colocar acima da *pátria-região* a *Pátria-Nação* — realidade geográfica e potencial de energias estuantes que ainda hoje se acham repartidos por quatro dos cinco continentes.

Recebida carinhosamente e convidada em seguida a passar à sala das sessões onde se achavam reunidos todos os membros dos corpos directivos do *Centro Trasmontano*, sob a presidência do Sr. Manuel Joaquim Teixeira, foram, então, suspensos os trabalhos em curso e servido um *Pôrto de honra*, durante o qual foram trocados calorosos brindes entre a Exm.^a Sr.^a Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, distinta presidenta da Assembléa Geral desta colectividade e figura de justificado relêvo no seio dos trasmontanos, que disse do seu contentamento pela simpatia que se votam as duas colectividades a que se orgulha de pertencer; o Sr. António Silvano, esforçado secretário daquele centro regional, agradecendo a visita e louvando os serviços prestados pela SOCIEDADE LUSO AFRICANA com a sua propaganda eficiente e activa em prol do pan-lusitanismo; e o Sr. Francisco das Dores Gonçalves, que principiou por felicitar o *Centro Trasmontano* pelas suas novas instalações, que são um índice seguro da sua prosperidade e do zelo dos seus abnegados dirigentes. Em seguida traduziu em palavras cheias de fé a simpatia com que, não só elle, mas todos os componentes da colectividade a que preside, aplaudem a "Campanha prósede social" que no momento empolga a numerosa colmeia trasmontana, — campanha que não é uma esperança, porque já é uma realidade que se não desfaz, uma aspiração que mal foi botão, porque foi logo flor... E por último referiu-se a nobilíssima orientação seguida pelo *Centro Trasmontano*, o qual, sem esquecer o conceito de Ortega y Gasset, de que *sólo bajo la especie de región influye*

la tierra sobre el hombre ou esta não menos eloquente afirmativa de Anatole France, de que *um homem não é nada, quando não é o produto da sua terra*, não se deixava, contudo, embalar com a teoria dos mais arrojados paladinos do Regionalismo, como João Verde, formoso espírito e delicado poeta, "o feliz precursor do movimento nacionalista de Entre-Minho-e-Lima", segundo que já em 1914, escrevia: "Primeiro que da minha pátria, eu sou da minha região. O francês refêre-se-lhe — *mon pays*; o espanhol refêre-se-lhe — *mi país*; não é a França, não é a Espanha, — é a sua terra, o seu país. *Paisan* ou *pai-sano*, são expressões gentílicas de conterrâneos, dos mesmos sítios, da mesma terra". Teoria sugestiva, até certo ponto justificável e até louvável em muitos casos, desde que proclamada adentro das fronteiras da Pátria (como estímulo às energias locais e matriz e coudo das peregrinas e remotas tradições portuguesas — nas artes na música, no folclore, na indumentária, etc. — que é mistér salvar e defender sem demora da invasão subversiva do cosmopolitismo avassalante dos nossos dias) mas sem recomendações de peso quando tem por campo experimental terras estranhas, embora irmãs e amigas, e amplas demais para se cultuar, enaltecer e louvar outra coisa que não seja PORTUGAL. No *Centro Trasmontano* todos os portugueses, por isso mesmo, se sentem bem, aquecidos pelo calor de um fogo sagrado e crepitante, subindo em labaredas altas, que a todos os lusíadas do mesmo modo ilumina, acalenta e conforta: o amor da pátria.

Eis pelo que entendo que ao Govêrno e às classes dirigentes da Me-rópole como à Imprensa ultramarina e aos muitos valores de direcção que, já hoje, se afirmam brilhantemente no Ultramar, pensando, escrevendo e agindo, com compreensão dos seus deveres cívicos e da alta missão política que não deixou ainda de estar-nos incumbida, cumpre olhar, com atenção e reconhecimento, para a acção da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, fortalecê-la por tôdas as formas, contribuindo para que o seu "BOLETIM" se mantenha, progrida e brilhe; para que se multipliquem as suas conferências e comunicados à imprensa brasileira e à portuguesa do Brasil; e para que tenham a maior e mais eficaz amplitude os seus esforços de revelação do progresso do Brasil às nossas colónias e do desenvolvimento das nossas colónias ao Brasil.

O esforço que se fizer nesse sentido — e é urgente que se faça um grande e consciente esforço, — representará não só o reconhecimento dos altos e patrióticos objectivos da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA mas o início de uma política de relações entre as nossas colónias de território e os nossos núcleos sem bandeira que será um contributo importantíssimo para uma verdadeira unidade moral da Nação, mais do que nunca reclamada para se afirmar e aproveitar devidamente, no singular momento internacional que decorre.

NUNO SIMÕES

In-Notícias, de Lourenço Marques, 16-I-334

BIBLIOTECA

Registraram-se, durante o trimestre expirante, as seguintes ofertas:

FLORILEGIOPOR João Maria Ferreira, oferta do seu autor.

NATURA — idem.

CANTIGAS — idem.

CREPUSCULOS — idem.

CRONICAS DE VIAGEM — idem.

AQUELE CHOUPÓ ISOLADO — idem.

OS MEUS LIVROS DE ORAÇÕES — idem.

PÁTRIA PORTUGUESA — idem.

PRÍNCIPE DE MARTÍRIO — idem.

PÁGINAS DE ALBUM — idem.

DE QUE ESPÍRITO SOMOS? — por J. Alves Correia, oferta do seu autor.

NA RODA DO BATUQUE — por Luís Teixeira, oferta do autor.

CRISTOVÃO COLOMBO — por Alfredo Pinto (Sacavém) oferta do autor.

JOÃO DE DEUS NA INSPIRAÇÃO MUSICAL — idem.

O HOMEM QUE MATOU A PRETA — por Manoel de Seixas, oferta do autor.

FRONTEIROS DE PORTUGAL — por Joaquim Freire, oferta do autor.

POEMAS DE ONTEM E DE HOJE — por Mário Vilalva, oferta do autor.

FAGUNDES VARELA — idem.

O BRASIL EM FACE DO PRATA — por Gustavo Barroso, oferta do Sr. Joaquim Monteiro.

LITERATURA INDO PORTUGUESA. — por Vicente de Bragança Cunha, idem.

Boletim da Direcção dos Serviços de Agricultura e Comércio — Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau — Boletim Comercial — Boletim do Instituto Vasco da Gama (Nova Goa) — Boletim dos serviços de Estatística (Angola) — Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio (S. Paulo) — Boletim Oficial (de todas as Províncias Ultramarinas) Boletim da Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria do Pará.

Revista Militar — Revista de Administração Militar — Portugal Colonial (Portugal) — A Panificadora — Revista da Câmara Portuguesa — Brasil-Polónia — Correio Rural (Rio de Janeiro) — Revista da Sociedade Rural Brasileira (S. Paulo) — Ilustração Colonial (Angola) — Revista da Liga Portuguesa de Hong-Kong (China).

Dr. Paulo Eleutério Alvares

da Silva

A Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, por proposta do director-tesoureiro, Sr. Alamiro de Andrade, deliberou conferir ao ilustre professor Dr. Paulo Eleuterio Alvares da Silva, o título de Sócio-correspondente desta colectividade, em atenção aos relevantes serviços prestados à causa do pan-lusitanismo por este ilustrado homem de letras e brilhante redactor-chefe da FOLHA DO NORTE, de Belém, do Pará.

TENENTE JUSTINO TEIXEIRA

A nomeação do Sr. Tenente Augusto César de Justino Teixeira, distinto official do Exército, actualmente residindo em Dili, para sócio-correspondente da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO na provincia de Timor, vem satisfazer uma velha e constante aspiração dos corpos directivos desta instituição, que de há muito se esforçavam para preencher a lacuna que se fazia notar com a falta de um correspondente que fôsse um arauto intrépido do seu progrâma e dos ideais pan-lusitanos que lhe norteiam os passos, lá muito longe, em pleno coração do novíssimo continente, na mais distante e longínqua parcela da florescente e sempre jovem Pátria portuguesa.

Foi mais um obstáculo vencido com felicidade, pois tudo nos é permitido esperar em prol do pan-lusitanismo, — ideal nobre e alevantado que tem por supremo escopo estreitar e apertar com vigor os laços espirituais que devem unir fraternalmente todos os povos que gozam da ventura de se expressar nesta *última flor do Lúcio* —, dos predicados de intelligência e dos dotes de cultura deste nosso novo colaborador, sobejamente patenteados no primeiro artigo com que nos honrou e que publicamos em outro local dêste *Boletim*.

Centro D. Nuno Alvares

de Pereira

Secundando as palavras do nosso officio, daqui reiteramos à digníssima Directoria do *Centro Lusitano D. Nuno Alvares Pereira*, os protestos do nosso reconhecimento pelo *permanente*, para assistirmos às suas festas, com que nos fez o favor de distinguir.

Gravador Paslor
R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095
RIO DE JANEIRO

CLICHÉS
EM ZINCO E COBRE
TRICROMIAS
DOUBLES
CRÁVURAS E ZINCO
GRAFÍAS ETC.

EM VIAGEM

PROFESSOR TOMÁS VIEIRA DOS SANTOS — Em companhia de sua esposa, que a Portugal vai em busca de alívio para os seus padecimentos, embarcou no mês de Maio o nosso querido consócio, Sr. Professor Tomás Vieira dos Santos, homem de ciência e pedagogo abalizado, além de *causeur* brilhante, cuja presença tanto nos encantava e a quem devemos algumas horas fugidias de conversação deliciosa, — prazer aliciente e cada vez mais raro, neste momento confuso e torvado em que muitos clamam e poucos, e raros cultivam amorosamente essa elegante flôr de altura do espírito...

FRANCISCO FERNANDES COSTA — Pelo transatlântico *Cap Arcona* seguiu no dia 9 do mês de Junho com destino a Portugal, em viagem de repouso, o Sr. Francisco Fernandes Costa, ilustrado oficial da Marinha de Guerra Portuguesa e dedicadíssimo vice-presidente da Directoria da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DE RIO DE JANEIRO, a quem por esta forma se renovam os votos de felicidades que lhe exprimiram à hora da partida o nosso presidente Francisco das Dores Gonçalves e os directores Abel Moreira Neves, Alamiro de Andrade e António Amorim.

RAMIRO PINTO FERREIRA — Com o mesmo destino ou seja, em viagem de recreio, seguiu no dia 6 do mês de Junho para Portugal, acompanhado de sua esposa e galante filho, o nosso bom amigo e prezado consócio Ramiro Pinto Ferreira, em cujo bota-fôra a Directoria da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DE RIO DE JANEIRO se fez representar pelo director-tesoureiro Alamiro de Andrade.

DR. AUGUSTO DE SOUSA BAPTISTA — De regresso da sua visita ao nosso amado país, onde se demorára quasi um ano, já se encontra nesta capital o Sr. Dr. Augusto de Sousa Baptista, chefe da importante firma Sousa Baptista & C., ilustrado vice-presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil e digníssimo membro do Conselho Fiscal da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA.

A apresentar-lhe cumprimentos estiveram no cais do pôrto, por ocasião do desembarque, os directores Francisco das Dores Gonçalves e Alamiro de Andrade.

PORTUGAL-BRASIL

Sob a direcção do Sr. Augusto Soares, appareceu, em S. Paulo, uma nova revista portugueza subordinada ao título supra. Sendo uma revista literária e de cultura, muito virá contribuir para o desenvolvimento da Colónia Portuguesa em S. Paulo.

Formulando ardentes votos pelo constante progresso de tão útil publicação, agradecemos os números enviados.

Os fracos, coitados, andam cheios de pavor. Ouvem falar em guerras, em comunismo, em coisas tétricas, arregalam os olhos e perguntam ansiosos: "*Que virá por aí amanhã?*" Não vem nada, respondo eu a muitos. Mas venha o que vier, entre mortos e feridos alguém há de escapar! Eh, homem que entre mortos e feridos alguém há de escapar! Levante essa cabeça! Socêgue essa alma! Tenha fé! Tenha ânimo!

HOMEM CRISTO

Colaboradores Artísticos

A' colaboração de Correia Dias, mago do lápis que imprime aos seus trabalhos um virtuosismo tradutor de uma alta sensibilidade, de que só os grandes artistas possuem o segredo; de Henrique Moulin, desenhista esmerado e talentoso, com um largo futuro na sua frente; e de Mário Soares, um *dilettante* do desenho, uma vocação com fortes e assinalados pendores modernistas, cujos trabalhos — como por exemplo, a capa do presente BOLETIM — muitos *consagrados* ambicionariam subscrever, deve, sem dúvida, a SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO 99 % do excelente aspecto e reconhecido bom gosto com que apresenta esta publicação, o que mui gostosamente aqui deixamos registado para conhecimento dos nossos associados e testemunho público da nossa gratidão.

GAZETA

Publica-se semanalmente em Ponta Delgada. E' seu director o Sr. Flaminio Peixoto. Jornal de pequeno formato servindo a uma localidade de pequena população. Bom aspecto gráfico. Excelente noticiário e ótima colaboração. Enfim, é "um jornal moço e absolutamente livre, ao serviço da Pátria e da República". Está em comunicação com esta colectividade e encontra-se em sua sala de leitura.

Boletim da administração

Militar

A imprensa militar portugueza acaba de ser enriquecida com mais uma excelente revista: — o Boletim de Administração Militar. Há muito tempo que se fazia sentir a falta de uma publicação que se dedicasse a este importante assunto.

Surgiu agora esta, dinamizada pela força de vontade e pela inteligência de três distintos officiaes do nosso Exército, José Henrique de Sousa, Artur Ramalho e Serafim A. A. Prazeres,, que veio, por assim dizer, preencher uma lacuna aberta na referida imprensa.

Ilustres officiaes emprestam a sua cooperação intellectual a tão meritória obra. Alguns já conhecidos por intermédio deste Boletim. Como por exemplo: Tenente-Coronel J. R. Costa Junior, cuja pena brilhante não pára de escrever em pról do engrandecimento de Portugal e que ainda há pouco nos deu "Pela nossa Africa", escreveu para o citado Boletim, "Um acto heróico e utilíssimo" e "o reabastecimento de subsistência em campanha"; Alferes Vicente H. Varela Soares, escrevendo "os teatros de operação portuguezes e o seu estudo económico" e "o papel das colónias no reabastecimento nacional".

Major Eduardo Menezes, Alféres Serafim Prazeres, Tenente-Coronel F. Pina Lopes, Capitão Jaime R. Espanha, Major Carlos dos Santos, e tantos outros que mencioná-los não nos permite o espaço já excedido neste tópico, dizem do valor do B. A. M., que entrou em permuta com o desta colectividade e se encontra em sua Bibliotéca.

NOVOS SÓCIOS

Durante os meses de Abril e Julho a que se refere este Boletim foram admitidos os seguintes sócios:

PROTECTORES:

JOSÉ MANUEL DA SILVA LAMEIRA de Canhambaque.
DR. KAREL POTT,
HENDRIK POTT e
GEORGE ROBERTS, propostos por Dr. Karel Pott.
JOSÉ BALTAZAR DA COSTA e
JOÃO A. FERREIRA CHAVES, de Lourenço Marques.
MANUEL RIBEIRO DE ALMEIDA, de S. Vicente.
RICARDINO A. DE OLIVEIRA E SILVA, de Inhambane.
LEONARDO DIONÍSIO DOS SANTOS, de Lourenço Marques,
propósito pelo Dr. António Augusto de Miranda.
JAIME DE SÁ SABINO, de Lourenço Marques, propósito por
Leonardo Dionísio dos Santos.
JOÃO CARDOSO,
EDUARDO GONÇALVES DE OLIVEIRA,
ADOLFO FERREIRA LOUSADA e
JOSÉ FERRAZ, de S. Tomé propostos pelo Dr. Tomé
Agostinho das Neves.
DR. MANUEL GONÇALVES MARQUES, de Quelimane, pro-
pósito por Francisco Gavicho de Lacerda.
BENJAMIM DE OLIVEIRA MANAIA,
COM. J. P. DA SILVA PORTO,
JOAQUIM COUTO,
MANUEL DUARTE e
JOÃO PATRÍCIO, de S. Paulo, proposto por Joaquim
S. Marques.
ANÍBAL FONSECA, de S. Paulo, propósito pelo Dr. Vir-
gílio Coelho Duarte.
JOSÉ LUIS MONTEIRO, Rio de Janeiro, proposto por
Alamiro Andrade.

ACTIVOS

RUFINO FERREIRA e
JOAQUIM DA SILVA FARIA, propostos por António Fer-
reira Tavares.
ANTONIO JORGE DOS SANTOS, propósito por Domingos
José Veloso
JOSÉ LUÍS DA SILVA AMORIM e
EUGÉNIO DA COSTA BRITO, propostos por Mário de
Souza Soares.
ANTÓNIO LEITE DA COSTA e
AUGUSTO DE MATOS ARAUJO, propostos por Alamiro
Andrade
FRANCISCO COELHO DUARTE
CES. ÁRI COELHO DUARTE e
DAVID RIBEIRO DOS SANTOS, prop. por Antero de Faria.
ANTÓNIO AUGUSTO PIRES e
ARMANDO DA SILVA PIRES, propostos pela Dr.^a Fer-
nanda de Bastos Casimiro.

JOAQUIM TEIXEIRA FONSECA, propósito por Alfredo
Alves Freixo.

ANTÓNIO DE ALMEIDA RODRIGUES, proposto por Jaime
Silva.

MANUEL VENTURA DA FONSECA SILVA,
DR. SABINO TEODORO e

D. BEATRIZ PIMENTEL PINTO, propostos por Francisco
das Dôres Gonçalves.

BELMIRO DE SOUSA SOBRINHO,

JOAQUIM RODRIGUES PEREIRA e

FAUSTO DA SILVEIRA MONTENEGRO, proposto por Antó-
nio Fernandes Junior.

FRANCISCO MORAIS ALVES,

MANUEL AUGUSTO MOREIRA SABIDO e

FRANCISCO VAZ MONTEIRO, propostos por Abel Morei-
ra Neves.

Quadro demonstrativo do movimento de socios
durante os meses de Junho a Abril

CATEGORIAS	Exist. em 31-12-34	Admitti- dos	Elimina- dos	Demitti- dos	Exist. em 31-6-33
Activos.....	294	24	1	1	316
Auxiliares.....	4	(1) 0	0	0	4
Bemfeitores.....	0	0	0	0	0
Beneméritos.....	0	0	0	0	0
Delegados.....	1	(2) 0	0	0	1
Cooperadores.....	9	0	0	1	9
Correspondentes...	33	2	0	0	35
Honorários.....	5	0	0	0	5
Protectores.....	59	22	0	2	79
Remidos.....	0	0	0	0	0
Total em 31-12-933.		405	Total em 31-3-934.		449

- (1) — Sociedade União Portuguesa-Santos-S. Paulo.
Sociedade de Beneficencia 1.^o de Janeiro.
Associação dos Velhos Colonos de Moçambique e
Câmara de Comércio de Lourenço Marques.
(2) — Joaquim S. Marques em S. Paulo.

**A SOCIEDADE LUSO-AFRICA-
NA DO RIO DE JANEIRO** espéra de
quem quer que transcreva, na ínte-
gra ou em excerptos, os trabalhos apa-
recidos no seu "Boletim" a gentileza,
que desde já agradece, de indicar a
competente procedência.



TODDY

dará a seu filho um aspecto differente. Você mesmo
se admirará de vel-o com outra disposição para os
trabalhos escolares.

CASA ALVES DE AMANDIO ALVES

Ferragens, trens de cosinha de aluminio e esmaltados, Tintas de todas as especies, esmaltes e vernizes.

Louças, granito, porcelana, biscuit e cristais.

Filtros, talhas, moringues, jarras e vasos de barro.

Papelaria, objectos escritorio colegiais e romances—Artigos para presentes, Brinquedos e cartões postais.

Molduras, quadros, espelhos, vidros fantasia e gravados

Vidraceiro, Bombeiro, Electricista

117, RUA CONDE DE BOMFIM, 117

TELEFONE 8-0613

RIO DE JANEIRO

DOENTE

ALFREDO ALVES FREIXO — E' com imensa satisfação que noticiamos já se achar em plena convalescença este nosso prezado consócio e amigo, da terrível enfermidade que durante longas semanas o teve preso ao leito.

Apraz-nos dar esta notícia porque o Sr. Alves Freixo tem o seu nome ligado à história da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Faz parte do seu quadro de sócios veteranos e fez, na fundação desta SOCIEDADE, parte da Comissão Instaladora.

Tenente Coronel J. R. da Costa

Junior

Por recente despacho ministerial foi promovido ao elevado posto de tenente-coronel o nosso ilustre correspondente em Lisboa e mui brioso official do Exército Português, Exm.º Senhor José Ribeiro da Costa Junior, — cujos dotes de inteligência e cultura os nossos leitores repetidamente têm tido a honra de apreciar, pois a colaboração do Sr. Tenente-Coronel J. R. da Costa Junior, festejado autor do livro *Pela nossa África*, não só se impõe pelo seu brilho como também pelo alto sópro patriótico que a inspira.

Ao nosso devotado correspondente e distinto colaborador, que não conhece fadigas nem mede esforços, quer se trate de servir a Nação, quer se trate de auxiliar quaisquer iniciativas que visem o enaltecimento do nome português, apresentamos os nossos cumprimentos respeitosos a par das nossas sinceras felicitações.

Exposição Colonial do Pôrto

Ao contrário do que tem sido noticiado e do que nós mesmos vesculamos, a grande Exposição Colonial inaugurada com extraordinária êxito no dia 15 de Junho, na cidade do Pôrto, e cujo encerramento se verificará em 15 de Setembro vindouro, não é a primeira, mas a segunda exposição colonial portuguesa, porquanto, a primeira, fôra efectivada, embora em ponto pequeno e sem a grandiosidade da presente, em Junho de 1892, no reinado de El-Rei D. Carlos, o qual pronunciou o seguinte discurso por ocasião do respectivo acto inaugural:

“Sinto-me feliz inaugurando a Exposição insular e colonial, primeira festa com que o Pôrto, fazendo-se

órgão de Portugal inteiro, inicia uma série de consagrações deslumbrantes da memória gloriosa do Infante D. Henrique.

Esta festa é a primeira, e de entre todas nenhuma me impressiona mais. Vendo em torno de mim os produtos das ilhas adjacentes e das regiões ultramarinas, parece-me que estamos dentro do próprio *Império*, sonhado, concebido e iniciado pelo Infante D. Henrique.

Tudo aqui respira a sua lembrança, tudo se me afiguram criações do seu genio potente. O seu espirito imortal está aqui connosco, paira dentro desta nave imensa, porque o Portugal, extra-europeu, cuja história é tão larga como fecunda, nasceu inteiro das concepções do seu génio e da indomável energia da sua vontade”.

ARQUIVOS DE ANGOLA

No número 8 d'este Boletim ficou demonstrado o valor desta publicação official de Angola.

Acabamos de receber o n.º 2 que, como o anterior, insere valiosos documentos históricos de há mais de dois séculos. E' uma obra que interessa principalmente aos estudiosos e àqueles que se entregam ao árduo trabalho de procurar nos arquivos documentos antigos para seu estudo.

Transcrevemos a seguir alguns títulos dos muitos documentos que o n.º 2 do ARQUIVOS DE ANGOLA reproduz:

Patente de Cappam. João duque: 2 de Julho de 1647. De saluador Correa dessa e Benevides Carta do Cargo de guouernador e Cappm. geral do Reino de Angola: 2 de Setembro de 1647. De ouvidor gl. Esteuaõ neto sardinha: 17 de Setembro de 1648. Do fizico mor Ldo. Anto. lopez oLiveira: 26 de Maio de 1649. Carta a Sua Magde. em que se pede e acrefentante. do posto de Capm. de Infantr.ª ao Snr. Sancto António: 28 de Julho de 1749. Do p.º mtre. frei João da foncequa: 20 de Maio de 1650.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO *aceita e antecipadamente agradece toda a colaboração que lhe fôr remetida e a qual dará publicidade no seu BOLETIM, — órgão independente ao serviço da Grei e da Nação —, desde que se trate de trabalhos originaes e que se enquadrem nos altos objectivos do pan-lusitanismo.*

TINTAS PARA IMPRESSÃO

DA AFAMADA FÁBRICA

MICHAEL HUBER

de MUNICH (Alemanha)

Depositários

CAPPUCCINI & C.

R. ALFANDEGA, 172 — RIO DE JANEIRO

Esta revista é sempre impressa com as tintas de

MICHAEL HUBER

GARANTIA

81 ANOS DE EXISTENCIA

(FUNDADA EM 1852)

A MELHOR COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS

ACTIVO SOCIAL: 27.900.000\$00

Reservas legais depositadas referente ao
ano economico 1932 - 1933

ESCUDOS 3.040.090\$95

Bens adquiridos, emprestimos e liquidação
de apolices, rendas e sinistros
de Novembro a Abril

ESCUDOS 3.906.938\$09

RESERVAS: LIVRES 18.000.000\$00

REPRESENTANTE EM ANGOLA

ISIDORO TEIXEIRA

Caixa Postal 164

Telefone 159

END. TRI. TEIXEIRINHA
LUANDA

CEFAR

Companhia dos Cereais e Farinhas de Angola

A MAIOR ORGANIZAÇÃO

DE MOAGEM NAS COLÓNIAS

Esta Companhia
vai montar brevemente as suas
instalações em Nova Lisboa

SÉDE:

Rua dos Clérigos, 44-1.º
PORTO

BANCO DE ANGOLA

LISBOA

BANCO EMISSOR DE ANGOLA

Capital Social Esc. 60.000.000\$00

Séde: R. da Prata, 10 a 12 — Endereço Telegráfico: ALDARO

DIRECÇÃO GERAL EM AFRICA — LUANDA: END. TELEG. "DAROAL"

JUROS ABONADOS EM DEPOSITOS NA SÉDE DESTA BANCO

À ordem até 500 contos.....	2 ¼ % ao ano
Acima de 500 contos.....	1 ¼ % ao ano
A 3 meses.....	3 % ao ano
A 6 meses.....	4 % ao ano
A 12 meses.....	5 % ao ano

AGENCIAS EM:

Benguela, Nova Lisboa, Leopoldville-Est, Lobito, Malange, Mossâmedes, N. Redondo,
Sá da Bandeira, Silva Pôrto, Cabinda, S.º António do Zaire, Vila Luso e Boma

LOTARIAS DE ANGOLA

Aprovadas pelo Governo Provincial — Diploma
n.º 57 de 27 de Abril de 1929

Extracções mensais garantidas pelo Estado

LOTARIAS DE ANGOLA,
LIMITADA

SÉDE EM LUANDA

AGENCIAS EM
TODA A PROVÍNCIA

POLANA HOTEL

O mais luxuoso e melhor mobilado
de toda a Africa

Numerosas “suites” com casas de
banho e salas particulares

Serviço de telefones montado em todos
os quartos

Sala de Bilhar — Courts de Tennis

Endereço Telegrafico : «POLANOTEL»

LOURENÇO MARQUES

Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

COM O CAPITAL DE ESC. 220.000.000\$00

FUNDADA EM 1917

Contractos com o Governo da Província de Angola lavrados em 18 de Maio de 1921 e 8 de Julho de 1922, dão á Companhia o exclusivo da pesquisa de diamantes em quasi toda a Província até 1951 e a exploração por tempo ilimitado dos jazigos descobertos.

O Governo recebeu 100.000 acções e anualmente recebe 45% dos lucros líquidos

SÉDE SOCIAL: Lisboa
Rua dos Fanqueiros, 12-2.º

ESCRITÓRIOS
em Bruxelas, Londres e Nova York.

EXPLORAÇÕES MINEIRAS: Distrito da Lunda
(ANGOLA)

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA,
junto do Governo da Província de Angola

CALÇADO
FOX
O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo



Of. Graf. Villas Boas & C. — Rio de Janeiro

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 50 exemplares em papel couché "Perfect art"

METALURGIA

L. B. de Almeida & Cia.



Casa fundada em 1881

Fábrica de Cofres e Fogões PROGRESSO
IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO

Cofres à prova de fogo, Portas de aço ondulado,
Fogões económicos a Lenha, Carvão e Gaz, Fundição de Ferro, Bronze e Alumínio,
Depósito de Ferro e Chapa de qualquer bitola, Vigas de Aço para Construções.

Secção Galvanoplástica de Nickel, Prata, Cobre e CROMO.

Artigos Odontológicos e Cadeiras para Barbeiro e Dentista (Marca Patenteada).

Pintura a Duco em qualquer côr.

ESCRITÓRIO E OFICINAS

RUA DOS ARCOS 28 a 42

End. Telegráfico: COFRE — Códigos: Ribeiro e Samuel

Telefones { Escrit. 2-1342
 { Armaz. 2-0409